

RAFAEL RODRIGO RUELA SOUZA

**MAUÁ E A TRADIÇÃO DA  
MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL**

BELO HORIZONTE

2007

RAFAEL RODRIGO RUELA SOUZA

# **Mauá e a Tradição da Modernização Industrial no Brasil**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História, Tradição e Modernidade. Política, Cultura e Trabalho.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Eliana Regina de Freitas Dutra

BELO HORIZONTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

2007

*À minha família: oásis permanente em minha jornada.*

## AGRADECIMENTOS

*É conhecida a frase de Isaac Newton, que escrevendo a Robert Hooke, em 1676, assim dizia: “Se vi mais longe, foi porque estava sobre os ombros de gigantes”. Embora não tenha a pretensão de pensar que, com esta Dissertação, tenha visto mais longe, abro esta página de agradecimentos com a citação de Newton, por considerá-la, sobretudo, em sua segunda oração, um resumo do sentimento que me invade a alma. Certamente, se consegui chegar aqui, após anos de formação, foi porque pude contar com pessoas e instituições, gigantes, que me sustentaram, afetiva, intelectual e financeiramente.*

*Agradeço, em primeiro lugar, a meus pais. Sua presença constante e sua solicitude paternal são, para mim, um esteio incomparável. Também sou grato a minha irmã, antes de tudo, uma amiga para todas as horas.*

*Entre meus familiares, sou especialmente grato a minha tia Rute. Por três vezes, quando precisei ir ao Rio de Janeiro realizar parte da pesquisa documental desta Dissertação, ela me recebeu e, junto com seus filhos, Jander e Jaquison, me familiarizou com uma cidade, sem dúvida, maravilhosa, mas também, sob diversos aspectos, um tanto quanto, assustadora.*

*Aos colegas de classe, sobretudo, ao João Paulo, Raphael Rajão, Márcio Bustamante, Hilário Figueiredo e Davidson Rodrigues, com quem tive a oportunidade de estreitar relações, não apenas durante a Graduação, mas também ao longo da Pós, muito obrigado*

*por terem trilhado comigo mais esta etapa, parte substancial de minha caminhada pessoal.*

*Ao professor e colega Alexandre Fonseca, agradeço pelo interesse verdadeiro, demonstrado num incentivo constante, que, certamente, ajudou a fecundar projetos, quando estes não passavam de esboços, ainda mal acabados, de pesquisas, que se consumiriam no futuro.*

*Aos professores do Departamento de História da UFMG, sou grato pela parcela de contribuição dada por cada um, nestes anos de aprendizado. Em um destaque especial, menciono os nomes de Eliana Dutra, Heloisa Starling, Carla Anastásia e José Carlos Reis. Em razão da identidade teórico-metodológica e da similaridade dos interesses de pesquisa, foi com estes professores que cursei o maior número de disciplinas, tanto na Graduação, quanto na Pós.*

*À Kátia Baggio e à Carla Anastásia, a gratidão se renova, visto que ambas acompanharam, mais de perto, a trajetória desta Dissertação, participando, com suas sugestões e críticas feitas durante o exame de Qualificação, do aperfeiçoamento das reflexões contidas nesta obra.*

*Os mais sinceros e profundos agradecimentos, expresso a minha orientadora, Eliana Dutra. Desde a Graduação, Eliana me tem secundado, com sua reconhecida erudição e sensibilidade histórica, no projeto de pesquisa que, hoje, desemboca nesta Dissertação de Mestrado.*

*Dedico um agradecimento geral a todos os professores e funcionários da Universidade Federal de Minas Gerais, muito*

*especialmente, aos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, com os quais partilhei meu cotidiano durante estes anos.*

*À FAPEMIG, pela bolsa integral durante o período do Mestrado, e ao CNPq, pela bolsa de Iniciação Científica, durante os tempos da Graduação, agradeço o apoio financeiro, de grande valia para a realização desta pesquisa.*

*Finalmente, sou grato ao projeto integrado *Coleção Brasília: Escritos e Leituras da Nação (1931-1941)*, do qual tenho participado desde a Iniciação Científica, com inestimável proveito para o amadurecimento desta Dissertação.*

*Sem dúvida, se cheguei aqui, posso dizer, sem medo de errar, foi porque estive sobre os ombros de gigantes.*

*“Em nossa história, aparecem muitas figuras de idealistas, mas apenas um dentre eles intuiu, desde meados do século XIX, que a chave para a modernização do Brasil estava na industrialização. Essa é a singularidade de Mauá, que tentou antecipar de um século nossa inserção na modernidade. Ao rejeitarem sua liderança, os que mandavam no Brasil condenaram-nos ao subdesenvolvimento”.*

*Celso Furtado*

## RESUMO

Este é um trabalho que almeja, partindo da análise das representações políticas em torno da figura de Irineu Evangelista de Souza, o visconde de Mauá, inicialmente, construídas em sua própria narrativa autobiográfica e, posteriormente, retomadas em uma narrativa biográfica, a primeira de vulto sobre o visconde, surpreender os fundamentos de uma nova *racionalidade política* em processo de constituição nos anos 1920 e 1930. A hipótese central aqui defendida é a de que a auto-imagem elaborada por Mauá em sua *Exposição aos credores*, ao ser reapropriada por Alberto de Faria na década de 1920, teria sido responsável pelo ingresso do visconde no panteão cívico nacional. Posteriormente, um outro intelectual, Azevedo Amaral, aproveitando-se da força da imagem arquetípica de Mauá e das contribuições da historiografia econômica, em consolidação no país, teria, em uma série de ensaios de interpretação do Brasil escritos na década de 1930, dado o passo decisivo para o surgimento de uma nova tradição no pensamento social brasileiro: a *modernização industrial*.

Palavras-chave: visconde de Mauá; representações políticas; narrativas (auto)biográficas; pensamento social brasileiro.

## ABSTRACT

This is a study that, beginning with the analysis of the political representations around the figure of Irineu Evangelista de Souza, the viscount Mauá, initially built in his own autobiographical narrative and, later re-taken in a biographical narrative, considered the first important biography on the viscount, longs to surprise the foundations of a new *political rationality* which was being established during the 1920's and 1930's. The central hypothesis here defended is that the self-portrait elaborated by Mauá in his *Exhibition to the creditors*, being reappropriated by Alberto de Faria in the 1920's, would have been responsible for the viscount's entrance in the national civic pantheon. Later, another intellectual, Azevedo Amaral, taking advantage of the force of the archetypal image of Mauá and of the contributions of the economical historiography, then emergent in the country, would have, in a series of essays of interpretation of Brazil written throughout the 1930's, given the decisive step for the appearance of a new tradition in the Brazilian social thought: the *industrial modernization*.

Key-words: viscount Mauá; political representations; (auto)biographical narratives; Brazilian social thought.

## SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	11
<b>PRIMEIRA PARTE</b>	
<b>UMA IMAGEM EM CONSTRUÇÃO: OS PRIMEIROS ALICERCES DE UM MITO</b>	
2 - A TRAJETÓRIA EMPRESARIAL DE IRINEU EVANGELISTA DE SOUZA: UMA ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA PRELIMINAR.....	29
3 - MAUÁ AOS OLHOS DO PRÓPRIO MAUÁ: UM “ESCRITO DE SI” PARA A “ESCRITA DA NAÇÃO”.....	67
3.1 - <i>Exposição aos credores: natureza autobiográfica e vocação política</i> .....	70
3.2 - <i>A Exposição aos credores e o fim do Império</i> .....	90
<b>SEGUNDA PARTE</b>	
<b>A CRIAÇÃO DE UM MITO: UM NOVO HERÓI PARA UMA NOVA TRADIÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO</b>	
4 - O MAUÁ DE ALBERTO DE FARIA: SIGNIFICADOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DE UMA BIOGRAFIA.....	107
4.1 - <i>De uma simples polêmica a uma significativa controvérsia</i> .....	110
4.2 - <i>“Mauá Redivivo”: a apoteose de um novo herói</i> .....	125
4.2.1 - <i>Um herói do trabalho: um pedagogo pragmático da nação</i> .....	129
4.2.2 - <i>Um herói da Indústria com um discurso da conciliação social</i> .....	143
5 - MAUÁ E O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: AS REPERCUSSÕES DE UM HERÓI NA “ESCRITA DA NAÇÃO”.....	164
5.1 - <i>Um herói para um ramo historiográfico nascente</i> .....	170
5.2 - <i>Formação econômica brasileira: os primeiros panoramas</i> .....	178
5.3 - <i>Um novo marco na “escrita da nação”</i> .....	200
6 – CONCLUSÃO.....	226
REFERÊNCIAS.....	241

## 1 - INTRODUÇÃO

**... formidável gênio realizador,  
vidente dos grandes problemas nacionais.**

Referência ao visconde de Mauá feita por Getúlio Vargas, em discurso ao assumir o Ministério da Fazenda do governo Washington Luís, em 21 de novembro de 1926.

Dentre os atores sociais que viveram nos tempos do Brasil Império, o nome de Irineu Evangelista de Souza, o visconde de Mauá, certamente está no rol daquelas personalidades históricas que mais atraíram a atenção das gerações futuras. Desde sua morte, em outubro de 1889, um volume considerável de páginas vem sendo despendido, no intuito de delimitar-lhe individualidade e precisar-lhe o significado histórico. Integram esse esforço, que absorve, há mais de um século, estudiosos de profissão e meros admiradores ou entusiastas, pequenos artigos em revistas e jornais, discursos e conferências em eventos específicos sobre o personagem ou congressos de temática mais abrangente, análises densas e pormenorizadas em estudos biográficos de peso, além de uma extensa gama de obras de divulgação. Anos atrás, até um filme foi consagrado à memória do visconde <sup>1</sup>. Os tempos passam, contudo, o interesse por Mauá permanece, ainda que, periodicamente, renovado. A cada época, é como se as luzes se voltassem para um aspecto singular da vida daquele homem. A cada período,

---

<sup>1</sup> O filme mencionado é *Mauá, o imperador e o rei* (1999). Esta superprodução do cinema brasileiro, dirigida por Sérgio Resende, contou com a participação de atores nacionais consagrados, como Paulo Betti e Malu Mader. Para uma avaliação do uso da História pelo cinema nacional na década de 1990, no contexto das comemorações dos quinhentos anos do “descobrimento” do Brasil e da criação das novas leis de incentivo à cultura, ver: SCHVARZMAN, 2003, p.165-182.

com efeito, nasce um novo Irineu Evangelista. O “enigma Mauá” parece desafiar o tempo, revelando, de quando em quando, um diferente e vivo significado.

Na trajetória de consolidação da figura de Mauá no imaginário político brasileiro, a década de 1920 teve um papel extraordinário. Foi, naqueles anos, que Irineu Evangelista adentrou, definitivamente, o panteão cívico nacional, por intermédio de uma biografia publicada em 1926. O *Mauá* do advogado de formação, jornalista por vocação e empresário por interesse, Alberto de Faria, representou o primeiro grande marco na história da memória nacional em torno do visconde. Repercutindo favoravelmente entre as elites brasileiras do período, esta obra teve o mérito de chamar a atenção daqueles segmentos para o personagem em questão. Com isso, entre os anos de 1925 e 1929, houve uma intensa produção histórica sobre Mauá - objeto central do estudo desta Dissertação. O cerne deste trabalho encontra-se na imbricação das representações políticas<sup>2</sup> sobre Mauá, em um período em que estas viviam momentos de grande efervescência, com o surgimento de uma nova tradição no pensamento social brasileiro, a *tradição da modernização industrial*<sup>3</sup>, que também despontava naquela mesma ocasião, respaldada pelo prestígio de um campo específico do saber histórico, igualmente nascente, qual seja: a historiografia econômica. Enfocando o contexto no qual este saber conquistou seu espaço no país, mas, sobretudo, examinando as causas e compreendendo o significado do prestígio crescente de um personagem como Mauá no imaginário político nacional daquela época, procuraremos demonstrar como se deu, historicamente, o aparecimento desta nova

---

<sup>2</sup> Para uma abordagem teórico-metodológica a respeito das representações políticas, cf. CAPELATO; DUTRA, 2000, p. 227-267.

<sup>3</sup> Por *tradição da modernização industrial*, entenda-se aquele segmento do pensamento social brasileiro cuja ênfase de análise se concentra no desenvolvimento do sistema capitalista, muito particularmente, no processo de industrialização, ao qual confere um poder explicativo ímpar na formação histórica do Brasil. Nesse sentido, o campo tradicional do *pensamento industrialista brasileiro* constitui-se em um elemento formador da tradição da modernização industrial. Em outros termos, os posicionamentos ideológicos da burguesia industrial brasileira representam apenas um componente dentre os fatores intelectuais que deram origem a essa nova tradição do pensamento social do país na década de 1930. No bojo dos elementos constitutivos dessa *tradição*, também incluímos as posições ideológicas provenientes daquele segmento das elites, políticas e intelectuais, brasileiras favorável ao desenvolvimento do país, tendo na indústria o seu motor principal. Finalmente, ainda consideramos de grande valor para o surgimento dessa tradição, a historiografia econômica, em processo de consolidação durante as décadas de 1920 e 1930. No decorrer desta Dissertação, procuraremos mostrar como todos esses “ingredientes” se mesclaram, em um determinado momento da trajetória nacional, para dar origem à tradição da modernização industrial no Brasil.

tradição no pensamento social brasileiro. Em outros termos, ao investigar todo este rico e instigante material, o que divisamos, em nosso horizonte, é a constituição de uma nova *racionalidade política* – definida por Pierre Rosanvallon, ao apresentar sua metodologia de trabalho, nos seguintes termos.

O *objetivo* da história conceitual do político é compreender a formação e evolução das racionalidades políticas, isto é, dos sistemas de representação que governam o modo como uma época, um país ou certos grupos sociais conduzem sua ação e imaginam seu futuro. [...] A meta da história conceitual do político é: 1) fazer a história da maneira como uma época, um país ou certos grupos sociais procuram construir respostas ao que percebem mais ou menos confusamente como um problema, e 2) fazer a história do trabalho efetuado pela interação permanente entre a realidade e sua representação, definido campos históricos problemáticos.<sup>4</sup>

Como mostra Lúcia Lippi Oliveira, a década de 1920 foi marcada pela renovação do pensamento social brasileiro. Período de crise no arranjo político-institucional da Primeira República e de aceleração das transformações urbano-industriais que, anos depois, alterariam profundamente a configuração e a identidade social do país, aquele decênio representou uma fase de inflexão. Momento propício para se reler a nação e, em diálogo com a tradição, reinterpretar o passado, rever o presente e repensar o futuro, este clima revisionista ganha ainda mais vivacidade, quando nos lembramos da importância do ano de 1922 para os homens daquela geração. As comemorações que marcaram a efeméride do centenário da Independência foram igualmente oportunas para uma renovação dos padrões intelectuais vigentes no Brasil. Desejava-se pensar o país de uma perspectiva “pura” ou verdadeiramente nacional; almejava-se encontrar a solução, a chave para os problemas que assolavam a nação e abatiam a nacionalidade.<sup>5</sup>

Neste contexto em que as elites do país buscavam novos caminhos e se agitavam, perplexas com o presente, mas, ao mesmo tempo, confiantes no futuro, procurando respostas,

---

<sup>4</sup> ROSANVALLON, 2002, p. 128 e 129, **tradução nossa**.

<sup>5</sup> OLIVEIRA, 1990, p. 118-126. Ainda segunda a mesma autora: “Os anos 20 foram férteis em balanços, em retratos do Brasil, nos quais eram elaborados os diagnósticos sobre o “atraso” brasileiro. [...] Por ter reunido manifestações que expressavam as diferentes vertentes da vida político-cultural do país, o ano de 1922 tem sido apontado como data simbólica deste movimento em que predominaram os balanços e as propostas de renovação”. (OLIVEIRA, 1990, p. 175).

um personagem emergiu do passado imperial brasileiro. Revestindo-se de um interesse crescente e tornando-se objeto de discussão em todo território nacional, Irineu Evangelista passou a ser reconhecido pelas elites brasileiras como um precursor das transformações urbano-industriais vivenciadas pelo país sob um ritmo que, na década de 1920, começava a ser alucinante. Para muitos, sua história de vida, especialmente, no que diz respeito às adversidades que o levariam à queda, era como que um esboço dos desafios nacionais e uma lição para a nacionalidade. A partir dessas apropriações políticas de sua figura, Mauá tornou-se um personagem-chave, um homem cuja biografia não poderia permanecer esquecida ou, antes, negligenciada pela nação, sobretudo, por suas elites.

Segundo Berstein momentos de instabilidade político-institucional e de crise sócio-econômica, períodos de reorganização sócio-cultural e de instabilidade das identidades coletivas são sempre ocasiões privilegiadas na vida das culturas políticas. Em meio às indefinições, urgem respostas que diminuam as dúvidas e aliviem as angústias do presente, acenando para um futuro promissor. É diante dos impasses apresentados pelo vivido, que os atores históricos se movem e, nesse movimento, lançam mão dos recursos que o passado lhes lega e que o presente lhes disponibiliza para desatar esses “nós”.<sup>6</sup> Nesta complicada e decisiva tarefa, a constituição de uma memória nacional é, historicamente, uma das “saídas” mais usadas pelos atores sociais – como indica Meneses. Longe de ser a reunião da diversidade de memórias coletivas existentes em um país e que dão fundamento a seus grupos constitutivos, a memória nacional é uma espécie de reminiscência totalizante e que se quer “... *unificada e integradora, procurando a harmonia e escamoteando ou sublimando o conflito: é da ordem da ideologia*”<sup>7</sup>. Em geral, o Estado e as elites são seus principais disseminadores, interessados que estão na conservação e legitimação de uma determinada ordem político-social. A memória nacional pode ser e, com efeito, invariavelmente é solicitada e produzida

---

<sup>6</sup> BERSTEIN, 1998, p. 355-359.

<sup>7</sup> MENESES, 1992, p. 15.

em momentos de crises e em épocas propícias a rupturas, de contornos revolucionários, em uma sociedade<sup>8</sup>. Impondo-se e espalhando-se em meio a uma conjuntura tensa e instável, a memória nacional, quando bem-sucedida, atua como uma excelente apaziguadora de conflitos. Difundindo uma identidade nacional capaz de recolocar nos eixos (pelo menos, no plano simbólico, o que já é muito) passado, presente e futuro e a situar cada ator histórico em seu “devido” lugar, este tipo de memória surge com a intenção de ser um norte para a nacionalidade e nasce com o propósito de coordenar as energias sociais – mobilizando, para isso, toda a carga imaginária. Componente básico do universo cultural formador da memória nacional, os mitos políticos e, dentre eles, os mitos do herói nascem exatamente com esta proposta.

O mito político é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Mas, narrativa legendária, é verdade que ele exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos. É verdade ainda que esse papel de explicação se desdobra em um papel de mobilização: por tudo o que veicula de dinamismo profético, o mito ocupa um lugar muito importante nas origens das cruzadas e também das revoluções.<sup>9</sup>

Esta Dissertação tem como primeiro e fundamental objetivo contar a história da invenção de um mito político: a história da introdução de um novo herói no panteão cívico nacional. Para tanto, importa reconstruir a rede de relações que vinculam o mito Mauá ao contexto de seu nascimento. A que tipo de angústias, impasses e tensões, as representações políticas de Mauá acenavam positivamente? É preciso identificar os vínculos existentes entre a emergência da memória em apreço e o cenário histórico nacional e internacional que lhe viu surgir. Por outro lado, também será necessário reconhecer o papel político do mito em questão. Quais os sonhos, as esperanças, os projetos, a visão de mundo, enfim, o *sistema de valores* que a ele se ligavam? E a quem, ou melhor, a que setores sociais foi útil e

---

<sup>8</sup> “A memória nacional é o caldo de cultura, por excelência, para a formulação e desenvolvimento da identidade nacional, das ideologias da cultura nacional e, portanto, para o conhecimento histórico desses fenômenos. Daí ser a questão da identidade nacional, em sua natureza problemática, o tema melhor estudado dentre todos os que se referem à memória social”. (MENESES, 1992, p. 15).

<sup>9</sup> GIRARDET, 1987, p. 13.

significativa esta ampliação do panteão cívico do país? Procurar a resposta para tais indagações é essencial, afinal de contas, as representações políticas não se constituem a partir do nada<sup>10</sup>. Pelo contrário, forjam-se e se consolidam em um ambiente de embates político-sociais e tendo em vista alguma agenda de reivindicações e expectativas minimamente delimitada<sup>11</sup>.

Faz parte da vocação historiador recolocar na evolução geral de uma sociedade ou de uma civilização esses grandes ímpetos de efervescência onírica que, ao longo dos dois últimos séculos, tão freqüentemente marcaram as mentalidades políticas. Cabe-lhes colocá-los em relação com tal ou qual fenômeno de ruptura ou de mutação, tal crise ou tal situação de ordem política, econômica ou social. Cabe-lhe igualmente pesquisar quais grupos ou quais meios foram seus focos privilegiados. Cabe-lhe ainda acompanhá-los em seu desenvolvimento ou em seu declínio, reconstituí-los na complexidade concretamente vivida de seu poder de fascínio.<sup>12</sup>

Recolocar o mito Mauá em sua própria temporalidade, definindo os principais fatores que convergiram para lhe dar vida e sendo sensível aos significados que permearam o momento inaugural de sua história é o objetivo principal desta Dissertação. Não obstante, na medida em que esta criação mítica, em conjunto com a emergente historiografia econômica, concorreu, de forma decisiva, para a renovação do pensamento social no país, este trabalho também não deixa de ser uma investigação das bases, intelectuais e simbólicas, desta nova tradição em fase de afirmação no país, a modernização industrial. A contribuição historiográfica deste estudo situa-se, portanto, no âmbito da imbricação entre a análise do nascimento de um novo herói nacional e a investigação de um *lance*<sup>13</sup> operado no pensamento social brasileiro com a participação decisiva deste mesmo herói e o respaldo da, então nascente, historiografia econômica. Acreditamos que, fazendo isso, lançaremos luzes

---

<sup>10</sup> Para uma análise a respeito das condições político-sócio-culturais necessárias à emergência dos mitos, ver: BACZKO, 1985, p. 308-314.

<sup>11</sup> “*Por ser parte real, parte construído, por ser fruto de um processo de elaboração coletiva, o herói nos diz menos sobre si mesmo do que sobre a sociedade que o produz*”. (CARVALHO, 1990, p. 14).

<sup>12</sup> GIRARDERT, 1987, p. 21.

<sup>13</sup> SKINNER, 2000, p. 187-191; POCOOCK, 2003, p. 28-30.

sobre uma faceta do pensamento social brasileiro ainda pouco explorada pelos historiadores do “*político*”<sup>14</sup>, no país.

Junto a essa contribuição historiográfica, um segundo aporte, de natureza teórica, integra o rol dos objetivos principais desta Dissertação. Como mostra Gomes, o interesse de pesquisa nos chamados textos auto-referenciais conheceu um *boom* nas duas últimas décadas; prova disso, é o número crescente de estudos, tendo como objetos de pesquisa memórias, diários, autobiografias, correspondências, bilhetes... Em um mundo, muito particularmente, o da modernidade e o da pós-modernidade ocidental, onde a idéia de indivíduo e o relevo dado ao que é próprio de cada um ganharam importância jamais vistas em outros tempos, a *produção de si* – e, parte dela, a produção autobiográfica – passou a desempenhar um papel fundamental. É como formadora, constituinte e, mesmo, cúmplice de uma imagem pessoal, em um contexto social marcado por indefinições e conflitos de identidade, que o gênero encontrou sua razão de ser, especialmente, na passagem do século XVIII para o XIX. Em um vivido marcado pela experiência da atomização social e da fragmentação do indivíduo, a busca por uma imagem de si mais ou menos fixa e durável foi e continua sendo uma resposta aos conflitos de identidade próprios a esse estar estilhaçado no mundo. A “*ilusão biográfica*”<sup>15</sup>, ficção da estabilidade temporal do ser, apresenta-se ao homem moderno como um imperativo de coerência, mediante a multiplicidade desarmônica de suas experiências cotidianas.<sup>16</sup>

Fonte de auto-referência, em meio ao vivido agitado e fragmentário que marca a vida das sociedades modernas, a “*escrita de si*” vem sendo estudada, quase que exclusivamente, pelo seu viés auto-identitário. Qual imagem de si determinado indivíduo deixou em seus escritos? Como a construiu e a foi alterando ao longo do tempo? Qual seus significados na vida de um personagem histórico? Ou,

---

<sup>14</sup> Utilizamos o termo *político* tal como Rosanvallon a define: “o político não é uma “instância” ou um “domínio” entre outros da realidade: é o lugar em que se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se arraiga e se reflete ao mesmo tempo” (ROSANVALLON, 2002, p. 126, **tradução nossa**).

<sup>15</sup> A expressão “*ilusão biográfica*” foi cunhada por Pierre Bourdieu. Ver o artigo em que o referido autor a define: BOURDIEU, 2002, p. 183-192. A caracterização de “*ilusão biográfica*” se encontra, especialmente, nas páginas 183-185.

<sup>16</sup> GOMES, 2004, p. 11-13.

o que ela permite iluminar na experiência de um grupo – abordagem muito comum no caso dos estudos de gênero e de etnias? São estas as principais perguntas que os pesquisadores têm procurado responder. Dando um passo além, a contribuição aqui proposta é: em primeiro lugar, tentar responder a esse mesmo tipo de questão, para depois, em um segundo momento, procurar demonstrar de que forma a apropriação da auto-imagem de um indivíduo, no caso o visconde de Mauá, contribuiu, seja para a inserção do personagem em foco no panteão cívico nacional nos fins da década de 1920, seja para a renovação do pensamento social brasileiro que se verificou ao longo da década de 1930. Em outros termos, ao estudarmos esta apropriação futura da vida de um personagem histórico e, muito particularmente, de um escrito de natureza autobiográfica, estaremos interessados na história de uma *traditio*, a história da transmissão e tradução de um texto, isto é, de sua re-discussão no tempo<sup>17</sup>. Ao fazer esse percurso, nossa intenção, a segunda contribuição básica deste estudo, será analisar a interação entre a memória individual e a memória nacional - segundo Ulpiano Bezerra de Meneses, uma questão ainda pouco investigada no meio acadêmico<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> Segundo a nova História das Idéias, todo texto insere-se em uma conjuntura intelectual: é um “*ato de fala*” em um certo paradigma hermenêutico. Um autor, além de estar localizado em um contexto social, é alguém que discute seu vivido presente com seus pares e com a tradição da qual faz parte. Ele participa de uma experiência (uma polêmica) comum – peça-chave para a compreensão das intenções de qualquer autor que intervenha em um dado contexto lingüístico. Reconstruir a intenção de um autor, contudo, além disso, delimitar o campo de “*efetuação*” de uma obra, ou seja, estar sensível aos efeitos (previstos e, mesmo, inesperados) de um escrito é o maior desafio deste fazer histórico. Isso significa dizer que todo texto, por mais bem “amarrado” que seja, está aberto às mais diversas leituras, seja por receptores contemporâneos partilhando do mesmo contexto intelectual, seja por interlocutores futuros já vivendo em um outro paradigma lingüístico. Em outros termos, há sempre uma lacuna, que se mantém no tempo, entre a intenção pretendida e os efeitos obtidos por uma obra. E é, por isso, que ao se referir ao significado de uma obra e ao objetivo de um escritor, Skinner se perguntava a respeito do que um autor “*estava fazendo*” e, não, simplesmente, o que ele fez. “*O que um autor “estava fazendo”, portanto, inclui o suscitar em terceiros respostas que o autor não pode controlar nem prever, algumas das quais se efetuarão em contextos completamente diversos daqueles em que ele “estava fazendo” aquilo que talvez soubesse que estava fazendo. A fórmula de Skinner define um momento na história das interações entre parole e langue, mas o define, ao mesmo tempo, como um momento aberto no tempo. [...] O que um autor “estava fazendo”, portanto, revela-se como algo que está em continuidade e mudança – o que pode ser mais ou menos drástico, radical e “original” – a performance de uma diversidade de atos de fala em uma diversidade indefinida de contextos, tanto de linguagem quanto de experiência histórica*” (POCOCK, 2003, p. 30 e 46). Sobre a metodologia da nova História das Idéias, cf. o que dizem os expoentes principais desse fazer histórico em: POCOCK, 2003; SKINNER, 2000. Para uma abordagem historiográfica acerca da nova História da Idéias, ver: LOPES, 2002.

<sup>18</sup> Abordando a diferenciação da memória individual, coletiva e nacional, Ulpiano Bezerra de Meneses comenta que “[...] são ainda escassos e fazem grande falta estudos que examinem a fisiologia destas categorias de memória e, em particular, as simbioses, adaptações, passagens de uma categoria a outra, seja na sua complexa articulação, seja internamente. Dessa maneira, problemas tão graves como, por exemplo, o da apropriação das memórias individuais ou da “*memória alheia*”, são ainda muito mal compreendidos”. (MENESES, 1992, p. 15, grifos do autor).

Tendo em vista os dois objetivos acima apresentados, esta Dissertação está estruturada em duas partes, cada uma das quais se encontra subdividida em dois capítulos. A primeira parte foi concebida com o intuito de responder a uma mesma pergunta bastante específica: o que o personagem histórico em foco neste texto, o visconde de Mauá, trazia consigo que fez dele uma figura tão importante no Brasil das décadas de 1920 e 1930? O processo de criação de um mito não ocorre à revelia do imaginário de uma época e, muito menos, do vivido passado. Como mostra Girardet, há uma linguagem, uma “síntaxe” própria que rege o universo onírico que não pode ser desrespeitada<sup>19</sup>. Por isso é que a tentativa de heroificação de algumas figuras acaba, muitas vezes, malfadada, haja vista a incapacidade do personagem histórico em se transmutar em um arquétipo dos valores e aspirações de uma época ou de um grupo. Ainda que o grau de fabulação e os limites da manipulação da memória sejam gigantescos, os mitos precisam ter pontos de contato com a realidade passada<sup>20</sup>. Conforme Baczko, são estas “pegas” no real, sujeitas à decodificação do imaginário e em meio a um contexto histórico propício ao aparecimento de novas representações, que permitem ao mito se estabelecer e difundir<sup>21</sup>. Nas palavras de Raoul Girardet: *“a coerência e a lógica do delírio paranóico vão ao encontro aqui da coerência e da lógica do discurso mitológico. A análise sociológica e a observação psiquiátrica tendem a confundir-se”*<sup>22</sup>.

Pensar, pois, como a própria trajetória de vida, mas, muito especialmente, a auto-imagem produzida pelo visconde de Mauá já o conduziam a uma apropriação mítica futura será a preocupação fundamental que irá nortear toda a primeira parte desta Dissertação. Além disso, reconstruir os laços que ligam a vida deste personagem a uma temporalidade futura, irá nos permitir colocar em diálogo dois períodos da história brasileira marcados por grande

---

<sup>19</sup> “O mito existe independentemente de seus usuários eventuais; impõe-se a eles bem mais do que eles contribuem para sua elaboração. [...] Em sua estrutura, em sua forma, como em seu conteúdo, a mensagem a ser transmitida deve, para ter alguma possibilidade de eficácia, corresponder a um certo código já inscrito nas normas do imaginário”. (GIRARDET, 1987, p. 54).

<sup>20</sup> GIRARDET, 1987.

<sup>21</sup> BACZKO, 1985.

<sup>22</sup> GIRARDET, 1987, p. 57.

efervescência político-intelectual e significativas mudanças sócio-econômicas. Épocas em que, de diferentes formas e com enfoques diversos, a nação era pensada, sobretudo, pelas elites. Momentos em que o capitalismo, sistema econômico internacional ao qual o Brasil estava integrado, passava por transformações profundas, exigindo dos governantes nacionais e das elites econômicas dos países uma resposta à altura.

No segundo capítulo, situamos as atividades empresariais de Irineu Evangelista de Souza no contexto político-econômico do Segundo Império: época de consolidação do Estado brasileiro; momento de maior integração do país no sistema capitalista, em decorrência da prosperidade da cultura do café; período em que uma série de investimentos, sobretudo ingleses, foram feitos no país, aproveitando-se as oportunidades advindas de um comércio internacional em franca expansão. Essa breve e limitada contextualização dos empreendimentos levados a efeito por Mauá não tem, absolutamente, a pretensão de aclarar toda a vida do visconde. Só isso já seria assunto para toda uma Dissertação ou, mesmo, uma Tese. Em suma, o propósito deste capítulo é, apenas e tão somente, favorecer o entendimento da atuação financeira e industrial de Irineu Evangelista, numa conjuntura em que o Brasil dava seus passos iniciais rumo a uma inserção mais ampla no sistema capitalista internacional. Demarcando o lugar de evidência ocupado por Mauá naquele cenário, este capítulo permitirá uma compreensão mais adequada de suas idéias, analisadas no que se segue, e lançará luzes sobre a grande repercussão obtida pelo personagem décadas depois, assunto de que nos ocupamos na segunda parte desta Dissertação.

Na elaboração deste segundo capítulo, entre outras fontes, valemo-nos da leitura da *Exposição do visconde de Mauá aos credores de Mauá & Cia. e ao público*, obra autobiográfica publicada por Irineu Evangelista em 1878, quando seu complexo bancário, com filiais em diversas províncias do Império e com ramificações nos países vizinhos da Bacia do Prata e nos principais centros financeiros do Dezenove, foi à falência. Nesta obra,

Mauá faz um resumo panorâmico de sua vida empresarial, abordando as principais empresas em que atuou diretamente ou teve algum tipo de participação mais indireta. Grande parte das informações sobre a carreira empresarial do visconde de Mauá pode ser encontrada em sua *Exposição aos credores*. Além da narrativa autobiográfica propriamente dita, a reedição daquele texto, feita no início da década de 1940 (e republicada recentemente)<sup>23</sup>, traz uma série de notas explicativas, contendo dados cartoriais, referências à legislação imperial, balancetes das empresas de Mauá, trechos de relatórios dos Ministros da Fazenda e do Império e excertos de jornais da época, além de correspondências do visconde, que muito cooperam para o entendimento daquele período da sua vida.

As biografias sobre Mauá feitas ao longo dos anos são também um importante recurso de análise. Nestes textos, além de inúmeras referências de fontes, há transcrições, por vezes, até na íntegra, de documentos, que nos permitem, por meio do cotejamento de informações, chegar a uma avaliação adequada dos dados contidos na *Exposição aos credores* – escrito claramente apologético. Outro auxílio fundamental para o exame e interpretação da carreira empresarial de Mauá é a historiografia sobre o Segundo Império – sobretudo, aquela produzida a partir da década de 1980. É por meio desta literatura que nos acercamos do período, conhecendo por dentro sua dinâmica político-intelectual e sócio-econômica. Boa parte das biografias sobre o visconde peca por considerá-lo, tal como sua auto-representação, um homem além de seu tempo. Entre seus biógrafos, quem menos comete este erro é justamente uma autora estrangeira: Anyda Marchant em seu *Viscount Mauá and the empire of Brazil* (1965). Tomando conhecimento das análises mais atuais sobre o Império, a idéia da extemporaneidade do visconde constitui-se em um equívoco inconcebível. Ainda que Irineu Evangelista tenha sido um entusiasta do progresso como poucos em seu tempo, ele não estava sozinho. Em grande medida, o que o diferenciava de seus contemporâneos eram os meios que

---

<sup>23</sup> Todas as citações, textuais e livres, à *Exposição aos credores* feitas nesta Dissertação têm como referência a segunda edição da narrativa autobiográfica em apreço, impressa em 1942 e reimpressa em 1943. Valemo-nos da segunda reimpressão.

ele propugnava para alcançar o desenvolvimento e não tanto este fim – em si mesmo, por todos, desejado.

Para conhecer um pouco dessa divergência de opiniões no que se refere aos caminhos econômicos a serem tomados pelo país, analisamos um texto paradigmático do pensamento político-econômico do Império: as *Considerações sobre a franqueza da indústria no Brasil* de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairu. Este livro oferece ao leitor uma excelente noção do meio em que Mauá atuava e das idéias, então predominantes, que tinha que combater, apesar de não travar esta luta sozinho. O posicionamento ideológico pouco favorável à proteção da indústria brasileira que se encontra no livro de Cairu, verifica-se, na prática, no caráter meramente fiscal das tarifas alfandegárias que vigorou por todo o século XIX e se estendeu pelas primeiras três décadas do seguinte. Os relatórios dos Ministros da Fazenda são, por isso, uma fonte muito importante para se perceber o lugar concedido à indústria na política econômica do país<sup>24</sup>. Em suma, é este o material que utilizamos no capítulo que serve de introdução ao objeto central desta Dissertação: as representações políticas sobre o visconde.

No terceiro capítulo, nosso objetivo é compreender a *Exposição aos credores* como um texto de natureza política. Conquanto esta narrativa autobiográfica esteja longe de ser uma obra política *stricto sensu*, intentamos demonstrar que a imagem de si elaborada por Mauá naquele folheto tinha caráter eminentemente político e dialogava, a todo o tempo, com o contexto reformista das duas últimas décadas do Império. De um lado, portanto, desejamos pensar aquele folheto como um discurso político a ser compreendido em sua temporalidade, muito

---

<sup>24</sup> Até que ponto os políticos imperiais estavam dispostos a defender o setor secundário e em que medida os industriais se faziam escutar na definição dos rumos da política aduaneira? Esta discussão foi feita por Nícia Vilela Luz em seu *A luta pela industrialização do Brasil* (1975). Neste livro encontramos análises e excertos dos principais relatórios dos ministros da pasta da Fazenda. Quando estivemos na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, consultamos um desses relatórios na íntegra. Trata-se do relatório apresentado pelo Ministro da Fazenda, Rodrigues Torres, à 1ª sessão da 8ª legislatura, em 1850. Além de ser conselheiro financeiro do Imperador, o visconde de Itaboraá ocupou por diversas vezes a pasta da Fazenda durante o Império e foi um dos membros da *trindade saquarema*. Este relatório traduz bem o que foi a política econômica do Império em relação ao setor industrial brasileiro. A parte deste documento dedicada à indústria também será ressaltada no segundo capítulo.

especialmente, tendo em vista seu contexto histórico-intelectual. Por outro lado, contudo, também temos a intenção de demonstrar de que formas um escrito, enfocando a vida de um indivíduo e feito por ele mesmo, tornou-se significativo nas discussões que se davam em torno do tema da nação e da nacionalidade, cerca de cinquenta anos após ter vindo a lume. A idéia central do capítulo é evidenciar que, valendo-se das especificidades da escrita autobiográfica, Irineu Evangelista de Souza não somente deu sua contribuição pessoal aos debates políticos que agitaram o final do período imperial, mas, ao assim fazê-lo, auto-instituiu-se como um símbolo da luta pela modernização industrial do Brasil. Um símbolo que, decênios depois, foi re-apropriado como um ícone do progresso, essencial tanto para o seu ingresso no rol dos heróis nacionais, como para a renovação do pensamento social brasileiro.

Escrita em 1878, durante o momento mais sombrio da vida de um bem-sucedido homem de negócios, a *Exposição aos credores* teve e continua a ter uma importância crucial para a história da memória do visconde. Todos quantos escreveram sobre Mauá sempre fizeram alguma menção àquele folheto, invariavelmente repetindo as mesmas imagens que Irineu Evangelista elaborou para si naquelas páginas. Reconstruir os fios que ligam a vida do visconde e, muito particularmente, as representações políticas presentes no interior da *Exposição aos credores* às discussões em torno da nação e da nacionalidade verificadas nos anos 1920 e 1930 será indispensável para compreendermos o prestígio conquistado pelo personagem protagonista desta Dissertação naquela temporalidade futura. Para tanto, será imprescindível explorar alguns aspectos do fazer autobiográfico – gênero literário em que a *Exposição aos credores* foi escrita. Definir historicamente este gênero, discutir seus significados ao longo do tempo, demarcar o surgimento da nova prática autobiográfica a partir da modernidade, refletir sobre a natureza da *escrita de si*, atentando para suas características e especificidades, problematizar a relevância do estilo para a compreensão de uma narrativa,

todas essas são temáticas a ser levadas em conta, visto que conhecer a linguagem de uma fonte é a primeira condição para poder tentar decifrá-la.

Na primeira parte desta Dissertação, perseguimos as “credenciais históricas” que, numa conjuntura futura, levaram o visconde de Mauá a se tornar uma figura de destaque no imaginário político nacional. Uma questão resume o esforço básico desta primeira grande seção: o que o personagem Mauá trazia consigo que fez dele um personagem significativo para as elites brasileiras nas décadas de 1920 e 1930? O papel, ao mesmo tempo trágico e glorioso, protagonizado por Irineu Evangelista no cenário do primeiro surto industrial vivido pelo país, em meados do século XIX, mas, sobretudo, o empreendimento de sua representação autobiográfica representam as duas respostas principais que encontramos para aquela pergunta. Na segunda parte desta Dissertação, voltamos toda nossa atenção para o período em que o visconde foi conduzido ao panteão cívico nacional, por parte significativa das elites brasileiras. Estamos interessados nos significados assumidos por este novo herói nas décadas de 1920, assim como por sua contribuição para a renovação do pensamento político do país no decênio seguinte.

No processo de consolidação de Irineu Evangelista no imaginário político brasileiro, a biografia publicada em 1926 por Alberto de Faria desempenhou um papel de absoluta centralidade. Entre 1925 e 1929, em razão do impacto nacional causado por esta obra, o interesse pelo visconde conheceu seu primeiro pico entre as elites do país. Haja vista a enorme importância do livro de Faria no esforço cívico responsável pela inclusão de Mauá entre os grandes heróis brasileiros, o quarto capítulo desta Dissertação será consagrado à análise dos significados mais imediatos assumidos pela biografia em questão, naquela temporalidade. Intentamos mostrar, neste capítulo, que a ênfase dada ao novo herói e o desejo de efetivá-lo no panteão cívico do país estavam intimamente ligados ao amadurecimento de um projeto de Brasil que se voltava para duas áreas estratégicas e cada vez mais interligadas

da vida nacional, a política e a educação, e se interessava prioritariamente pela modernização industrial da nação.

Além do *Mauá* de Faria, neste capítulo, também nos valem, sempre que necessário, da recepção desta obra, para melhor delinear suas intervenções no contexto histórico-intelectual daquele período. Assim sendo, de forma auxiliar ou complementar, um rico conjunto de artigos, livros e outros textos integrarão o rol das fontes deste capítulo. São pequenos textos retirados de jornais dos principais centros na época da publicação do livro de Faria; são conferências ou discursos apresentados em eventos em que a figura de Mauá estava em pauta; são livros cuja temática acercava-se dos temas em foco neste capítulo ou do seu personagem principal, Irineu Evangelista; enfim, são escritos de circunstância e textos claramente datados que, na perspectiva da nova História das Idéias<sup>25</sup>, revestem-se de um valor especial. A despeito de serem constituídos basicamente por escritos de ocasião, será esse precioso *corpus* documental que nos permitirá visualizar, com maior vivacidade e exatidão, o ambiente intelectual, a gramática das linguagens políticas da época em que a obra de Faria veio à tona<sup>26</sup>.

Finalmente, no quinto capítulo desta Dissertação, dividimos nossa atenção em dois pontos interdependentes. A princípio, vamos abordar a repercussão menos imediata da

---

<sup>25</sup> “[...] nos últimos 20 anos, a história das idéias desceu daquele empíreo onde freqüentava apenas autores de renome; interessou-se pelas mil degradações do modelo original, pelas formulações vulgares dos temas políticos, pelo pensamento automático dos órgãos de opinião, pelos reflexos condicionados, pela circulação dos mitos e dos esteriótipos, pelos novos suportes dos enunciados ideológicos... Mais preocupada em acompanhar o trabalho das idéias na sociedade política, ela passou de uma certa forma da história da literatura e da filosofia para uma história das **mentalidades** políticas. Sempre atenta à **produção intelectual** personalizada, está, entretanto, cada vez mais empenhada em apreender o que Michel Foucault chamava de “filosofia espontânea” daqueles que não filosofam”. (WINOCK, 1996, p. 284-5 apud LOPES, 2002, p. 65).

<sup>26</sup> “Estudar o contexto de qualquer grande obra de filosofia política não significa apenas adquirir uma informação adicional sobre sua etiologia; também implica dotar-nos [...] com um meio de alcançar maior visão interna do que seu autor queria dizer. [...] Podemos começar assim a ver não apenas que argumentos eles apresentavam, mas também as questões que formulavam e tentavam responder, e em que medida aceitavam e endossavam, ou contestavam e repeliam, ou às vezes até ignoravam (de forma polêmica), as idéias e convenções então predominantes no debate político. Não podemos esperar atingir esse nível de compreensão estudando tão-somente os próprios textos. A fim de percebê-los como respostas a questões específicas, precisamos saber algo da sociedade na qual foram escritos. E, a fim de reconhecer a direção e força exatas de seus argumentos, necessitamos ter alguma apreciação do vocabulário político mais amplo de sua época”. (SKINNER, 2003, p. 13).

biografia do embaixador Alberto de Faria, procurando evidenciar as repercussões desta obra sobre o pensamento social brasileiro. Entendemos que um dos impactos de maior alcance do *Mauá* de Faria foi chamar a atenção das elites brasileiras para a centralidade das questões econômicas na trajetória da formação social do país. De um lado, o sucesso deste livro neste esforço de redirecionar o foco de interesse do pensamento social brasileiro para os assuntos econômicos, ao que tudo indica, esteve intimamente ligado à natureza da escrita biográfica, capaz de seduzir os leitores tanto por seu caráter literário, aberto ao universo onírico da imaginação, quanto por seu caráter histórico, alicerçado nos ideais da objetividade da narrativa. Por outro lado, entendemos que um outro elemento se agregou à natureza biográfica do texto de Faria, facilitando-lhe o impacto, qual seja: a, então nascente, historiografia econômica. Discutimos o processo de consolidação deste ramo da historiografia em um tópico especial, no qual aproveitamos para analisar quatro obras que marcaram o início desta especialidade do saber histórico no país<sup>27</sup>.

Concluído esse primeiro momento, em um segundo, vamos dirigir nossa atenção para um autor do pensamento social brasileiro, intentando estabelecer suas interfaces, seja com o ramo historiográfico supracitado e em processo de consolidação, seja com a memória nacional em torno do visconde de Mauá – objeto de estudo central desta Dissertação. Neste momento, a obra de Azevedo Amaral receberá um destaque especial. Um dos primeiros intelectuais, certamente, o de maior envergadura na época, a levar em conta a importância do econômico na trajetória histórica do país foi Azevedo Amaral. Pensador político nacionalista e modernizante, este intelectual considerava a industrialização como a única solução para o problema do “atraso” brasileiro. Grande admirador de Irineu Evangelista, não deixa de ser curioso que o período historiográfico fértil (1930-1941) de Azevedo Amaral tenha,

---

<sup>27</sup> As obras em destaque são: *Histórico da formação econômica do Brasil* (1922) de Vitor Vianna; *Pontos de partida para a história econômica do Brasil* (1923) de José Gabriel de Lemos Brito; *Evolução econômica do Brasil* (1935; a primeira edição brasileira data de 1939) do norte-americano J. F. Normano; e *História econômica do Brasil* (1937) de Roberto Cochrane Simonsen.

justamente, coincidido com o momento em que Mauá já se consolidara como um herói nacional entre as elites brasileiras. *Ensaio brasileiro*, sua primeira obra de análise da formação social do Brasil, é de 1930. Naquela data, a repercussão causada pela publicação de *Mauá*, marco inicial na memória em torno do visconde, já havia arrefecido, tendo a biografia de Faria cumprido, com êxito, sua missão cívica de resgate da memória do visconde. Por toda a década, Azevedo Amaral continuou a escrever, sempre defendendo o desenvolvimento industrial do país e fazendo apologias ao visconde. Consideramos o conjunto da obra deste autor como o marco inaugural da tradição da modernização industrial no pensamento social brasileiro – um marco para o qual as representações políticas veiculadas pelo visconde de Mauá em sua autobiografia e re-apropriadas, muito particularmente, pela biografia escrita por Alberto de Faria tiveram, sem dúvida, uma parcela considerável de contribuição.

A hipótese fundamental defendida nesta Dissertação pode ser formulada nos seguintes termos: a auto-imagem elaborada por Mauá em sua *Exposição aos credores*, obra de 1878, ao ser re-apropriada no final da década de 1920 a partir da veiculação do *Mauá* de Alberto de Faria, teria desempenhado um papel de relevo para o surgimento, no nível do discurso, de uma nova tradição no pensamento social brasileiro, a modernização industrial, que, em certo sentido, inclusive, já se concretizava, simultaneamente, no âmbito das práticas políticas, ao longo da década de 1930. Este é um trabalho que almeja, partindo da análise das representações políticas em torno da figura de Irineu Evangelista de Souza, inicialmente, construídas em sua própria narrativa autobiográfica e, posteriormente, retomadas em uma narrativa biográfica, a primeira de vulto sobre o visconde, surpreender os fundamentos de uma nova *racionalidade política* em processo de constituição nos anos 1920 e 1930.

# **PRIMEIRA PARTE**

**UMA IMAGEM EM CONSTRUÇÃO:**

**OS PRIMEIROS ALICERCES DE UM MITO**

## 2 - A TRAJETÓRIA EMPRESARIAL DE IRINEU EVANGELISTA DE SOUZA:

### UMA ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA PRELIMINAR

**31 de maio de 1871. Fui com o Antônio ao Barão de Mauá, tratar da organização do Caminho de Ferro do Paraná. Recebeu-nos com a benevolência de costume; guardou as plantas e o Prospecto, a fim de dar solução na segunda-feira.**

**O Barão de Mauá é indubitavelmente o mais inteligente e o mais patriótico dos capitalistas com os quais eu tenho lidado. Se não fossem os seus embaraços financeiros e sua ausência no Rio da Prata, eu nunca teria tratado com outro.**

*Diário de André Rebouças.*

Foi confinado em sua fazenda Atalaia, em Sapopemba, que Irineu Evangelista de Souza, consternado pela dor falência, empreendeu sua mais duradoura obra, em meados de 1878. Escrita em pouco mais de duas semanas, a *Exposição do visconde de Mauá aos credores de Mauá & Cia. e ao público* exprimia toda a amargura e desilusão de um dos homens mais ricos do Império, no transe mais aterrador de sua existência. Três anos antes, por ocasião da moratória de seu banco, Mauá já tinha concebido produzir este folheto, sendo, então, demovido por amigos<sup>28</sup>. Agora chegara o momento decisivo: nada mais havia a salvar; restava apenas sua honra. Debruçando-se sobre esta empresa, o visconde produziu uma obra que, afinal de contas, não apenas conseguiu expressar em palavras uma imagem do seu

---

<sup>28</sup> “Já em 1875, [...] tive a intenção de intenção de fazer esta exposição, de que fui desviado por amigos que viam na manifestação um ato de despeito, quando aliás, então como hoje, entendo ser ela o cumprimento de um dever”. (MAUÁ, *Autobiografia*, p. 227. Reiteramos: as citações, livres e textuais, referentes à *Exposição aos credores* tomaram como base a segunda edição desta obra, feita em 1942 e reimpressa em 1943. Valemo-nos desta reimpressão).

conturbado estado de espírito, mas também obteve sucesso em representar o clamor de toda uma classe em formação – referimo-nos à burguesia industrial.

O período da vida do visconde de Mauá em foco no texto de sua *Exposição aos credores* correspondeu à época denominada por Capistrano de Abreu como o *apogeu do Império*<sup>29</sup>. Trata-se da segunda metade do século XIX, muito particularmente de seu terceiro quartel. Nessa época, as grandes rebeliões regenciais já haviam sido apaziguadas, muito embora as insatisfações sociais ainda não tivessem sido de todo eliminadas e, vez ou outra, arrebatassem em motins (localizados, é bem verdade)<sup>30</sup>. O Estado imperial e a integridade territorial da nação estavam consolidados. A expansão da cafeicultura pelo vale do Paraíba, adentrando o norte e, posteriormente, atingindo o oeste da província de São Paulo, colocava o recém-independente país no bojo da economia mundial, em franca expansão. Enfim, a unidade e o crescimento aconteciam, patrocinados por uma política conservadora que privilegiava o setor produtivo brasileiro mais bem integrado na economia internacional. Vejamos um pouco mais detidamente como se chegou a essa fase.

A vinda da Corte para a cidade do Rio de Janeiro marcou o início efetivo do processo de “*interiorização da metrópole*”<sup>31</sup>. Os interesses dos colonizadores foram se enraizando no então chamado *Sul* do país, correspondente próximo do atual centro-sul, particularmente, na província do Rio de Janeiro – coração financeiro e burocrático da colônia. O significativo crescimento populacional da cidade da Corte naqueles decênios traduz a

---

<sup>29</sup> ABREU, 1976, p. 83.

<sup>30</sup> Quatro grandes rebeliões marcaram o período regencial: a Cabanagem no Pará (1835-1840); a Sabinada na Bahia (1837-1838); a Balaiada no Maranhão (1838-1840); e a Farroupilha no Rio Grande do Sul (1836-1845). Na segunda metade do século XIX, as insatisfações da população imperial se fizeram sentir, sobretudo, em regiões mais distantes da ação do poder central, como o nordeste do país. Essas rebeliões tiveram como detonador imediato resoluções do governo imperial. Entre 1851 e 1852, uma série de rebeliões, conhecidas como o “Ronco da Abelha”, ocorrerem nas províncias nordestinas. Entre 1874 e 1875, novas agitações populares aconteceram na região mencionada. Estas rebeliões ficaram conhecidas pelo nome de “Quebra-Quilos”. (MONTEIRO, 1977/1978; OLIVEIRA, 2005).

<sup>31</sup> A tese da “*interiorização da metrópole*” foi defendida, pela primeira vez, por Maria Odila Leite da Silva Dias em um artigo de mesmo nome que se encontra em: MOTTA, 1972. Para uma breve avaliação historiográfica de como esta tese foi amadurecendo ao longo da obra de Silva e de como, após sua publicação, a idéia foi recebida pelos historiadores dedicados, especialmente, aos estudos do Brasil Colônia e Império, cf. GOUVÊA, 2005.

importância crescente da localidade dentro do Império. Era lá que se concentravam a administração, a vida política e os principais interesses econômicos. A cidade do Rio se tornou o ponto de encontro da aristocracia e dos burocratas, dos grandes comerciantes e dos capitalistas, dos plantadores escravistas e das autoridades estrangeiras. Na Corte, todos esses interesses se mesclavam e tendiam a encontrar um denominador comum, sob os auspícios da Coroa. Esta necessitava de apoio e de recursos para empreender sua política de reformas; aqueles recebiam do poder central benesses, como pedaços de terra e outros privilégios, bem como, honrarias, especialmente, títulos de nobreza.<sup>32</sup>

Foi também a partir dali (da Corte, entenda-se) que a promissora lavoura do café, cujo cultivo já era incentivado pelo trono desde os tempos de D. João VI, avançou de forma surpreendente pelo interior fluminense, pelo norte de São Paulo (continuação paulista do Vale do Paraíba) e pelo Sul de Minas e pela Zona da Mata mineira - embora a produção nestas duas últimas áreas não tenha sido tão relevante no cômputo nacional, sobretudo durante a primeira metade do século XIX. Naquele período, a produção cafeeira fluminense foi a grande responsável pelos aumentos consideráveis das exportações de café do Império, atingindo mais de três quartos da produção nacional. As exportações efetuadas pelo porto do Rio representavam, então, cerca de 55% da renda nacional das alfândegas – de longe a principal fonte de receita do governo central.<sup>33</sup>

Não por acaso a Corte se tornou o *locus* de decisão dos destinos do Império, muitas vezes, em confronto com os interesses de outras regiões. A partir de lá é que se difundia o projeto de um grande império colonial português: sonho nutrido já há algum tempo por estadistas lusos e que na figura de D. Rodrigo de Souza Coutinho, o conde de Linhares, ministro e conselheiro de D. João VI, efetivara-se com a Transmigração. A concepção de um Império português transparece nos eventos que marcaram a emancipação política do Brasil. A

---

<sup>32</sup> MATTOS, 1987, p. 45-57.

<sup>33</sup> CARVALHO, 1999, p. 168; MATTOS, 1987, p. 58-61.

preferência pela união ou federação monárquica, já encaminhada desde 1815 com a instauração do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, só foi vencida pela insistência das Cortes em restabelecer a política colonial. Daí, então, a opção das elites, em geral, foi pela separação com monarquia constitucional. A solução republicana, apesar de alguns adeptos, não gozou de grande aceitação entre os grupos dominantes, aterrorizados com a Revolução de São Domingos ocorrida no Haiti, em 1792. Além disso, as províncias do Sul receavam que as do Norte viessem a se separar – ameaça factível durante os conflitos civis que marcaram o reconhecimento interno da Independência. Uma vez definida a monarquia como o regime político do novo país, tudo isso favoreceu a imposição da centralização, não sem antes muitas lutas terem sido travadas.<sup>34</sup>

As tendências federalistas voltaram a se manifestar com força após a Abdicação de D. Pedro I. Em 1831, a Câmara deu o primeiro passo nesse sentido, aprovando um projeto de reforma da Constituição. Três anos mais tarde estava pronto o Ato Adicional que aplicou alguns princípios federalistas à monarquia em vigor, como a instauração de assembleias provinciais e a adoção da divisão de rendas entre o poder central e o das províncias. Procurou-se também, por meio da mesma reforma, eliminar os traços absolutistas da monarquia brasileira. O projeto apresentado em 1831 na Câmara previa o fim do Conselho de Estado, do Poder Moderador e da vitaliciedade do Senado. Apenas a primeira medida foi incluída no Ato Adicional. Conseqüência ou não das reformas descentralizadoras, uma série de revoltas estourou por todo o Império, sobretudo em áreas mais distantes do atual sudeste do país, onde a autoridade da Coroa se fazia respeitar com mais facilidade. Frutos de conflitos intra-elites pelo poder provincial, muitas dessas revoltas se tornaram assustadoras ao assumirem contornos de verdadeiras guerras civis. Foi o caso da Cabanagem (1835-1840) no Pará. Durante os conflitos, envolvendo grupos de índios, camponeses e escravos, cerca de 30 mil

---

<sup>34</sup> CARVALHO, 1999, p. 159-164; DIAS, 1980/1981, p. 214-219; MATTOS, 1987, p. 45-57.

peessoas foram mortas: aproximadamente, 20% da população da província. Contestações como a Farroupilha, no Rio Grande do Sul, também impressionam por sua longevidade: iniciado em 1835, o movimento só foi apaziguado em pleno Segundo Reinado, no ano de 1845. Todas essas revoltas, ao todo cinco grandes revoltas ocorreram naquele período, deixaram marcas profundas nos homens que viveram a Regência e influenciaram, de forma decisiva, os rumos do processo de construção do Estado nacional no Brasil.<sup>35</sup>

A consolidação do Estado imperial foi o resultado de uma ação política levada a cabo por uma elite senhorial vinculada aos interesses da agricultura mercantil-escravista, sobretudo, a do sudeste. Durante a primeira metade do Oitocentos, período da “*acumulação primitiva de poder*”<sup>36</sup>, esta elite era composta basicamente por funcionários públicos. Seu núcleo duro localizava-se na província do Rio de Janeiro, sendo composto pelos chamados *saquaremas*. Dentre este grupo, destacavam-se três nomes, figuras de proa no Partido Conservador: Rodrigues Torres, futuro visconde de Itaboraí; Paulino José Soares de Sousa, futuro visconde do Uruguai; e, Eusébio de Queirós. Eram a *trindade saquarema*. Em síntese, o que os Saquaremas propunham era o reforço do poder estatal e a necessidade de um governo mais centralizado para conter as disputas entre facções, alimentadas pela agitada experiência republicana dos anos da Regência. Eles estiveram na base do movimento, desde então conhecido como o *Regresso* ou a *Reação*.<sup>37</sup>

Tendo início nos anos finais da Regência, quando da renúncia do regente liberal, Feijó, em 1837, a reação conservadora foi avassaladora. Inúmeros liberais aderiram ao movimento: o caso mais conhecido é o de Bernardo Pereira de Vasconcelos, redator do Ato Adicional de 1834. Era preciso pôr termo às convulsões locais que ameaçavam a ordem e a integridade do país: este foi o pensamento dominante na época. Para tanto, um pacote de

---

<sup>35</sup> CARVALHO, 1999, p. 164-167.

<sup>36</sup> A tese da “*acumulação primitiva de poder*” é uma formulação de José Murilo de Carvalho baseada, segundo o próprio autor, na idéia da “*concentração primitiva de poder*” de Frey. Ver: CARVALHO, 1999, p. 103-104.

<sup>37</sup> CARVALHO, 1996, p. 17-18, 103-104; DIAS, 1980/1981, p. 217-218; MATTOS, 1987, p. 2-4, 108-109.

medidas foi implementado, visando promover a centralização política e administrativa no Império. Era a reforma do Ato Adicional. O Poder Moderador, a que cabia o direito de formar o ministério, e o Senado vitalício foram mantidos, sendo restabelecido, em 1841, o Conselho de Estado (os três grandes baluartes do absolutismo); os presidentes das províncias foram investidos de maiores poderes, passando a serem constituídos pelo governo central; e, o juiz de paz perdeu boa parte de suas prerrogativas, sendo estas assumidas por delegados indicados pelo ministro da Justiça, que também ficou responsável pela nomeação dos altos cargos da Guarda Nacional.<sup>38</sup>

Apesar de promovida pelos liberais como tentativa de frear o *Regresso*, o episódio da Maioridade acabou sendo uma vitória dos grupos conservadores. Mais que a vitória do princípio monárquico, então, quase uma unanimidade, a Aclamação e a Coroação do jovem imperador significaram a vitória de uma concepção política corporativista. Fazendo prevalecer a tradição do Iluminismo português, mais preocupada com a reforma e o fortalecimento do poder estatal do que com medidas de caráter libertário ou revolucionário baseadas no individualismo jusnaturalista, os saquaremas estabeleceram solidamente a identificação da Coroa com a unidade territorial e, assim, tiveram condições de impor a monarquia associada à centralização. O Império estabelecia-se como uma continuidade do passado: era a retomada do Despotismo Ilustrado português, bastante vivo quando da emancipação política do Brasil, seja para conservar a integridade do país, dissipando o perigo republicano, seja para manter a hierarquização social típica de uma ordem escravista.<sup>39</sup>

Havendo derrotado os *luzias*, termo pejorativo com que foram denominados os liberais após os movimentos de 1842, os saquaremas assumiram de vez a condução política e, sobretudo, intelectual do Estado. Apesar da alternância dos ministérios, a “cara” do Império coincidia muito mais com os traços peculiares ao grupo vitorioso. Como defende Ilmar

---

<sup>38</sup> CARVALHO, 1999, p. 167-170; DIAS, 1980-1981, p. 222-223.

<sup>39</sup> CARVALHO, 1999, p. 167-168; DIAS, 1980-1981, p. 223-225; MATTOS, 1987, p. 80-83.

Rohloff de Mattos, a construção do Estado e a formação da elite senhorial ocorriam *pari passu*: de um lado, os saquaremas se distinguiam como os protagonistas do *Regresso*, agregando em torno de si os interesses dos grandes comerciantes do centro-sul, da burocracia (sobretudo, dos magistrados) da Corte e dos plantadores escravistas do Vale do Paraíba, fruto da expansão da cafeicultura; do outro, a Coroa era estabelecida como uma espécie de *Partido*, na acepção gramsciana do termo, sendo o *locus* principal da atuação política do núcleo conservador.<sup>40</sup>

A ação saquarema realizou-se por meio de uma *dominação* e uma *direção*. A dominação implicava em investimentos para a construção de um Estado moderno que se impusesse à população por meio de um corpo burocrático bem aparelhado e uma administração eficiente. Era a forma de se impor a *Ordem* e fazer reinar a harmonia social, evitando os excessos do mundo privado. A direção, por sua vez, significava difundir as luzes, emparelhando o país com as *Nações Civilizadas* e propagando os valores cívicos desejados. A educação tinha como foco a *boa sociedade* e o *povo mais ou menos miúdo*. Ficavam de fora os escravos. Ambas (dominação e direção) visavam a manutenção dos privilégios gozados pelas elites e ameaçados durante as disputas que marcaram os eventos da Emancipação. Seu objetivo era modernizar as estruturas político-administrativas do país, preservando ao mesmo tempo a continuidade da ordem sócio-econômica colonial. Os saquaremas foram vitoriosos, na mesma medida em que obtiveram sucesso em associar aos seus projetos os interesses de grupos conservadores próximos e distantes da Corte e conquistaram a anuência e, mesmo, o apoio dos liberais. Muito embora houvesse conflitos dentre os conservadores e entre conservadores e liberais, algo os unia: todos eles participavam da elite e tinham seus olhos voltados para a conservação de sua classe - então, baseada na propriedade de terras e de escravos.<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> MATTOS, 1987, p. 92-93, 104-106, 151-158.

<sup>41</sup> DIAS, 1980/1981, p. 212, 224-225; MATTOS, 1987, p. 109-115, 195-209, 256-275.

A defesa do *status quo* conduziu conservadores e liberais a uma aproximação, não apenas no que se refere à necessidade do regime monárquico no Brasil, como também à importância da escravidão para o país. Como mostra José Murilo de Carvalho, em seu estudo sobre a elite imperial brasileira, o grosso dos partidos políticos no período de consolidação do Estado era formado por grandes proprietários, tendo o Partido Conservador a tendência a concentrar funcionários públicos em seus quadros e o Partido Liberal, primeiramente, padres e, depois, profissionais liberais e alguns industriais. Essa coalizão de interesses explica muito bem o porquê dos conservadores terem se destacado tanto na defesa de um poder forte e centralizado. Por outro lado, esclarece ainda o compromisso da Coroa com a manutenção da escravidão – instituição contrariada frontalmente pela Inglaterra e cujas pressões foram decisivas para a abolição do tráfico intercontinental de negros, em 1850, a despeito dos fortes interesses ligados à continuidade da exploração da terra com mão-de-obra escrava africana.<sup>42</sup>

No decorrer de todo o século XIX, a presença britânica em território brasileiro foi marcante e, em alguns momentos, até mesmo ostensiva<sup>43</sup>. Inúmeros pesquisadores têm estudado as influências dos britânicos sobre a sociedade daquela época, em seus contatos com as diversas camadas da população nativa, dependendo de sua esfera de atuação. Foi um inglês, entendido aqui em sua acepção ampla, diga-se, um britânico, que esteve na base de toda a vida empresarial da figura protagonista desta Dissertação. O escocês Richard Carruthers,

---

<sup>42</sup> CARVALHO, 1996, p. 191-193, 205; MATTOS, 1987, p. 115-127, 274-275.

<sup>43</sup> “A posição privilegiadíssima que, ainda na fase colonial do Brasil, a Inglaterra conseguira para seus produtos nos mercados brasileiros, não poderia deixar de dar à influência inglesa na América portuguesa o perfil aquilino das influências imperiais. [...] A verdade é que bastaria para caracterizar a situação de quase colônia do Brasil, durante grande parte da primeira metade do século XIX, em face da Grã-Bretanha, o fato de, mesmo depois de proclamada a independência brasileira, de promulgado pelo novo Império um código criminal, de instituído um sistema judiciário próprio, o Governo britânico ter inflexivelmente recusado a reconhecer como satisfatórios os juízes consagrados pela Constituição do Império, mantendo aqui os seus especialíssimos “juízes conservadores”: um privilégio extraterritorial que só desapareceria de todo em 1844. À sombra de tais privilégios é que a economia brasileira fora imperialmente dominada pela britânica; de tal modo que em 1812 o Brasil consumia 25% mais artigos ingleses do que a Ásia inteira e mais de 4/5 do total absorvido pela América do Sul”. (FREYRE, 1948, p. 176-177). Também vale lembrar que muitas das empresas criadas por Mauá foram, posteriormente, absorvidas por capitais ingleses: tal foi o destino, por exemplo, da *Companhia de Iluminação a Gás do Rio de Janeiro* e da *Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas*. (MAUÁ, *Autobiografia*, p. 124, nota 44).

segundo o próprio Irineu Evangelista de Souza, “*um dos melhores tipos da humanidade*”<sup>44</sup>, foi quem o distinguiu nos negócios, colocando-o como sócio gerente de seu estabelecimento comercial, ao retornar para sua terra de origem. Mais tarde, além de conselheiro e amigo fiel, Carruthers sempre esteve ligado aos empreendimentos de Mauá, sobretudo, secundando-o na captação de recursos financeiros no exterior<sup>45</sup>. A gratidão de Mauá ao parceiro era ilimitada; em carta datada de 1861, o barão confessava: “... *tudo o que de bom existe em mim devo ao que foi inculcido há trinta anos em minha jovem mentalidade de então, por você*”<sup>46</sup>.

A *preeminência inglesa no Brasil*<sup>47</sup> ao longo do século XIX não foi casual. Ela esteve ligada ao processo avassalador de expansão do capitalismo pelo mundo, a começar da Europa e passando por suas colônias asiáticas e africanas, bem como, por suas zonas de influência econômica na América. Tendo seu início com a Revolução Industrial na Inglaterra, em meados do século XVIII, a primeira fase do capitalismo (1770-1870) foi dominada quase que exclusivamente pelos britânicos. Em posição secundária e tendo um papel ainda muito tímido, estava a França, com sua produção de artigos de luxo. Esta é a etapa do capitalismo livre-concorrencial, momento em que, sob a batuta inglesa, a divisão internacional do trabalho disseminou-se pelo mundo, incentivando a especialização de cada país num ramo da produção e promovendo a integração das nações através da troca crescente de produtos.<sup>48</sup>

Com números grandiloqüentes, Eric Hobsbawm mostra o desenvolvimento acentuado do comércio mundial, na mesma proporção em que se ampliava a capacidade produtiva das nações. Entre 1850 e 1870, período da *grande expansão* que preparou o caminho para a nova fase do capitalismo, a fase monopolista, a produção mundial de carvão cresceu duas vezes e meia; a de ferro, quatro vezes; e a força total de vapor em HP, quatro

---

<sup>44</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 95.

<sup>45</sup> CALDEIRA, 1995, p. 165-166; MARCHANT, 1965, p. 117.

<sup>46</sup> GRAHAM, 1973, p. 208.

<sup>47</sup> Utilizamos aqui a expressão de um estudo clássico sobre a influência político-econômica dos britânicos em território brasileiro. Cf. MANCHESTER, 1973.

<sup>48</sup> GRAHAM, 1973, p. 11-14; HARDMAN & LEONARDI, 1982, p. 26-29; SINGER, 1977, p. 347-349.

vezes e meia. Nestes mesmos anos, o comércio internacional, que não chegara a duplicar entre 1800 e 1840, teve um aumento de 260%. A mistura explosiva de capital barato com perspectivas de elevação dos preços foi a grande responsável por esse verdadeiro *boom*, do qual o recém-independente, Brasil, não ficou de fora.<sup>49</sup>

O crescimento espantoso da indústria dos países capitalistas em franca expansão naqueles anos – vale dizer, Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, especialmente - requeria mercados para seus produtos. Isso foi obtido com a formação de um *mercado expandido* a nível mundial, na segunda metade do século XIX. Graças aos avanços dos meios de transporte alcançados pelo emprego do vapor em locomotivas e navios e às melhorias nas comunicações após a invenção do telégrafo elétrico, o planeta foi se unificando. Em 1875, o mundo tinha cerca de 62 mil locomotivas, transportando por estimativa 1371 milhões de passageiros e 715 milhões de toneladas de mercadorias. Na década de 1870 e, sobretudo, na seguinte, os vapores assumiram a liderança do transporte marítimo, dinamizando significativamente a navegação. A instalação de cabos submarinos ganhou grande impulso após o sucesso do *Great Western* em 1865, responsável pela ligação telegráfica do Velho com o Novo Mundo, através do Atlântico norte. Os contatos entre os povos tornavam-se mais frequentes; a circulação de mercadorias, uma rotina; e a padronização, uma tendência.<sup>50</sup>

Aquele foi um século, sobretudo durante seu terceiro quartel, de autoconfiança praticamente ilimitada. O progresso espalhava-se por toda parte, tendo nas ferrovias seu símbolo maior. “*A chegada da estrada de ferro era em si mesmo um símbolo revolucionário, já que a construção do planeta como uma economia única era, de várias formas, o aspecto mais espetacular e de maior alcance da industrialização*”<sup>51</sup>. Além das locomotivas, ícones em movimento da civilização, a indústria era celebrada periodicamente nas concorridas *Exposições Universais*. Da segunda metade do século em diante, todos países do globo,

---

<sup>49</sup> HOBBSAWM, 1977, p. 49-59.

<sup>50</sup> HOBBSAWM, 1977, p. 53-54, 60-64, 66, 72-79, 83-86; SINGER, 1977, p. 347-349.

<sup>51</sup> HOBBSAWM, 1977, p. 60.

inclusive o Brasil, se esforçaram por participar desses eventos e exibir os “frutos” de sua civilização à emulação mundial. Tais espetáculos foram importantes não apenas para afagar o orgulho nacional, mas muito mais ainda para disseminar entre os povos o otimismo e outros valores e ideais do *ethos* burguês.<sup>52</sup>

Desde cedo, o Brasil se fez representar nesses eventos, tendo enviado pela primeira vez uma delegação quando da *Exposição* de Londres em 1862. A participação permanente do país nas exposições industriais contribuiu para construir e afirmar uma imagem de nação moderna: era uma espécie de “*ritual de passagem que o fazia atuar por inteiro no concerto das nações*”<sup>53</sup>. Sendo, naquela época, um país essencialmente rural, a presença brasileira nesse evento e naqueles que logo se sucederam foi marcada pelo artesanato e por inovações técnicas ligadas à agricultura, muito embora a exposição de manufaturas não tenha sido tão diminuta como, em geral, se pensa. A qualidade da participação brasileira no principal evento do mundo burguês esteve diretamente relacionada com sua posição na divisão internacional do trabalho, então, em configuração.<sup>54</sup>

Durante todo o século XIX e, mesmo, nas décadas iniciais do século seguinte, a inserção do Brasil no comércio mundial foi limitada. As áreas do país que mantinham contato freqüente com os mercados externos estavam restritas a manchas no território nacional – geralmente, próximas do litoral ou, então, a ele ligadas por meio de ferrovias. Levando em conta essas ressalvas, pode-se dizer que 1850, ano da abolição do tráfico negreiro transatlântico, marcou o início da integração definitiva do país na divisão internacional do trabalho, sendo o café o grande responsável por essa *démarche*. Alavancadas pela expansão progressiva daquele produto, que desde a terceira década do Novecentos já predominava em nossa pauta de exportações graças ao florescimento da lavoura cafeeira Vale do Paraíba adentro, as exportações e importações brasileiras cresceram, respectivamente, 86% e 89%,

---

<sup>52</sup> HARDMAN, 1998, p. 49-62; HOBBSAWM, 1977, p. 52-54, 60-62.

<sup>53</sup> HARDMAN, 1998, p. 91.

<sup>54</sup> HARDMAN, 1998, p. 67-91.

entre os anos de 1840 e 1860. Este impulso inicial, entretanto, já dava mostras de esgotamento a partir da década de 1870, sendo recuperado somente na virada do século, sob os estímulos da chegada de contínuas levas de imigrantes.<sup>55</sup>

O “lugar” ocupado pelo Brasil na economia mundial ao longo daquele século foi apenas secundário: destacava-se como produtor de artigos primários ligados aos hábitos de consumo citadinos e exportador de matérias-primas requeridas pelas indústrias modernas. Ainda assim, o país ia se modernizando e industrializando, seja sob o estímulo das rendas provenientes das lavouras mais lucrativas, especialmente, no centro-sul, seja sob a ação de investimentos estrangeiros, particularmente, ingleses. Esses dois fatores, interligados, permitiram a inclusão do país no turbilhão econômico mundial.<sup>56</sup>

O início da modernização do Brasil foi marcado por uma série de grandes empreendimentos infra-estruturais. A ligação do país com os mercados estrangeiros e vice-versa impunha-se como uma necessidade urgente. Nessas circunstâncias, a construção de portos e de estradas de ferro cumpriu um papel fundamental, permitindo o escoamento da produção do interior para o litoral e possibilitando a entrada de artigos e equipamentos importados até as áreas mais distantes. A instalação de cabos submarinos também foi um passo importante na integração internacional da nacionalidade. Os investimentos em *melhoramentos materiais*, como então se dizia, foram a grande coqueluche do momento, tendo recebido amplo apoio governamental e despertado a atenção dos ingleses - na época, dispondo de considerável soma de capitais excedentes.<sup>57</sup>

Em 1852, após longa discussão no Parlamento, o Governo imperial baixou uma lei de apoio à construção de ferrovias<sup>58</sup>. A partir daquele momento, toda companhia que fosse

---

<sup>55</sup> HARDMAN & LEONARDI, 1982, p. 43-45; SINGER, 1977, p. 349-352.

<sup>56</sup> HARDMAN & LEONARDI, 1982, p. 32-40; SINGER, 1977, p. 352-354.

<sup>57</sup> GRAHAM, 1973, p. 32-34; HARDMAN & LEONARDI, 1982, p. 53-56.

<sup>58</sup> Deve-se ressaltar que a aspiração por um caminho de ferro no Brasil já vinha de alguns anos atrás. Regressando ao país após uma viagem no exterior, durante a qual procurara uma nova esposa para Sua Majestade, D. Pedro I, Felisberto Caldeira Brant Pontes, o marquês de Barbacena, voltou com a idéia de

organizada com o propósito de construir uma estrada de ferro contaria com a garantia legal de 5% de juros por parte da União. Pouco tempo depois, essa taxa foi elevada para 7%, ficando o complemento sob encargo dos governos provinciais. Nos anos que se seguiram, inúmeros caminhos de ferro foram instalados, quase sempre contando com investimentos ingleses - sobretudo, após o sucesso financeiro da *São Paulo Railway*, a mais lucrativa ferrovia do período. Além da concessão de financiamentos, os ingleses também construíram caminhos de ferro por conta própria. Em 1880, havia 11 companhias ferroviárias controladas por britânicos no Brasil; em 1890, este número já era de 25.<sup>59</sup>

Na fase industrial de sua vida, Irineu Evangelista de Souza teve participação ora mais, ora menos destacada no estabelecimento de inúmeras ferrovias no país, ao longo do penúltimo quartel do século XIX. Foi o concessionário e o construtor da Estrada de Ferro de Petrópolis, conhecida como E. F. Mauá. Atuou de forma decisiva para evitar uma quebra de contrato no caso da E. F. Pedro II, resultado de incompatibilidades havidas entre a Diretoria brasileira da empresa e o empreiteiro inglês das obras<sup>60</sup>. Obteve ainda a concessão para a construção da E. F. Santos a Jundiaí e organizou a companhia em Londres, tendo seu banco, o *Banco Mauá & Cia.*, feito vários adiantamentos à firma construtora, mais tarde, não ressarcidos pela companhia. Finalmente, ele não deixou de concorrer para a sorte de outros caminhos de ferro seja com capitais próprios, seja com o prestígio do seu nome junto ao crédito nacional e estrangeiro, sobretudo inglês. É o caso da *E. F. de Recife ao São Francisco*,

---

estabelecer a ligação férrea entre a província do Rio de Janeiro e a de Minas Gerais. Anos mais tarde, quando Diogo Antônio de Feijó era Regente e Antônio Paulino Limpo de Abreu, visconde de Abaeté, Ministro interino do Império, votou-se, em 31 de Outubro de 1835, uma lei autorizando a construção de uma ferrovia ligando a capital do império às províncias de Minas Gerais e São Paulo. A medida não conseguiu animar o concurso de capitais ingleses para o empreendimento; na ocasião, a praça de Londres fora consultada por uma delegação brasileira. Apenas em 1840, um médico inglês residente no país obteve do Governo a concessão para construir uma via férrea ligando o Rio de Janeiro a São Paulo. Sem a coadjuvação de parceiros para a empreitada, Thomas Cochrane, primo do Almirante Cochrane, perdeu o privilégio dois anos depois. A legislação imperial só veio a sofrer alterações em 1852. Sob influência do médico inglês Cochrane, a lei de 26 de junho daquele mesmo ano definiu a garantia de juros supracitada. (BESOUCHET, 1978, p. 67-68; SOUZA FERREIRA, 1900, p. 92-93).

<sup>59</sup> GRAHAM, 1973, p. 59-78; SINGER, 1977, p. 366-367.

<sup>60</sup> Mauá encontrava-se envolvido neste empreendimento porque seu banco fora escolhido pela Diretoria “para depositário dos fundos a recolher-se dos acionistas”. (MAUÁ, *Autobiografia*, p. 175).

marco do primeiro aporte de capitais britânicos em ferrovias brasileiras, da *E. F. da Bahia* e da *E. F. do Rio-Verde* no sul da província de Minas, sem contar sua participação nas batalhas pelas *E. F. de Antonina a Curitiba e Paraná a Mato-Grosso* – ainda que causas perdidas.<sup>61</sup>

A inauguração do trecho inicial da E. F. de Petrópolis rendeu a Irineu Evangelista o título de barão de Mauá. No dia 30 de abril de 1854, praticamente dois anos depois de ter recebido a concessão do Governo da província do Rio de Janeiro para construir o caminho de ferro, ouviu-se pela primeira vez na América do Sul o sibilo da locomotiva – logo apelidada pela multidão de *Baronesa*, em homenagem à esposa do empreendedor ilustre. O trajeto percorrido tinha 14,5 Km de extensão, indo do porto de Mauá até a localidade de Fragoso. Inúmeras personalidades da política e da nobreza ali estiveram presentes para receber e saudar o melhoramento. Suas Majestades Imperiais compareceram pessoalmente. O povo também acorreu em profusão. Foi tudo uma grande festa, muito embora cada qual a saboreasse a sua maneira ou, melhor, nos limites impostos pela sua condição. Apenas alguns escolhidos da *boa sociedade* puderam ter a honra de experimentar a novidade, em vagões-coche construídos especialmente para a ocasião. É bastante conhecido o relato que deu do evento a pena graciosa de Francisco Otaviano, amigo e advogado de Irineu Evangelista.<sup>62</sup>

Eis que o sibilo do vapor dá o sinal da primeira corrida, SS. MM. e toda a sua corte, as autoridades superiores da província do Rio de Janeiro, o presidente do conselho, os ministros do Império, da Marinha, da Guerra, as senhoras dos convidados e muitas outras pessoas mais notáveis, embarcaram ao som de uma banda marcial e de repetidos aplausos. A locomotiva arranca-se do ponto da estação, arrasta o comboio, corre, voa, atravessa as nove milhas e um quarto da estrada concluída e chega dentro de 23 minutos ao Fragoso, ponto de parada.

[...]

Não se pode descrever o entusiasmo com que todos à porfia saudaram o monarca americano e sua augusta esposa quando estes apearam do coche particular que se construía e adereçara pomposamente no centro do comboio. Os vivas os mais cordiais, os aplausos os mais frenéticos e espontâneos demonstraram o alto apreço que nos merece uma dinastia que soube associar-se a todas as idéias nobres, grandes, generosas, de progresso e de proteção ilustrada à indústria. Esses aplausos redobram quando o Sr. Ministro do Império levou à presença do Imperador o Sr. Irineu, para que este agradecesse a prova de alta distinção, que aquele augusto Senhor lhe acabava de conferir, condecorando-o com o título de BARÃO DE MAUÁ.

<sup>61</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 123-136, 145-152, 159-179, 185-201, 211-214.

<sup>62</sup> SOUZA FERREIRA, 1900, p. 92-96.

[...]

O que se lia nos olhos de todos os que ali estavam era fácil de se rastrear. Como é que só agora, em 1854, tínhamos o primeiro caminho de ferro, e este mesmo limitado a um ensaio em tão pequena escala?<sup>63</sup>

Vinte anos depois, um novo melhoramento permitiu a Mauá subir mais um degrau da escala nobiliárquica. O lançamento de um cabo submarino ligando o Brasil à Europa, por meio do telégrafo elétrico, foi o grande responsável pelo novo título de visconde. A idéia de ligar o país ao “*mundo civilizado*” remontava a 1853, quando o Governo imperial abriu concessões para a obra. Desde então, dois concessionários já haviam tentado, sem sucesso, organizar a companhia. Em 1872, Irineu Evangelista recebeu o privilégio. No ano seguinte, estava aberta em Londres a *Brazilian Submarine Telegraph Company*, para quem Mauá vendera o privilégio. Finalmente, em 22 de junho de 1874, o Imperador teve a honra de inaugurar o cabo transatlântico, enviando telegramas ao papa e à rainha da Inglaterra, de uma sala da Biblioteca Nacional. Quatro dias depois, Irineu era elevado de barão a visconde de Mauá.<sup>64</sup>

A atenção dos britânicos, retomando o fio da meada, era atraída não somente para o aparelhamento infra-estrutural do país. Este era apenas um dos elementos necessários à formação do *complexo exportação-importação*, no qual eram os principais interessados, juntamente com os produtores e o governo brasileiro. Além de portos, ferrovias e telégrafos, a entrada do país nas correntes de comércio em expansão dependia do estabelecimento de firmas de importação e exportação, de companhias de navegação, de agências de seguro e de bancos financiadores. Só para se ter uma idéia da força britânica nesse setor, digamos que, ao todo, suas firmas exportadoras de produtos brasileiros eram responsáveis por cerca da metade da exportação do açúcar e do café e em torno de 60% da exportação de algodão, na década de 1840. Na cidade do Rio, a colônia de comerciantes inglesas era poderosíssima. Ao longo do Novecentos, a afamada Rua Direita foi durante muito tempo dominada por comerciantes

---

<sup>63</sup> SOUZA FERREIRA, 1900, p. 95-96.

<sup>64</sup> CALDEIRA, 1995, p. 493-494; MAUÁ, *Autobiografia*, p. 201-206.

ingleses. Seus estabelecimentos encontravam-se instalados nos arredores da Alfândega, cujas ruas largas eram as mais apropriadas para o comércio de artigos *em grosso*.<sup>65</sup>

A hegemonia inglesa nos mares brasileiros também era flagrante. Em vários anos da segunda metade do século, dos vapores estrangeiros que ancoraram no porto do Rio de Janeiro (ainda o principal porto brasileiro), quase a metade era de origem britânica. Destacava-se nesse tipo de serviços, a *Royal Mail Steam Packet Navigation*, empresa que deteve, em 1850, o monopólio da primeira linha de vapores Grã-Bretanha-Brasil e, logo depois, ficou responsável pelo transporte das malas do correio britânico para o país. A travessia transatlântica exigia precauções; inúmeros navios eram segurados por companhias inglesas, instaladas em Londres ou aqui mesmo no Brasil. Distinguiam-se nesse tipo de serviço os *Lloydes* de Londres, com representantes na cidade Corte desde 1809, bem como, a *Marine Insurance Company* e a *Home and Colonial Marine Insurance Company* também no Rio de Janeiro.<sup>66</sup>

No que concerne à atividade bancária, calcula-se que os bancos britânicos detinham 30% do montante dos ativos de todos os bancos estabelecidos no país e 57% da soma dos ativos de todos os bancos estrangeiros aqui instalados. E isso em pleno ano de 1913, quando a presença inglesa no Brasil já estava em declínio. Finalmente, para concluir esse breve quadro do já conhecido imperialismo britânico no século XIX, mencione-se que os Rothschilds de Londres foram nomeados, em 1855, agentes exclusivos do Brasil, monopolizando o financiamento externo do Governo brasileiro por toda o Império e conservando-o intacto até a Primeira República. Somente, em 1908, capitais de origem francesa romperam o monopólio inglês sobre a dívida pública do país.<sup>67</sup>

Controlando boa parte desse amplo complexo comercial, muitos dos ingleses aqui instalados ou com capitais aqui investidos amealharam fortunas fazendo esta organização

---

<sup>65</sup> FREYRE, 1948, p. 73, 167-173; GRAHAM, 1973, p. 79-87.

<sup>66</sup> FREYRE, 1948, p. 159-160; GRAHAM, 1973, p. 79-87.

<sup>67</sup> GRAHAM, 1973, p. 79-87, 100-111; SINGER, 1977, p. 365-366.

mercantil funcionar. Sua tática tanto aqui, como alhures era ter em suas mãos boa parte do transporte, do financiamento e da comercialização dos principais artigos de exportação da economia brasileira, com destaque especial para o café. Ao assim procederem, eles evitavam os riscos que o envolvimento direto com a produção agrícola acarretava e embolsavam os lucros mais seguros provenientes dessas atividades acessórias, porém, essenciais, e para as quais o capital nativo era insuficiente.<sup>68</sup> Como bem observou, em 1854, Sérgio Teixeira de Macedo, ministro brasileiro na Grã-Bretanha, a respeito do poderio marítimo internacional dos ingleses:

O comércio entre dois países é movimentado com capital inglês, em navios ingleses e por firmas inglesas. Os lucros,... os juros sobre o capital,... o pagamento dos prêmios de seguros, as comissões e os dividendos provindos das operações financeiras, tudo é carregado para o bolso dos ingleses.<sup>69</sup>

Até a Primeira Grande Guerra, a Grã-Bretanha foi o país que mais exportava capitais em todo o mundo. Ao longo da segunda metade do século XIX, os investimentos provenientes daquela nação foram se destinando de forma crescente para as partes mais meridionais do Novo Mundo. Na medida em que a competição mundial avançava com a ascensão de novas potências, inúmeros países (sobretudo) da Europa, antes receptores de empréstimos ingleses, alcançaram o *status* de exportadores de capital. Nessas circunstâncias, além do cômputo de inversões endereçadas ao império britânico terem aumentado sensivelmente, a América do Sul foi se definindo como um importante destinatário de recursos ingleses. Se, entre 1861 a 1870, esta região recebeu cerca de 10,5% do total de investimentos britânicos; esse número atingia 20%, entre 1881 e 1890, sendo o Brasil e a Argentina os principais beneficiários. Estes capitais, ao permitirem a maior integração do Brasil na economia mundial, criavam novas necessidades de consumo que, por sua vez, iam

---

<sup>68</sup> SINGER, 1977, p. 366-367.

<sup>69</sup> GRAHAM, 1973, p. 79.

abrindo oportunidades de mercado, logo aproveitadas por empreendedores nacionais e estrangeiros.<sup>70</sup>

Muitos desses novos industriais não dispunham de experiência industrial. Em geral, dedicavam-se anteriormente à agricultura ou ao *comércio em grosso*. Eram latifundiários desejosos de aplicar excedentes financeiros em outros setores da economia - caso muito freqüente entre os cafeicultores paulistas, os quais nos períodos de queda dos preços do café ou de fim de um ciclo de expansão da cultura viam na diversificação de suas atividades uma opção tentadora. Eram comerciantes ligados ao ramo da importação, cuja experiência no fornecimento de máquinas e equipamentos pesados fornecia-lhes certa aptidão industrial, além das vantagens que já possuía alguém habituado a contrair créditos e conhecedor dos mercados e das vias de distribuição.<sup>71</sup> Não foi outra a ocupação de Mauá, antes de “engolfar-[se] em outra esfera de atividade”<sup>72</sup>.

Irineu Evangelista de Souza começou sua vida profissional, em 1825, aos doze anos de idade, na cidade do Rio de Janeiro, trabalhando como caixeiro para um negociante português de nome João Rodrigues Pereira de Almeida. Quatro anos depois, após a liquidação dos negócios de seu ex-patrão, o jovem Irineu entrou para a firma *Carruthers & Cia*, sendo admitido como auxiliar de contabilidade. Destacando-se entre os demais funcionários, Carruthers associou o moço aos seus interesses, escolhendo-o para ser o gerente de seu estabelecimento comercial, ao retornar para a Escócia. Irineu contava, então, 23 anos. Na direção desta firma de exportação e importação foi que o futuro industrial adquiriu o *know-how* necessário para seus outros cometimentos. Quando em 1846, resolveu iniciar nova carreira, Irineu possuía uma larga experiência comercial e financeira, além da firma criada por ocasião de sua primeira viagem à Inglaterra, seis anos antes. Durante muito tempo, a casa

---

<sup>70</sup> GRAHAM, 1973, p. 131-140; SINGER, 1977, p. 362-365.

<sup>71</sup> DEAN, 1991, p. 25-28; LUZ, 1975, p. 40-41.

<sup>72</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 96.

*Carruthers, de Castro & Cia.*<sup>73</sup> foi o meio de obtenção do crédito inglês para suas empresas no Brasil.<sup>74</sup>

Anos mais tarde, ainda no princípio da década de 1850, quando o comércio internacional de negros escravos foi abolido, Irineu Evangelista, juntamente com outros capitalistas, criou o segundo *Banco do Brasil* ou *Banco do Brasil de Mauá*, como depois ficou conhecido. Absorvida pela disposição do Governo de fundir os dois maiores bancos da cidade do Rio de Janeiro, o Banco de Mauá e o *Banco do Comércio*, a instituição logo foi ferida de morte<sup>75</sup>. Em agosto de 1854, o novo Banco do Brasil iniciava suas operações, sob a direção do visconde do Paraná. Mauá, porém, não desistiu de suas idéias a respeito da necessidade de ampliação do crédito em um país, ainda quase todo a ser explorado, como o Brasil. Seu objetivo, voltaremos a este tema no capítulo seguinte, era estar a frente de uma instituição financeira capaz de injetar capitais na economia brasileira e impulsioná-la rumo ao progresso. Para tanto, não poupou esforços no intuito firme de organizar um novo estabelecimento bancário, através do qual os recursos de que o país carecia pudessem ter livre entrada vindos, sobretudo, do exterior. No mesmo ano em que o segundo BB começou a funcionar, aparecia no município da Corte o *Banco Mauá, Mac Gregor & Cia*<sup>76</sup>. Ramificando-se por várias províncias do Império e, em seu período áureo, contando com várias filiais na Argentina, no Uruguai e na Inglaterra, além de braços na França e nos Estados Unidos, esta instituição funcionou como o motor, mas também atuou para a ruína de seus muitos cometimentos empresariais.<sup>77</sup>

---

<sup>73</sup> De Castro, refere-se a José Henrique Reydel de Castro, grande amigo e parceiro de Mauá em várias empresas. De Castro era filho de D. Miguel Caetano de Castro, judeu obrigado a se converter ao cristianismo e trocar de nome para atingir o cargo de físico-mor de D. João VI. (BESOUCHET, 1978, p. 26, 27 e 35; CALDEIRA, 1995, p. 121).

<sup>74</sup> BESOUCHET, 1978, p. 25-28; CALDEIRA, 1995, p. 60, 95-96, 121, 158, 166; SOUZA FERREIRA, 1900, p. 76-77.

<sup>75</sup> O projeto de fusão foi apresentado no Senado, em 1852, pelo visconde de Itaboraí. A lei nº 683 de 5 de julho de 1853 decidiu pela fusão dos dois bancos supracitados. (MAUÁ, *Autobiografia*, p. 227, nota 191).

<sup>76</sup> Alexander Donald Mac Gregor era o parceiro inglês de Mauá nesta companhia e o gerente do braço londrino da empresa. (MARCHANT, 1965, p. 127).

<sup>77</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 119-122, 227-236; BESOUCHET, 1978, p. 61-63; MARCHANT, 1965, p. 117-123.

A limitação do mercado de crédito brasileiro e os obstáculos colocados pela falta de uma política governamental francamente favorável ao desenvolvimento urbano-industrial levaram Mauá e muitos outros agentes da burguesia industrial a lançar mão dos capitais estrangeiros, para iniciar e dinamizar a produção de suas fábricas, a realização de melhoramentos urbanos ou a consecução de empreendimentos em vias de comunicação. Quanto ao recurso ao capital estrangeiro, naquela época, em geral, este não era visto como causador de dependência econômica. Sendo os melhoramentos necessários, cumpria, segundo a concepção amplamente dominante, buscar os recursos financeiros onde estes estivessem disponíveis. Quanto ao apoio ao nascente setor secundário, o peso do setor agrário-exportador na economia brasileira e as concepções políticas liberais que grassavam entre os estadistas brasileiros no Oitocentos dificultaram a formulação de uma política industrial de contornos bem definidos, como se percebe pela análise da primeira tentativa de industrialização do Brasil, promovida nos tempos do Príncipe Regente.

Conquanto a Colônia não fosse completamente desprovida de fábricas e atividades manufatureiras e artesanais<sup>78</sup>, a tentativa inaugural de incentivar as indústrias do Brasil ocorreu no reinado D. João, por meio da expedição de dois alvarás: o de 1º de abril de 1808 e o de 28 de abril de 1809. O primeiro eliminava as restrições impostas ao desenvolvimento de manufaturas em solo colonial. O segundo era um pacote de medidas

---

<sup>78</sup> Nos tempos do Brasil Colônia, a mineração e os engenhos eram as atividades, por excelência, industriais. “*Máquina e fábrica incrível*”, como se dizia na época, o engenho envolvia um tipo de produção bastante complexo e especializado. Compunha-se a manufatura do açúcar de três fases: moagem, cozimento e purgação. A sincronia de todas as etapas da produção era uma necessidade indeclinável: dificuldades para prover as fornalhas de combustível, problema comum ao final do século XVIII, colocavam todo o processo em risco. Por isso, inovações técnicas eram constantemente necessárias em cada um dos setores da produção, e isso significava sempre novos desafios para as outras fases. Muito embora não utilizasse o vapor, só depois descoberto e aplicado a essa produção, vê-se que os engenhos, assim como a mineração eram verdadeiras fábricas coloniais. Em torno desses dois setores econômicos principais, gravitava uma série de outras atividades manufatureiras: eram fundições de ferro capazes de produzir os apetrechos exigidos pela agricultura e mineração; eram estabelecimentos domésticos responsáveis pela provisão das roupas usadas pelos escravos; eram pequenos estaleiros onde se prestavam reparos e se construíam pequenas embarcações para a navegação de cabotagem. O universo industrial da colônia compunha-se ainda das chamadas *artes mecânicas* ou artesanais: fabricantes de anil, produtores de charque, extratores do sal, carpinteiros, pedreiros, ferreiros, caldeireiros, curtidores, ourives, sapateiros, enfim, gente que se ocupava dos ofícios à margem da grande produção monocultura, porém, necessários à vida nas vilas e fazendas. (FERLINI, 1988, p. 102-129; HARDMAN & LEONARDI, 1982, p. 23-26; SCHWARTZ, 1988, p. 95-121).

visando promover as indústrias no Brasil: isenções fiscais às *fábricas nacionais*, auxílios financeiros aos setores estratégicos e privilégios a inventores e introdutores de novas máquinas. Basicamente, foram estas as medidas tomadas por D. João. Sua política de incentivo às manufaturas tinha como inspiração o colbertismo francês e a experiência pombalina na Metrópole. A mistura de práticas mercantilistas, como eram as concessões de privilégios e monopólios, com a adoção de uma política liberal no comércio, o livre-cambismo, não surtiu os efeitos esperados.<sup>79</sup> Aliás, durante o século XIX, a defesa da primazia da indústria no processo de criação da riqueza nacional esteve longe de ser consenso entre a classe dirigente luso-brasileira. O pensamento político-econômico de um dos “economistas” brasileiros mais influentes naquela época, cujo legado perpassou o Império, lança alguma luz sobre as dificuldades enfrentadas pela indústria, então nascente, permitindo-nos situar, com maior precisão, o contexto intelectual em que o visconde de Mauá atuava.

Por volta de 1795, José da Silva Lisboa teve contato com a tradução portuguesa da mais conhecida obra de Adam Smith: *Uma investigação sobre a natureza e a riqueza das nações*. A leitura deste livro, publicado originalmente dezanove anos antes, causou-lhe grande impressão. Em 1804, veio à luz em Portugal seus *Princípios de Economia Política* - primeira vulgarização em língua portuguesa da Economia Política clássica. Silva Lisboa, cuja trajetória política ganhou grande impulso com a chegada da Corte ao Brasil<sup>80</sup>, tornou-se um defensor

---

<sup>79</sup> LUZ, 1975, p. 19-23, 49-50.

<sup>80</sup> José da Silva Lisboa (1756-1835) nasceu em Salvador: era filho de Henrique da Silva Lisboa, *arquitecto* (pedreiro) português, com a baiana Helena Nunes de Jesus. Bacharel em Direito Canônico e Filosofia pela Universidade de Coimbra em 1778, lecionou por vinte anos na Bahia, onde tinha a seu cargo as cadeiras de Filosofia Racional e Moral e de Grego. De 1797 a 1808, tendo deixado o magistério, ocupou o posto de Deputado e Secretário da Mesa da Inspeção da Agricultura e Comércio da Cidade da Bahia. Com a vinda da Corte para o Brasil, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde seria lente do curso, recém-criado no Brasil e inédito no mundo, de Economia Política. Como o decreto do Príncipe Regente criando a disciplina não entrou em vigor, logo foi nomeado para assumir funções de relevo, entre as quais vale destacar a de desembargador da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e das Ordens, cargo que lhe conferia a atribuição de Censor Régio, e a de membro da primeira Junta Administrativa da Imprensa Régia. Silva Lisboa, com suas *Observações sobre o comércio franco no Brasil*, foi o primeiro autor a publicar pela Imprensa Régia. Foi também o escritor com o maior número de livros lançados pela referida casa. Muito embora nunca tenha assumido a cadeira de Economia Política, seus livros foram mestres de muitas gerações, sobretudo, no século XIX. Além de grande publicista, Cairu destacou-se pela participação que teve na definição dos rumos da política econômica nos tempos de D. João. (CAIRU, 2001, p. 9-20).

ardoroso da economia política clássica, atuando em prol da abertura dos portos brasileiros às nações estrangeiras e da adoção de outras medidas nessa mesma tendência liberalizante, como a lei que facultou a liberdade de indústria no país. Suas obras constituíam-se na defesa teórica dessas medidas políticas.<sup>81</sup> Além do liberalismo, as idéias dos fisiocratas também tiveram grande peso em seu pensamento: argumentava ele ser a agricultura a atividade mais lucrativa em nações territorialmente extensas e pouco povoadas. No caso brasileiro, em que somados a estes fatores, havia o agravante da falta de “*capitais disponíveis*” e da carência de luzes entre a população, cumpria ainda mais dirigir para a “*cultura das terras a sua indústria*”. Afinal, desviar capitais e braços daquele ramo onde se pode vislumbrar mais abundante fruto é ir de encontro aos apelos da razão. De mais a mais, como é notório, “*fábricas de grande importância, variedade, e beleza*” surgem apenas entre os povos que já se encontram suficientemente experimentados na prática dos muitos ofícios mecânicos e a par dos “segredos” das ciências naturais, sobretudo, da Física e da Química. Nessas circunstâncias, “*colhamos por ora os produtos espontâneos que a natureza nos oferece. Ela é a nossa gratuita ou barata manufatureira, e prepara a maior parte das obras, e riqueza que precisamos*”<sup>82</sup>.<sup>83</sup>

Ao contrário do que parece à primeira vista, o pensamento econômico de Silva Lisboa não era avesso à introdução de manufaturas, mesmo em países no estágio histórico em que o Brasil se encontrava. Como argumenta, não era ele um fisiocrata ortodoxo, daqueles “*que prefere a agricultura a todas as demais indústrias*”. Uma nação civilizada é fruto do desenvolvimento de sua agricultura, e de seu comércio, e de suas artes. Comparando-se os países, uns há que se “*avantajam*” aos outros no que se refere ao estado de suas “*artes e manufaturas superiores*”. São nações mais “*perfeitamente industriosas*” e disso não há dúvida que tiram proveito. No entanto, o caminho para civilização envolve uma marcha árdua

---

<sup>81</sup> CAIRU, 2001, p. 12-14.

<sup>82</sup> CAIRU, 2001, p. 222.

<sup>83</sup> CAIRU, 2001, p. 236-44, 278-286, 303-314.

e sem atropelos que, por metáfora, assemelha-se ao ritmo de crescimento de um homem ou de uma planta.<sup>84</sup>

O Regedor do Universo nada faz crescer de salto, mas por desenvolvimento dos germens da vida e produção física e social. [...] Seria evidente barbarismo fazer crescer uma criança à altura de um homem antes da idade viril, puxando-lhe com violência os braços e pés, e deslocando-lhe o corpo. Também lhe faz mal o demasiado abrigo. Isto verifica-se até nos vegetais, empece a tenra planta o muito mimo, o muito benefício.<sup>85</sup>

A *indústria* de uma nação é o fruto de um amadurecimento histórico que não se mede em anos, mas em décadas e, quiçá, séculos. Por indústria, Silva Lisboa entendia todo tipo de trabalho que os homens empregam para ganhar a vida, seja cultivando a terra e beneficiando seus frutos, seja produzindo artigos manufaturados nas grandes fábricas urbanas. Limitar o entendimento do termo a este último caso, é incorrer em grave erro conceitual com “*resultados mui prejudiciais à economia política das nações*”. No tempo certo, todo país desenvolverá “*estabelecimentos superiores*”. Intervir nesse processo, almejando precipitá-lo, é cair em contradição com as leis do universo: os resultados de um tal ato não são, senão, contraproducentes. Por isso, Cairu recomendava muito cuidado no estímulo devido às fábricas instaladas no país. Exclusivos concedidos a torto e a direito, auxílios pecuniários oferecidos indiscriminadamente, fechamento dos mercados brasileiros às manufaturas e fábricas estrangeiras e participação direta e intensiva do Estado na economia pareciam-lhe medidas temerárias. A seus olhos, o princípio da “*franqueza da indústria*”, assim como o princípio da “*franqueza do comércio*” eram os meios mais acertados para se alcançar tal fim.<sup>86</sup>

Conforme ponderava nas suas *Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil*, obra publicada em meio a duras críticas ao alvará de 28 de abril de 1809, os incentivos franqueados por aquela lei eram suficientes para promover a criação de fábricas no Brasil. Concentrando-se, por ora, naquelas indústrias que mais

<sup>84</sup> CAIRU, 2001, p. 234, 286.

<sup>85</sup> CAIRU, 2001, p. 320.

<sup>86</sup> CAIRU, 2001, p. 222-229, 255-64, 272-278.

“proximamente se associam à agricultura, comércio, navegação, e artes da geral acomodação do povo”, logo o país galgaria outros degraus da indústria, após um período necessário de amadurecimento de seu povo, de suas riquezas e de seu mercado. O livre-comércio é o único meio de se obter crescimento econômico sadio. Caso contrário, o que se tem é um inchaço artificial de certos setores da economia, em detrimento de outras partes e do próprio organismo nacional que definham para manter viva uma excrescência. Quando se intenta emular as indústrias superiores fora do tempo, sofre a população, obrigada a comprar mercadorias nacionais por preço mais elevado do que as estrangeiras de maior “bondade”; sofre a agricultura, que se vê privada de capitais cujo retorno seria mais garantido; e sofre a nação com a conseqüente diminuição dos réditos reais pela diminuição do comércio.<sup>87</sup>

“A planta que, acanhada no craveiro,  
Minguada cresce, em campo aberto exposta,  
Engrossa, se agiganta, e a rama altiva  
Destouca pelos ares, copa, e assombra.”<sup>88</sup>  
(Poema do P. Francisco Manoel de Melo citado por Cairu)

Muito embora toda a defesa do liberalismo, Silva Lisboa não se opunha à concessão de alguns favores às fábricas nascentes. Além das medidas de cunho mercantilista propostas pelo referido alvará de 1809, ele defendia duas outras maneiras de se animar a indústria em geral. Em primeiro lugar, pela criação de “literárias sociedades econômicas”, onde se pudesse permanentemente promover o aperfeiçoamento da “indústria rural, fabril, e comerciante”. O exemplo aqui vem dos britânicos, com sua afamada e prestigiosa *Real Sociedade*, idealizada por Francis Bacon. No ano de 1827, estabeleceu-se na cidade do Rio de Janeiro a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*: espécie de centro de estudos, onde eram realizados debates em torno das inovações técnicas necessárias ao aprimoramento dos setores econômicos brasileiros, sobretudo, o agrícola<sup>89</sup>. Em segundo lugar, ele pretendia encorajar a economia nacional por meio do favorecimento da entrada de “artistas, sábios e

<sup>87</sup> CAIRU, 2001, p. 214, 223-229, 235, 247, 273, 277-278, 284-286.

<sup>88</sup> CAIRU, 2001, p. 321.

<sup>89</sup> CARVALHO, 1996, p. 44.

ricos” estrangeiros (exceção feita aos franceses, “*que se proscreeveram por si mesmos da lei da humanidade*”<sup>90</sup>) no Brasil. Imigrantes que trouxessem consigo “*indústrias, ciências e riquezas*”, contribuindo assim para o progresso da nação. No decorrer do século XIX, ingleses (especialmente, engenheiros) que para cá vieram provisória ou permanentemente desempenharam importante papel na melhoria das técnicas de produção e no aperfeiçoamento da mão-de-obra nativa<sup>91, 92</sup>.

Após este primeiro impulso dado à indústria brasileira, cujas medidas principais e cujos fundamentos teóricos liberal foram vistos acima, a produção fabril nacional só veio a ter melhores condições em meados do Novecentos. A combinação de aumento geral das tarifas de importação e crescimento econômico permitiu, então, uma expansão considerável do setor secundário no país. Na década de 1840, vencendo os prazos de diversos tratados comerciais estabelecidos pelo Brasil após a chegada da Corte, a Assembléia Geral vislumbrou a oportunidade de confeccionar uma nova pauta alfandegária. Naquela ocasião, Manuel Alves Branco era o Ministro da Fazenda. A tarifa aduaneira decretada em 1844 definiu taxas de 2% a 60% para todos os artigos importados; a maioria dos produtos estrangeiros foi tributada em 30%. Em suma, a tendência apresentada pela nova pauta foi a de defender mais as matérias-primas nacionais do que as manufaturas produzidas no país<sup>93</sup>. Em termos protecionistas, o próprio Alves Branco reconheceu a debilidade da mudança. A preocupação fiscal na constituição das tarifas aduaneiras permaneceria, por muito tempo, uma constante num Brasil

---

<sup>90</sup> A restrição explica-se pela invasão de Portugal pelos franceses, acontecimento que ocasionou a vinda da Corte para o Brasil.

<sup>91</sup> GRAHAM, 1973, p. 131, 142-145. Entre os imigrantes ingleses, Gilberto Freyre destaca a importância dos engenheiros ferroviários: “*Como, porém, a locomotiva veio empolgar, no Brasil, a imaginação dos meninos e da gente do povo, mais do que qualquer outra máquina ou engenho inglês, em torno dos engenheiros ferroviários ingleses é que se condensou principalmente a mística brasileira de enxergar na Inglaterra um país de novos mágicos: os engenheiros, os técnicos, os mecânicos, os dominadores do ferro e do aço, do vidro e do cobre. Uns mágicos ora considerados bruxos maus, ora bons feiticeiros, cujos instrumentos fabricados na Inglaterra fossem também uma espécie de varinhas de condão capazes de realizar milagres da técnica*”. (FREYRE, 1948, p. 52). Ao longo de sua vida empresarial, Mauá contou com a ajuda de inúmeros técnicos ingleses, além de seus amigos e sócios britânicos (MAUÁ, *Autobiografia*, p. 124-125, nota 44).

<sup>92</sup> CAIRU, 2001, p. 303-305.

<sup>93</sup> Ainda assim, o setor fabril foi favorecido pelo decreto nº 526 de 28 de julho de 1847, que manteve a isenção de direitos para as matérias-primas empregadas pelas indústrias nacionais, considerando-se nacionais, a partir de então, inclusive as grandes empresas dos estrangeiros que viviam no país.

onde a maior parte da renda estatal provinha da movimentação do comércio. Na década de 1850, por exemplo, cerca de 62% da arrecadação pública tiveram origem das alfândegas.<sup>94</sup>

Apesar das insuficiências da nova pauta para os industriais, a expansão econômica proporcionada pelas rendas ascendentes do café, produto cuja produção mundial era dominada na época pelo Brasil, permitiu um pequeno surto industrial no país. Havia capitais disponíveis na economia brasileira, sobretudo, agora que o comércio internacional de escravos fora banido. Percebendo a situação como uma oportunidade para o início de uma nova etapa em sua carreira, Irineu Evangelista logo aproveitaria as novas condições. E a ocasião não demorou a aparecer. O abastecimento de água potável havia se tornado um problema crônico na cidade do Rio de Janeiro desde a chegada da delegação portuguesa, composta por cerca de 12.000 pessoas. Acertando com o Governo, em 1846, um contrato para fornecimento dos tubos de ferro necessários às obras de canalização do rio Maracanã, o comerciante deu o passo decisivo rumo a seus “*outros destinos*”<sup>95</sup> .<sup>96</sup>

Naquele mesmo ano de 1846, uma semana antes de assinar o contrato com o então Ministro do Império, conselheiro Joaquim Marcelino de Brito, o futuro visconde de Mauá fez a primeira aquisição de terrenos e benfeitorias para sua fábrica em Niterói. O *Estabelecimento de Fundação e Estaleiro Naval da Ponta da Areia*<sup>97</sup> foi o eixo de inúmeros outros empreendimentos levados a cabo por Irineu Evangelista em seus primeiros anos de industrial. Além de fabricar tubos de ferro para a obra mencionada, aquela fábrica teve participação decisiva na iluminação a gás do Rio de Janeiro e na construção do Canal do Mangue, obras suas. Produziu vapores para três de suas companhias: a *Companhia de Rebocadores para a barra do Rio-Grande*, a *Companhia Navegação a Vapor do Amazonas* e a *Companhia de*

---

<sup>94</sup> LUZ, 1975, p. 23-25.

<sup>95</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 96.

<sup>96</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 96, 101-102; HARDMAN & LEONARDI, 1982, p. 32-34, 43-45; LUZ, 1975, p. 35; MARCHANT, 1965, p. 49-53.

<sup>97</sup> A *Ponta da Areia* tinha o status de *fábrica nacional*. Com isso, esta empresa gozava de uma série de privilégios fiscais para a importação e exportação de mercadorias.

*Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis*. Durante os conflitos no Rio da Prata em 1850, a empresa forneceu armamentos aos combatentes uruguaios, apoiados pelo Império. Em seus onze primeiros anos, cerca de setenta e dois navios foram produzidos naquele estabelecimento - quinze dos quais integraram a marinha de guerra brasileira, participando dos conflitos contra o Paraguai. Agricultores interessados na modernização de suas instalações também eram clientes do estabelecimento: caldeiras, engenhos de açúcar, guindastes, peças para navios e máquinas a vapor de todo tipo faziam parte de seus pedidos.<sup>98</sup> Como informa o relatório do Ministro do Império no ano de 1850, quando se refere à *Ponta da Areia*:

É sem contestação o mais importante estabelecimento fabril do Império, tem tido melhoramentos constantes, e é poderosíssimo auxiliar de muitas indústrias, que promove e alimenta com a faculdade de acharem elas em seus produtos meios e recursos que outrora mandavam mendigar à Europa. Tem produzido importantíssimas peças de maquinismo, diversas caldeiras para máquinas de vapor, entre elas um jogo de três da maior força que até o presente se tem empregado no Brasil, engenhos de açúcar e de serrar, guindastes, molinetes, e muitas outras obras, entre as quais os tubos de ferro para o encanamento de Maracanã.<sup>99</sup>

Estimulado pelo sucesso e pela diversificação<sup>100</sup> do negócio em seus anos primaveris, Irineu Evangelista investiu pesado na empresa. Um ano após ter adquirido o estabelecimento, este já representava “*quatro vezes o capital empregado primitivamente*”<sup>101</sup>. Nos três anos que se seguiram ao ano da aquisição inicial, novos investimentos foram feitos em prol da expansão da fábrica. Mais terrenos e outras benfeitorias e casas somaram-se à “*miniatura que então [em 1846] já se chamava Ponta da Areia*”<sup>102</sup>. A indústria que fechara seu primeiro ano de vida com cerca de trezentos funcionários sob a direção de um engenheiro inglês, alcançaria em seu apogeu um total de mil trabalhadores. Em 1853, a comissão

<sup>98</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 102-103, 106, 108, 112, 116; MARCHANT, 1965, p. 53-57; SOUZA FERREIRA, 1900, p. 82; LIMA, 1976, p. 20; BESOUCHET, 1978, p. 41, 53.

<sup>99</sup> SOUZA FERREIRA, 1900, p. 82.

<sup>100</sup> A princípio, a *Ponta da Areia* funcionava apenas como fundição; mais tarde, sobretudo após os conflitos no Rio da Prata, foi que o fornecimento de embarcações passou a fazer parte do funcionamento normal da indústria.

<sup>101</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 102.

<sup>102</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 102, **grifos do autor**. Note-se que Mauá tinha o hábito de grafar com maiúsculas ou sublinhar as palavras mais importantes e fortes de seus escritos.

encarregada de revisar as tarifas aduaneiras em vigor mencionava em seu relatório que a fábrica em questão possuía dez oficinas: fundição de ferro, mecânica, ferraria, serralheria, caldeiraria de ferro, construção naval, modeladores, aparelhos, velames e galvanismo (este último ainda em fase de preparação).<sup>103</sup>

Para fazer face a todos esses cometimentos, Irineu Evangelista requereu ao Governo imperial um empréstimo no valor de trezentos contos, em 1848. Nove anos depois, uma vez mais os cofres públicos concederiam crédito ao estabelecimento<sup>104</sup>. Na ocasião, um “*pavoroso incêndio*”<sup>105</sup>, ocorrido em junho de 1857, consumira praticamente todas as oficinas da empresa. Desse momento em diante, muito embora todos os esforços de Mauá em um trabalho hercúleo de reorganização da fábrica, a *Ponta da Areia* começou a vegetar. O faturamento da fábrica que, no ano do desastre, atingira quase mil contos, caiu para pouco mais de um quarto desse total, em 1861. No ano seguinte, a companhia contava apenas com 384 funcionários. Por tudo isso, diferentemente do primeiro, o segundo empréstimo, assim como seus juros, tiveram que ser pagos integralmente pelo próprio barão.<sup>106</sup>

Segundo Mauá, o período de vacas magras vivido por sua fábrica era o resultado de uma conjunção de fatores, dentre os quais dois se destacavam: as alterações na pauta alfandegária e a queda na demanda por serviços. Em 1850, uma comissão foi organizada pelo Ministro da Fazenda, Joaquim José Rodrigues Torres, para reformular as tarifas aduaneiras do país. A grita contra a pauta estabelecida no ministério de Alves Branco era grande, vindo especialmente dos setores agrícolas e extrativistas. Reclamava-se das facilidades concedidas às *fábricas nacionais*, que obtinham matérias-primas estrangeiras livres de direito, e da

---

<sup>103</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 102; MARCHANT, 1965, p. 53; SOUZA FERREIRA, 1900, p. 82.

<sup>104</sup> Note-se que, além de se valer das isenções fiscais garantidas por ser considerada uma *fábrica nacional*, a *Ponta da Areia* também contou com larga subvenção estatal. Como bem mostra Luiz Carlos Soares, com base nos relatórios dos ministros da Fazenda e outros documentos de natureza político-administrativa, o setor de *Fundição e Máquinas* era o que mais se beneficiava das isenções fiscais concedidas pelo Império, na década de 1850. Além disso, no que se refere à prática da subvenção estatal, a empresa de fundição de Mauá foi a que mais se beneficiou dos empréstimos do Tesouro. (SOARES, 1996, p. 296-297).

<sup>105</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 104.

<sup>106</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 102-105; SOUZA FERREIRA, 1900, p. 83; MARCHANT, 1965, p. 53-54.

elevação das taxas de importação cobradas sobre artigos de primeira necessidade, particularmente gêneros alimentícios<sup>107</sup>. Em suas instruções à comissão revisora, o Governo ainda acrescentava uma política de redução dos insumos necessários à modernização dos setores produtivos brasileiros, ou seja, de incentivo à importação de peças, equipamentos e máquinas de ferro.<sup>108</sup>

Encerrados os trabalhos da comissão em 1853, quando foi apresentado à Assembléia Geral seu relatório, a alteração das tarifas foi protelada por mais quatro anos. É que no biênio 1853-1854, a renda nacional que vinha em ritmo ascendente sofreu uma leve queda em relação ao biênio anterior. Nessas circunstâncias, uma reforma de caráter liberal na pauta não seria aconselhável. Só após a recuperação dos cofres públicos, já no ano de 1855, é que a ocasião para a mudança se apresentou. A partir de 1857, uma série de reformulações foi realizada, dando às tarifas um aspecto menos protecionista. Houve, então, uma redução progressiva dos impostos cobrados sobre gêneros de primeira necessidade, em alta no país em razão da escalada mundial dos preços na década de 1850 e aos problemas de mão-de-obra vividos pela lavoura no Brasil. Naquele mesmo período, as taxas de importação sobre artigos de ferro e máquinas agrícolas e fabris foram também reduzidas. O Governo cedia às pressões da monocultura, ao mesmo tempo em que procurava superar a crise aprimorando as forças produtivas da nação.<sup>109</sup>

A conseqüência dessas medidas para o futuro da *Ponta da Areia* não foi das melhores. Em 1861, Irineu Evangelista possuía 9/20 das ações da companhia e esta já lhe

---

<sup>107</sup> No relatório de conclusão dos seus trabalhos, a comissão encarregada da modificação das tarifas aduaneiras fazia suas as reclamações da lavoura, impugnando nesses termos a pauta vigente: “*Uma tarifa que encareceu com o peso de fortes direitos os instrumentos agrários, e dificultou a sua aquisição, uma tarifa que encareceu os gêneros necessários à subsistência da classe dos trabalhadores, a conservação de impostos que dificultam a saída de seus produtos, e a sua concorrência com os seus similares nos mercados exteriores, e que colocam os nossos lavradores na triste condição, ou de abandonarem a lavra da terra, ou de suportarem rudes golpes por amor da indústria fabril*”. (LUZ, 1975, p. 28).

<sup>108</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 102, 105; LUZ, 1975, p. 28-29.

<sup>109</sup> LUZ, 1975, p. 29-32.

devia cerca de 400 contos <sup>110</sup>. “A legislação aduaneira não lhe permite viver mantendo-se apenas pequenas fábricas de consertos que têm empregado capital insignificante” – reclamava Mauá. Além da modificação da pauta no que se refere à entrada de “*artefatos de ferro*” no país, a liberdade de navegação decretada em 1862 foi um golpe duro – acusado, inclusive, por toda a construção naval e marinha mercante do Brasil. <sup>111</sup>

Navios a vapor e alguns de vela, dos que a Ponta Areia conseguira fornecer 72 nos primeiros onze anos de existência, tiveram ingresso do estrangeiro *livres de direito!* Da mesma forma entraram maquinismos a vapor e ainda outros, de sorte que a concorrência com os produtos similares do exterior tornou-se impossível e o estabelecimento decaiu. <sup>112</sup>

Após tentar, em fins de 1862 e sem sucesso, transferir a empresa para mãos inglesas, cinco anos mais tarde, a fábrica se encontrava completamente liquidada, ocasionando assim amargos prejuízos <sup>113</sup>. “Em vez de *lucro* esta idéia favorita de épocas felizes, que afaguei com tamanha perseverança, [o estabelecimento] desfalcou minha fortuna em mais de *mil contos*, além do prejuízo que outros interessados suportaram” <sup>114</sup>.

Muitos eram os dirigentes imperiais que percebiam e defendiam a importância da industrialização para a estabilidade e a grandeza econômica do país <sup>115</sup>. Caso interessante é o de Joaquim José Rodrigues Torres, Ministro da Fazenda várias vezes durante o Segundo Reinado <sup>116</sup>. Político que se sobressaía entre os saquaremas, Rodrigues Torres reconhecia a fragilidade de uma economia nacional ancorada na produção de gêneros primários. Dizia ele, em seu primeiro pronunciamento ao Parlamento, ocupando pela segunda vez a pasta da Fazenda: “*entendo que nenhuma Nação pode ser verdadeiramente independente, e fazer grandes progressos, quando se limita, como nós, quase que exclusivamente a produzir*

<sup>110</sup> Note-se que, no ano 1854, o estabelecimento da Ponta da Areia foi transformado em uma sociedade anônima. Com um capital estimado em 1.250 contos, a companhia teve como presidente o barão de Mauá, o qual detinha, então, 2/5 das ações. (MAUÁ, *Autobiografia*, p. 104 e 106).

<sup>111</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 103, 105; LUZ, 1975, p. 61.

<sup>112</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 103, **grifos do autor**.

<sup>113</sup> CALDEIRA, 1995, p. 439; MAUÁ, *Autobiografia*, 105.

<sup>114</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 105, **grifos do autor**.

<sup>115</sup> CARVALHO, 1996, p. 253.

<sup>116</sup> LUZ, 1975, p. 25-27.

*matérias brutas ou gêneros, que não acham consumo senão nos mercados estrangeiros”*<sup>117</sup>.

Qualquer abalo no comércio externo colocaria as finanças da nação em perigo; havia ainda a ameaça da concorrência estrangeira, acenando com a possibilidade constante de uma redução brusca dos preços dos gêneros agrícolas ou, mesmo, da perda de mercados para os produtos brasileiros. Finalmente, também pesava desfavoravelmente na balança o fato de a agricultura e o extrativismo serem atividades de mais difícil capitalização quando comparadas à indústria, propriamente dita, e ao comércio. Por isso, assim complementava seu raciocínio aos “*nobres senhores deputados*”:

Cumpre, pois, excitar novas forças produtivas, procurando conseguir que parte da nossa população se aplique em fabricar alguns dos artigos de consumo, que recebemos dos estrangeiros. [...] Nenhuma das Nações conhecidas têm chegado a grande desenvolvimento industrial senão à sombra de leis protetoras; e aquelas que as têm revogado ou modificado, só o fizeram quando já se achavam em circunstâncias de não recear a concorrência...<sup>118</sup>

Mesmo fazendo todas essas considerações e sendo contrário à “*liberdade ilimitada de comércio e indústria*” no caso brasileiro, Rodrigues Torres considerava temerário ofender os interesses agrícolas, mais bem estabelecidos no país, com uma política protecionista agressiva, a qual, além de tudo, acabava permitindo a existência de indústrias prematuras, as chamadas “*indústrias fictícias*”, com prejuízo manifesto para a economia e a população nacional. Argumentava que “*em matéria tão grave, importa obrar com muita cautela e circunspeção, e consultar atentamente os interesses, que podem ser ofendidos por medidas de semelhante natureza*”<sup>119</sup>. Por isso, defendia uma proteção limitada e provisória, circunscrita àquelas indústrias com condições de prosperidade a curto ou médio prazo e cujas matérias-primas pudessem ser supridas imediata ou brevemente pelos produtores do setor primário brasileiro - exceção feita aos ramos fabris diretamente ligados à “*segurança e defesa*”

<sup>117</sup> RODRIGUES TORRES, *Proposta e relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa...*, p. 32. (A apresentação da *Proposta e relatório* do Ministro da Fazenda se deu em 1849).

<sup>118</sup> RODRIGUES TORRES, *Proposta e relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa...*, p. 32. (A última linha do parágrafo encontra-se apagada).

<sup>119</sup> RODRIGUES TORRES, *Proposta e relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa...*, p. 32 e 33.

do Estado”. Para estas fábricas, o estadista ponderava que “*leis proibitivas, ou protetoras, de duração ilimitada, só neste caso podem ser justificadas, não pelos princípios econômicos, mas por motivos políticos, que devem prevalecer sobre interesses de menos elevada categoria*”<sup>120</sup>. Era essa sua explicação, reveladora de uma concepção própria de fazer e entender a política que, como veremos, sofreria forte oposição no início do século XX.

Segundo ele, os privilégios concedidos pelo alvará de 28 de abril de 1809 constituíam-se em “*um ônus perpétuo sobre os consumidores*”, além de um embaraço à própria industrialização do país. Ao, por exemplo, dispensar as *fábricas nacionais* do pagamento de direitos sobre a importação de matérias-primas, a lei instituíu um mecanismo político perverso, preterindo as empresas menores em favor dos grandes estabelecimentos. Em 1852, havia no Brasil um total de 64 indústrias tidas como *nacionais*: eram fábricas de chapéus, rapé, sabão, cerveja, couros especiais, tecidos variados, produtos químicos e fundições. Para ser digna de um tal título a empresa precisava ter algum destaque no cenário industrial do país<sup>121</sup>. Como dizia o decreto de 28 de julho de 1847, revigorando e ampliando<sup>122</sup> as disposições da política de D. João, os certificados de *estabelecimento nacional* eram concedidos em “*atenção somente à grandeza delas [das empresas], e aos meios que apresentarem de desenvolvimento, e prosperidade*”<sup>123</sup>. Logo, uns poucos empreendedores acabavam favorecidos, em detrimento da própria indústria, como um todo.<sup>124</sup>

Tal Fábrica haverá, que empregando matérias-primas que lhe custam muito mais barato do que aos donos das pequenas oficinas, que fabricarem produtos idênticos, e impossibilitando-os de sustentar a concorrência no mercado, as fará desaparecer com prejuízo do Público, e de todos aqueles que tiveram daí meios de subsistência.<sup>125</sup>

---

<sup>120</sup> RODRIGUES TORRES, *Proposta e relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa...*, p. 32 e 33, **grifos nossos**.

<sup>121</sup> LUZ, 1975, p. 35 (nota 50).

<sup>122</sup> Anteriormente ao decreto, eram consideradas *fábricas nacionais* apenas as indústrias de porte pertencentes a brasileiros.

<sup>123</sup> LUZ, 1975, p. 27 (nota 27).

<sup>124</sup> RODRIGUES TORRES, *Proposta e relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa...*, p. 33-34.

<sup>125</sup> RODRIGUES TORRES, *Proposta e relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa...*, p. 34.

As reformas aduaneiras ocorridas a partir de 1857, com base nos trabalhos da comissão nomeada por Rodrigues Torres e encarregada da revisão da tarifa Alves Branco, foram regidas por um cunho mais liberal. Já o vimos antes. Desde então todas as matérias-primas, inclusive as destinadas às *fábricas nacionais*, passaram a ser taxadas em 5%<sup>126</sup>. Em seu relatório de conclusão de atividades, o grupo de comissionados, liderados por Silva Ferraz, depois Ministro da Fazenda, em 1860, justificava nesses termos esta alteração da pauta:

Nada mais ao progresso da indústria fabril, como colocá-la na necessidade de impetrar tais favores, e na contingência de obtê-los ou não, ou de recebê-los depois de demoras, de grandes trabalhos, exames, informações, e as vezes de um modo pouco satisfatório.

Aos males dessa posição tão humilde acrescem outros que a tornam mortificadora. Estes males emanam da injustiça, e desigualdade com que se procede na concessão desses e outros favores, e socorros. Umhas fábricas gozam franquia de direitos para as suas matérias-primas, outras não. Socorros pecuniários se concedem a certas; nada alcançam outras em iguais circunstâncias. As de pequeno vulto languescem desprotegidas, definham e morrem, porque essa desigualdade de condição de tratamento lhe absorve sua pequena força.<sup>127</sup>

A maré liberal no que toca à definição da pauta alfandegária só entraria, novamente, em baixa durante a Guerra do Paraguai. O aumento crescente dos gastos estatais, devido ao prolongado esforço de guerra, exigiu do Governo a elevação dos direitos aduaneiros. Além desse, outros fatores concorreram para o segundo movimento de expansão da indústria brasileira, verificado a partir de 1870. As enormes emissões necessárias ao custeio do conflito externo encorajaram muitos empreendedores a iniciar ou, mesmo, ampliar seus negócios. A queda do preço de alguns dos principais produtos agrícolas brasileiros<sup>128</sup> no mercado internacional teria permitido a migração de capitais do setor primário para o secundário da economia imperial. Ao final da década, já existia no país uma série de fábricas produzindo artigos antes importados. Houve progresso em vários setores, dentre os quais, a indústria de produtos químicos, de instrumentos óticos e náuticos, de couros, vidros, chapéus,

---

<sup>126</sup> Cf. Decreto nº 1914 de 28 de março de 1857.

<sup>127</sup> LUZ, 1975, p. 27.

<sup>128</sup> Na década de 1870, encontravam-se em dificuldades as culturas do algodão e a lavoura do açúcar.

papel, tabaco e derivados, além das fundições. A Guerra Civil nos Estados Unidos, ao incentivar a cultura do algodão no Brasil, contribuiu de maneira positiva para o desenvolvimento de outro ramo da indústria no país: o têxtil.<sup>129</sup>

Terminado o conflito, a grita dos fazendeiros e comerciantes contra elevação dos direitos logo se fez sentir. A partir de 1870, observou-se uma progressiva queda das taxas, no rumo do estabelecimento de um regime aduaneiro mais liberal. A reforma de 1874, tarifa Rio Branco, foi o ponto máximo dessa tendência. As alterações feitas visavam à simplificação da pauta, definindo uma taxa única de 40% para vários produtos. Máquinas e equipamentos agrícolas ficaram livres de impostos. Além disso, operou-se uma redução das cobranças sobre os gêneros de amplo consumo e sobre os artigos de luxo, além das bebidas, cristais e porcelanas, mesmo quando essas mercadorias possuíam similares no país.<sup>130</sup> Nas palavras de Nícia Vilela Luz, em quem tanto temos nos apoiado:

Para se lançar essa semente [a semente industrial] eram suficientes, na opinião dos estadistas imperiais, taxas alfandegárias moderadas, sobre os produtos similares aos nacionais, e isenções de direitos para o aparelhamento nacional. Era uma posição bem adequada à “moderação” imperial, procurando sempre manter-se no centro das questões, harmonizando as tendências contrárias, mas não agradando, afinal, a nenhuma.<sup>131</sup>

Desse modo, mantendo o mesmo acalanto, as tarifas aduaneiras só tiveram nova elevação quando as exigências do fisco, diante da depressão capitalista que atingiu em cheio o país em 1875 e a persistente crise das principais lavouras brasileiras, se impuseram sobre os interesses dos comerciantes e agricultores. Houve aumento da pauta em 1878 e 1879. Dois anos depois, as pressões para a baixa das tarifas foram ouvidas pelo Governo e repetiu-se o movimento, já ocorrido na década anterior, de queda dos direitos sobre gêneros manufaturados estrangeiros, inclusive, com similares no país.<sup>132</sup>

---

<sup>129</sup> LUZ, 1975, p. 40-41.

<sup>130</sup> LUZ, 1975, p. 41-43.

<sup>131</sup> LUZ, 1975, p. 43.

<sup>132</sup> LUZ, 1975, p. 43-44, 55-56, 58.

Naquele momento, entretanto, algo de novo se deu. Diante da constituição de uma comissão para rever os direitos de importação e exportação, um grupo de industriais se reuniu para defender os seus interesses, organizando para tanto uma corporação própria<sup>133</sup>. Em 1880, sob liderança e iniciativa do Comendador Malvino da Silva Reis<sup>134</sup>, foi elaborada uma carta assinada por 21 industriais e dirigida a “*todos aqueles que se interessassem pelo desenvolvimento do trabalho nacional*”. Durante o encontro, diversos temas do interesse dos congregados foram colocados em debate: a instabilidade da pauta aduaneira, a necessidade de inquéritos industriais regulares e a urgência de políticas de fomento às manufaturas. No ano seguinte, constituía-se a diretoria definitiva da sociedade, tendo a sua frente a figura de Antônio Felício dos Santos, ardoroso defensor da indústria brasileira no Congresso e redator do mais importante documento da classe, em formação, o *Manifesto da Associação Industrial*, de 1881.<sup>135</sup>

Aproveitando-se do período de crise vivido pela lavoura brasileira, que na década de 1880 estendeu-se à cultura do café<sup>136</sup>, o movimento fabril ganhou expressão ao longo do último quartel do século XIX. Em face das dificuldades orçamentárias de um Império, basicamente, sustentado por atividades agro-pastoris, a indústria nacional apresentava-se como uma opção possível ou, melhor, como a solução necessária. Não era outro o discurso do líder Felício dos Santos. Sua defesa do setor secundário pode ser resumida em um único ponto, amplamente aceito pelo nacionalismo brasileiro nos anos de transição da Monarquia para a República: a industrialização traria a independência econômica do país, resolvendo

---

<sup>133</sup> Até então, os industriais contavam apenas com a seção industrial da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional - corporação mista que, congregando fabricantes e comerciantes, acabava por dificultar uma representação uníssona dos setores, sobretudo, em se tratando do regime aduaneiro mais conveniente ao país.

<sup>134</sup> Muito embora nunca tenha se dedicado ao ramo das indústrias, Mariano da Silva Reis destacou-se na defesa dos interesses dos fabricantes brasileiros de chapéus. Produtores alemães haviam inventado um novo modo de produzir chapéus a partir da lã, o que colocou em iminente perigo a indústria nacional, que ainda utilizava o pêlo da lebre. Por volta de meados da década de 1870, os produtores desse artigo organizaram uma agressiva campanha nos jornais, nas associações de classe e na Assembléia Geral dos Deputados. Após muitos embates, o esforço saiu vitorioso contra a indústria estrangeira concorrente, obtendo do Governo direitos aduaneiros francamente favoráveis ao setor nacional. (LUZ, 1975, p. 51-56).

<sup>135</sup> LUZ, 1975, p. 51-58.

<sup>136</sup> A cotação mais baixa do produto ocorreu no biênio 1882-1883.

assim o problema crítico da vulnerabilidade de uma balança comercial assentada na monocultura. Além desse benefício, o deputado classista destacava a importância social da indústria, ao retirar da marginalidade aqueles elementos que não encontravam ocupação nas cidades e viviam perambulando perigosamente pelas ruas. A promoção da indústria, finalmente, segundo ele, encorajaria os capitais e os braços estrangeiros a virem para o país, onde certamente encontrariam emprego concorrendo, dessa maneira, para a utilidade pública.<sup>137</sup>

Sob a influência desse período favorável, mas principalmente sob o impacto da expressiva campanha industrialista desenvolvida no decênio final da monarquia, foi que os dois últimos gabinetes do Império, apesar das preocupações fiscais que permaneceriam durante a República, adotaram uma política alfandegária visando a proteção e o desenvolvimento da indústria nacional, sobretudo daqueles ramos que poderiam se beneficiar das matérias-primas produzidas no próprio país. Uma das marcas dessa nova postura econômica era, justamente, o esforço dirigido à *nacionalização* da indústria brasileira. Ou seja, a tentativa de fazer com que os fabricantes instalados no território nacional utilizassem preferencialmente insumos provenientes daqui. A postura de apoio ao setor secundário, se já era uma tendência definida ao final do Império, sobretudo, após Abolição ter despejado inúmeros braços sem ocupação nas cidades, tornou-se ao longo da primeira década do novo regime uma questão não só econômica, porém, política. Benefícios pecuniários, proporcionados pelas constantes emissões feitas naquele momento; incentivos vários, como isenção de direitos sobre a importação de equipamentos e matérias-primas endereçados às fábricas; além da proteção aduaneira concedida pelo agravamento dos direitos de importação de artigos com produção similar no país: tudo isso favoreceu a indústria naquela fase. As classes industriais eram vistas por muitos dirigentes republicanos como o sustentáculo das

---

<sup>137</sup> LUZ, 1975, p. 66-70.

instituições recém-estabelecidas. Era a idéia da *democracia do trabalho industrial* defendida por Rui Barbosa, em seu relatório como Ministro da Fazenda em 1891.<sup>138</sup>

O desenvolvimento da indústria não é somente, para o Estado, questão econômica: é, ao mesmo tempo uma questão política. No regime decaído, todo de exclusivismo e privilégio, a nação, com toda a sua atividade social, pertencia a classes ou famílias dirigentes. Tal sistema não permitia a criação de uma democracia laboriosa e robusta, que pudesse inquietar a bem-aventurança dos posseiros do poder, verdadeira exploração a benefício de privilegiados. Não se pode ser assim sob o sistema republicano. A República só se consolidará, entre nós, sobre alicerces seguros, quando as suas funções se firmarem na democracia do trabalho industrial, peça necessária no mecanismo do regime, que lhe trará o equilíbrio conveniente.<sup>139</sup>

O quadro experimentado pela geração que viveu a segunda expansão industrial no país, a partir da década de 1870, era, porém, bem diferente da situação vivida pela geração do primeiro surto fabril. Nos anos 1850, a industrialização propriamente dita da economia dava seus primeiros e vacilantes passos no Brasil. Até a década seguinte, a Bahia era o principal núcleo fabril do país, sendo então ultrapassada pelo Rio de Janeiro, capital do Império. Apesar da concentração nessas duas províncias, a atividade industrial no país era ainda muito precária. Pode-se observar sua limitação, analisando as condições do setor têxtil nacional. “Quando foi realizada a 2ª Exposição Nacional [da indústria], em 1866, havia apenas 9 fábricas de tecidos no Brasil todo. Nos 16 anos seguintes foram criados 36 novos estabelecimentos”<sup>140</sup>. Apesar da expansão, cumpre pontuar o descompasso existente entre a dimensão desse ramo no Brasil e nos Estados Unidos: enquanto o primeiro tinha 45 estabelecimentos têxteis em 1882, o somatório dessas mesmas empresas no segundo já atingia mais de mil fábricas em 1866.<sup>141</sup> Não era sem razão que Borja Castro, combatente da industrialização do país, lamentava-se ao escrever sua avaliação da *Segunda Exposição* da indústria do país.

Se neste exame preferimos o que é real e verificado ao que é apenas provável e contingente, então forçoso será confessar a triste verdade de uma indústria sem vida

<sup>138</sup> LUZ, 1975, p. 165-179.

<sup>139</sup> LUZ, 1975, p. 173-174.

<sup>140</sup> HARDMAN & LEONARDI, 1982, p. 34.

<sup>141</sup> HARDMAN & LEONARDI, 1982, p. 32-40.

e sem vigor e, sobretudo, reconhecer que, neste momento, falecem ao Brasil os principais requisitos para ser uma nação verdadeiramente industrial.<sup>142</sup>

Não obstante todo o esforço do Governo imperial no sentido de promover, muito especialmente, as *fábricas nacionais* por meio de privilégios e concessões, uma série de dificuldades atuava contra o desenvolvimento das manufaturas e indústrias modernas num Brasil, onde, naquele momento, o espírito de associação dava apenas seus primeiros passos entre nós e as dificuldades de interligação entre as regiões ainda eram bastante acentuadas, sendo o transporte de mercadorias geralmente feito no lombo de animais de carga e o comércio entre as províncias, bem menor que suas permutas com os estrangeiros. Já no ano de 1858, o marquês de Olinda constatava que a crise do setor secundário atingia mesmo os estabelecimentos amparados pelo Estado na cidade do Rio de Janeiro.<sup>143</sup> Em suas palavras:

Ausência de capitais, dificuldades de mão-de-obra qualificada, concorrência de empreendimentos mais lucrativos, ambiente de desconfiança, proteção inadequada, enfim todo um conjunto de fatores levou ao esmorecimento o impulso industrial, de tão curta duração, dos meados do século XIX.<sup>144</sup>

Sem contar todo esse tipo de embaraços atuando contra o arrojo dos empreendedores daquela fase inicial da industrialização brasileira, importa também salientar que o conjunto dos empresários da época longe estava de constituir um grupo coeso com uma identidade ideológica clara e uma agenda de reivindicações e propostas políticas definida. O que havia, então, eram manifestações individuais de alguns entusiastas da modernização fabril ou expressões isoladas em prol de segmentos específicos do setor secundário. “*De iniciativa, porém, das indústrias, não houve, antes do último quartel do século XIX, nenhum movimento sério*”<sup>145</sup>. E foi nessas condições que, fazendo uso da pena no transe o mais doloroso e desesperador de sua vida, um ilustre empresário, o maior empreendedor deste primeiro surto manufatureiro vivido pelo país, redigiu uma obra que fez e até hoje faz história.

---

<sup>142</sup> LUZ, 1975, p. 39.

<sup>143</sup> LUZ, 1975, p. 35-40.

<sup>144</sup> LUZ, 1975, p. 39.

<sup>145</sup> LUZ, 1975, p. 51.

**3 – MAUÁ AOS OLHOS DO PRÓPRIO MAUÁ:  
UM “ESCRITO DE SI” PARA A “ESCRITA DA NAÇÃO”**

**Quem passou pela vida em branca nuvem,  
E em plácido repouso adormeceu;  
Quem não sentiu o frio da desgraça,  
Quem passou pela vida e não sofreu;  
Foi espectro de homem – não foi homem,  
Só passou pela vida: não viveu.**

*Ilusões da Vida*, poema de Francisco Otaviano,  
advogado e amigo de Mauá.

Passados mais de trinta anos de uma carreira empresarial vertiginosa, durante a qual inaugurara a mais importante fábrica de fundição e estaleiro naval do seu tempo e ligara seu nome a inúmeros melhoramentos materiais de norte a sul do Império, Mauá caiu. O complexo bancário por ele organizado, coração financeiro de seus empreendimentos, não suportara mais uma crise pela qual a economia brasileira passava, em meados da década de 1870, e a filial uruguaia de seu banco enfrentava, devido a contrariedades políticas naquele país. Em 1875, o *Banco Mauá & Cia.* - com ramificações na Argentina, no Uruguai, na França, nos Estados Unidos e na Inglaterra, além de inúmeras filiais no território nacional<sup>146</sup> - pediu moratória e, três anos mais tarde, foi à falência.

---

<sup>146</sup> A fama desta casa bancária era tamanha que o romancista francês Júlio Verne, por duas vezes, menciona-a no conjunto de sua vasta obra. Em *Da terra à Lua*, a instituição aparece com destaque na lista dos subscritores que cooperaram financeiramente para o envio de um projétil tripulado ao satélite natural da Terra. Em Buenos Aires, no Rio de Janeiro e em Montevideú, é do *Banco Mauá* que partem depósitos para o patrocínio da inaudita missão. Já n’*A volta ao mundo em oitenta dias*, o herói do livro, Mr. Fogg, tem uma conta no complexo bancário de Irineu Evangelista.

Naquela ocasião, os versos de Francisco Otaviano acima citados, bem poderiam ter sido oferecidos ao amigo, infelicíssimo quando da liquidação de seus negócios. A dor daquele transe foi tamanha que Mauá refugiou-se em sua fazenda *Atalaia*, em Sapopemba, interior da província do Rio de Janeiro. Lá, distante do burburinho da cidade que ainda respirava a notícia de sua bancarrota e secundado pela esposa Maria Joaquina ou, simplesmente, *May*, como carinhosamente a chamava, Irineu Evangelista de Souza reuniu forças para empreender aquela que seria sua mais duradoura obra. Concebida três anos antes<sup>147</sup>, a *Exposição aos credores* ganhou forma em 1878, após um trabalho diuturno de redação que se estendeu por pouco mais de quinze dias. Mais do que todos os seus feitos industriais e financeiros, foi a composição desta obra que lhe garantiu a imortalidade, visto ser, sobretudo, *nela e por meio dela* que Irineu, respectivamente, inseriu e forjou o significado de toda a sua carreira empresarial e de toda a sua vida. Ao percorrer as páginas desta obra, deparamo-nos com a exegese que o visconde fez de si mesmo. Não espanta, pois, que este texto tenha ganhado a dimensão que adquiriu. A *Exposição* tornou-se leitura obrigatória para seus estudiosos, além de um clássico do pensamento industrialista brasileiro. Nos dizeres de Cláudio Ganns, bisneto e, em meados do século XX, prefaciador de uma reedição do livro autobiográfico do ascendente<sup>148</sup>.

Todos quantos, biógrafos ou críticos de Mauá, sobre ele escreveram – fosse para o louvar, fosse para o denegrir, vieram sempre buscar nesta admirável “Exposição aos credores”, que é a verdadeira “autobiografia” da sua vida pública, as palavras adequadas e precisas, que apoiassem ou ilustrassem os seus comentários.<sup>149</sup>

Considerando a importância deste texto na vasta história de apropriações e re-apropriações experimentadas pela figura visconde no decorrer dos anos, um capítulo especial será dedicado à análise desta obra. Nas páginas que se seguem, pretendemos compreender a narrativa autobiográfica em questão em sua inserção política nos debates reformistas que

---

<sup>147</sup> Cf. nota 28.

<sup>148</sup> Na Conclusão desta Dissertação, veremos a importância da reedição desta obra no âmbito do segundo grande momento de interesse das elites brasileiras pelo visconde de Mauá. Isso se deu entre 1939 e 1942.

<sup>149</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 94.

marcaram as duas décadas finais do regime monárquico. Ao mesmo tempo, desejamos mostrar de que modo a escrita autobiográfica foi útil ao visconde, não apenas em seu esforço de crítica político-social, mas também em seu empenho de construção de uma auto-imagem mítica, que lhe garantiu a imortalidade. Em suma, como em toda esta primeira seção, nosso objetivo aqui é duplo, qual seja: trabalhar Mauá na sincronia, tendo em vista os impactos causados por este personagem na diacrônica. Tendo tais objetivos, este capítulo divide-se em duas grandes partes. Num primeiro momento, procuramos mostrar como a *Exposição aos credores* insere-se no gênero autobiográfico. Reflexões teóricas a respeito da “natureza” e das características históricas da prática deste tipo de escrita perpassarão esta parte, no intuito de dar-lhe melhor fundamento analítico. Depois, num segundo momento, valendo-nos das considerações teóricas feitas na parte anterior, discutiremos o caráter político da narrativa em questão, assim como as “estratégias” textuais usadas pelo autor – em boa medida, responsáveis por sua apropriação futura.

Ao escrever sua *Exposição aos credores*, Irineu Evangelista ia delineando, ao longo das páginas daquele texto, os contornos de sua individualidade, para o público a que destinava seu testemunho. A tese central aqui defendida é a de que, neste esforço de autodefinição, preocupação típica do gênero autobiográfico, Mauá não somente estava refletindo sobre sua vida, como, ao mesmo tempo, colocava em questão a própria trajetória nacional. Em outros termos, se por um lado, ele oferecia sua contribuição pessoal aos debates políticos da época, por outro, ao assim fazê-lo, também se auto-instituía como símbolo da luta pela modernização industrial do Brasil. Um símbolo que, décadas depois, tendo sido reapropriado como um ícone do progresso, contribuiu para a renovação do pensamento social no país e da própria vida política brasileira – assunto do qual nos ocuparemos na Segunda Parte desta Dissertação.

### 3.1 - *Exposição aos credores: natureza autobiográfica e vocação política*

A importância de um “bom nome na praça” para a captação de recursos no mercado é uma das regras fundamentais do *espírito do capitalismo*. Como dizia Benjamin Franklin, “o bom pagador é dono da bolsa alheia”<sup>150</sup>. Sabedor dessa máxima no mundo capitalista, a qual, desde cedo, o jovem Irineu aprendera durante sua fase de caixeiro, por diversas vezes, o velho Irineu pôde colocá-la em prática ao longo de sua carreira. Quando, por exemplo, sob influência do engenheiro Thomas Butler Dodgson, diretor da Ponta da Areia, Mauá abriu uma companhia para a construção de um novo tipo de dique, mostrando-se falha a idéia, Irineu Evangelista recolheu as ações e restituiu o capital subscrito. Cerca de duzentos contos de réis já haviam sido despendidos no negócio<sup>151</sup>. Assim justificava-se, anos depois:

Se se tratasse de executar um pensamento conhecido e aprovado a respeito de diques flutuantes – tudo estaria acabado – cada um que sofresse a parte do prejuízo que lhe tocara, sendo a minha a maior. Sendo, porém, a invenção *nova*, de um empregado do estabelecimento, que trabalhava sob minha responsabilidade, não permitiu minha consciência que outros ficassem prejudicados.<sup>152</sup>

Atuando em um período no qual o mercado de capitais dava seus primeiros passos no país, todo cuidado era pouco. Era preciso conquistar a confiança dos investidores nacionais e, sobretudo, estrangeiros. Urgia demonstrar aos investidores que o mercado brasileiro era um ambiente seguro e lucrativo - livre da ação nefasta de especuladores aventureiros. E Mauá, como poucos, tinha plena consciência dessa responsabilidade. Ele participou da organização da primeira companhia inglesa para construção de uma ferrovia no Brasil, qual seja: a *Recife and São Francisco Railway Company*<sup>153</sup>. Também foi ele o responsável pelo primeiro aporte

---

<sup>150</sup> WEBER, 1967, p. 30.

<sup>151</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 152-154.

<sup>152</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 153-154, **grifo do autor**.

<sup>153</sup> Na época do lançamento dessa companhia na praça de Londres, o sócio de Mauá, responsável pelo braço inglês do Banco Mauá em Manchester, foi procurado para fazer parte da diretoria da nova empresa. Escrevendo ao amigo, Irineu Evangelista demonstrava todo o seu entusiasmo: “*Trata-se de levar avante a primeira*

de capitais norte-americanos no país, ao fazer cessão de seus privilégios para a construção de uma estrada de ferro para passageiros na cidade do Rio de Janeiro. Essa foi a origem da *Botanical Garden Rail Road Company*<sup>154</sup>.

A credibilidade do seu nome e do nome de suas empresas sempre foi um pré-requisito indispensável para a continuação de seus negócios e o sucesso de sua carreira empresarial. Como vimos no capítulo anterior, por inúmeras vezes, amigos e investidores brasileiros procuraram associar Mauá à lista dos subscritores de suas empresas. Sua assinatura era uma espécie de marca a inspirar respeito e confiança nos investidores. Por isso, ao se defrontar com a realidade da ruína, Irineu Evangelista lutou com todas as suas forças para evitar o colapso iminente. As cartas endereçadas aos parceiros de negócios, funcionários e amigos durante o período em que batalhou para saldar suas dívidas, nos anos lúgubres da moratória, são um testemunho tocante do espírito de um homem que, naquele momento, encarnou, talvez da maneira mais grandiosa, o capitalismo incipiente no Brasil. Suas palavras exprimem com toda a vivacidade o misto de valentia e resignação que agitava o seu interior, em uma disputa atroz e sem uma resultante definida.

Na proposta de moratória não se fala em juros; porém, apesar de não ficar obrigado a isso, eles só deixarão de ser pagos até o último minuto da última hora do último pagamento que se dever, se, empenhando a camisa do corpo, o chapéu velho e as botas de montar, isso não se puder conseguir.

[...]

Não hei de ficar com um vintém para mandar ao mercado, seja qual for a conduta dos credores para comigo... Creia o meu amigo que só me acabrunha a idéia de qualquer déficit para pagar integralmente capital e juros do que em meu nome se prometeu pagar em qualquer parte onde exista a firma Mauá & Cia. A família tem em todas as hipóteses o arrimo de meu filho Henrique, que é bom; para mim bastam-me nove palmos de terra quando Deus quiser.

**(Carta a Ricardo Ribeiro, de 2-9-1877)**<sup>155</sup>

Julgam-me ferido de morte. Enganam-se. Há com que pagar a todos. Peço agora ainda maior dedicação, se for possível de meus companheiros de trabalho até aqui. Trata-se de restaurar o nome, que para mim vale cem mil vezes mais do que os chamados bens de fortuna.

---

*companhia inglesa para vir construir estrada de ferro no Brasil, - não deixei pedra sobre pedra para que o resultado nada deixe a desejar, pois disso dependerá que muitas outras naveguem nas mesmas águas, e você conhece minhas idéias a respeito".* (MAUÁ, *Autobiografia*, p. 146, **grifos do autor**).

<sup>154</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 145-151, 182-184.

<sup>155</sup> FARIA, *Mauá*, p. 497-498.

(Carta circular aos chefes de todas as agências do Banco Mauá no Brasil e no exterior)<sup>156</sup>

Incapaz de arcar com seus compromissos financeiros dentro do prazo de três anos que a legislação comercial da época previa para os casos de moratória<sup>157</sup>, Irineu Evangelista decidiu se explicar. É o *ethos* burguês de um homem de negócios acostumado a levar a cabo empreendimentos, com o suporte de capitais alheios, que aflora naquelas linhas sofridas. Em suma, uma prestação de contas ao público, em geral, e aos credores, especialmente, eis o que esteve na base daquele escrito (e o próprio título patenteia<sup>158</sup>). A *Exposição aos credores*, contudo, não se resume a isso: não foi ela uma simples prestação de contas, estimulada pelas pressões próprias de uma economia que se ia monetarizando e habituando ao crédito. Produzida por um homem já em idade avançada – lembremo-nos que, em 1878, o visconde de Mauá possuía 65 anos incompletos e apenas mais 11 pela frente –, a obra teve também uma motivação existencial ou uma necessidade interior<sup>159</sup>.

Na idade avançada em que me acho, em presença do acontecimento que motiva esta exposição [refere-se à sua falência], *realizado pelo modo por que foi resolvido* [Mauá queixa-se por não ter-lhe sido concedido um prazo maior para saldar suas dívidas], não posso ter outro objeto em vista senão salvar do naufrágio aquilo que para mim vale mais do que quanto ouro tem sido extraído das minas da Califórnia – um nome puro, pois persisto em acreditar que o infortúnio não é um crime.<sup>160</sup>

Abatido e transtornado pelo evento mais trágico de sua vida pública, foi que o visconde viu a necessidade de empreender uma reflexão global sobre sua existência. Em geral, acontecimentos, positiva ou negativamente, marcantes na vida de uma pessoa constituem o principal pretexto para a escrita autobiográfica. A *Exposição aos credores* também se insere nesse tipo de *literatura pessoal*: “*não é um desabafo* [confessa ele], *é um gemido que esta exposição encerra, e o gemer é privilégio de quem sofre [...]*”<sup>161</sup>. Ao narrar

<sup>156</sup> FARIA, *Mauá*, p. 499.

<sup>157</sup> Tempos depois essa lei foi alterada, por atuação de Nabuco de Araújo e Gaspar Silveira.

<sup>158</sup> Note-se que o termo “autobiografia” só passou a designar a obra quando de sua primeira reedição, em 1942, pela Livraria Editora Zelio Valverde.

<sup>159</sup> LYONS, 2001, p. 941.

<sup>160</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, pp. 97 e 98, **grifos do autor**.

<sup>161</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 292, **grifos do autor**.

sua própria história, ao colocar no papel “*o resumo histórico de [sua] amargurada vida financeira*”<sup>162</sup>, Mauá acertava as contas com os credores e com o público, mas, sobretudo, e primeiramente, consigo mesmo.

Começando pelo estabelecimento fabril da Ponta da Areia, passando por diversos outros empreendimentos urbanos e até rurais, e indo até sua participação na construção de inúmeras ferrovias e na implantação de casas bancárias no Brasil e no exterior, Mauá fez um balanço dos 32 anos de sua carreira industrial e financeira. O que ele desejava era esclarecer as causas de sua bancarrota. Sua ambição era “*ser julgado pela verdade verdadeira, e não pelas interpretações da maledicência*”<sup>163</sup>. Pesava-lhe sobre os ombros o estigma de privilegiado: havia políticos que o acusavam de sempre ter sido favorecido pelo governo. Diziam que seus negócios e seu colosso bancário só teriam ido para frente, graças ao prestígio e à influência do visconde junto aos representantes políticos do povo. Corria à boca miúda na corte, entre outras acusações graves, que o visconde do Rio Branco, político de proa no Segundo Reinado, ficara hospedado numa residência de Mauá, durante sua missão diplomática no Rio da Prata, por ocasião da Guerra do Paraguai. Sua amizade com o empresário, aliás, não era desconhecida – muito antes, pelo contrário<sup>164</sup>. Com o intuito explícito da autodefesa, intento corriqueiro nas autobiografias de homens públicos, a fidedignidade de seu relato era condição básica para sua validade. Por isso, percebe-se o reforço constante dessa nota ao longo das páginas da *Exposição aos credores*, tal como na passagem que se segue.

Não é nesta hora solene, em que a vítima de um grande e não merecido infortúnio vem dar explicações àqueles que têm o *direito* de exigí-las, que eu me lembraria de fazer uma narrativa infiel dos fatos com que julgo do meu dever ocupar vossa atenção, quando a *verdade*, aliás, tem sido o escudo que me tem amparado em todas

---

<sup>162</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 225.

<sup>163</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 93.

<sup>164</sup> Várias concessões de obras públicas foram conseguidas pelo visconde, com a atuação de Rio Branco, que agia nos bastidores fazendo *lobby* em favor do amigo. Quando os negócios de Mauá no Prata estiveram em grande dificuldade, Rio Branco também socorreu política e financeiramente o colega. Quando Mauá estava próximo da falência, Paranhos abriu os cofres do tesouro nacional para auxiliar o banqueiro em aperto.

as vicissitudes de uma longa vida. [...] Não é por certo a fatuidade, que seria na verdade ridícula em tais circunstâncias em que me vejo colocado, que me induz a recordar serviços prestados ao país e obriga-me a entrar na apreciação de *alguns* atos de que fui instrumento, deixando ainda em silêncio muitos que podiam aparecer com vantagem, desde que indiretamente atuavam na vida financeira e econômica do Brasil; limito-me aos que têm bastante *notoriedade pública*, provocando abertamente sobre eles qualquer contestação, a fim de que responder cabalmente aos impugnadores, enquanto a fria lousa não cobre os restos fatigados que servem de invólucro à alma de um ente, que teve durante toda a sua vida como ponto fixo de sua maior aspiração – fazer algum bem – e que arrojado agora da posição em que desempenhava essa missão, se vê atirado ao *banco dos acusados!*<sup>165</sup>

Lançando mão da imagem da morte como fim de todas as ilusões, o autor objetivava conferir imparcialidade a seu depoimento<sup>166</sup>. “*Demasiadamente o sabeis a voz do sepulcro não tem aspirações*”<sup>167</sup>. A neutralidade invocada pelo narrador é, entretanto, algo que passava bem longe daquele relato, sem retirar-lhe (é claro) a validade histórica e, muito menos, a autenticidade intrínseca. No comentário agudo, não obstante laudatório, do deputado Wanderley Pinho, percebe-se com que disposição Irineu fez uso da pena na redação de seu relato autobiográfico. Assim dizia o filho do barão de Cotegipe: Mauá “*precisava, falando aos credores, eximir-se de responsabilidades que seriam vistas por estes como culpas, mas podemos hoje apreciar como méritos*”<sup>168</sup>. Ou seja, mais que uma simples defesa de sua imagem pública, a *Exposição aos credores* foi um ataque político ousado, cujas dimensões na sincronia intentaremos descortinar neste capítulo, como já destacado. Não sendo uma obra de reflexão política *stricto sensu*, pretendemos evidenciar sua inserção no clima reformista de seu tempo. E faremos isso, sobretudo, focalizando a individualidade representada naquele texto, pois acreditamos que a chave principal para o entendimento do sucesso de tal empreendimento autobiográfico é a maneira arguta pela qual seu autor construiu sua auto-imagem.

<sup>165</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 93, **grifos do autor**.

<sup>166</sup> O recurso à morte com o objetivo de conferir fidedignidade ao relato de um narrador também foi usado por Machado de Assis em seu romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Neste livro, deparamo-nos com um defunto autor, que, por suposto, narra sua experiência de um modo, senão imparcial, pelo menos, desinteressado, visto não ter mais o que esperar deste mundo.

<sup>167</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 225.

<sup>168</sup> PINHO, Wanderley. Resenha crítica da *Autobiografia* de Mauá, publicada por Cláudio Ganns. Esta fonte manuscrita faz parte da Coleção Wanderley Pinho (notação: DL 1618-5) do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro.

Segundo Philippe Lejeune, uma autobiografia é uma “*narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando ela põe em destaque sua vida individual, em particular, a história de sua personalidade*”<sup>169</sup>. Apesar das críticas, especialmente apontando os limites de uma delimitação conceitual que pretende engessar em uma fórmula rígida uma prática histórica que já entra, levando em conta apenas a História Moderna, em seu quinto século<sup>170</sup>, utilizaremos esta definição como nosso ponto de partida teórico por um motivo bem simples e pragmático, qual seja: ela é perfeita para caracterizar a escrita autobiográfica praticada pelo visconde. Se quiséssemos, poderíamos resumir a estrutura da *Exposição aos credores* da seguinte forma: delimitação precisa da essência individual que impulsionou Mauá durante toda sua vida pública e descrição das peripécias vividas por esta individualidade no decorrer de sua existência, em conformidade com sua natureza interior. Após uma breve introdução, que ocupa apenas um capítulo da narrativa, na

<sup>169</sup> LEJEUNE, 1975, p. 14, **tradução nossa**.

<sup>170</sup> Fruto de um longo processo de transformação cultural, a escrita de si só adquiriu pleno significado quando da emergência do individualismo moderno. Nas sociedades ditas “tradicionalistas”, uma lógica coletiva sobrepunha-se aos indivíduos, reforçando os vínculos sociais e fazendo prevalecer a idéia da interdependência. Aqueles eram agrupamentos regidos pelo ritmo de suas tradições. Nessas condições, os indivíduos se reconheciam, não por sua marca pessoal ou sua singularidade, mas antes por sua função, seu lugar no grupo. A vida comunitária não passava de um grande drama histórico, cujos papéis eram estabelecidos de forma definitiva pelos deuses, sendo apenas eternamente re-encenados pelos “atores” históricos. Não havia novidade no mundo; inexistia a percepção de uma ruptura entre o passado, o presente e o futuro. Os papéis sociais eram tidos como limitados e sempre os mesmos; mudavam-se apenas os intérpretes. Assim, a despeito dessa renovação na superfície dos “acontecimentos”, a história era sempre a mesma. A idéia do eterno retorno, característica da percepção temporal nas chamadas sociedades “primitivas” e com permanências nas culturas antigas e medievais, contrasta com a noção moderna de tempo histórico, colocando sérios obstáculos à produção de si naqueles tempos. (GUSDORF, 1980, p. 29-30. Ver também sobre este assunto: HOBBSAWM, 1998).

O rompimento dessa estrutura mítica do tempo correspondeu a uma revolução secular no universo da cultura, cujas origens cronológicas são de difícil definição, podendo, por aproximação, ser situadas no período renascentista. Já no final da Idade Média, o desenvolvimento de uma nova técnica de produção de espelhos, desenvolvida por artistas italianos e alemães, contribuiu para o despertar da consciência da personalidade. O Renascimento, todavia, foi mesmo o grande marco neste processo. Muito embora, como mostram os estudos mais recentes, tenha se tratado de um desabrochar inicial e apenas parcial do individualismo moderno, a noção de indivíduo como um ser singular e dotado de personalidade única começava a disputar espaço com a idéia de indivíduo-exemplar, modelo universal das virtudes. A Reforma Protestante também deu impulso à tendência da introspecção e à literatura da auto-análise. Porém, foi apenas na passagem do século XVIII para o XIX que a escrita auto-referencial revestiu-se de uma significação mais próxima da que, hoje, conhecemos – sob os impactos do Iluminismo, da Revolução Industrial e do Romantismo. Esta é a época do surgimento do romance moderno, marcado pela idéia da descontinuidade e incoerência do real, da ascensão do cidadão moderno, base de um contrato político fundado na igualdade de todos perante a lei, e da consagração do “eu romântico”, expressão usada pelos historiadores literários para se referir à concepção do indivíduo como um ser dotado de identidade própria e personalidade em desenvolvimento. Trata-se de um período decisivo, conquanto não derradeiro, no curso desse longo e ainda perceptível processo de “*involution* (evolução para dentro) *da consciência*”, para usar a expressão inteligente de Georges Gusdorf. (EAKIN, 1988, p. 198-207. Sobre os limites da noção de indivíduo na época renascentista, ver: BURKE, 1997, p. 83-98).

qual o autor-narrador situa o leitor acerca do início de sua carreira empresarial, procurando fixar uma imagem de sua alma, Irineu Evangelista passa a relatar os principais empreendimentos com os quais se envolveu. Trinta e dois capítulos, o corpo principal da narrativa autobiográfico em apreço, são consagrados a esta tarefa, responsável pela *caracterização dinâmica* da alma do personagem<sup>171</sup>. Neles, Mauá oferece aos credores e ao público um balanço de sua vida empresarial. Como se percebe, ao longo de toda a narrativa, o “eu” recôndito do visconde constitui-se na grande figura deste testemunho, revelando-se: seja na tentativa inicial de *caracterização estática* do personagem em foco, seja na exposição decorrente das diversas iniciativas das quais Mauá participou, em seus mais de trinta anos de carreira: sua caracterização dinâmica.

Algo que salta aos olhos, no decorrer da narrativa autobiográfica em questão, é a certeza, a convicção com que Irineu Evangelista pinta seu auto-retrato. Em momento algum do texto, o narrador-autor demonstra dúvidas a respeito do sentido de sua existência, do significado dos eventos em se envolveu, enfim, sobre si mesmo. Neste testemunho autobiográfico, inexistem hesitações de qualquer espécie: a possibilidade do pleno autoconhecimento é um postulado implícito na *Exposição aos credores*. Para Mauá, sua personalidade lhe era totalmente transparente, sendo sua narrativa o reflexo perfeito da imagem da sua alma. Apesar dos equívocos ou, mesmo, da ingenuidade de uma tal “declaração de fé”, tanto do ponto de vista do biógrafo de si, quanto do ponto de vista do

---

<sup>171</sup> Na ordem em que o visconde de Mauá os narra, estes são os trinta e dois empreendimentos em que o protagonista desta narrativa autobiográfica se envolveu, ao longo de sua carreira empresarial: Estabelecimento da Ponta da Areia, Companhia de Rebocadores a vapor para o Rio Grande, Companhia de Iluminação a Gás do Rio de Janeiro, Serviços prestados à política do Brasil no Rio da Prata, Companhia Fluminense de Transportes, Banco do Brasil, Estrada de Ferro Petrópolis, vulgo Mauá, Navegação a vapor do Rio Amazonas, Estrada de Ferro de Recife a São Francisco, Estrada de Ferro da Bahia, Companhia Diques Flutuantes, Companhia de Curtumes, Companhia Luz Esteárica, Montes Áureos Brazilian Gold Mining Company, Estrada de Ferro de Santos a Jundiá, Estrada de Ferro D. Pedro II, Caminho de Ferro da Tijuca, Botanical Gardens Railroad Company, Estrada de Ferro de Antonina a Curitiba, Estrada de Ferro Paraná a Mato Grosso, Cabo submarino, Abastecimento de água à capital do Império, Estrada de Ferro do Rio Verde, Serviços prestados à agricultura, e Banco Mauá e Companhia. Este último capítulo, único da *Exposição aos credores* que é subdividido, compõe-se de dez tópicos, sendo o mais longo de todos os capítulos do texto.

pesquisador de uma autobiografia, importa reter os impactos dessas convicções para a escrita de si praticada pelo visconde.

Décadas atrás, os estudiosos do gênero autobiográfico depositavam todas as suas energias no *bios*. Sua preocupação era mensurar até que ponto o testemunho de si era mais ou menos confiável. A vida retratada correspondia à experiência realmente vivida? – era isso que estava em pauta. A questão da fidedignidade do testemunho autobiográfico começou a perder sentido, quando os críticos passaram a atentar para a dimensão do *autos*. Percebeu-se, então, que o que realmente importava era o indivíduo que comandava seu auto-retrato, a partir de um certo presente. O *bios* nunca esteve plenamente pronto para ser diretamente refletido no papel, por meio de um *autos* meramente passivo. Ambos são produtos de um processo de grafia de si, no qual o “eu” do autobiógrafo participa de forma efetiva, invariavelmente deixando no texto a sua marca. O ato autobiográfico é, a um só tempo, um ato de descoberta e de criação<sup>172</sup> – no qual o contexto da produção autobiográfica reveste-se do mais amplo significado, haja vista que a imagem de si definida em um relato é sempre o fruto da escrita de um “eu” em um dado presente. Reconstruir as motivações deste *autos* no momento da composição (*grafia*) de sua vida (*bios*) será, portanto, fundamental para o entendimento de qualquer narrativa autobiográfica. Como bem salienta Gusdorf: “*toda autobiografia não passa do relato (testemunho) de um momento da vida; ela luta para esboçar o significado daquela vida, mas ela mesma é um significado na vida*”<sup>173</sup>. Na seqüência deste capítulo, pretendemos reconstruir o significado da *Exposição aos credores*, utilizando, não apenas seu conteúdo, como também sua forma. Quais as intenções, implícitas no tipo de escrita autobiográfica praticado por Mauá, permeiam as páginas deste relato. Esperamos demonstrar de que formas o estilo textual adotado pelo visconde para transmitir seu recado integrava o significado de sua mensagem.

---

<sup>172</sup> OLNEY, 1980, p. 19-22.

<sup>173</sup> GUSFORF, 1980, p. 43, **tradução nossa**.

Em um esquema bastante sofisticado de definição de um gênero literário, William Howarth relaciona três tipos paradigmáticos de autobiografias. Partindo do princípio de que seria um equívoco pensar este gênero restrito a um único padrão de texto e levando em conta a importância do estilo na caracterização de um gênero, Howarth apresenta-nos três paradigmas, três modelos de escrita autobiográfica. Ele nos fala da *autobiografia como oratória*, da *autobiografia como drama* e, finalmente, da *autobiografia como poesia*. Vamos nos ater ao primeiro destes tipos<sup>174</sup>, visto ser nesta tradição literária que o relato autobiográfico do visconde se filia, como procuraremos mostrar e a própria transparência pretendida em seu testemunho de si já indica.

Neste padrão de escrita de si, cujo protótipo inicial encontra-se nas já mencionadas *Confissões* de Santo Agostinho, o escritor tem como meta principal transmitir uma mensagem. Sua narrativa faz as vezes de uma pregação. Assim como um pastor ou orador religioso, o que se deseja aqui é constituir e conduzir um rebanho. Dado o propósito explicitamente didático do texto, a história pessoal narrada se transforma numa verdadeira alegoria, exibindo-se como um modelo, um padrão sumário e de cunho universal da experiência humana. É como se o protagonista dessa simples história encarnasse em sua existência individual uma verdade mais alta do que ele próprio. Daí o elevado grau de estilização presente nessas narrativas: há uma lição, encerrada nessas trajetórias exemplares de vida, a ser compartilhada; esse tipo de texto contém um ensino, uma exortação a ser levada em conta por todos.

Visceralmente comprometido com o dever de dar seu recado, o escritor-orador faz de sua vida pregressa um artefato em suas mãos. Tal como um hábil artesão, ele esculpe “*monumentos públicos de sua vida privada*”<sup>175</sup>. Há aqui um claro esforço de “monumentalização” a guiar toda a narrativa. Grandes períodos da vida podem ser

---

<sup>174</sup> Para mais informações sobre os outros dois paradigmas autobiográficos, cf. HOWARTH, 1980, p. 84-114.

<sup>175</sup> HOWARTH, 1980, p. 92, **tradução nossa, com pequenas adaptações.**

completamente ignorados ou simplesmente resumidos em umas poucas linhas; acontecimentos que não se coadunam com a tese central do texto são, via de regra, marginalizados ou omitidos; simples detalhes numa trajetória de vida ganham, por vezes, um grande relevo; enfim, os eventos narrados nesse tipo de autobiografia são sempre escolhidos a dedo, no intuito de prender e dirigir o olhar dos leitores, aos quais não se permite nem mesmo um simples piscar de olhos. Juntamente com o conteúdo doutrinal do texto, nota-se, pois, que o estilo também compõe a estratégia missionária que comanda esses relatos de vida.

Relatos didáticos altamente estilizados, estas histórias de vida são ainda caracterizadas por uma significativa racionalização do passado. Uma lógica dura preside todo o texto. Da mesma forma que um sermão possui início, meio e fim bem delimitados e conectados, essas autobiografias são marcadas pela idéia da continuidade, da unidade perfeita da experiência humana. São histórias, por assim dizer, de um único fio narrativo. Certamente, as que melhor satisfazem à noção de *ilusão biográfica*, difundida por Pierre Bourdieu. O *postulado do sentido da existência* manifesta-se aqui em sua tonalidade mais vibrante, qual seja: o da univocidade do vivido. Toda a experiência pessoal relatada segue uma trajetória retilínea, possuindo uma finalidade precisa, que reveste a narrativa de perfeita coerência e concede aos eventos descritos um nexos absoluto. Não é sem razão que o apelo a forças superiores – como Deus, a Providência, a História ou a Natureza - é tão recorrente nesses testemunhos, sendo um elemento decisivo na costura de sua trama. O texto desenrola-se em estágios cronológicos e ao mesmo tempo lógicos, em que cada etapa vencida é um passo a mais rumo ao pleno conhecimento e à plena afirmação de si. Há assim sempre um clímax narrativo: momento áureo da autodescoberta e do início de uma vida nova. A trajetória desses personagens é descrita como o cumprimento de uma missão ou de um projeto de vida. E tudo isso começa com a compreensão e a aceitação de uma chamada. É ela que dá sentido à vida desses homens e unifica integralmente seu vivido.

Na *Exposição aos credores*, a temática da vocação aparece, não por acaso, logo em suas primeiras páginas. Esta tópica cumpre uma função axial na narrativa; é ela que estrutura todo o relato. Por isso, antes mesmo de começar a descrever e analisar a sorte dos principais empreendimentos dos quais esteve à frente, Irineu Evangelista enceta seu testemunho com sua autocaracterização. Explorando o recurso da sinceridade, atributo que marca a escrita autobiográfica desde o século XVIII, Mauá objetiva fixar os contornos de sua imagem. Ele queria conceder aos leitores um pequeno vislumbre das origens profundas de sua carreira empresarial. Seu anseio capital era expor as motivações, exprimir as razões mais íntimas que o teriam guindado à posição de destaque outrora vivida e que agora o conduziam ao banco dos réus, na intenção de conquistar a empatia e a compreensão dos outros. Daí, seu testemunho autobiográfico começar com uma breve, porém, valiosa narrativa de conversão. Dividindo espaço com aquilo que Philippe Lejeune chama de *pacto referencial*<sup>176</sup>, relação de semelhança pretendida por um autor entre o enunciado e a enunciação ou entre o texto e o real extra-textual ao qual o relato se refere, é este o grande tema contido na introdução do texto em foco.

A autobiografia espiritual foi um modelo de narrativa bastante corrente entre as autobiografias inglesas da primeira metade do século XIX. Tal padrão, remontando às paradigmáticas *Confissões* de Santo Agostinho, teve como modelo moderno *O Peregrino* de John Bunyan - livro, hoje, clássico, mas, naquele período, um dos maiores sucessos de vendagem. Trata-se de um tipo de autobiografia centrado na jornada da alma perdida rumo à sua salvação. É uma espécie de *odisséia espiritual*, na qual o indigno pecador – após um período de acentuada prostração e abatimento, fruto do pecado – acaba, de repente, ao encontrar com Deus, caindo em si e convertendo-se do seu mau caminho: entenda-se, regenerando-se, tornando-se uma *nova criatura*, para usar a linguagem bíblica. Foi,

---

<sup>176</sup> Veja, páginas atrás, a parte em que discutimos a preocupação de Mauá em auto-referendar sua narrativa, legitimando-a com sua sinceridade.

sobretudo, sob a inspiração desse tipo de texto que os ingleses – inclusive, os operários escritores - do início do século XIX encontraram a forma ideal para exprimir o relato de suas vidas. Escrevendo em 1878 e acompanhando as mudanças de seu tempo, o visconde centrou-se no desenvolvimento secular de sua personalidade. Será essa nova tendência, mais afim com os ares científicos e positivos do momento, que dominará as autobiografias européias da segunda metade do século XIX.<sup>177</sup> Inclinação também perceptível em autores do lado de cá do Atlântico, muito particularmente, no tipo de conversão relatada pelo visconde - referimo-nos à decisão tomada por ele de “*engolfar-[se] em outra esfera de atividade*”<sup>178</sup>. No ano de 1846, o comerciante venturoso deixava o ramo, no qual fizera prodigiosa fortuna, para adentrar o terreno pantanoso e movediço da grande indústria e do mundo financeiro da época. É ele mesmo quem nos conta essa passagem:

Na primavera da vida havia eu já adquirido, por meio de infatigável e honesto labor, uma fortuna que me assegurava a mais completa independência.

[...]

Bastaram vinte anos de atividade sem repouso, além do preciso para recuperar a perda de forças, que o lidar contínuo, acompanhado da necessária meditação, opera no organismo que suporta a pressão dessas lides, para assegurar-me uma renda superior a 50 contos anualmente, se fora o capital empregado nos títulos mais bem garantidos que o nosso país possui, ao liquidarem-se as transações de um forte comércio de importação e exportação de cujo movimento me constituí o centro, além do quinhão *proporcional* que a outros sócios tocara em partilhas.

Era esta a minha posição na ocasião a que me refiro, e vão contados 32 anos<sup>179</sup>.

[...]

Travou-se em meu espírito, nesse momento, uma luta vivaz entre o EGOÍSMO, que em maior ou menor dose habita o coração humano, e as idéias generosas que em grau elevado me arrastavam a outros destinos, sendo a idéia de vir a possuir uma GRANDE fortuna, questão *secundária* em meu espírito, posso dizê-lo afoitamente, com a mão na consciência e os olhos em Deus.<sup>180</sup>

Tais “*idéias generosas*” a o arrastarem a outros destinos referiam-se, como fica explícito no texto, às suas propostas para a modernização industrial do país, via o “*instrumento*” dinâmico do crédito. Como se sabe, Mauá via no aproveitamento dos capitais disponíveis no mercado financeiro brasileiro após o fim do tráfico negreiro, o grande

<sup>177</sup> LYONS, 2001, p. 937-939.

<sup>178</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 96.

<sup>179</sup> O ano a que se faz referência neste trecho é o de 1846. Então, o jovem Irineu tinha 33 anos incompletos.

<sup>180</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 95 e 96, **grifos do autor**.

instrumento propulsor dos empreendimentos que pretendia levar a cabo em solo pátrio. A conversão acima narrada tem, pois, a intenção de mostrar a disposição do ainda Irineu Evangelista de Souza em deixar a vida ditosa e segura de comerciante bem-sucedido para iniciar uma carreira “*sem exemplo em nossa terra, e mui rara em outros países*”<sup>181</sup>. É uma espécie de confissão: revelação que tencionava marcar temporalmente o início de uma nova vida, verdadeiramente, ou, antes, ativamente, patriótica. Perceba-se que o jovem Irineu tinha à sua frente o caminho fácil e sedutor do mercado acionário, então em formação na cidade da Corte. Como ressalta o próprio narrador do relato: que incômodo teria ele com a aquisição de alguns títulos da dívida pública, após a liquidação de seu lucrativo negócio de comércio *em grosso*? Nenhum. Antes, pelo contrário, seu futuro pessoal e familiar estaria plenamente assegurado. Mas esta não foi a sua escolha. Sua decisão foi pela porta estreita: ele quis trilhar o caminho árduo. Tal como nas autobiografias espirituais, percebe-se também na *Exposição aos credores* uma certa *peregrinatio*. A alma aflita, após um período de intensos conflitos, acaba alçando-se a níveis mais elevados.

O expressivo relato da conversão patriótica, descrito por Mauá logo no início de sua obra, está repleto de significado, como anteriormente destacamos. Logo nas primeiras páginas de seu relato, Irineu Evangelista fixa sua auto-imagem, retratando-se como um patriota que se tornou empresário para cumprir em toda a plenitude sua vocação, dedicando-se de corpo e alma ao melhoramento material do Brasil. É esta a representação que perpassará toda a obra, sendo apenas efetivada a cada novo projeto idealizado, a cada proposta ventilada, a cada empreendimento iniciado, a cada ato e pensamento do protagonista do texto. Narrativa de um único fio, a *Exposição aos credores* poderia, pelo menos por ora, ser assim resumida: é a história de uma personalidade nacionalista e modernizante. Mais a frente, veremos que outros elementos se somarão a este para compor o enredo central daquela narrativa. Antes

---

<sup>181</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 96.

disso, adensemos um pouco mais nossa análise, destacando o processo de emergência dessa auto-representação.

Escrevendo, no princípio da década de 1860, ao velho amigo Richard Carruthers, a quem dedicava afeição filial, Mauá (então, ainda barão) fez um pequeno balanço de sua carreira, ainda em fase inicial. A carta a que nos referimos é de janeiro de 1861. O ano anterior fora-lhe francamente favorável, sobretudo, no que concerne aos negócios de sua rede bancária. Algo que nos chama a atenção nesta e outras missivas é o fato de que a imagem de si imortalizada e oferecida ao público em sua narrativa autobiográfica de 1878, desde muito tempo antes, já vinha sendo trabalhada em suas correspondências <sup>182</sup>, como fica claro no trecho que se segue:

É certamente singular que, com mentes igualmente dispostas a desfrutar a paz e a felicidade doméstica, e provindo tudo o que é bom em mim de ensinamentos inspirados em minha mente, trinta anos atrás, por você, nós tenhamos adotado meios de vida tão largamente diferentes para chegar a um mesmo fim. Os fatos, contudo, podem ser explicados com maior facilidade do que apareceriam à primeira vista, pois, entre os ensinamentos inculcados em minha mente pelo conselho amigável ou, antes, paternal dado a mim por você no período juvenil de minha vida, o amor a um país era um tema muito freqüentemente abordado em nossas conversações, e existindo a semente, ela dificilmente poderia deixar de crescer e absorver minhas idéias com a esperança de ser útil ao meu país, em todos os eventos na esfera de vida a qual o destino me reservou. Acredite-me, a idéia de fazer o bem, tanto ao meu país, quanto tão amplamente quanto meus meios permitissem, privadamente, àqueles que disso necessitam, tem sido a base de minha aparente ambição, e eu não tenho culpa de pensar que esta honestidade de propósito tem merecido a aprovação da Providência, ao refletir que mais de uma vez eu fui salvo por interferência quase miraculosa. <sup>183</sup>

A idéia do pleno devotamento à causa do progresso da nação perpassa toda a passagem. Até a Providência é chamada para abonar a vocação patriótica. Em um escrito no qual facilmente já se nota a presença de traços da autobiografia como oratória, o esforço de “auto-monumentalização” não poderia ser mais bem exemplificado. Como foi dito anteriormente, não é este um tipo de escrita de si que deva ser avaliado pela sua coincidência

---

<sup>182</sup> A recorrência desta auto-imagem no epistolário do visconde de Mauá constitui-se em um interessante tema de pesquisa, mas que não pudemos explorar mais profundamente neste trabalho. Como acentua John Paul Eakin: o ato autobiográfico é “*um modo de auto-invenção que é sempre praticado primeiro em vida e apenas eventualmente, algumas vezes, formalizado pela escrita*” (EAKIN, 1988, p. 272, **tradução nossa**).

<sup>183</sup> MARCHANT, 1965, p. 83, **tradução nossa**.

com os acontecimentos externos aos quais se reporta – se é que tal perspectiva de análise tenha sido algum dia recomendável para abordar um texto autobiográfico! O personagem que surge dessas narrativas é menos real do que mítico. Toda a narrativa é organizada tendo como alvo supremo o convencimento dos leitores. Sem rebuços, o “eu” presente (narrador-autor) se serve do “eu” passado (protagonista da história) para, a partir dele, construir uma alegoria que encerre sua tese. Este tipo de relato sempre contém uma mensagem e é ela que perseguiremos a partir de agora. Que lição Irineu pretendeu transmitir ao narrar sua vida? Buscaremos a resposta dessa pergunta, concentrando-nos na estratégia textual responsável por ancorar sua auto-representação. Se, por um lado, a emergência de um Mauá, com as características que vimos acima, aparece de repente (o relato da conversão patriótica), por outro, a montagem textual capaz de manter de pé essa imagem dar-se-á com mais vagar e, apenas, no transcurso do folheto.

Três tópicos estão na base da imagem de si, apresentada por Mauá no início de sua narrativa autobiográfica: a tópica da solidão, *topos* fundamental, e as do martírio e do heroísmo, *topos* decorrentes<sup>184</sup>. Começaremos pela tópica da solidão, pois é ela a responsável pela emergência das outras duas. O Mauá que aparece na *Exposição aos credores* é um personagem singular, quase que absolutamente distinto de todos os homens da sua época. Seu espírito empreendedor; seu desejo de aprimorar a livre iniciativa e dinamizar a economia nacional por meio dela; seus pensamentos a respeito da urgência, bem como, da função estratégica da implantação de ferrovias e outros meios de transporte no país; seu arrojo empresarial e financeiro; enfim, tudo aquilo que caracteriza sua individualidade encontra-se, na imensa maioria das vezes, em contraste fatal com a geração que lhe foi contemporânea.

---

<sup>184</sup> A análise que se segue, a respeito das tópicos usadas por Mauá em sua escrita de si, tem como referência o procedimento analítico efetuado por Maria Alice Resende de Carvalho, em seu *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil* (1998). Neste livro, partindo do *topos* da solidão e dando ênfase às temáticas complementares do martírio e do heroísmo, a autora examina o conteúdo político da escrita autobiográfica de André Rebouças. Por *topos*, entenda-se um elemento retórico usado, recorrentemente, em um texto, no intuito, consciente ou não, de conquistar o leitor, fazendo-lhe “comprar” uma certa visão ou interpretação do real. O *topos* pode ser considerado como uma espécie de conceito “quente”. Trata-se de uma imagem viva que apela para a emoção do leitor e contém uma idéia-chave para a compreensão de um texto.

Não é raro, pois, vê-lo sozinho iniciar e levar a cabo os inúmeros grandes empreendimentos relatados naquela narrativa. Um exemplo apenas bastará.

No estado de descrença em que se encontravam os ânimos, a respeito da introdução das vias férreas ainda em 1850, foi ousadia empreender a construção da sua primeira, embora pequena estrada; procurar obter uma garantia de juros geral ou provincial era simplesmente inútil nessa época; vencer, porém, as resistências, era a **meu** ver indispensável, e um **ponto de amostra** [refere-se a E. F. de Petrópolis] do melhoramento me pareceu o meio mais adequado.<sup>185</sup>

Na falta de associados – “*Não encontrei um só!*”<sup>186</sup>, lamenta-se em reiterados momentos do texto -, Mauá quase que aparece como o único responsável pelo progresso material do país, o único a “*arrostar os preconceitos*”<sup>187</sup>. Dessa auto-representação nasce, então, uma *persona só*, que muito nos diz da forma como o visconde se via e desejava que os outros o vissem. Como diz Maria Alice de Carvalho, em sua feliz biografia sobre o engenheiro André Rebouças<sup>188</sup>, o *topos* da solidão constituía-se em sua obra ao mesmo tempo em “*expressão exaltada do individualismo*” e “*avaliação negativa do establishment brasileiro*”<sup>189</sup>. Ao demarcar textualmente a singularidade de sua pessoa, bem como, a de suas propostas e projetos para o país, o que o visconde fazia era, na verdade, chamar a atenção dos leitores para os conflitos por ele tidos com os homens – e, em especial, com os políticos - de sua época. A estratégia textual da acentuação do conflito era fundamental na composição da trama abordando a história da sua personalidade. O problema é que alguém tão diferente assim não poderia ser bem-aceito. E é esta conclusão óbvia que no transporta para a primeira tópica complementar, a do martírio.

Nesse *topos* resultante, o Mauá que encontramos é um homem sofrido que se sacrifica integralmente por uma causa: a modernização material de seu país. Incompreendido por todos e perseguido de todos os lados, seu fim não poderia ser outro. Como diz o poeta,

<sup>185</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 123, **grifos do autor**.

<sup>186</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p.108.

<sup>187</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 124.

<sup>188</sup> Esta biografia foi feita, sobretudo, com base na análise crítica dos escritos de si do engenheiro: um diário, uma narrativa autobiográfica e suas correspondências.

<sup>189</sup> CARVALHO, 1998, p. 123.

uma andorinha só não faz verão. Ainda que esforçando-se de todas as formas e empregando o conjunto de suas energias, Mauá foi incapaz de “*vencer as resistências*”<sup>190</sup>. Estava cercado por uma multidão de adversários: pessoas que lhe invejavam o sucesso e, por isso, moviam-lhe uma guerra constante; homens medíocres, inábeis para apreender o sentido “*transcendente*” (como gostava de dizer) de sua obra; políticos, enfim, acomodados e burocráticos, tão somente desejosos de desfrutar sua posição e ver o país permanecer na mesma marcha incerta e vagarosa.

O tema da solidão, conjugado ao da perseguição, que o eleva a estatura de mártir, está presente em diversos momentos do texto, o que nos faz concluir da importância desempenhada, no relato “autobiográfico”, por essas tópicas. Formulando de uma outra maneira, o que estamos a dizer é que foi, justamente, concebendo sua identidade pessoal (de mártir e solitário) em oposição à representação dos “outros” (carrascos e que o não acompanharam), que o visconde teria dado o chamado “pulo do gato”, definindo não só o seu lugar, como também o espaço simbólico da imensa maioria (e, quiçá, da totalidade) de sua geração. Outrossim, os obstáculos encontrados ao longo do caminho e ressaltados na narrativa atuam como espécies de bordas que contêm e põem em relevo a figura de um homem que por, sozinho, arrostar todas as adversidades de seu tempo, só poderia ser, além de mártir, um verdadeiro herói nacional<sup>191</sup>.

São passados vinte e um anos depois que a primeira locomotiva correndo velozmente de Mauá à raiz da serra de Petrópolis, rompeu com o passado em matéria de viação e apontou-nos o caminho do progresso. [...] Já então começava

<sup>190</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 123.

<sup>191</sup> Ao fazer a análise crítica dos escritos de si de André Rebouças, Maria Alice de Carvalho assim se expressa: “*Pode-se dizer, então, que, do ponto de vista da elaboração da sua narrativa autobiográfica, as perseguições de que se dizia vítima seriam a porta de entrada para a demarcação da sua singularidade e para a experiência de um tipo de autonobilitação sugerida pelo heroísmo de se ver lutando, sozinho, contra todos os moinhos do conservadorismo nacional*”. (CARVALHO, 1998, p. 174). Nas reflexões que estamos a fazer da *Exposição aos credores*, constatamos a pertinência dessas colocações para o caso da escrita de si de Irineu Evangelista. Aliás, a própria Maria Alice de Carvalho observa, em alguns pontos de seu texto, alguma proximidade entre o visconde de Mauá e o engenheiro André Rebouças.

uma guerra surda contra todos os modestos esforços que eu empregava para auxiliar a marcha de progresso real do meu país nos seus primeiros passos vacilantes.<sup>192</sup>

Tópica da solidão e tópicos resultantes do martírio e do heroísmo, serão elas que permitirão ao visconde (como antes apontamos e, agora, estamos em melhores condições de constatar) ancorar sua identidade em bases sólidas, entenda-se: produzir uma imagem de si, diametralmente, contraposta à representação dos “outros”. Como se sabe, o processo de definição da identidade tem como fundamento a experiência da alteridade. Dependemos do “outro” ou, antes, de “outros” para fundamentar, por exclusão (ou seja, definindo o que não somos), nossa própria esfera de existência. A questão se coloca – e, aqui, nos serviremos das reflexões de Fabiana de Souza Fredrigo – quando, para constituir sua identidade, uma pessoa, um grupo ou uma sociedade, por exemplo, passam a definir-se contradizendo a imagem do “outro”. Neste caso, trata-se, não apenas de recusar o “outro”, mas de desmenti-lo, retirando da representação alheia parte de sua própria vitalidade<sup>193</sup>.

Ao se apresentar como uma excepcionalidade extra-temporal, a efeito o que o visconde de Mauá fazia – mesmo que inconscientemente – era chamar a atenção do público leitor para si, em detrimento dos “outros”, denegados. Concebendo-se como herói e mártir nacional a combater solitário pelo progresso da pátria, Mauá desprezou e não compreendeu os demais atores, com ele atuantes no cenário político de sua época. Como demonstra Maria Alice de Carvalho, a tópica da solidão em André Rebouças – também um adepto do progresso material do país, via ação da iniciativa privada, ainda que bem mais democrático do que Mauá – estava ligada à incapacidade do engenheiro para compreender e (claro) aceitar as propostas de modernização da maioria dos homens de sua geração, calcadas na ação civilizadora do

---

<sup>192</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 199.

<sup>193</sup> Fabiana Fredrigo esclarece o quanto, no decorrer de suas trajetórias, sobretudo, no pós-independência, as Américas portuguesa e espanhola constituíram-se identitariamente, a partir do que ela chama de “denegação”. O conceito é de Leandro Karnal, em seu *O Brasil e a América Latina denegada*, e aponta para a prática de incompreensão e, mesmo, de silenciamento do “outro”. “Denegar não é apenas recusar, negar ou não aceitar. Denegar pode significar também desmentir, contradizer. Tal como num jogo de espelhos, as Américas não só se recusavam, mas se contradiziam, se desmentiam, usando a imagem do outro para construir a sua própria imagem e definir identitariamente o que não queriam ser. Nesse processo, assumiam a importância do outro, mesmo quando o silêncio a seu respeito fazia-se presente”. (FREDRIGO, 2003, p. 90).

Estado<sup>194</sup>. Atitudes de impaciência diante da postura de um Estado acusado de burocrático e sufocante são comuns nos escritos autobiográficos de ambos estes personagens. Eivadas de sarcasmo, mas também de rancor (caso mais freqüente em Mauá, o que é compreensível), essas frases colocam de imediato, para os leitores, o confronto entre os heróis do progresso e os agentes do conservadorismo. Dado a importância assumida por essa oposição de identidades na leitura de Mauá nas décadas que enfocaremos na segunda parte desta Dissertação, dedicar-nos-emos a analisar de que maneira essa confrontação se traduziu no bojo da *Exposição aos credores*.

Desde as primeiras páginas de seu relato autobiográfico, Mauá já prepara o cenário no qual se desenrolaria o combate entre ele – o herói do progresso nacional – e o Estado brasileiro – bastião do conservadorismo político. Em se tratando de uma exposição a credores, a estratégia usada é certa e direta. Seu intuito era explicar a razão do fracasso de seus empreendimentos, ancorando-se (sobretudo) nas ações contrárias de um Estado: ora ausente, ora limitador. Ausente por não prestar os auxílios requeridos pelos particulares na obra de modernização do país; limitador por cercear e tolher a livre iniciativa, embaraçando-a com leis e mais leis – especialmente, em matéria financeira, diga-se de passagem.

Não preciso dizer-vos que errei, e errei grosseiramente, a vós, credores do Banco Mauá & C., que suportais comigo as conseqüências do erro que cometi optando por uma nova vida de atividades sem exemplo em nossa terra, e mui rara em outros países, aonde *outros elementos* auxiliam os esforços da iniciativa individual vigorosa para alcançar altos propósitos, em bem dos interesses gerais, que eu *afianço* ter sido o pensamento *dominante* que atuou em meu ânimo, rodando todas as outras considerações *muíto abaixo desse nível*.<sup>195</sup>

---

<sup>194</sup> Segundo Maria Alice de Carvalho, Rebouças procurava levar a frente seus projetos profissionais atuando como engenheiro e empresário, ao que era acusado (como Mauá) de querer se enriquecer às custas dos interesses públicos. Muito mais que uma oligarquia conservadora e opositora, o que havia era uma luta entre duas formas de se alcançar o progresso. “*Ou seja, a polarização [...] se prendia, antes, à identificação do lugar de realização do universal: se no Estado centralizado e distributivo, se no Estado interiorizado pelos indivíduos morais. Nesse sentido, enquanto Rebouças criticava a letargia, a ausência de civismo e a insensibilidade para com a noção de público que caracterizariam os engenheiros do Setor de Obras Públicas do Ministério da Agricultura, ele próprio era constantemente acusado de pretender enriquecer à custa da privatização de largos espaços de atuação do Estado*”. (CARVALHO, 1998, p. 120).

<sup>195</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 96, **grifos do autor**.

Os “**outros elementos**” acima citados, bem podem pôr em suspensão aqueles que desconhecem o testemunho autobiográfico em questão. Aqueles que, entretanto, já tiveram contato com a *Exposição aos credores*, não terão dúvida. A expressão, à primeira vista enigmática, deslinda-se em um instante: faz referência ao Estado brasileiro e a seus representantes. Mesmo antes desse excerto, e veja que se trata apenas do sexto parágrafo da obra, já se percebe a amargura de Mauá contra o governo imperial. Assim diz ele, em uma passagem em que se referia a sua vida antes de iniciar a carreira industrial e financeira: “*Não me fora preciso até então nodoar meus dedos com tinta, escrevendo petição alguma a nenhum representante de autoridade administrativa do meu país*”<sup>196</sup>. Rancor, azedume, insatisfação contra o Estado de seu tempo, tal atitude, desde o início presente no texto, só tenderá a aumentar no decorrer da narrativa. Várias de suas empresas, segundo Mauá, não teriam ido à frente por falta de apoio estatal. Este, ora deixava de assumir a posição que lhe cabia incentivando o empresariado nacional com pedidos de obras públicas e aprovação de medidas que permitissem a valorização de nossas indústrias<sup>197</sup>, ora atrapalhava negócios que tinham tudo para dar certo – tão somente pelo fato do crescimento do papel desempenhado pela sociedade (iniciativa privada) ser-lhe tido como perigoso<sup>198</sup>.

Dentre as sete causas (uma apenas sugerida) que o visconde de Mauá levantou como justificativas para o seu malogro final, é significativo o fato de que seis constituem-se em críticas diretas ao Estado brasileiro de seu tempo. Mauá levantou-se contra: o decreto-lei n.º 1487 com efeito-retroativo, de 13 de dezembro de 1854, e já anteriormente referido (nota 198); as leis financeiras do país, cerceadoras do crédito e, mesmo, do capital; as decisões

---

<sup>196</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 96.

<sup>197</sup> O estabelecimento da Ponta da Areia, por exemplo, enquadra-se neste caso. A falta de pedidos por parte do governo imperial e a alteração das tarifas aduaneiras, nos rumos do antiprotecionismo, foram vistas por Mauá como duas das maiores razões para o fracasso deste seu empreendimento.

<sup>198</sup> Este é o caso do Banco Mauá. Na tentativa de “[afastar-se] da *tutela do governo*” (MAUÁ, *Autobiografia*, p.231, **grifo do autor**), Mauá tentou organizar a instituição bancária que leva o seu nome, estabelecendo-a sob a forma de uma sociedade comanditária. Sofrendo a oposição do governo, o qual, pouco tempo depois de organizada a instituição, expediu um decreto-lei com efeito-retroativo, o Banco teve que ser re-fundado, com base em outros princípios – o que, de acordo com Mauá, além de limitar bastante o raio de ação da instituição, veio a colocá-la menos a salvo das intempéries, que vieram e com força.

judiciais insensatas, das quais foi vítima (pelo menos, duas vezes); a concorrência que lhe moveu o governo da província de São Paulo, decidindo construir uma estrada de rodagem paralela à ferrovia que ele emprendia; as posições avessas a sua pessoa e a seus interesses tomadas pelo poder imperial em sua política externa com o Uruguai; a avaliação negativa (dirá ele, leviana) feita sobre a situação do Banco Mauá, em uma assembléia geral dos acionistas do Banco do Brasil (na ocasião, 1869, um de seus credores); e, finalmente, o “*excesso de juros pagos*”<sup>199</sup>. A crítica ao Estado não poderia ser mais contundente: as alfinetadas são dirigidas, uma após a outra, contra a organização-mor da nação. Por conseguinte, o grande contraponto, em face do qual Mauá estabeleceu sua imagem foi o Estado imperial. A *Exposição aos credores* pode ser lida como um verdadeiro libelo contra o Estado vigente: um Estado que, segundo Mauá, cerceava a livre-iniciativa e deixava no desamparo as classes produtivas da nação.

### **3.2 - A *Exposição aos credores* e o fim do Império**

Se o ano 1889 marca o evento da passagem para a República, desde 1870 se inicia um período de grande agitação política, cujos corolários resultaram na ruptura em questão. Inúmeros fatores se somaram, naquele momento, para alimentar o clima de contestação aos pilares basilares do regime vigente. Dentre eles, destacaremos dois. De um lado, a engenharia político-administrativa organizada pelos saquaremas nas décadas de constituição do poder imperial<sup>200</sup> apresentava visíveis insuficiências, ficando clara a contradição entre a ordem patriarcal fortemente centralizadora e o avanço crescente da urbanização a exigir um novo

---

<sup>199</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 289, **grifos do autor**.

<sup>200</sup> Ver o segundo capítulo desta Dissertação.

marco político-institucional. Por outro, novas idéias e correntes de pensamento chegavam da Europa, avivando o cosmopolitismo da sociedade imperial e fornecendo um repertório intelectual propício para a renovação político-social do Brasil. Além do contato direto que as elites brasileiras tinham com a cultura européia em suas viagens ao Velho Mundo, o consumo de revistas literárias e científicas do exterior era considerável. Em dia com as novidades da civilização, as elites brasileiras desejavam atualizar o país, rompendo o “atraso” que o separava dos povos que ocupavam o “primeiro escalão” no Concerto das Nações. Era este o grande ideal da *Ilustração brasileira*, conhecida como a geração 1870. Movimento fundamentalmente político, o que seus atores buscavam nas escolas européias eram ferramentas teóricas para operacionalizar as transformações estruturais que viam como necessárias ao avanço do país.<sup>201</sup>

Nesta época de intensa mobilização política, Mauá não ficou à parte das acaloradas discussões que se davam em torno das reformas necessárias ao Império. Não obstante as turbulências financeiras por que passava, suportando revezes uns após os outros e tendo que se ausentar várias vezes e por longos períodos do Brasil para defender seus interesses, Irineu Evangelista ainda teve tempo e forças para meditar e opinar nas grandes questões nacionais. Em 1878, além da *Exposição aos credores*, cujo conteúdo político está sendo analisando neste capítulo, Irineu também escreveu uma série de artigos, publicados no *Jornal do Comércio* e intitulados *Questões econômicas: a situação monetária no Brasil*. Posteriormente, estes artigos foram reunidos em um folheto, conhecido como: *O meio circulante no Brasil*. O pretexto para a produção deste pequeno apanhado histórico sobre a vida financeira do país foi o debate em torno o decreto n. 6.882, de 15 de abril daquele ano, autorizando a emissão de sessenta mil contos, em caráter emergencial, para atender os flagelados pela seca no Norte do país. A medida, que ia de encontro à política econômica

---

<sup>201</sup> Sobre o contexto do final do Império, com ênfase especial a partir da década de 1870, ver: ALONSO, 2002; BARROS, 1986.

tradicionalmente austera do Segundo Reinado, foi tomada quando a pasta da Fazenda era ocupada por Gaspar da Silveira Martins, seu antigo desafeto.

No início da década de 1870, quando o gabinete Rio Branco, o mais longo gabinete do Império, esvaziava a plataforma liberal, realizando uma série de reformas há muito reclamadas pela oposição, Mauá teve uma atitude que lhe custou o mandato, ao apoiar o Ministério do velho amigo, naquele momento, seu adversário político. O Partido Liberal iniciara a 15ª legislatura em grande dificuldade. Contando com apenas oito membros no Parlamento, seis do Rio Grande e dois de Minas, seu poderio político estava consideravelmente enfraquecido. Não fosse a ruptura do Partido Conservador, devido à questão do elemento servil, e a oposição estaria reduzida ao nada. Mais do que nunca era preciso que a bancada liberal atuasse em conjunto, por isso, a postura dissonante de Mauá desagradou profundamente o mais jovem e arrebatador deputado pela província do Rio Grande do Sul. Silveira Martins era uma dessas figuras de personalidade forte e ânimo resoluto. Uma caricatura da época descrevia-lhe a têmpera nos seguintes termos: “*eu posso, eu quero, eu mando, eu chovo*”<sup>202</sup>. Assim, ao ouvir as explicações de Irineu Evangelista que, em sessão da Assembléia, expressava publicamente suas simpatias às reformas promovidas por Rio Branco, o jovem gaúcho logo se levantou.

O Sr. Silveira Martins: - Devia ter dito isto aos eleitores antes de mandá-lo para cá.

O Sr. Barão de Mauá: - Os eleitores conhecem a minha opinião e o meu modo de pensar desde muitos anos, pois só posso repetir que não mudei, e por isso não podem acusar-me de falta de lealdade política. (Numerosos apoiados).

[...]

O Sr. Silveira Martins: - Pois bem; a questão está entre mim e V. Ex.; apelemos para os eleitores. Se eles julgarem que eu não cumpro os meus deveres, resigno o lugar; - faça V. Ex. o mesmo. (Cruzam-se apartes).

O Sr. Barão de Mauá: - Aceito o repto que V. Ex. me lança. Se a maioria dos eleitores entender que não sirvo aos interesses do meu país desempenhando o mandato de um modo digno e honroso, que estou fora do mandato seguindo os ditames da minha consciência, que é o único juízo dos meus atos nesta casa, renuncio a cadeira, por mais elevada que eu considere a honra de representar a minha província natal.<sup>203</sup>

<sup>202</sup> FARIA, *Mauá*, p. 433.

<sup>203</sup> SOUZA FERREIRA, 1900, p. 126.

A atitude de Mauá foi corajosa, mas, na mesma medida, suicida. Dispondo de amplo apoio em sua província natal, onde exercia grande influência e liderança política, Silveira Martins não teve dificuldades em obter a maioria dos votos dos eleitores do 2º distrito<sup>204</sup>. Derrotado no repto, o visconde renunciou ao mandato e nunca mais voltou à Câmara. Episódio de valor biográfico explícito, mais que o simples brilho de um evento tão singular, nosso objetivo ao narrá-lo aqui é começar a delimitar o sentido e o escopo das mudanças defendidas pelo visconde para a renovação da realidade sócio-política do país, introduzindo, assim, o conjunto de medidas e princípios propostos por Mauá para a reforma do Estado imperial – infelizmente, apresentado sem grande rigor na *Exposição aos credores*, seja pela natureza deste tipo de texto, seja pela índole, mais prática, do visconde.

O gabinete Rio Branco foi marcado por um amplo espectro de reformas de caráter sócio-econômico. Estadista experiente, Paranhos reconhecia a necessidade de alterações no arcabouço jurídico do Império de modo a liberalizar o funcionamento da economia e racionalizar a organização da sociedade, sufocadas nos limites estreitos estabelecidos durante o processo de consolidação do Estado nacional, altamente centralizado, no Brasil. Enquanto liberais moderados, como Zacarias de Góes e Nabuco de Araújo, pleiteavam maior abertura política, o grupo dos conservadores moderados, liderado por Rio Branco, reclamava uma modernização econômica do alto, ou seja, um conjunto de reformas em conformidade com a “*ordem social competitiva*” que se formava no seio de um Império patriarcal. O intuito destes últimos era mudar, conservando: desejavam uma abertura social que não comprometesse os fundamentos do poder estamental, baseado no prestígio dos senhores de terras.<sup>205</sup> E foi a este tipo de reforma que Mauá aderiu, ao oferecer seu apoio às medidas propostas e levadas a cabo pelos conservadores. “*Devo, para derrubar este ministério, combater essas reformas que*

---

<sup>204</sup> Na decisão dos eleitores do 2º distrito, as acusações de corrupção enfrentadas por Mauá, certamente, tiveram algum peso. Além do apoio aos conservadores, postura que Mauá não tomou sozinho, nessa época, a imagem do visconde já estava bastante desgastada com as suspeitas de corrupção e de favorecimento político que lhe pesavam sobre os ombros, especialmente, no que concerne aos seus negócios no Rio da Prata.

<sup>205</sup> ALONSO, 2002, p. 245-246.

*ardentemente desejo? As pessoas, os nomes próprios valem então mais que as idéias?”*<sup>206</sup>.

Atuando em um momento em que seus negócios já passavam por uma grande crise, seu intuito era obter mudanças que fossem favoráveis a seus investimentos e iniciativas, em particular, e à dinamização da economia brasileira, no geral<sup>207</sup>. Ao contrário das palavras, eivadas de idealismo, ditas em discurso no Parlamento, o apoio oferecido por Mauá às reformas do amigo Paranhos tinha, pois, como fundamento sólidos interesses econômicos.

Lançada uma primeira e parcial luz sobre o sentido e o escopo das mudanças defendidas por Mauá, dando prosseguimento ao raciocínio, cumpre avançar na análise do projeto reformista do visconde. Muito embora, Irineu Evangelista fosse muito mais um homem de ação do que um teórico, o que sua própria trajetória de vida torna compreensível, há um capítulo da *Exposição aos credores* em que o visconde explicita minimamente suas posições, definindo três princípios que deveriam nortear o espectro de reformas por ele defendidas. A seguir, daremos ênfase ao capítulo *Serviços prestados à agricultura*, abordando cada um dos três aspectos basilares do projeto modernizador defendido por Mauá.

Em 1878, o governo imperial promoveu na Corte um encontro com os principais agricultores do Sul do país, para discutir, em conjunto, as necessidades mais imediatas da Lavoura no Brasil. Esta grande reunião, denominada na época de Congresso Agrícola do Rio de Janeiro<sup>208</sup>, teve como pontos-chave: o problema da mão-de-obra, do crédito agrícola e do

---

<sup>206</sup> FARIA, *Mauá*, p. 472.

<sup>207</sup> Em biografia que será o principal objeto de análise no quarto capítulo desta Dissertação, Faria cita uma carta que Mauá enviou ao General Osório, quando do início de seus desentendimentos com Silveira Martins. Nesta correspondência, Irineu menciona que, logo que seu nome fora cogitado pelo visconde de Porto Alegre para disputar as eleições de 1872, escreveu a Paranhos da Inglaterra, informando ao amigo da novidade e prevenindo-o quanto a sua postura no Parlamento, se eleito. Na missiva, Mauá ainda se refere a conversas particulares que teve com Rio Branco: “*Concordou o Sr. Paranhos comigo quanto à minha posição e, na minha chegada, tivemos longas conversas sobre as reformas indispensáveis, quer financeiras quer políticas, e arranquei-lhe a promessa de trazer à Câmara propostas importantíssimas em satisfação da idéia liberal, quanto a garantir a livre manifestação do voto; e quanto à idéia financeira, incumbi-me eu de coligir todos os elementos para propormos uma boa lei quanto à responsabilidade limitada, revogação da lei de 22 de Agosto de 1860, que é o maior desatino financeiro que se tem praticado em nosso país...*” (FARIA, 1933, p. 439, **grifos de Mauá**). A lei citada é a ultraconservadora lei das sociedades anônimas, aprovada em 1860.

<sup>208</sup> Convocados pelo Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, visconde de Sinimbu, cerca de quatrocentos agricultores e representantes destes - provenientes, sobretudo, das províncias do Rio, São Paulo e Minas Gerais - se reuniram em congresso, para discutir as grandes

uso da tecnologia nas lavouras. Mauá não participou do evento no Corte, mas ofereceu seu ponto de vista sobre o assunto no capítulo acima mencionado. Suas sugestões seguem o mesmo ramerrão das sugestões apresentadas no Congresso, entretanto, é curioso que Mauá tenha deixado para enfeixar suas propostas de reforma do Estado imperial justamente quando tratou da agricultura. Como o próprio visconde confessa: “*não [foi] esse o ramo de atividade a que [me dediquei]*”<sup>209</sup>. Aquilo, porém, que a princípio poderia soar estranho é bastante compreensível. Ao expor suas propostas para o país referindo-as à agricultura, o visconde desejava conquistar a anuência das elites políticas e econômicas do país em um tempo de hegemonia agrícola, além de cercar sua plataforma com a moldura da imparcialidade. Se tais reivindicações fossem aceitas como pertinentes no âmbito específico do agronegócio, “*a fonte de toda a riqueza pública do Brasil*”<sup>210</sup>, que diria de sua adequação à realidade econômica global do país. A partir desse pressuposto, começa ele então:

*Nada mais justo, razoável e conveniente à marcha governativa do país, do que a intervenção intercalada na governação do Estado das opiniões políticas que tenham elementos de reconhecida força na organização social adotada. O que, porém, o país tem direito a esperar é que as **sumidades intelectuais**, que simbolizam o pensamento político que aspira ao poder, tenham **idéias assentadas** sobre os pontos cardeais em referência às necessidades públicas que legitimem essa aspiração, pois a presença do estadista se reconhece nas medidas em que ele empenha seus esforços para alcançar o bem-estar social, que é a missão de todo o bom governo conseguir.*<sup>211</sup>

No excerto acima, encontram-se os dois fundamentos iniciais do espectro de reformas defendido por Mauá. O primeiro deles, e em conformidade com a luta histórica do Partido Liberal, é a defesa da democracia representativa liberal. Para um liberal, um governo justo é aquele que comporta, sem exclusões, em seu interior as opiniões políticas dos

---

questões nacionais em torno dos interesses da lavoura. Como mostra José Murilo de Carvalho, o momento era particularmente grave por três motivos: a libertação dos nascituros, aprovada em 1871, colocava o Governo na necessidade de providenciar a transição para o trabalho livre, para não perder o apoio, já abalado, das elites latifundiárias; o financiamento interno e externo da Guerra do Paraguai estrangulava os cofres públicos com seus juros e suas amortizações; e, finalmente, o republicanismo em avanço, principalmente, no Sul, requeria do Gabinete liberal no poder medidas que esvaziassem o ardor dos “sediciosos”. (Sobre a importância e o significado do Congresso Agrícola, ver a introdução escrita por José Murilo de Carvalho à edição fac-similar dos anais deste evento, em: CONGRESSO AGRÍCOLA, 1988, p. V-IV).

<sup>209</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 226.

<sup>210</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 215, **grifo do autor**.

<sup>211</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 216, **grifos do autor**.

diferentes setores que compõem a tessitura social. Há décadas que os liberais lutavam por uma reforma política que permitisse o ingresso dos setores urbanos emergentes no sistema político imperial. Neste ponto, Mauá apenas fazia coro com seus pares. Porém, ao exigir maior abertura política do sistema, Irineu salientava algo importante. Segundo ele, a dilatação das bases de sustentação do poder imperial deveria ser feita no intuito de contemplar, em especial, aquelas opiniões “*que tenham elementos de reconhecida força na organização social adotada*”. Apesar do visconde não aprofundar nem esmiuçar a proposta, podemos inferir de suas breves considerações que o novo Estado imperial por ele sonhado deveria favorecer não somente os interesses da agricultura e comércio, tradicionalmente representados, mas também dar voz aos reclames do setor secundário em formação. Um poder que estivesse no mesmo ritmo e batesse no mesmo compasso das principais classes produtoras do país, eis o primeiro pilar da nova ordem política almejada por Mauá.

A segunda pedra angular deste novo edifício político que se esboça em suas linhas principais na *Exposição aos credores* era, sem dúvida, a grande marca do projeto reformista do visconde. De acordo com ele, o renovado Estado imperial assentar-se-ia sobre “*sobre os pontos cardeais em referência às necessidades públicas*” do país. Sendo tais *necessidades públicas*, como veremos, todas elas, de caráter econômico, o que se configura nessa proposição é a defesa de um Estado integralmente comprometido com o desenvolvimento material da nação. Aquilo que Mauá relatara aos credores e ao público como tendo sido sua vocação pessoal, ele transportou para o tipo de Estado que desejava ver surgir. Analisando cada um destes pontos, perceberemos o sentido eminentemente econômico de seu Estado.

A primeira exigência feita pelo visconde dizia respeito à construção de “*estradas ou vias de comunicação aperfeiçoadas*”. Segundo Mauá, elas eram o melhor estímulo ao aumento da produção nacional, já que “*o maior incentivo para quem trabalha, é a certeza de um ou mais mercados onde o excesso da produção de cada indivíduo encontre saída*”.

*remunerativa ao esforço que emprega para produzir”*<sup>212</sup>. Comerciante por muitos anos e empresário de grande experiência, Irineu reconhecia a necessidade estrutural de vias de comunicação modernas para a difusão do progresso por todo o território nacional. No discurso de inauguração do primeiro trecho da E.F. de Petrópolis, o barão de Mauá já anunciava seu sonho de estender os trilhos de sua pequena ferrovia até a margem esquerda do Rio das Velhas, a fim de colher as riquezas da província das Minas. A integração dos mercados, a ligação do interior com o litoral era a seu ver a chave do desenvolvimento. Isso fica claro no texto que Mauá redigiu para introduzir o relatório do engenheiro William Lloyd sobre o projeto de construção de uma ferrovia ligando as províncias de Paraná e Mato Grosso. Depois de ressaltar a importância estratégica do empreendimento para a garantia da segurança e integridade do território pátrio, no que a Guerra do Paraguai foi um alerta, Irineu continua:

Com efeito, será pouca coisa fazer penetrar um caminho de ferro nos mais afastados confins do nosso território, conquistar ao deserto dezenas de milhares de léguas quadradas, levar-lhes à população, os meios de trabalhar, habilitar enfim, os habitantes de tão remotas paragens a produzir e a consumir, concorrendo dessa forma com o seu contingente para prosperidade e grandeza da pátria?  
Será pouca coisa arrancar, por assim dizer, as ricas produções que encerram as entranhas dessa região afastada e conduzi-las por um rápido trajeto de 50 horas a um porto de mar, convertendo em riqueza o que não tem valor algum apreciável?<sup>213</sup>

Sem dúvida, a questão das vias de comunicação enchia-lhe os olhos. Não é à toa que, em sua lista de prioridades, aparecia logo no primeiro lugar. Sem possibilidades de escoamento, a produção dos rincões mais distantes do país ficaria eternamente confinada à dinâmica de uma economia de subsistência, permanecendo sua população em níveis bastante atrasados de vida. A necessidade de vias de transporte adiantadas para a interiorização da imigração também era destacada por Mauá. Produtor algum ousaria levar trabalhadores estrangeiros para o país adentro sem a certeza de lucros num futuro próximo. Mesmo vencidos os altos custos de uma tal empresa, por exemplo, via subsídios, estes braços

---

<sup>212</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 215.

<sup>213</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 194.

indispensáveis ao progresso não prosperariam em regiões desconectadas do mundo litorâneo; antes produziriam prejuízo e desalento, afinal:

A potente cooperação do trabalho e do capital para a criação da riqueza só pode ser obtida sob a condição indeclinável de encontrar remuneração correspondente, e isto não se consegue sem que o produto do trabalho depare com mercados onde a ação dos princípios econômicos atue com eficácia, pois se é uma verdade que a oferta e a demanda determinam o preço, não é menos verdade que a concorrência em mercados ao alcance das combinações do comércio e mesmo da especulação inteligente [...] só pode dar-se em localidades acessíveis a essas combinações.<sup>214</sup>

O desejo de dar uma feição moderna a toda economia nacional ligava-se a sua sanha desbravadora. À luz do exemplo americano, Mauá tinha plena convicção da importância das vias de comunicação para a promoção e o florescimento da civilização. Do que talvez não se desse conta era que o isolamento de alguns núcleos urbanos no interior do país vinha sendo uma das condições para o surgimento e a consolidação da incipiente indústria brasileira. Entretanto, a um homem de sua têmpera, um lapso dessa natureza é bastante compreensível. Nem seria propriamente um descuido de análise, mas antes a afirmação plena de sua índole progressista e de seu espírito arrojado.

A segunda tarefa a ser levada em conta pelo Estado como meio de se atingir o bem-estar social dizia respeito à tão importante questão “[d]o *trabalho* ou [d]os *braços necessários à produção em maior escala, que cria a riqueza*”<sup>215</sup>. A década de 1870 foi uma década marcada pela propaganda abolicionista. Em seu Ministério, Rio Branco procurou encontrar uma solução de compromisso que atendesse as reivindicações dos movimentos populares, sem deixar na mão os senhores de terras – base de sustentação do poder imperial. Foi aprovada a Lei do Ventre Livre, em 1871. Mais que uma reação política às agitações sociais, o que estava na base desta e outras leis emancipacionistas era a percepção da incontornável transição para o regime de trabalho livre. Em um país cada vez mais integrado a uma economia mundial que se ia capitalizando, os elevados e crescentes preços da mão-de-

<sup>214</sup> MAUÁ, *Autobiografia* p. 195-196.

<sup>215</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 215, **grifo do autor**.

obra escrava, após o fim do tráfico negreiro intercontinental, dificultavam a apresentação de produtos competitivos nos mercados internacionais e reduziam as margens de lucros dos produtores brasileiros. A introdução da mão-de-obra livre teria que acontecer mais cedo ou mais tarde.

Embora favorável ao fim da escravidão, Mauá via na mudança, “*em prazo curtíssimo*”, do trabalho escravo para o livre, decretada pela Lei do Ventre Livre, um atentado à economia agrícola, “*já em decadência*”, no país<sup>216</sup>. Aprovada a medida, como homem prático que era, cumpria encontrar um meio, “*uma ponte*” para se fazer a passagem do trabalho escravo ao assalariado, sem maiores percalços. “*À mingua de braços*”, logo o setor primário nacional demandaria um complemento estrangeiro de mão de obra. Criticando o sistema do colonato, importação de colonos europeus patrocinada pelo Governo, por enviar ao país imigrantes desejosos de trabalhar por conta própria, desviando-os assim da grande lavoura, Irineu aconselhava “*a importação de braços assalariados por contratos de locação de serviços*” como uma medida temporária, porém, indeclinável. E o Estado é que deveria assumir essa responsabilidade inicialmente, tratando também de regular a contratação e a prestação dos serviços; mais tarde, os próprios particulares assumiriam suas prerrogativas.<sup>217</sup>

Adiantando-se em relação ao poder público, Mauá fez uma experiência com trabalhadores asiáticos, os chamados *coolies*, em uma de suas fazendas no norte do país. Sem nutrir nenhum idealismo, movido apenas pelo cálculo frio da contabilidade empresarial, o que Irineu buscava com essa iniciativa era resolver um problema em seus negócios. Não lhe passava pela cabeça aproveitar a Abolição iminente, promovendo um amplo programa de imigração e distribuição de terras, tal como ocorria entre os norte-americanos e sonhava o também progressista André Rebouças. A questão da mão-de-obra era vista por ele tão

---

<sup>216</sup> Mauá interpretava a crise de 1864, que quebrou vários bancos, como fruto de uma crise do sistema agrícola e não como a consequência de uma desestruturação do setor financeiro do país, como foi vista por muitos na época.

<sup>217</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 217-218, **grifos do autor**.

somente como uma variável econômica; um fator a emperrar o desenvolvimento macroeconômico do país. Em suma, uma questão de braços a serem supridos; nada além disso, como mostra o trecho a seguir.

Oxalá que para o Brasil viessem uns 100.000 por ano, durante *dez anos*, desses *coolies*, pois a crise do *trabalho* se acharia dominada, embora tivéssemos de pagar as passagens de retorno aos que não fossem bons, pois jamais me passou pela mente *colonizar* o Brasil com essa raça, porém, sim, desviar com esses braços uma crise que me preocupa há muitos anos<sup>218</sup>, e com mais força depois de votada a lei de 28 de setembro de 1871.<sup>219</sup>

A terceira necessidade pública destacada pelo visconde como norte da administração pública era o fator capital. É este o elemento responsável pela dinamização das forças produtivas do país, dando maior elasticidade ao seu crescimento. Sua longa experiência empresarial dava-lhe a medida exata da importância deste componente. Desde cedo, Irineu tratou de conseguir os recursos indispensáveis à consecução de seus crescentes negócios, indo buscá-los onde estivessem disponíveis – especialmente, nas praças européias. “*Crédito territorial, juros baratos, é o clamor uníssono do mais legítimo interesse do país, a produção*”<sup>220</sup>, dizia ele. A luta por “*capital a juro módico*” foi um combate constante em sua vida. Seu grande projeto era possibilitar a expansão e a modernização das forças produtivas do país, acordando as enormes potencialidades do gigante nacional, mediante a ação explosiva do crédito.

Em um país com um amplo histórico de problemas financeiros, a variável capital revestia-se da maior gravidade nas considerações de Mauá sobre a economia brasileira. A

---

<sup>218</sup> O pragmatismo de Mauá, assim como sua visão preconceituosa do imigrante asiático, patentes nessa proposta, fazem eco aos pronunciamentos feitos no *Congresso Agrícola* do Rio. Alguns fazendeiros nutriam tamanha aversão aos *coolies* e *chins* que se recusavam terminantemente a os aceitar, mesmo como solução temporária à crise da mão-de-obra. Era essa a posição dos lavradores da cidade de Silveiras, na província de São Paulo, representados na reunião por Eduardo A. Pereira de Abreu. Dizia ele: “*Nem como máquinas de trabalho e esgotados que sejam todos os recursos que ainda nos restam nos naturais do país e na colonização européia, podemos admitir a aquisição do homem asiático conhecido com o nome de coolie. Fracos e indolentes por natureza, alquebrados pela depravação dos costumes e hábitos que desde o berço adquirem, narcotizados física e moralmente pelo ópio, não poderão nunca no Brasil suportar o árduo e penoso trabalho da cultura do café*” (CONGRESSO AGRÍCOLA, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 39, **grifo do autor**).

<sup>219</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 226, **grifos do autor**.

<sup>220</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 220, **grifos do autor**.

temática da carência de capitais e a forma de contornar o grave gargalo financeiro que ameaçava a nação foram abordadas na série de artigos que o visconde escreveu em 1878. *O meio circulante no Brasil* é uma dura crítica aos adeptos da escola metalista e uma apologia ao meio circulante brasileiro, apresentado como meio ótimo para alavancar a economia nacional. Recorrendo à história financeira, Irineu mostra que, desde seus primórdios, a nação sofria com a falta dos meios metálicos para arcar com seus compromissos, sendo o recurso ao papel-moeda inconvertível um imperativo na trajetória financeira do país. Aquilo, porém, que poderia parecer a decretação da ruína da economia brasileira vinha sendo reiteradamente negado pela experiência histórica e, por isso, ia se impondo como um fenômeno digno de nota no cenário internacional. Com efeito:

*O papel inconvertível de que se o nosso país há mais de meio século, realizando exclusivamente com ele as transações que suas necessidades, o desenvolvimento de seus recursos naturais, e o seu progresso industrial e comercial têm reclamado, desde a compra das verduras nos mercados, até as mais altas operações financeiras, não pode deixar de ser reconhecido e apreciado como um instrumento de permutas benéfico, pois sem ele, só fazendo sacrifícios talvez desproporcionados às nossas forças, teríamos dominado as dificuldades que a natureza das coisas impõe à inexperiência, tratando-se de fundar e organizar uma sociedade nova e ainda tendo-se presentes as contrariedades de caráter especial que interpuseram sua influência.*<sup>221</sup>

Constatada a natureza especial do meio circulante do país, mas ao mesmo tempo reivindicada a sua vitalidade, o segundo objetivo de Mauá foi chamar a atenção dos leitores para a eficiência desse papel-moeda inconvertível como motor da vida econômica nacional. Enfrentando a posição hegemônica durante o Império, Irineu era favorável a uma expansão controlada do meio circulante, por meio do pluralismo bancário e das emissões de papel inconvertível, tal como foi feito no Ministério de seu amigo Sousa Franco em meados da década de 1850. Em sua avaliação, havia espaço para a dilatação do meio circulante no país, tendo, a experiência demonstrado, em outras oportunidades, que emissões de emergência

---

<sup>221</sup> MAUÁ, *O meio circulante do Brasil*, p. 294-295, **grifos do autor**. As citações relativas a este texto foram feitas com base em sua última edição, em 1998. Tal como a edição de 1942, nesta edição mais recente, a *Exposição aos credores* foi publicada junto com a série de artigos que compõem *O meio circulante do Brasil*.

havam sido bem recebidas pelo mercado, inclusive, gerando resultados positivos no que toca ao aquecimento da economia nacional.

No início da década de 1860, como reação à crise de 1857 que ocasionou perturbações financeiras na praça do Rio de Janeiro, o governo imperial conduziu uma reforma monetária, visando a restrição do crédito e a adoção da conversibilidade-ouro. Essa reforma foi acompanhada de outras medidas, como a maior ingerência do Estado nas companhias nacionais, a conhecida “lei dos entraves” às incorporações empresariais, o que afetou sensivelmente o movimento de auto-capitalização e diversificação da economia brasileira, em prol do saneamento das finanças. Naquela década, verificou-se ainda o começo da entrada mais maciça dos capitais ingleses no país, inclusive com a criação dos primeiros bancos estrangeiros no país. A dependência externa do Brasil frente ao crédito estrangeiro e o modelo agro-exportador preocupavam Mauá, que via na expansão do crédito uma forma de contornar esses males, alimentando tanto quanto possível internamente o financiamento da modernização do país e colocando o capital comercial e financeiro a serviço da produção.<sup>222</sup>

Finalmente, o quarto pré-requisito necessário ao desenvolvimento do solo pátrio e para o qual o novo Estado não poderia deixar de atentar é a “*instrução agrícola*”. Para Mauá, “*é da exclusiva competência do mesmo poder atender às exigências do ensino agrícola, que pode influir grandemente na quantidade e **qualidade** dos produtos do solo, e o dispêndio razoável que esse ensino reclama seria em qualquer tempo **despesa produtiva***”<sup>223</sup>. Aliado à questão da provisão de braços, a instrução profissional vinha a ser também um assunto estratégico e da maior importância. Tratava-se de qualificar a mão de obra, de colocá-la a par das inovações técnicas de um mundo onde a máquina ganhava espaço crescente. Era este um tema grandioso e de urgência, sobretudo, quando pensamos que, no princípio da década de 1870, fora aprovada a lei favorecendo os escravos nascituros, decretando o fim da mão-de-

---

<sup>222</sup> GRANZIERA, 1979, p. 74-77.

<sup>223</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 217, **grifos do autor**.

obra escrava, dentro de prazo breve e certo. Como proceder a transição do trabalho escravo para o livre? Como qualificar o trabalhador nacional, preparando-o para o mundo mecanizado das fábricas; tornando-o hábil (enfim) para dar a sua parcela de contribuição na construção de um país forte e economicamente competitivo? Além das três condições anteriormente referidas – vias de comunicação, trabalho e capital –, a instrução profissional era vista, pelo visconde, como um dos quatro *pontos cardeais* a orientar o novo Estado brasileiro que ele queria ver nascer e, eminentemente, necessários à consecução do seu grande sonho: elevar a nacionalidade brasileira, “*em um futuro não mui distante, à posição que lhe compete no congresso das nações, isto é, o primeiro lugar*”<sup>224</sup>.

Muito embora todo o peso dado ao poder público em seu espectro de reformas estatais, Mauá não se embaraçava na defesa incontestada da iniciativa privada. Para Irineu, cabia a ela prioritariamente a tarefa de promover a grandeza nacional, ao contrário da posição de boa parte dos homens públicos da época, para os quais o empreendimento modernizador deveria estar nas mãos do Estado. Este, segundo o visconde, deveria funcionar apenas como indutor do progresso: contemplando com vistas mais largas o horizonte econômico nacional, cabia ao Estado incentivar a livre iniciativa, captando os rumos mais prósperos e fecundos do mercado internacional, assegurando a atividade dos produtores industriais e agro-pastoris e dando os passos que estivessem além das possibilidades da iniciativa privada (mesmo quando associada). Eis o grito do *morto (assassinado)*:

*Clama-se que no Brasil tudo se espera do governo e que a iniciativa individual não existe! E como não há de ser assim se tudo quanto se refere à ação do capital, desde que este se aglomera para qualquer fim de utilidade pública ou particular, em que a liberdade das convenções, devia ser o princípio regulador, esbarra-se logo de frente com péssimas leis preventivas, e quando estas não bastam, a intervenção indébita do governo aparece na qualidade de tutor? E o que diremos do crédito, essa alavanca magna da civilização, que tem a missão de desempenhar 95% das transações em que assenta a vida econômica das sociedades modernas? O crédito ou está entregue ao regime do privilégio, ou não existe fora dos limites da força individual em que sua ação é necessariamente fraca, em um país novo, que não tem tido tempo de converter em capital realizado senão uma parte mínima de seus recursos naturais:*

---

<sup>224</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 193.

não pode ele dar um passo entre nós sem *encontrar-se* com essas leis preventivas, que sufocam a liberdade de ação.

O fato, pois, que tanta reprovação encontra, de tudo esperar-se do governo, é *conseqüência necessária* do regime legal a que entregaram o país os que têm governado.<sup>225</sup>

Já vimos seu clamor por um Estado, essencialmente, voltado para o progresso do país; agora, deparamo-nos com sua defesa de um Estado que não tomasse para si todas as responsabilidades nacionais. Pelo contrário, que regulamentasse apenas e tão só o básico, deixando à livre-iniciativa o aumento da produção do país. Crítico feroz da “lei dos entraves”, Mauá defendia a maior liberalização das incorporações empresariais. O motor do progresso econômico nacional deveria encontrar-se na própria sociedade; cabia ao poder público ser parceiro da iniciativa privada, secundando-a sempre que necessário, mas deixando-a livre de embaraços. O terceiro fundamento de seu espectro de reformas relacionava-se à exigência de um Estado menos sufocante e cerceador, um Estado liberal, enfim.

Bem coerente com seus objetivos ou, antes diríamos, com sua proposta ontológica, a *Exposição aos credores* – esta narrativa autobiográfica com cara de prestação de contas; este libelo contra o Estado imperial sob a capa de análise de uma trajetória de vida -, assim termina:

Só me resta fazer votos para que no *meio século*, que se segue, encontre o meu país quem se ocupe dos melhoramentos materiais da nossa terra com a mesma fervorosa dedicação e desinteresse (digam o que quiserem os maldizentes) que acompanhou os meus atos durante um período não menos longo [...].

E oxalá que nas *reformas* que se apregoam como necessárias ao bem-estar social de nossa pátria, não esqueçam os que se acharem à frente da governação do Estado, que o *trabalho e interesses econômicos* do país são mais que muito dignos da proteção e amparo a que têm direito.

Pela parte que me toca, fui *vencido*, mas não *convencido*.<sup>226</sup>

Sentindo-se mais honrado diante dos que devia e, sobretudo, diante de si mesmo, Mauá, ao escrever sua “autobiografia”, foi ganhando coragem. Bravura, por certo, abalada após a ocorrência fatídica dos últimos sucessos ligados a sua bancarrota, mas que bem pode

<sup>225</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 219 e 220, **grifos do autor**.

<sup>226</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 292 e 293, **grifos do autor**.

ser aquilatada nas linhas finais da *Exposição aos credores*, acima reproduzidas. Interligando sua trajetória pessoal com uma mais transcendente, Mauá desfechou sua “autobiografia” com uma palavra de esperança e outra de desafio. É o voto de um *morto*, como ele gostava de falar, em prol do progresso material da nação. A obra que, em vida, ele não pôde cumprir, desejava, patrioticamente, que as futuras gerações fossem capazes de concretizar. Para ser atingido, contudo, tal sonho exigiria – do seu ponto de vista – uma reformulação do Estado imperial sob o qual ele viveu. Urgia que os pósteros removessem os obstáculos que o teriam impedido de levar a cabo sua vocação. A constituição de um Estado nacional comprometido com os princípios liberais e voltado para a obra do progresso material do país era, em uma palavra apenas, primordial.

Esperança no desenvolvimento econômico nacional e anseio por reformas na estrutura estatal, eis os dois grandes desafios colocados por Mauá para as gerações futuras. Mais tarde será, justamente, pela retomada desses ideais, apropriados à luz de um novo contexto histórico por que passava o país, que a memória do visconde – memória esta, sobretudo, encerrada nas páginas dessa *Exposição aos credores* aqui analisada – emergirá com força. O “resgate” da figura de Irineu Evangelista, cerca de quarenta anos depois de sua morte, será o tema principal da segunda parte desta Dissertação.

# **SEGUNDA PARTE**

**A CRIAÇÃO DE UM MITO:**

**UM NOVO HERÓI PARA UMA NOVA  
TRADIÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO**

## 4 – O MAUÁ DE ALBERTO DE FARIA:

### SIGNIFICADOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DE UMA BIOGRAFIA

**A geração de hoje, ouvindo contar a vida tão útil e nobre de Irineu Evangelista de Souza, visconde de Mauá, procura em vão, nas praças do Rio de Janeiro, o monumento a esse herói do trabalho.**

*Esboço biográfico do visconde de Mauá, escrito pelo conselheiro Souza Ferreira, em 1898.*

No processo de constituição de uma memória nacional em torno de Irineu Evangelista, a biografia publicada, em 1926, por Alberto de Faria<sup>227</sup> desempenhou um papel central. Entre os anos de 1925 e 1929, em decorrência do grande impacto provocado por esta obra, o interesse pelo visconde conheceu seu primeiro pico no país. Uma década depois, entre

---

<sup>227</sup> Alberto de Faria nasceu na cidade de Campos, em 1865. Formado na Faculdade de Direito de São Paulo, começou a carreira em sua natal e, mais tarde, exerceu a profissão na capital do país. No Rio de Janeiro, destacou-se também como industrial, estando à frente de fábricas na área da produção propriamente dita e assumindo a diretoria de importantes empresas como a *Companhia Ferro-Carril Jardim Botânico* e a *Companhia Carris Urbanos*. Em sua juventude, engajou-se na campanha pela Abolição e na luta pela República. Como intelectual, abordou temas jurídicos em alguns trabalhos, como *Em defesa do Supremo Tribunal* (1922), e atuou como jornalista, escrevendo sobre assuntos políticos e econômico-financeiros em vários jornais do Rio. Destes escritos, Faria se valeu para a produção de outros trabalhos tais como *A política fluminense* (1900), *A administração financeira Martinho-Campos* (1902), *Banco Hipotecário do Brasil* (1920). Durante a década de 1920, sua produção jornalística acusa a maior aproximação do empresário com a política. Empresário de sucesso e homem influente no meio político, Alberto de Faria também teve notável inserção nos círculos literários brasileiros da época, tendo conhecido de perto inúmeras personalidades do mundo das letras e mantido contato com outras tantas. Em sua casa na Praia do Flamengo, Faria recebia intelectuais e escritores estrangeiros, de passagem no Brasil. Casou-se com Maria Teresa de Almeida Faria, cujo pai, Tomás Coelho de Almeida, fora ministro do Império por duas vezes e era fundador do Colégio Militar. Era genro de Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Athayde, e de Afrânio Peixoto. Seu filho Otávio de Faria foi romancista de renome e, assim como o pai, também ingressou na Academia Brasileira Letras. (*Site da Academia Brasileira de Letras*, disponível em: <<http://www.academia.org.br>>; LOBO, Hélio. Discurso proferido pelo Sr. Helio Lobo ao receber o Sr. Alberto de Faria. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 5-6, 16 dez. 1928; GARCIA, Rodolfo. Recepção do sr. Rodolfo Garcia (em 13 de abril de 1935): I – Discurso do sr. Rodolfo Garcia. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, ano XXVI, n.º 161, maio 1935, p. 11-13).

os anos de 1939 e 1942, as comemorações dos cinquenta anos do falecimento de Irineu Evangelista reacenderiam o interesse pelo personagem<sup>228</sup>. Haja vista a centralidade do livro de Faria no esforço cívico responsável pela inclusão de Mauá entre os grandes heróis brasileiros<sup>229</sup>, o objetivo principal deste capítulo é analisar os significados assumidos pela figura mítica em construção, sob os influxos da primeira grande biografia sobre o visconde. Nosso propósito não é fazer a história da recepção daquele texto em seus pormenores, ainda assim, vamos nos valer de sua repercussão junto ao público no intuito de melhor captar o que Faria “*estava fazendo*” ao lançar aquela que foi, sem sombra de dúvida, a sua maior obra. Em outros termos, nossa meta central é compreender os significados da biografia escrita por Alberto de Faria em seus múltiplos contextos de inserção, valendo-se, sempre que necessário, da recepção desta obra, para melhor delinear suas intervenções no contexto intelectual daquele período.

O desafio de compreensão de um texto, como mostra a renovada história das idéias, requer necessariamente atenção ao campo de “*efetuação*” de uma obra. Como defende

---

<sup>228</sup> O interesse despertado pela figura do visconde de Mauá pode ser percebido acompanhando-se o grande número de artigos e resenhas, a seu respeito, veiculados em jornais e revistas naqueles dois períodos.

<sup>229</sup> Antes da biografia escrita por Faria, excetuando-se episódicas aparições em dicionários e compêndios biográficos brasileiros, poucas foram as referências feitas a Mauá. Há, primeiramente, uma menção ao visconde no elogio fúnebre prestado aos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro falecidos no intervalo entre 15 de dezembro de 1888 e 15 de dezembro de 1890 e pronunciado, nesta última data, pelo comendador José Luiz Alves. Digno de nota é também o *Esboço Biográfico* sobre a figura de Irineu Evangelista de Souza produzido pelo conselheiro Souza Ferreira, em 1898. Na ocasião, comemorava-se o quinquagésimo aniversário da Companhia Luz Stearica – empresa privada que, em 1854, foi incorporada por Mauá sendo, então, transformada em uma sociedade anônima. Finalmente, em 1904, ano do cinquentenário da viação férrea no país, o nome de Mauá foi mais uma vez lembrado. Em homenagem ao introdutor daquele melhoramento, o *Clube de Engenharia* mandou construir um monumento à memória do visconde. A obra, confiada ao reconhecido talento do escultor Rodolfo Bernadelli, compunha-se de uma coluna de granito de pouco mais de oito metros, em cujo topo assomava uma estátua de bronze representando o ilustre rio-grandense-do-sul. A cerimônia de lançamento da pedra fundamental ocorreu no antigo Largo da Prainha - desde 1910, Praça Mauá - exatamente na data da efeméride, 30 de abril. A inauguração do monumento estava prevista para o próximo 7 de setembro. Finalmente o Rio de Janeiro, palco principal da atuação empreendedora do visconde, erigia “*um monumento a esse herói do trabalho*” – tal como reivindicava Souza Ferreira ao final de seu *Esboço Biográfico*, em passagem que serve de epígrafe a este capítulo. O pesar do conselheiro começava a se dissipar, no entanto, ainda faltava muito para que sua lamentação se transmutasse em regozijo. Embora animada, a homenagem prestada a Mauá em 1904, foi bastante pontual e episódica, ficando basicamente circunscrita ao seletivo grupo dos engenheiros, sobretudo, os cariocas, da Primeira República, e não produzindo maiores irradiações fora deste círculo. Por isso, foi apenas cerca de duas décadas mais tarde, sob os influxos de uma outra efeméride, a do centenário da Independência, que se pode dizer que a memória de Mauá passou a ser recorrentemente “exumada” do passado, tornando-se motivo de disputas e discussões e ganhando um rico e crescente interesse. (AZEVEDO, Arthur. Visconde de Mauá. *O País*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1904, p. 1; ALVES, 1890; SOUZA FERREIRA, 1900).

Skinner, todo escrito político é um “*ato de fala*” direcionado ao público leitor. Certamente que há uma intenção autoral permeando este ato, contudo, os efeitos produzidos por um texto não se resumem a esta disposição inicial. Uma obra é sempre um livro aberto e capaz de despertar as mais diferentes leituras<sup>230</sup>. É preciso, pois, compreender os significados de um livro em seus múltiplos contextos de ressonância. Em se tratando de uma obra que teve contribuição ímpar no processo de heroificação de um personagem histórico, isso implica captar o papel político desse mito naquela conjuntura específica. A emergência do herói nacional representa a ascensão de um *sistema de valores*, o qual é personificado ou encarnado em sua figura. No mito do herói concentram-se os desejos e as esperanças, bem como, as crenças, as idéias e os projetos de uma parcela, mais ou menos ampla, da nação. Assim, importa reconstruir historicamente as etapas e os propósitos deste processo de fabricação de um herói. Nas palavras de Girardet:

Quase não há, hoje, grupo político que não ache sempre necessário, quando se trata de afirmar sua legitimidade ou de garantir sua continuidade, apelar para o exemplo e para as lições de certo número de “grandes ancestrais” sacralizados pela lenda. É em nome da fidelidade às mensagens que eles ditaram, da conformidade aos princípios que estabeleceram ou às instituições que fundaram que se pretende corresponder às interpelações e aos desafios do presente. Uniformizadas em um mesmo tipo de representação, [...] suas imagens entulham todas as encruzilhadas de nossa história.

[...]

Marcado, condicionado pelo contexto factual em que se desenvolve, o mito pode assim aparecer, e de maneira mais sugestiva ainda, como uma espécie de revelador ideológico, o reflexo de um sistema de valores ou de um tipo de mentalidade.<sup>231</sup>

Como intentaremos mostrar, o esforço de constituição de uma memória nacional em torno de Irineu Evangelista, responsável por sua introdução no panteão cívico nacional, ligava-se ao amadurecimento de um projeto de Brasil que se voltava para duas áreas estratégicas e cada vez mais interligadas da vida nacional, a política e a educação, e se preocupava prioritariamente com a modernização industrial da nação. Ao apresentarmos a obra biográfica de Faria e acompanharmos suas repercussões entre a intelectualidade da época é do amadurecimento desse ideal-normativo que iremos tratar. Tendo tais objetivos em nosso

---

<sup>230</sup> Cf. nota 17.

<sup>231</sup> GIRARDET, 1987, p. 78 e 83.

horizonte, estruturamos este capítulo em duas partes. A princípio, há um tópico dedicado ao período áureo da atividade jornalística desenvolvida por Alberto de Faria. Nesta seção inicial, nosso intuito é dizer algo sobre as convicções políticas do autor da biografia em foco neste capítulo, além de nos aproximarmos do contexto intelectual em que este autor atuava. Na seqüência do capítulo, vamos nos ocupar da obra principal de Alberto de Faria, seu *Mauá*, procurando explorar sua inserção nos debates político-pedagógicos, então vigentes.

#### **4.1 - De uma simples polêmica a uma significativa controvérsia**

O caminho de Faria rumo a ABL começou a ser pavimentado com sua fama de polemista. Nas linhas que se seguem, vamos nos ocupar dos acontecimentos que consolidaram sua notoriedade nesse âmbito, visto que os acontecimentos relativos a mais essa sua faceta nos ajudarão a compreender, posteriormente, o que Faria *estava fazendo* ao publicar sua biografia. De mais a mais, as discussões que fizeram parte da contenta abaixo analisada servem de base para o estudo do objeto principal deste capítulo, o *Mauá* de Faria, na medida em que, em grande medida, conformam o contexto lingüístico em que o primeiro grande biógrafo do visconde atuava ao escrever sua mais importante obra e, igualmente, informam-nos a respeito das idéias políticas deste intelectual – tão pouco estudado, por ser considerado um autor menor entre os pesquisadores brasileiros. Visto que compreender uma obra envolve situá-la em um contexto lingüístico maior, do qual o autor faz parte e com o qual dialoga, importa, antes de tudo, acercar-nos deste contexto, assim como deste autor. Com isso, será possível, não apenas reconstruir a agenda que compunha a discussão intelectual de uma

época, como também mensurar, com maior rigor, a importância de uma determinada intervenção discursiva neste debate.

A nova história das idéias, tal como a define Pocock, é um fazer histórico que estabeleceu na média duração, representada pelo contexto intelectual, seu canteiro de obras. O historiador do pensamento ocupa-se de “*performances*”, intervenções políticas conscientes de atores históricos direta ou indiretamente engajados com os desafios de seu tempo. Sua ênfase está na relação entre “*langue*” e “*parole*” ou entre paradigmas lingüísticos e intervenções discursivo-textuais nestes contextos. “*A linguagem determina o que nela pode ser dito, mas ela pode ser modificada pelo que nela é dito*”<sup>232</sup>. Nesse sentido, cada obra passa a ser considerada como uma elocução a partir do e sobre o pensamento político de uma época. Trata-se, como demonstra Tuck, de um ato de fala que deve ser analisado pelo historiador como qualquer outro tipo de ato humano. E o que determina a maior ou menor originalidade de uma obra é sua capacidade de inovar, nos termos de Skinner, de operar um *lance*, transformando as convenções lingüísticas de uma determinada ambiência intelectual.<sup>233</sup>

Nesta Dissertação, temos em como horizonte de expectativas perscrutar o surgimento de uma nova tradição no pensamento social do brasileiro, por intermédio da criação de um novo herói nacional, quando, pela publicação de uma biografia em meados da década de 1920, Alberto de Faria re-apropriou-se da narrativa autobiográfica de Mauá, atualizando-lhe para a época seu significado. Partimos, portanto, de um discurso específico, o *Mauá* de Faria, no intuito de avaliar-lhe os impactos em uma linguagem maior, o pensamento social do país. É claro que uma única obra não seria capaz de provocar uma mudança tão grande. As representações políticas em torno da figura de Mauá participam de uma transformação mais ampla, que envolve a própria cultura política brasileira. Ao analisar a

---

<sup>232</sup> POCOCK, 2003, p. 64.

<sup>233</sup> POCOCK, 2003; SKINNER, 2000; TUCK, 1992.

polêmica que se segue, estaremos perscrutando, por conseguinte, a base intelectual, então em processo de transição, em que o próprio Alberto de Faria estava envolvido.

Na virada de 1911 o nacionalismo brasileiro viveu dias de grande exaltação. No centro da intensa campanha que se estendeu por cerca de seis meses, mais precisamente do último trimestre de 1911 até o primeiro do ano seguinte, estava o consórcio canadense liderado pelo engenheiro e empresário norte-americano Percival Farquhar. Diariamente, os jornais do país da capital federal veiculavam notícias, artigos na seção *A Pedidos* e reportagens informando os leitores sobre os “capítulos” da crise e fomentando mais e mais o impasse relativo às *concessões Farquhar*. Tudo começou quando Alberto Torres deu o grito de alarma, com um artigo de título provocante: *A conquista*.

A situação atual do país é uma injustiça e uma calúnia a seu espírito e caráter; o povo brasileiro está sendo vítima de resultados de causas artificiais, políticas e administrativas; não tem o Governo que merece; não conhece a realidade de sua vida pública; não sabe a história exata dos atos e responsabilidades de seus homens; vive embalado em um delírio de retórica, de literatice, agitado entre os manejos e chicanas da política de corrilhos, tonto, em meio de festas, de banquetes, das ovações com que, todos os dias, se celebra a apoteose dos semi-deuses da nomeada.<sup>234</sup>

Com seu grito, Torres procurava chamar a atenção do público leitor para a passividade dos políticos brasileiros, indiferentes ao *Brasil real* e descomprometidos com a nacionalidade, diante da expansão do capital estrangeiro, especificamente, o capital do grupo Farquhar, em solo pátrio<sup>235</sup>. Segundo ele, logo a nação estaria dominada pelo capital alienígena, perdendo o poder público o controle da administração nacional e entregando o presente e o futuro do país nas mãos dos estrangeiros<sup>236</sup>. Para que se tenha uma noção da

<sup>234</sup> TORRES, Alberto. A conquista. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, quarta, 23 de out. de 1912, p. 2.

<sup>235</sup> A instauração do regime republicano no Brasil marcou o início da aproximação do país com os Estados Unidos. Se, durante o período monárquico, a Inglaterra havia sido de longe a principal parceira do Império, a República tentou desviar o país da órbita de influência britânica, atrelando-a mais aos Estados Unidos, seja como reação à predominância inglesa nas relações internacionais brasileiras, seja como uma tentativa de assegurar à nação a hegemonia na América do Sul. Nesse sentido foi que a política externa da jovem República brasileira mostrou-se bastante aberta à ampliação do comércio com os norte-americanos, bem como à entrada de capitais ianques, especialmente por meio de concessões, em solo brasileiro. (SINGER, 1977, p. 374-377).

<sup>236</sup> “Estávamos, nas suas expressões, sendo invadidos “por uma formidável organização financeira admiravelmente combinada, com raízes profundas e poderosas ramificações e por outras não menos

amplitude dos negócios desta associação, observe-se que ela já havia assumido o controle dos portos do Pará, do Rio de Janeiro, do Paranaguá e do Rio Grande do Sul, detendo igualmente os direitos de exploração das estradas de ferro Madeira-Mamoré, Paulista, Mogiana e São Paulo-Rio Grande, além da viação do estado gaúcho. Vastos domínios de terra ao longo das ferrovias e extensos campos de criação também faziam parte do patrimônio do consórcio, ao qual os Estado do Pará e do Mato Grosso de uma assentada fizeram grandes concessões de terras, assustando a opinião pública, que de pronto reagiu. Não bastasse todo esse poderio, Farquhar ainda era acusado de querer açambarcar a produção da energia e da força nas duas principais capitais do país, Rio de Janeiro e São Paulo. À frente deste colosso que se estendia por todo o território nacional, envolvendo o controle de parte significativa da infra-estrutura ferroviária e portuária do país, o poderio do consórcio canadense começou a assustar setores da elite política<sup>237</sup> e intelectual brasileira, levantando suspeitas quanto à idoneidade e aos interesses do grupo<sup>238</sup>. E foi exatamente na esteira desse rebuliço que Alberto de Faria fez fama como notável polemista.

Nos fins do ano de 1912, a *São Paulo Tramway, Light and Power* moveu uma ação judicial contra a Companhia Docas de Santos para restituição de capatazias<sup>239</sup> pagas há

---

*perigosas*”, entregue o Brasil, desde os municípios até o Governo Federal, “aos caprichos e levandades de administradores ignorantes de nossos interesses reais, de nossos problemas práticos e dos riscos da nossa posição na política mundial””. Retirado de: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0336.htm>> *apud* LOBO, Hélio. *Docas de Santos: suas origens, lutas e realizações*. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio/Rodrigues & Cia., 1936. Infelizmente, não foi possível encontrar o original dessa obra, tendo-a consultado apenas por via eletrônica.

<sup>237</sup> Quando os governos do Pará e do Mato Grosso cederam enormes extensões de terras, tidas como de fronteira, ao consórcio canadense, Calógeras fez ouvir sua voz na Câmara, denunciando a “doação incauta” do solo nacional “aos primeiros solicitantes, sem reflexão nem exame de todos os perigos que semelhante procedimento acarreta”. Retirado de: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0336.htm>> *apud* LOBO, Hélio. *Docas de Santos: suas origens, lutas e realizações*. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio/Rodrigues & Cia., 1936.

<sup>238</sup> Em clima de descontração ao retornar de uma viagem ao exterior, o senador Alfredo Ellis assim se referia a Farquhar: “*Eu estava a dizer que o Sr. Farquhar é o Napoleão das conquistas comerciais, é um novo Cecil Rhodes e que o Brasil está se transformando numa Rhodesia*”. E ainda acrescentava, quando inquirido a respeito das intenções do empresário norte-americano: “*Em um banquete ou em uma roda de amigos. Disseram-me haver ele declarado que já tinha em uma das mãos o coração do Brasil e com a outra tateava a garganta*”. (ELLIS, Alfredo. *O Brasil está-se transformando em uma nova Rhodesia: as impressões de viagem do Sr. Senador Alfredo Ellis*. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 16 jan. 1913, p. 10).

<sup>239</sup> As capatazias são os impostos devidos pelas mercadorias que passam pela Alfândega, para remunerar os serviços de recebimento, guarda e conservação de volumes. Na época, o poder público havia destinado a

doze anos àquele porto. Se, de um lado, a sociedade responsável pela construção e administração do porto santista era brasileira<sup>240</sup>, a companhia prestadora de energia elétrica era estrangeira<sup>241</sup>. Tomando parte na demanda e assumindo a defesa da CDS, empresa da qual era acionista, Faria agitou a opinião pública por cerca de quatro meses, publicando quase que diariamente artigos de ataque ao consórcio canadense, a princípio, sob pseudônimo e, mais tarde, em seu próprio nome. Segundo ele, o conglomerado procurava desestabilizar os negócios da empresa, desvalorizando seus papéis a fim de açambarcar suas ações, quando em baixa no mercado. Denunciando o suposto intento de *absorção* do estratégico setor infra-estrutural do país pelo grupo estrangeiro, já se nota, desde o primeiro artigo, o tom inflamado e a postura agressiva em que a polêmica transcorreria.

Aqui, um sindicato, ou antes, um homem detém em suas mãos todos os meios de transporte, de mais da metade da população brasileira, atravessa-se na entrada dos nossos melhores portos, monopoliza os *tramways*, a luz, a força na Capital e em várias cidades, obtém de uma assentada e grátis 60.000 quilômetros quadrados no Pará, na fronteira, enfim (para antecipar o futuro de três a cinco anos, apenas) fica dono, senhor, possuidor ou usufrutuário de todo o Brasil! E todos se calam!

Não cansados de dar do mundo os mais tristes espetáculos, vamos oferecer este, com seus perigos e humilhações, - uma nação de 25 milhões de homens enfeudados ao Sr. Farquhar.

É tempo ainda de nos insurgirmos.<sup>242</sup>

Associando desde o princípio a campanha em prol da empresa brasileira com a defesa do interesse nacional, ameaçado pela invasão do capital alienígena, Faria conquistou a

---

cobrança e recebimento deste imposto à CDS, como fizera com outros portos, para ressarcimento dos elevados custos do empreendimento. Assim, além das taxas de carga e descarga de mercadorias, havia a cobrança dessas taxas, mesmo para volumes que não passavam pela Alfândega. A *Light* alegava tanto a ilegalidade da cobrança, quanto a ilegitimidade de se requerer capatazias sobre mercadorias que não passavam pela Alfândega, os despachos sobre água.

<sup>240</sup> Eduardo Guinle e Cândido Gaffrée iniciaram seus negócios como importadores de tecidos no Rio de Janeiro, em 1871. No ano seguinte, estabeleceram a *Gaffrée & Guinle* e começaram a investir em outros ramos ligados à prestação de serviços (transporte público) e infra-estrutura. Em 1888, conseguiram a concessão para construir o novo porto de Santos – obra realizada, mais tarde, com a organização da CDS.

<sup>241</sup> Em 1899, foi criada em Toronto, no Canadá, a *São Paulo Tramway, Light and Power* para oferecer energia à cidade de São Paulo. Logo a atenção dos investidores estrangeiros foi atraída para a capital federal. O Rio de Janeiro vivia o clima das grandes reformas urbanas de Pereira Passos, o que criava grandes necessidades de abastecimento energético. Por meio da ação conjunta de Frederick Pearson, Alexander Mackenzie e Farquhar foi constituída a Rio Light, em maio de 1904. Com a expansão dos negócios no Rio e em São Paulo, as diretorias das empresas decidiram se fundir, criando uma *holding* para ampliar seu raio de ação e facilitar o levantamento de capitais no mercado. Em 1912, surgiu a *Brazilian Traction Light and Power*, conglomerado que iria monopolizar o fornecimento de energia nas duas principais capitais do país. (LAMARÃO, 2002, p. 8-9).

<sup>242</sup> FARIA, Alberto. A Light e as Docas de Santos: pondo as mangas de fora. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 19 out. 1912. A pedidos, p. 27.

atenção do público, contribuindo para que intensos debates acerca da capitalização externa do desenvolvimento do país fossem feitos naqueles meses de polêmica, em um contexto favorável a esse tipo de discussão. A virada do século XIX para o XX foi marcada pela intensificação e por uma maior diversificação dos investimentos estrangeiros no Brasil – sob hegemonia britânica até a Primeira Guerra. Se até a década de 1880, os capitais dos países capitalistas centrais se dirigiam primordialmente para suas colônias e áreas de influência no continente asiático e africano, a partir de então, os grandes investidores começaram a se dirigir para a América Latina<sup>243</sup>. Diante dessa nova tendência, o mercado financeiro brasileiro, junto com o argentino, foi um dos principais beneficiários. Grande parte da modernização da infra-estrutura e do setor de serviços públicos nacional foi realizada com aportes de recursos externos. No programa de reurbanização da capital realizado por Pereira Passos, a presença do capital estrangeiro (representado pela casa bancária Rothschilds, de Londres) foi decisiva nas obras de saneamento e construção do cais do porto do Rio<sup>244</sup>. É nesse contexto, pois, de consolidação do capitalismo financeiro no país e, certamente, também de avanço do imperialismo que queremos acompanhar mais de perto três controvérsias que vieram à tona em meio à querela das capatazias. No desenrolar das discussões em torno dessas temáticas, assim nos parece, iam-se delineando alguns princípios-chave para a configuração da tradição da modernização industrial no Brasil.

A primeira questão que vamos abordar é a contenda acerca dos limites a serem impostos aos capitais estrangeiros investidos no país. Tomando de empréstimo uma frase de Alberto Torres, Faria dizia que sua luta visava evitar que, num futuro próximo, o Brasil viesse a se tornar *“UMA COLÔNIA TROPICAL DE SINDICATOS E COMPANHIAS*

<sup>243</sup> Na década de 1860, a Inglaterra aplicou cerca de 10,5% do total de seus investimentos no Brasil, passando para 20% na década de 1880. Esse volume de recursos era aplicado basicamente de duas formas: empréstimos ao poder estatal e inversões privadas, sobretudo, em concessões públicas. Entre 1890 e 1913, as inversões britânicas atingiram aproximadamente 224 milhões, sendo que mais da metade desses recursos foi destinada ao governo, na forma de empréstimos que serviram para as referidas obras de modernização logística do país e para os programas de valorização dos preços do café nos mercados externos. De 1880 a 1890, o número de companhias ferroviárias inglesas teve um salto de 11 para 25. (SINGER, 1977, p. 362-365).

<sup>244</sup> LAMARÃO, 2002, p. 1-3, 5-7; SINGER, 1977, p. 362-67.

*ESTRANGEIRAS*”<sup>245</sup>. Para tanto, cumpria fixar limites e estabelecer regras para entrada e a permanência do capital externo no território pátrio, regendo o mercado financeiro nacional com mais austeridade. Em momento algum, porém, Faria se mostrou contrário à participação do investidor alienígena na obra do desenvolvimento do país, apesar de tiradas como esta que se segue, próprias de um debate intelectual que se fazia na esteira de uma disputa envolvendo interesses imediatos e bem tangíveis.

Perguntaremos apenas: nos Estados Unidos, na Inglaterra, em qualquer país que saiba prezar sua dignidade, um estrangeiro, indivíduo ou companhia, seria capaz de insurgir-se contra o Governo em assunto de taxas fiscais, de serviços de portos, de contribuições aduaneiras?!!

Dir-lhe-iam: “mude-se; quando aqui chegou, já encontrou essas leis”. No Brasil, não; sobram até advogados e sócios.<sup>246</sup>

Decantando o linguajar inerente ao clima agressivo de uma polêmica, e que ainda poderia ser ilustrado com muitos outros exemplos, vamos nos ater ao significado das reclamações levantadas por Alberto de Faria e pelos outros atores sociais que se interessaram pela controvérsia. A partir dos senões apresentados, reconstruiremos aos poucos uma imagem do tipo de regulamentação pretendido por este grupo para o mercado financeiro do país. Nesse sentido, uma insatisfação constante nos debates dizia respeito às supostas facilidades que os capitais estrangeiros encontravam por aqui. Vejamos esta passagem, tão própria a uma polêmica quanto a anterior, contudo ferindo não pela agressividade, e sim pela ironia.

Um *financeiro* europeu, o Sr. Legru, lembrou-se um dia de mandar ao Brasil seus restantes capitais, que não eram muitos. Bem dirigidos, eles lhes voltam seis anos depois, tão prodigamente centuplicados que o *Figaro*, o aristocrático jornal, consagrava-lhe uma página assinada pelo caricaturista *Sem*. O Sr. Legru amarrava *joyusement* no porto de Trouville uma esquadilha de yachts de recreio. Eram quatro [...] e constituem a esquadilha do Norte; a outra, a esquadilha do Mediterrâneo, estava ancorada em Nice. O *Figaro* pôs-lhe este título: “Mr. Legru et sa flotte du plaisir”.<sup>247</sup>

<sup>245</sup> FARIA, Alberto. A Light e as Docas de Santos: pondo as mangas de fora. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 23 out. 1912. A pedidos, p. 9. **A opção por maiúsculas foi do próprio autor.**

<sup>246</sup> FARIA, Alberto. A Light e as Docas de Santos: pondo as mangas de fora. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 21 out. 1912. A pedidos, p. 9.

<sup>247</sup> FARIA, Alberto. A Light e as Docas de Santos: pondo as mangas de fora. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 28 out. 1912. A pedidos, p. 9, **grifos do autor.**

É impressionante como essa reclamação ressoa durante toda a contenda. Por repetidas vezes, Faria se queixa das regalias ofertadas às companhias estrangeiras<sup>248</sup>, contrapondo seu destino venturoso ao duro e triste fado suportado pelas empresas nacionais. Somada a esse protesto, a formação de trustes sustentados com capitais alienígenas é outra ameaça que aparece com insistência no debate. A esse respeito, tal era sua posição: “A campanha em que me alistei não é contra o estrangeiro, é contra os *trusts*, é contra o *grande sindicato*, é contra a *absorção*. Operada por um estrangeiro, é uma humilhação e será o aniquilamento da nação brasileira”<sup>249</sup>. Como ressaltamos, aquele foi um período de avanço do capitalismo financeiro por todo o mundo, especialmente na América Latina. Temeroso com as conseqüências econômicas e políticas do controle do mercado nacional pelos de fora, sobretudo, por uns poucos empresários arrojados, como vinha se acontecendo, o *Acionista das Docas* deu seu grito de alerta, destacando o perigo de uma tal situação para a soberania do país.

Eu desejaria para o Brasil que dez, vinte, cem capitalistas estrangeiros viessem estabelecer-se como industriais, como negociantes, como lavradores, como comissionários de portos e estradas de ferro, e que ganhassem muito dinheiro. Que esta seja, porém, a obra de um homem só, ninguém quer, País nenhum do mundo entregou-se assim de pés e mãos a um homem, ou a um grupo. Isso não é desenvolver-se, não é crescer, é entregar-se, é *vender-se*.<sup>250</sup>

Faria argumentava que outros países, não só os mais adiantados em civilização, como os que se encontravam no mesmo patamar de civilização que o Brasil, já vinham se prevenindo contra a escalada do capitalismo financeiro. Como prova, citava os exemplos dos Estados Unidos e da Argentina, respectivamente. Naquela nação, onde havia o atenuante dos conglomerados serem nacionais e múltiplos, sendo que o peso de uns contrabalançava a

---

<sup>248</sup> “Os capitais estrangeiros têm sempre encontrado no Brasil não um regime de justiça, mas de favor. A Companhia de Gás e City Improvements do Rio, a Leopoldina Railway, salvas de falência por generosidade, a S. Paulo Railway, enriquecida sempre por novos contratos e favores, são disso prova”. (FARIA, Alberto. O grande trust. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 25 e 26 dez. 1912. A pedidos, p. 10).

<sup>249</sup> FARIA, Alberto. A Light e as Docas de Santos: pondo as mangas de fora. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 24 nov. 1912. A pedidos, p. 10, **grifos do autor**.

<sup>250</sup> FARIA, Alberto. O grande trust: alegações contraproducentes. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 12 jan. 1913. A pedidos, p. 10, **grifos do autor**.

influência dos outros, o governo já havia tomado medidas para conter a expansão e a ação nociva dos trustes. Na Argentina, que igualmente se via na ameaça do avanço dos capitais alienígenas, o Estado também se adiantara. Lá, com efeito, Farquhar não conseguira incorporar, como no Brasil, as principais linhas férreas, contentando-se em ser um mero acionista daquelas companhias. Aqui, entretanto, onde crescia a ameaça de um único grande truste estrangeiro dominar todo o mercado, o mesmo não se dava: “*O Brasil está completamente desprevenido*”<sup>251</sup> – lamentava-se.<sup>252</sup>

Nessa sua lamentação o futuro embaixador era seguido por muitos outros contendores, que expressavam no mesmo tom os seus receios. Não nos estenderemos demasiadamente com citações nesse sentido, pois o ponto central a se salientar aqui é a relação tensa que se ia estabelecendo entre a invasão financeira estrangeira e a soberania nacional. Para muitos, a continuação da primeira variante colocava em risco a manutenção da segunda – e esta não estava à venda. Como dizia o senador Alfredo Ellis em entrevista já mencionada: “*eu prefiro viver num colmo sob o abrigo da bandeira de minha pátria a viver repoltrado num palácio em cuja fachada tremule o pendão estrangeiro*”<sup>253</sup>. É o que se vê, do mesmo modo, nas reflexões do Desembargador Virgílio de Sá Pereira: “*Não tendo capital, forçoso é pedi-lo emprestado. Qual o problema que se nos antolha? Obter dinheiro sem o sacrifício da nossa soberania, porque a semelhante prêmio todo dinheiro é caro*”<sup>254</sup>.

A importância dessa temática, contudo, somente pode ser devidamente aferida pelo ardor com que foi rebatida, pelos favoráveis à maior abertura do país aos capitais de fora. Sob o labéu de *jacobinistas*, *nativistas*, *antipatrióticos* e *xenófobos*, aqueles que faziam a

---

<sup>251</sup> FÁRIA, Alberto. O gran trust: temos medo, sim. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 28 dez. 1912. A pedidos, p. 8.

<sup>252</sup> FÁRIA, Alberto. O grande trust. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 25 e 26 dez. 1912. A pedidos, p. 10. E ainda: \_\_\_\_\_. O grande trust: alegações contraproducentes. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 12 jan. 1913. A pedidos, p. 10.

<sup>253</sup> ELLIS, Alfredo. O Brasil está-se transformando em uma nova Rhodesia: as impressões de viagem do Sr. Senador Alfredo Ellis. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 16 jan. 1913, p. 10.

<sup>254</sup> PEREIRA, Virgílio de Sá. O grande trust: assim falou Zaratrusta. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 4 jan. 1913. A pedidos, p. 10. Originalmente, saiu pelo *O Imparcial*, do dia anterior.

campanha nacionalista pela regulamentação da entrada do capital externo eram acusados de estarem prestando um desserviço à nação, afastando dos mercados brasileiros os investidores estrangeiros de que o país tanto precisava. Em suma, a argumentação desta ala girava em torno das condições geográficas, demográficas e financeiras do Brasil: um país com um território gigantesco, pouco povoado e ainda carente de capitais somente poderia se desenvolver com o ingresso dos braços e dos recursos dos adventícios. É este o parecer do senador Antônio Azeredo, o qual bem resume o entendimento geral deste grupo.

Eu entendo que eles [os estrangeiros] vêm trazer um sangue novo de que tanto carecemos para o nosso desenvolvimento e nosso progresso. Se tivéssemos capitais, é claro que não precisaríamos de auxílio do estrangeiro para vir fortalecer as nossas indústrias, o nosso comércio e concorrer para o nosso engrandecimento; mas um país como o nosso, possuindo um território enormíssimo e inexplorado ainda, sem capitais, sem braços, sem recursos, procurar repelir o estrangeiro que nos traz os seus capitais e os seus esforços, a sua inteligência e a sua atividade, é um verdadeiro absurdo.<sup>255</sup>

Igualmente ainda havia a questão do caráter, da índole do povo. Dizia-se que o homem brasileiro não era tão trabalhador quanto os homens de outros povos, especialmente os europeus. Enquanto estes se esmeravam no labor, mesmo quando já tendo a vida garantida por algum cabedal, os brasileiros, mal conseguiam amearhar alguma fortuna, davam de ombros ao trabalho e se entregavam ao ócio improdutivo. Dessa acusação sobrou até para o nosso polemista. Como vimos, Alberto de Faria era dono das companhias Ferro Carris e Jardim Botânico. Em 1905, quando começou a alienar seu patrimônio, vendeu a primeira dessas empresas e ajuntou uma soma considerável de recursos, decidindo-se por não mais trabalhar, indo, inclusive, morar uns tempos na Europa, mais especificamente, em Paris. Mais tarde e de volta ao país, vendeu a Jardim Botânico, em 1910. Detalhe: ambas acabaram nas mãos do consórcio canadense. Era a gota d'água: o caso não poderia passar despercebido pelos contendores adversários.

---

<sup>255</sup> AZEREDO, Antônio. A questão do nacionalismo: trechos do discurso pronunciado pelo senador Antonio Azeredo na sessão de 21 de dezembro de 1912. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 3 jan. 1913, p. 7. Originalmente, publicado no *Diário Oficial* do Congresso de 1º jan. 1913.

A regra geral é que, quando o Brasileiro apanha uma fortuna de mil ou dois mil contos pensa logo em duas coisas: a primeira é aplicá-la em prédios ou títulos seguros que produzem boa renda, a segunda é ir gozar essa renda nos parques e cassinos europeus.

O próprio Dr. Alberto confessa que, depois que ficou rico nas negociações que fez com a Light, resolveu nunca mais trabalhar.<sup>256</sup>

E o mesmo autor arrematava em outro artigo:

Se assim é, se o Dr. Alberto enriqueceu precisamente à custa de uma empresa estrangeira, como quer agora que lhe reconheçam autoridade para mover guerra viva contra o elemento estrangeiro?

[...]

Procurador, não me enganas.

Tu procuras para ti.<sup>257</sup>

Em suma, quanto à temática dos limites a serem impostos aos capitais estrangeiros eram essas as posições dominantes. Nosso objetivo aqui foi pontuar a emergência da crescente reivindicação em prol de uma regulamentação mais rígida do mercado financeiro nacional, tendo como argumento-base a defesa da soberania. A postura nacionalista dessa ala vinha ganhando força e seu grande mote pode ser assim resumido: “Que venham os capitais estrangeiros, mas que estes nos deixem a pátria”.

Em paralelo com a primeira temática, vai surgindo também uma segunda questão. É a idéia de que a defesa da nacionalidade estaria ligada à defesa de determinados setores, considerados estratégicos. No princípio da década de 1910, especialmente, naqueles dois anos que antecederam ao conflito mundial, os jornais brasileiros traziam diariamente notícias do cenário europeu. Percebe-se facilmente um clima de expectativa. Claro que não se imaginava as dimensões do embate que já então se prefigurava. Entretanto, a imprensa acompanhava de perto os acontecimentos do Velho Mundo, sobretudo, a tensão nos Bálcãs: a chamada *questão balcânica*. Não era apenas a mídia jornalística que se preocupava com uma possível guerra, o Governo brasileiro também já tomava medidas para garantir a segurança e integridade nacional, no caso de um possível confronto. Investimentos eram, então, feitos para re-

---

<sup>256</sup> MONTE CARLO, Barão. A campanha do denominado nacionalismo. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 3 jan. 1913. A pedidos, p. 8.

<sup>257</sup> MONTE CARLO, Barão. A campanha do denominado nacionalismo. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 28 dez. 1912. A pedidos, p. 8.

aparelhar as Armas brasileiras, assegurando-lhes as condições necessárias para a defesa dos interesses do país. Não obstante todo esse esforço, em dois artigos, Faria ressaltava as contradições do Estado brasileiro que, ao mesmo tempo, que fazia consideráveis investimentos bélicos, descuidava da logística do país, muito particularmente nos setores da energia e dos transportes.

Estamos fazendo os maiores sacrifícios pecuniários para organizar a defesa do solo; armamos os soldados e artilhamos fortalezas, compramos *dreadnoughts*<sup>258</sup> e municiamos a marujada, e depois inutilizamos tudo isto, concentrando nas mãos de um homem, um estrangeiro, todas as forças da resistência.<sup>259</sup>

[...]

Esses meios de defesa que pagamos caro são para Argentino ver. Ao mesmo tempo, voluntariamente, nos entregamos ao estrangeiro na mais premente de todas as necessidades bélicas – a dos transportes.<sup>260</sup>

A idéia que vai se afirmando ao longo dessas discussões é a de que a soberania de um país está intimamente ligada à independência econômica, entendida aqui menos como auto-suficiência produtiva e mais como a possibilidade da nação se auto-determinar, tendo plena liberdade para gerir as riquezas, a população e os interesses dentro de seu território. O artigo que melhor ilustra esse pensamento é de autoria de Virgílio de Sá Pereira. Sá Pereira começava argumentando que, de todos os requisitos que caracterizam uma nacionalidade, a soberania é o mais importante. E ser soberano é poder pensar os grandes problemas nacionais, aqueles que dizem respeito ao seu futuro. Um território com fronteiras definidas é importante, porém, “há no mundo uma nação judia, e nenhuma carta geográfica lhe assinala um palmo de terra sobre o planeta”. Igualmente, uma língua única é também importante, “mas há nações de uma homogeneidade granítica, nas quais reina a maior a maior heterogeneidade lingüística – a Suíça, por exemplo”. Com seus marcos divisórios estabelecidos e com um povo que de norte a sul partilhava o mesmo idioma, o Brasil reunia todos os elementos para ser uma nação soberana. E, no entanto, era justamente isso que não tínhamos. E não se tinha,

<sup>258</sup> A compra de um encouraçado fabricado no exterior movimentou a imprensa naqueles dias.

<sup>259</sup> FARIA, Alberto. A Light e as Docas de Santos: pondo as mangas de fora. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 25 out. 1912. A pedidos, p. 10. Este artigo foi republicado no mesmo jornal dois dias depois.

<sup>260</sup> FARIA, Alberto. O grande trust: a lição. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 29 dez. 1912. A pedidos, p. 10.

arrematava, não porque faltasse ao país condições para organizar sua defesa e assegurar sua integridade, mas porque havia algo de primordial que faltava à nação brasileira: ela carecia de “*independência econômica*” para andar sobranceira entre as demais participantes do Concerto das Nações e administrar com desembaraço seus próprios negócios. Sendo o país progressivamente absorvido pelo capital externo, o brasileiro não percebia que se comportava como “*crianças que brincam com fogo*”. Ia-se vendendo aos estrangeiros, entregando-lhes seus principais ramos econômicos, alienando-lhes suas riquezas virgens, enfim, matando em flor o seu futuro grandioso. Urgia retomar as rédeas da administração pública, dotando-a de significado e sentido renovados. Era necessário assumir uma nova atitude.<sup>261</sup>

O grande Ibsen escrevia em 1882 estas palavras tristes:

“Um desânimo profundo se apodera de mim ao ver como, entre nós, os espíritos são lentos, pesados e apáticos, quando observo a que baixo nível desce o pensamento público. A Noruega é um livre país povoado de gente sem liberdade”.

Estas palavras foram escritas também para nós.

[...]

Somos um país livre e, talvez em nenhum outro, à hora atual, o espírito se sinta mais coacto que aqui, para pensar, para apostolar, para discutir. A consciência do Brasileiro é uma casa mal-assombrada, onde, de vez em quando, se ouvem o estalar de um chicote e gemidos abafados.<sup>262</sup>

Se a primeira controvérsia a surgir no debate acresceu à agenda pública a necessidade de uma maior regulamentação do mercado financeiro nacional diante da investida dos capitais estrangeiros, o segundo ponto de contenda trouxe à tona a convicção de que haveria setores fundamentais na economia e que da defesa destas áreas residiria a soberania do país. Longe de uma simples abstração, a soberania vai se afirmando como algo palpável: uma economia forte e protegida pelos poderes públicos, sendo capaz de assegurar ao povo deste território o direito de se auto-gerir com base exclusivamente em seus interesses.

O desalento com os rumos tomados pela República, temperado com o receio do avanço do imperialismo, fecundavam o ambiente nacionalista do período, perceptível nas contendas acima historiadas. E, ao mesmo tempo, que crescia a acusação contra os empenhos

<sup>261</sup> As informações e citações contidas neste parágrafo foram retiradas do artigo: PEREIRA, Virgílio de Sá. À propósito dos trust: soberania tutelada. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 22 jan. 1912, p. 9.

<sup>262</sup> PEREIRA, *Ibidem*, p. 9.

colonialistas do capital alienígena em solo brasileiro, generalizavam-se também os posicionamentos receptivos a uma atuação mais incisiva do Estado nas questões concernentes à vida econômica do país. É o que se pode perceber na carta que o deputado Nicanor do Nascimento enviou a Alberto de Faria, em resposta ao telegrama que o futuro embaixador lhe enviara, saudando-o por um artigo em favor da campanha patriótica.

Não é [...] que eu, imbuído de estúpido nacionalismo, ande a querer muralhar o Brasil, impedindo a entrada do capital, de que carecemos; e do homem estranho, cujo sangue virá enriquecer o nosso, cuja educação e disciplina profissional vêm apressar o nosso progresso industrial, comercial e social, mas só entendo que é inerente à soberania de uma raça libertada o *Governo consciente das condições do seu desenvolvimento econômico, das relações de suas classes sociais, das garantias dos seus capitais e do que evolui dentro do território*, a fim de que não seja a aplicação do capital estrangeiro, com aparência de elemento de desenvolvimento pátrio, a drenagem sistemática da energia nacional para o enriquecimento dos estrangeiros, sem capitalização “para nós possível” e sem adaptação a uma vida mais alta para o Brasileiro com capacidade de progresso.<sup>263</sup>

Não foi sem razão que o deputado, ao expor seu ponto de vista sobre o assunto em discussão, grafou o termo “Governo” com letra maiúscula. A Primeira República, especialmente em suas duas últimas décadas, assistiu à emergência de um pensamento político autoritário, que logo se tornaria dominante e cuja questão central era o reforço do poder estatal, entendido aqui como uma instância pública que deveria orientar, presidir e tutelar toda a dinâmica social. Atuando como o cérebro da nacionalidade caberia ao Estado, nesse tipo de concepção corporativa da sociedade, a tarefa de imiscuir-se em todo o organismo nacional, coordenando-lhe os movimentos, despertando-o da indolência, enfim, imprimindo-lhe forma e caráter orgânicos. O Estado autoritário, a salvo das estéreis e mesquinhas lutas partidárias e respaldado pela racionalidade e pelo objetivismo de sua tecnocracia, é o grande ator e motor dessa sociedade.<sup>264</sup>

Desempenhando papel de destaque nessa fase de viragem do pensamento político nacional, não é outro o discurso de Alberto Torres – um dos bastiões do nacionalismo

<sup>263</sup> NASCIMENTO, Nicanor do. O grande “trust”: uma carta do deputado Nicanor do Nascimento sobre o grave perigo que ameaça a nação. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 6 jan. 1913, p. 6, **grifos meus**. Publicado, a princípio, n’*A Gazeta de Notícias*, no dia anterior.

<sup>264</sup> LAMOUNIER, 1978, p. 356-374.

autoritário do período<sup>265</sup>. Seu antiliberalismo nasceu de sua desilusão com o funcionamento da República brasileira. Tendo sido ministro do Supremo Tribunal Federal, ministro do Interior e, de 1896 a 1900, presidente do Rio de Janeiro, Torres passou da prática para a teoria, defendendo a criação de um Estado forte, sob a gerência de uma elite técnica e, de fato, comprometido com a coisa pública – entenda-se, um poder empenhado na defesa, no aumento e na administração social das riquezas nacionais, forjando assim a identidade das elites com a nacionalidade e alimentando os vínculos do povo do país com a pátria. Sua saída para crise política do país não passava senão pela via política: “*o Estado autoritário é o único meio de substituir o “círculo vicioso” da representação dos interesses oligárquicos pelo “círculo virtuoso” da representação dos interesses nacionais*”<sup>266, 267</sup>

As duas últimas décadas da Primeira República foram um momento de *politização da economia*, nos termos de Sônia Regina Mendonça. Tempo em que se constata uma ingerência crescente do Estado nos assuntos desta esfera, por meio da criação de agências reguladoras, mas *pari passu* também se percebe uma politização progressiva dos conflitos de interesse econômico-corporativo no âmbito da sociedade civil. Em outros termos, se de um lado o poder público avançava sobre a sociedade civil, os diversos setores que compunham esta esfera, por sua vez, pretendiam se consolidar politicamente, conquistando espaços de influência no aparelho estatal, onde pudessem fazer valer seus interesses corporativos.<sup>268</sup> Na última parte deste capítulo, veremos como, nessa mesma ocasião, a luta em prol dos interesses de um setor econômico específico ganharia novo fôlego no cenário político nacional, por meio de uma obra, uma biografia sobre Mauá.

---

<sup>265</sup> Reveja a citação de Alberto Torres, referente à nota 234, mencionada na página 112.

<sup>266</sup> COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. Vertentes democráticas em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque. *Lua Nova*, São Paulo, n. 26, CEDEC, 1992, p. 221 **apud** SOUZA, 2005, p. 303.

<sup>267</sup> SOUZA, 2005, p. 302-323.

<sup>268</sup> MENDONÇA, 1997, p. 43.

## 4.2 - “Mauá Redivivo”<sup>269</sup>: a apoteose de um novo herói

Fruto de um enorme esforço de pesquisa iniciado em 1923, quando o autor começou a reunir fontes sobre a vida do visconde<sup>270</sup>, *Mauá* repercutiu enormemente entre a intelectualidade do país, merecendo um sem número de resenhas e comentários em jornais e revistas da época e contribuindo para a definição de *topos* que logo seriam aproveitados por autores contemporâneos a Faria na constituição de uma nova tradição no pensamento social brasileiro: a modernização industrial. De mais a mais, a obra foi importantíssima para a carreira literária de Faria. Graças ao sucesso do livro, decorridos dois anos de seu lançamento, seu autor, antes conhecido como um aguerrido, mas simples polemista, foi “imortalizado” pela Academia Brasileira de Letras, em cerimônia ocorrida em dezembro de 1928<sup>271</sup>.

No capítulo, *Razão d’este livro*, que abre sua biografia, Alberto de Faria informa aos leitores a motivação que deu origem a seu livro. Segundo o biógrafo, o levantamento documental que resultaria na narrativa biográfica em questão iniciou-se com uma resolução - uma decisão pessoal, porém de natureza cívica. Retirar do olvido o nome de Mauá, corrigindo uma injustiça nacional cometida contra um herói do passado brasileiro e, ao mesmo tempo,

<sup>269</sup> “Mauá redivivo” é o título dado por Cláudio Ganns a um artigo de recomendação da biografia escrita por Alberto de Faria, objeto de estudo deste capítulo. Cláudio Ganns foi bisneto de Irineu Evangelista de Souza. (GANNS, Cláudio. *Mauá redivivo: a propósito do livro do sr. Alberto de Faria*. *O País*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1927).

<sup>270</sup> Valendo-se de sua boa circulação nos meios político-literários da época, Faria conseguia material de pesquisa e novas fontes com amigos e conhecidos. Foi este o caso de uma documentação que ele obteve com o deputado Wanderley Pinho, ascendente do barão de Cotegipe. Tendo recebido, de empréstimo, o material, Faria enviou um telegrama a Pinho, agradecendo-lhe a gentileza. Este telegrama foi enviado em 30 de março de 1925. Era este seu conteúdo: “*Termino leitura sua encantadora carta assim como correspondência Cotegipe Mauá q recolherei banco até restituição ponto Contribuição opulenta ponto Aumentando perspectivas brilhantes em que apresento Mauá posso acrescentar intimidade Cotegipe q não imaginava tanta e q é de alto preço ponto Rogo agradecer senhoras sua mãe e tia apresentando a elas a sua senhora e casal Calmon meus respeitos Alberto de Faria muito obrigado*”. (FARIA, Alberto de. Telegrama agradecendo ao dep. Wanderley Pinho (BA) correspondências de Mauá com Cotegipe. Esta fonte faz parte da Coleção Wanderley Pinho (notação: DL 1481-124) e se encontra nos arquivos do IHGB, no Rio de Janeiro).

<sup>271</sup> Ver: LOBO, Hélio. Discurso proferido pelo Sr. Helio Lobo ao receber o Sr. Alberto de Faria. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 5-6, 16 dez. 1928. Ver também: FARIA, Alberto de. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 5, 16 dez. 1928.

atraindo para o personagem em questão o reconhecimento público que lhe era devido, foi a motivação que guiou o escritor em sua empreitada cívica. Como podia andar esquecido dos brasileiros um homem tão extraordinário e que tanto fizera por sua pátria? – indagava-se o autor, repetindo o mesmo lamento pronunciado cerca de trinta anos atrás pelo conselheiro Souza Ferreira. “*O esquecimento de Mauá era de causar maior espanto, quando, em todos os ângulos deste país, havia em obras de gozo público, o atestado, palpitante de sua passagem, em cada patrimônio municipal ou estadual a conta do débito de uma estátua merecida*”<sup>272</sup> – acrescentava o biógrafo, parafraseando Arthur Azevedo. Aproveitando-se da intimidade conquistada com elementos do Governo federal na década de 1920<sup>273</sup>, Alberto de Faria usou de influência política para encetar sua luta cívica. Sabedor do projeto de construção de uma nova estação, a ser erigida na Praia Formosa, como ponto de partida das linhas da E. F. Leopoldina, o empresário solicitou ao Presidente da República, Arthur Bernardes, por intermédio do ministro da Viação e Obras Públicas, Francisco Sá, que “*se ligasse o nome de Mauá*”<sup>274</sup> a esse empreendimento. Em outubro de 1925, Faria recebia a resposta favorável, em uma carta afetuosa do referido ministro.

Tenho o prazer de comunicar-lhe, que, de acordo com a sugestão de sua carta 1 (sic) deste mês, que já fora aceita pelo Sr. Presidente da República, expedi as necessárias ordens e autorizações para que à nova estação inicial da E. F. Leopoldina seja dado o nome de Barão de Mauá.

Sinto-me feliz de poder assim colaborar, modestamente, na obra de restauração histórica a que V. Ex. vai consagrar um livro digno da elevada cultura do autor, do grande nome que imortalizará e do sentimento de justiça e de patriotismo que o inspira.<sup>275</sup>

Pouco mais de um ano depois do recebimento dessa carta, a *Estação Barão de Mauá* era inaugurada, com grande pompa e festa. Naquele mesmo mês de outubro de 1925,

---

<sup>272</sup> FARIA, *Mauá*, p. 13.

<sup>273</sup> Durante a década de 1920, tal como indicado na nota que abre este capítulo, a produção jornalística de Alberto de Faria acusa uma maior aproximação do empresário com a política. Nas movimentadas eleições de 1921, Faria defendeu o candidato da situação, Arthur Bernardes, nas folhas diárias da capital. Suas boas relações com o poder valeram-lhe prestígio social e alguma influência política, como logo veremos. Na presidência de Washington Luís, Faria foi designado para ocupar o cargo de embaixador brasileiro em Tóquio, função que não chegou a exercer.

<sup>274</sup> FARIA, *Mauá*, p. 17.

<sup>275</sup> FARIA, *Mauá*, p. 18-19.

entretanto, Faria aproveitou para divulgar a obra iminente e começar, diante da opinião pública, sua obra cívica de resgate da figura do visconde e de construção de um novo mito no imaginário político brasileiro. Conferenciando na Liga de Defesa Nacional<sup>276</sup>, o embaixador apresentou ao seletto auditório um resumo da vida de Irineu Evangelista. Sua palestra, bem-recebida pela crítica da época, foi o pontapé inicial para uma fase de grande interesse pela figura do visconde, que se estenderia até 1929 e que teve como marco inicial a publicação da biografia em foco neste capítulo da Dissertação.

Tendo como alvo principal o objetivo cívico explicitado no início de sua obra, pode-se considerar que Faria desdobra seu *Mauá* em seis grandes partes. No segundo e terceiro capítulos, o biógrafo delineia a importância histórica do visconde, salientando a contribuição marcante deste personagem para a concretização da unidade brasileira, por meio da interligação das diversas regiões do país pela construção e pelo incentivo ao estabelecimento de vias de comunicação em todo o território nacional. Faria chega a dizer, no terceiro capítulo do livro, que “*o Brasil poderia ser maior, se um surdo afastamento, um inexplicável antagonismo de caráter, uma prevenção pessoal talvez, não tivesse sempre*

---

<sup>276</sup> A Liga da Defesa foi fundada em 7 de setembro de 1916, com a participação decisiva de três nomes: Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon. Naquele momento, sob os impactos da Primeira Guerra Mundial, o “*nacionalismo militante*” (como o denomina Oliveira) começava a conquistar espaços no universo político brasileiro, em detrimento do nacionalismo de tipo ufanista, baseado no sentimento de amor à pátria. Para esta transição foi decisiva a organização de movimentos nacionalistas com um conteúdo programático mais ou menos delimitado e com uma postura de luta mais agressiva. Não era outra a intenção da Liga, como atesta a ata de sua criação, reproduzindo o discurso proferido na ocasião por Olavo Bilac: “*O intuito principal dos que nos animam é este: a fundação de um centro de iniciativa e de encorajamento, de resistência e de conselho, de perseverança e de continuidade para ação dos dirigentes e para o labor tranqüilo e assegurado dos dirigidos. O patriotismo individual, a crença pessoal, a consciência própria nunca estiveram ausentes do maior número das almas brasileiras. Mas, esses sentimentos oscilam e vacilam numa vaga dispersão; e, nessa mesma dispersão deplorável, perdem-se e dissipam-se os esforços isolados*”. A Liga tinha como linhas mestras de atuação o serviço militar obrigatório e a educação cívico-patriótica, objetivando a defesa nacional interna e externa, em seu sentido mais amplo. Citando uma vez mais as palavras de Bilac: “*A defesa nacional é tudo para a Nação. É o lar e a Pátria; a organização e a ordem da família e da sociedade; todo o trabalho, a lavoura, a indústria, o comércio; a moral doméstica e a moral política; todo o mecanismo das Leis e da administração; a economia, a justiça; a instrução; a escola, a oficina, o quartel; a paz e a guerra; a história e a política, a poesia e a filosofia; a ciência e a arte; o passado, o presente e o futuro da nacionalidade. Todo este programa vasto e complexo não pode ser estudado e esclarecido pela minha palavra incompetente. Fundada a Liga, devemos hoje confiar-vos esta missão altamente nobre*”. (Cf. OLIVEIRA, 1990, p. 145-148 e o site da Liga de Defesa Nacional, disponível em: <<http://www.ligadedefesanacional.org.br>>. A citações feita acima foram retiradas do site da LDN).

*colocado D. Pedro II receoso diante dos impulsos progressistas de Mauá*”<sup>277</sup>. Na seqüência do texto, há uma parte em que o escritor se dedica a analisar alguns aspectos da formação intelectual do jovem Irineu Evangelista de Souza. Esta seção compõe-se de três capítulos e representa um claro esforço para definir as linhas diretoras (culturais, morais e ideológicas) que conduziriam o personagem biografado em todas as suas realizações, em apreço na parte que se segue. A terceira parte dessa sistematização possível da obra é a maior do livro. Do sétimo até o vigésimo primeiro capítulo, Faria enfoca as iniciativas do visconde, dividindo-as em cinco áreas: cometimentos industriais, melhoramentos urbanos, vias de comunicação, sistema financeiro-bancário e, finalmente, atuação político-econômica no Rio da Prata. A quarta parte, por sua vez, aborda as relações de Mauá com outras personalidades - sobretudo, políticas - do Império. Esta é uma seção intermediária: formada de seis capítulos, ela prepara a transição para o desfecho do livro. Na quinta parte, o biógrafo discute a falência das empresas do visconde, dando ênfase às dificuldades enfrentadas por seus bancos. Em dois capítulos, o autor apresenta os acontecimentos e analisa as causas principais da bancarrota de Mauá. Finalmente, na sexta e última seção, também constituída de dois capítulos, Faria empreende um balanço da vida do biografado, ressaltando-lhe a largueza de visão e o tino político.<sup>278</sup> Na perspectiva do biógrafo e de parte significativa da intelectualidade da época, aquilo que Mauá fez ou apenas visualizou, não conseguindo consumir, continuaria sendo inspiração para a geração de 1920. Dessa forma, como já ressaltado, a entrada do visconde no panteão cívico nacional acabou contribuindo, a seu modo, para a emergência de um novo

---

<sup>277</sup> FARIA, *Mauá*, p. 46.

<sup>278</sup> Observe-se que a estrutura textual da biografia de Alberto de Faria sobre o visconde não difere, profundamente, da estrutura narrativa da autobiografia produzida pelo próprio Mauá. À exceção do capítulo inicial e da primeira e última partes, o *Mauá* de Alberto de Faria mantém a mesma composição temática da *Exposição aos credores*. Em suma, ambos os textos partem de uma definição do que seria a essência do personagem em foco para, em seguida, analisar-lhe os feitos e historiar-lhe a queda. A quarta parte da obra de Faria, consagrada à análise das relações de Mauá com algumas personalidades do Império, embora não esteja ausente do temário da *Exposição aos credores*, acaba constituindo-se em uma certa novidade. De resto, a narrativa biográfica segue o mesmo eixo da narrativa autobiográfica anterior: *caracterização estática* da alma e, posteriormente, *caracterização dinâmica* da alma do visconde.

sistema de valores, em uma década de redefinição da cultura política brasileira, como foram aqueles anos.

Atentando para os interesses e discussões que a obra de Faria promoveu, percebemos que a figura de Mauá vinculava-se, estreitamente, a um certo escopo de aspirações político-educacionais. Como mostram Schwartzman, Bomeny e Costa, os anos 1920 e, sobretudo, os 1930 foram anos em que a educação e a política brasileira se tornaram objeto de intensos e calorosos debates. Cada vez mais, acreditava-se que estes dois âmbitos da vida nacional caminhariam juntos, devendo ser pensados como um todo. A construção de uma nação forte dependeria do estabelecimento de uma liderança (cabeça) consciente dos problemas nacionais e das soluções para o país, assim como do desenvolvimento de um povo (corpo) disciplinado e capaz <sup>279</sup>. Como procuraremos mostrar, a receptividade ao herói apresentado por Faria relacionava-se a um projeto de Brasil voltado para a modernização do país e fundamentado em uma relação hierárquica entre esses dois setores da sociedade. Conquanto nosso propósito, nesta parte final do capítulo, seja compreender o *Mauá* de Faria, sempre que necessário, iremos nos valer de sua repercussão, atentando para a história da recepção daquela obra, a fim de compreender os múltiplos significados assumidos por aquela biografia.

#### 4.2.1 - Um herói do trabalho: um pedagogo pragmático da nação

---

<sup>279</sup> SCHWARTZMAN *et alli*, 1984. Ver especialmente o capítulo 2: “Políticas e ideologias da educação”. Adensando a análise a respeito da imbricação existente entre a política e a educação no primeiro período Vargas (1930-1945), há um trecho que define bem a relação, entre o líder e o povo, pretendida pelas elites políticas da época: “*O novo Estado se caracterizaria por um clima de ordem garantido pela existência de um chefe que se sente em comunhão de espírito com o povo de que se faz guia e condutor. [...] É essa potencialidade intransferível que assegura o caráter popular do Estado, uma simbiose perfeita entre as duas identidades do regime: o povo e o chefe*”. (SCHWARTZMAN *et alli*, 1984, p. 66).

O debate educacional no Brasil do início do século XX mobilizou intelectuais dos mais variados matizes, tendo se estendido por décadas, já que o ensino era considerado uma questão estratégica para o futuro da nação. Conquistar as consciências, preparar o povo brasileiro para os novos tempos que se avistavam no horizonte, forjar a coesão nacional, eis os grandes temas discutidos de forma acalorada naqueles anos, durante os quais a História - especialmente, a que dizia respeito à pátria - foi ganhando destaque especial, posto ser uma das disciplinas-chave, junto com a Geografia, para a formação de uma cultura cívico-patriótica. Pode-se perceber a importância dada à questão educacional, acompanhado as sucessivas reformas ocorridas no período: Reforma Rivadávia Corrêa (1911), Reforma Rocha Vaz (1925), Reforma Francisco Campos (1931), Reforma Capanema (1942).

Um período singular e decisivo nesta longa etapa de discussões em torno do ensino foi a década de 1920. Se o interesse por essa temática remonta ao decênio anterior, sendo perceptível em movimentos político-sociais <sup>280</sup> que hasteavam a bandeira da educação no meio de outras reivindicações presentes em seus programas, foi nos anos vinte que a escolarização ganhou ares de grande questão nacional. Como bem mostra Nagle, anteriormente, a luta pela instrução se fazia de um modo mais difuso e pontual, dividindo espaço com outras aspirações e servindo, muitas vezes, a propósitos extra-escolares. Naquele momento, o assunto se especializou, assumindo os educadores profissionais a preeminência nas discussões. A educação passa a ser vista por muitos como o nó górdio do Brasil; solucionado este embaraço, todos os outros problemas se resolveriam mais facilmente, pensava-se. Nessa perspectiva, a idéia de educação sofreu uma significativa ampliação. Herdeira da luta contra o analfabetismo, marca da campanha educacional dos anos dez, a luta

---

<sup>280</sup> Exemplos desse tipo de movimento são: a Liga da Defesa Nacional (1916), mencionada em nota anteriormente, e a Liga Nacionalista de São Paulo, criada em 1917 e tendo a escolarização como parte importante de seu ideário, haja vista defender a democratização do ensino, sobretudo, o primário, como forma de resolver o problema político da falta de representatividade do regime republicano brasileiro, então restrito à uma minoria alfabetizada. A Liga Nacionalista com sua luta pela verdade eleitoral foi precursora do Partido Democrático, organizado em 1926. (NAGLE, 1974, p. 48-49, 102-4; OLIVEIRA, 1990, p. 147-8).

pela educação “integral” torna-se uma obsessão nos anos vinte. Pugna-se, em tal caso, por um ensino tanto “instrutivo”, quanto “formativo”. Quer-se não somente instruir o aluno, democratizando os conhecimentos das disciplinas elementares, mas também formar o homem e o cidadão, erigindo os alicerces morais e cívicos da nação. Considerada o motor principal da História, a instrução seria o meio para se reformar os indivíduos e, por corolário, reorganizar a sociedade, colocando-a ao nível dos povos mais adiantados no Concerto das Nações. Naquele momento, enfim, configurou-se aquilo que Nagle denominou de “*entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico*”.<sup>281</sup>

Nas oportunidades em que teve para divulgar seu trabalho, Alberto de Faria sempre demonstrou interesse pela situação do ensino, muito particularmente, o ensino técnico, no país, além de explorar o caráter educativo moralizante de sua obra. A conferência que pronunciou na Liga da Defesa Nacional, em 1925, foi realizada a convite da Associação de Funcionários do Ensino Profissional. Na ocasião, diante dos sócios da Associação, dos alunos das escolas profissionais e de membros da Liga de Defesa Nacional, o embaixador sumariou a vida de Mauá, ressaltando a preocupação do visconde com o ensino técnico, no apoio conferido, por exemplo, ao *Liceu de Artes e Ofícios*<sup>282</sup> – “*celula mater do que hoje se começa a fazer oficialmente*” por este ramo da formação e educacional. Ainda quando esta instituição nem tinha dependências próprias, abrigando-se no consistório de uma igreja, ela já era “*a protegida*” de Irineu. O interesse do visconde no ensino agrícola também foi mencionado pelo conferencista. “*Não lhe poderia [...] ter escapado o ensino profissional. É admirável mesmo, como esse problema o ocupou, como lhe sobraram patriotismo, inteligência e tempo, para pensar nesse aspecto da instrução mais necessária à vida de um povo que nasce*”.<sup>283</sup>

<sup>281</sup> NAGLE, 1974, p. 99-101, 109-110.

<sup>282</sup> Em reconhecimento aos serviços prestados por Mauá a esta instituição, havia um retrato do visconde de Mauá no *Liceu de Artes e Ofícios*. Digno de nota é também o número significativo de centros de formação profissional, criados a partir desse período, e cujos nomes faziam referência à figura de Irineu Evangelista. Ainda hoje, não raro encontramos muitos estabelecimentos de preparação técnica com nome *Mauá*.

<sup>283</sup> FARIA, Alberto de. O visconde de Mauá. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 2-3, 23 out. 1925.

Entendida como instrumento de aceleração da história em um tempo de avanço do capitalismo no Brasil, não estranha que os debates sobre a instrução ganhassem contornos mais pragmáticos, tendo em vista a prosperidade do país. Nesse sentido, o ensino técnico-profissional apresentava-se como uma demanda estratégica. Fazia-se necessário um modelo de instrução pública que se prestasse a atualizar a juventude, capacitando tecnicamente as novas gerações para os desafios da economia industrial que se agigantava no país, e capaz de mobilizar a nação rumo à conquista da soberania econômica. O raciocínio que se ia espraiando entre a intelectualidade daquele período era o da associação entre capacidade produtiva e cultura técnica. Visto serem as nações “práticas” as mais adiantadas na civilização, acreditava-se que a alavanca magna para dinamizar a economia de um país estaria na constituição de uma moderna educação profissionalizante. Além de promover a expansão da riqueza nacional, objetivo bem conforme ao clima nacionalista do momento, este ramo do ensino defenderia também a mão-de-obra autóctone contra os braços estrangeiros, estabelecendo assim uma competição mais justa no mercado de trabalho brasileiro.<sup>284</sup>

Partindo de uma interpretação histórica ancorada na determinação dos fatores econômicos, Vicente Licínio Cardoso<sup>285</sup> identificava o despreparo da mão-de-obra nacional como o grande nó a ser desatado no país. “*Sendo a história de um povo o registro de sua ação continuada, segue-se que a verdadeira história do Brasil só pode ser traçada, referindo-a, o mais possível, à história de sua organização do trabalho*”<sup>286</sup>. E, no caso brasileiro, esta narrativa estaria muito mais próxima da tragédia do que da epopéia. Segundo este autor, acostumados com mão-de-obra negra farta e segura, os senhores do período escravista não se

---

<sup>284</sup> NAGLE, 1974, p. 115-116.

<sup>285</sup> Bacharel em engenharia, Licínio Cardoso atuou muito pouco em seu campo de formação. A princípio, dedicou-se à arquitetura, sendo que um de seus primeiros trabalhos versava sobre filosofia da arte. Esta obra garantiu-lhe ingresso na Escola Nacional de Belas Artes. Tendo dificuldades para consolidar-se profissionalmente, ficou marcado por sua participação no movimento de educadores, a partir da década de 1920. Teve importante passagem pela Associação Brasileira de Educação, da qual era membro. Em 1927, foi admitido por concurso na Escola Politécnica. Quatro anos depois, cometeu suicídio, tendo sido sua obra reavaliada por alguns intelectuais que lhe foram contemporâneos. (LIMA, 1999, p. 47).

<sup>286</sup> CARDOSO, *À margem da história da República*, p. 299. (1ª ed. Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1924).

preocuparam com o problema da instrução pública. Acreditavam que os negreiros continuariam interminavelmente desembarcando braços africanos nas costas brasileiras. No Império, apesar da abertura de cursos superiores, o ensino profissionalizante ficara relegado a segundo plano. Pedro II só garantira a instrução profissional para os cegos e os surdos. Resultado, com a Abolição feita às pressas, o país viu-se desprovido de trabalho qualificado, base necessária para a independência e a afirmação da nação <sup>287</sup>, tendo este quadro permanecido praticamente inalterado durante a República. Eis “*o problema magno da organização nacional do trabalho*” <sup>288</sup> – questão que, de há muito, já estava a exigir uma atitude por parte dos governantes. Comparando a figura de Pedro II com a de Mauá, em um artigo por ocasião do centenário do nascimento daquele, Licínio Cardoso assim se expressava:

O caso é que, se a mentalidade de Pedro II tivesse o vigor construtivo da cerebração de Mauá, teríamos constituído na história dos povos um caso de evolução interessantíssima. Se ao invés de professores de sânscrito e de árabe, se ao invés de lições sobre línguas indígenas, o imperador mantivesse um contato utilitário com ingleses, franceses e alemães, que nos pudessem ensinar as novidades técnicas de seu tempo, então teríamos tido um surto vigoroso de aparelhamento material, base lógica fundamental para outros surtos de progresso mais elevado (e estáveis) que haveriam de surgir. <sup>289</sup>

A proposta educacional da qual Cardoso foi um dos mais aguerridos defensores, era partilhada por intelectuais entusiastas da modernização <sup>290</sup>. Este grupo tinha como meta o desenvolvimento do país pela valorização do ensino técnico e pela criação de uma mentalidade “prática” na rede regular, cujas portas deveriam ser abertas a todas as classes

<sup>287</sup> “*A independência é o fruto do trabalho sistematizado [...]. Tudo que a humanidade conseguiu estabelecer politicamente de mais elevado, encontra segurança e fundamento nesse princípio – a independência de vida assenta sobre a independência econômica, isto é, sobre o próprio trabalho*”. (CARDOSO, *À margem da história da República*, p. 298).

<sup>288</sup> CARDOSO, *À margem da história da República*, p. 295.

<sup>289</sup> CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem do Segundo Reinado*. In: \_\_\_\_\_. *À margem da história do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1933. Brasiliana, série 5, v. XIII, p. 157 e 158. (Originalmente, este artigo fora publicado em: *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 2 e 3 dez. 1925. Note-se que naquela ocasião, comemorava-se o centenário de nascimento de D. Pedro II. Nada mais distante do encomiástico, tão comum neste tipo de data, do que o artigo de Cardoso, o qual ao mesmo tempo que desancava o imperador, tecia elogios sem fim a Mauá).

<sup>290</sup> Em resposta ao inquérito sobre a educação, promovido por Fernando de Azevedo, o advogado e professor Francisco Azzi dizia: “*Quanto ao ensino primário, o grande problema, o mais urgente, o problema capital é o da debelação da hidra do analfabetismo. Não há duas opiniões a respeito, hoje em dia. Nada de analfabetos – clamam todos. Nem analfabetos de letras; nem analfabetos de ofício, como, ainda melhor, não se cansa de repetir um dos mais legítimos representantes da mentalidade nova do Brasil, Vicente L. Cardoso*” (NAGLE, 1974, nota 17, p. 331).

indistintamente. Durante a década denominada por Nagle de a época do “*otimismo pedagógico*”, houve muita crítica ao bacharelismo reinante na educação brasileira, sendo conquistados alguns avanços no ramo da formação profissional, com a remodelação das *Escolas de Aprendizes Artífices*. Estes centros de qualificação profissional primária foram criados em 1909, devendo se instalar em cada uma das capitais da Federação, sob subordinação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Dessas escolas saíam operários e contramestres, após um curso de três anos. Seu público-alvo, contudo, limitava-se “[a]os *desfavorecidos da fortuna*”, no que se mantinha a tradição imperial do “*profissionalismo técnico feito aleijão*”<sup>291</sup>. O ensino técnico só perderia parte do caráter assistencialista com o Regulamento de 1918. Mas foi com a Portaria de 13 de novembro de 1926, que o ensino profissional passou por mudanças significativas, visando-se maior uniformidade dos currículos, melhor formação profissional e mais respeito à vocação profissional dos alunos, para o que haveria um curso de adaptação com duração de três anos e outro, técnico, por um mesmo período, para especialização. Entretanto, como as alterações no sistema de ensino regular foram muito pouco expressivas no nível primário e secundário, formou-se um abismo entre a formação profissional nos seus níveis elementares e os demais ramos do ensino – especialmente o secundário, tradicionalmente, humanístico e aristocrático. No domínio do ensino superior é que, com o prestígio crescente das faculdades de medicina e engenharia, a profissionalização e os saberes aplicados foram ganhando espaço. Ainda assim, estes ramos eram de elite: poucos lá chegavam.<sup>292</sup>

O empresariado, por sua vez, tinha uma posição ambígua em relação à formação profissionalizante: ligado estruturalmente aos novos valores urbanos e demandando mão-de-obra qualificada, assumia uma postura conservadora em relação ao ensino técnico, preferindo manter as crianças e os adolescentes nas fábricas, onde, conforme se dizia, encontrariam

---

<sup>291</sup> A expressão “*profissionalismo técnico feito aleijão*” foi cunhada por Martins de Almeida em seu *Brasil errado*. Tivemos contato com esta expressão, em: NAGLE, 1974, p. 164.

<sup>292</sup> NAGLE, 1974, p. 163-175.

ambiente propício ao desenvolvimento de sua personalidade e teriam meios para melhorar seus padrões de vida e os de sua família. Enfim, a constituição de uma sociedade de oportunidades, onde houvesse melhor distribuição da riqueza, não estavam nos planos da classe. Uma sociedade onde cada um – especialmente, o proletariado - tivesse e soubesse o seu lugar era o ideal desse segmento, caracterizado pelos princípios da autoridade e da hierarquia.<sup>293</sup>

Dois anos depois da conferência, Faria discursou na Associação Brasileira de Educação, em 1927. A indicação do dia para a solenidade partiu de Levi Carneiro e Fernando Magalhães, membros-diretores daquele grêmio, e de Fernando de Azevedo, diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal. Era aniversário da falência de Mauá. Nesta data, o biógrafo estava incumbido de “*falar do grande morto*” aos mestres da juventude, tendo como meta expressa: “*fazer da ascensão de Mauá uma lição de trabalho e de patriotismo, [e] de sua queda uma lição de honra*”.<sup>294</sup> Aproveitando o ensejo, o escritor ofereceu gratuitamente alguns exemplares do livro recém-lançado aos educadores do ensino primário da capital. Comentando o evento, Levi Carneiro escreveu no *Jornal do Comércio*:

Nunca terá nossa Associação realizado melhor que na singela solenidade de agora, a obra educativa sobre que porfia. Porque a beleza mesma desse livro; a grandeza da vida e da época que ele narra; a magnificência do doador; o apelo ao professorado para a divulgação dessa obra e dessa vida – tudo o que motiva a presente reunião lhe dá significado peculiar e a torna promissora de benefícios dilatados, pelas forças morais que desperta e põe em ação.<sup>295</sup>

Se foi apenas a partir de 1930, especialmente com o Estado Novo, que uma política cultural voltada para a educação dos jovens, por meio da valorização da história pátria e dos grandes vultos (sobretudo, políticos) do passado brasileiro, foi colocada em prática, já havia exemplos de biografias moralizantes durante a Primeira República. Aliás, os anos 1920 foram fecundos em balanços da trajetória histórica do país, tendo a efeméride do Centenário

<sup>293</sup> DEAN, 1991, p. 182-192; NAGLE, 1974, p. 173.

<sup>294</sup> FARIA, Alberto de. Mauá. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 3 jul. 1927.

<sup>295</sup> CARNEIRO, Levi. Mauá e seu tempo. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 26 jun. 1927, p. 2.

da Independência funcionado como estímulo a esse tipo de análise. Naquele momento, década de releitura da história pátria, o panteão nacional foi renovado; enquanto novos heróis surgiam, outros caíam no esquecimento ou eram re-significados. Foi então que personalidades do período imperial se tornaram mais presentes. E entre aquelas que foram imortalizadas, estava o próprio visconde, cuja vida Alberto de Faria ofereceu como exemplo à juventude.<sup>296</sup>

*Mauá* tem como epígrafe uma dedicatória à juventude brasileira: a obra foi oferecida “aos moços do país, para que se eduquem na admiração de um grande homem, virtuoso na fortuna, heróico na adversidade”<sup>297</sup>. A dimensão pedagógica dessa biografia perpassa toda a história de sua recepção. Já em seu discurso de 1927, Faria manifestava seu interesse em que aquela solenidade fosse “o marco inicial do culto cívico de *Mauá* nas escolas do país”<sup>298</sup>. Comungando da mesma idéia, outros intelectuais faziam votos de que uma edição simplificada da biografia recém-publicada fosse logo produzida<sup>299</sup>, sendo entregue à leitura dos jovens nas escolas como uma espécie de “catecismo de educação cívica”.<sup>300</sup> Nos termos de uma das filhas do conde Afonso Celso, Maria Eugênia Celso:

Cumprir ensinar aos moços essa belíssima lição de moral: é preciso difundir exemplos que aclarem a jornada, o caminho a seguir para, *sem curvaturas da*

<sup>296</sup> GOMES, 1996, p. 180-186; OLIVEIRA, 1990, p. 175; RICCI, 2000, p. 152-154.

<sup>297</sup> Segundo o historiador e romancista Affonso d’Escragnolle Taunay, o dístico utilizado por Faria para sintetizar a vida de Mauá e encabeçar sua obra seria uma modalidade do verso latino *procellosa in vita mens serena*: um ânimo calmo em meio a uma vida tempestuosa. (TAUNAY, Affonso de E. Mauá. *Correio Paulistano*, São Paulo, 11 jul. 1927, p. 3).

<sup>298</sup> FARIA, Alberto de. Mauá. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 3 jul. 1927.

<sup>299</sup> Conforme Alberto de Faria, a idéia de uma versão na linguagem e formato dos jovens leitores foi proposta por Azevedo Amaral e Plínio Barreto. Afrânio Peixoto ofereceu-se para executar o trabalho. (FARIA, Alberto de. Mauá. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 3 jul. 1927). Ao que parece, a iniciativa não vingou de imediato. Apenas em meados da década de 1950, foi que surgiu o “livrinho” esperado. Alfredo Gomes, com seu *Visconde de Mauá*: de caixeiro a visconde, verteu a vida de Irineu Evangelista para a linguagem de “[s]eus jovens compatriotas”, no intuito de oferecer-lhes um exemplo de virtude civil e moralidade pessoal. Em suas palavras: “*Mauá é homem de tal valor que pode servir realmente de modelo para as gerações futuras dos nossos dias, mais preocupadas com o êxito do que com o mérito*”. (GOMES, *Visconde de Mauá*, p. 9; 11-13. As citações feitas acima encontram-se, respectivamente, nas p. 9 e 13). Cumprir ainda destacar duas coisas: 1) a partir da obra de Faria, a figura de Mauá ganhou destaque nos livros didáticos nacionais, não raro havendo referências e citações daquele livro e de outros textos referentes ao visconde; 2) no Programa de História do Brasil de 1943 para a quarta série do curso ginásial, há toda uma nova unidade sobre “O progresso nacional no Império” e, no Programa de História do Brasil de 1945 para a terceira série do curso colegial, há referência explícita ao nome de Mauá na unidade “Evolução econômica do Império”. (Os programas de História pra o ensino secundário brasileiro, entre 1931 e 1956, podem ser consultados em: HOLLANDA, 1957, p. 273-292, Apêndice II).

<sup>300</sup> FARIA, Alberto de. Mauá. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 3 jul. 1927.

*espinha dorsal e sem fraquezas*, chegarem como Mauá chegou à fortuna, à benemerência, à imortalidade.<sup>301</sup>

No que concerne a esses modelos a serem transmitidos à juventude, a vida de Irineu Evangelista tal como apresentada por Alberto de Faria oferecia à intelectualidade, ciosa da formação das novas gerações, um “*rosário de virtudes*”: nobreza e dignidade, honestidade e desprendimento, energia e bravura, civismo e diligência. Todas essas qualidades foram ressaltadas pelo embaixador nas ocasiões que teve para divulgar sua obra, mas é no livro que elas se insinuam de modo mais incisivo. Percorrendo as páginas desta biografia, o leitor recorrentemente se deparará com máximas, frases e outros testemunhos de Mauá, indicando cada um desses predicados<sup>302</sup>. A voz de contemporâneos do visconde também é convidada a render seu preito e conceder sua autoridade a esse herói - aliás, é com uma carta de Francisco Otaviano endereçada ao amigo no dia de sua reabilitação financeira, em 1884, que se abre a biografia. Otaviano, presente naquela audiência, assim se exprimia:

Quantas idéias tristes e alegres me assaltaram ali!  
 Aquele formoso passado de energia viril, de dedicação patriótica, de probidade, de ilustração, de desenvolvimento dos recursos naturais do Brasil, aquele passado de preponderância nobre no Rio da Prata e de fundação da grandeza da Amazônia, aquele passado de luta contra os preconceitos até dos maiores Estadistas, luta que nos deu as estradas de ferro, hoje salvação do Brasil; e... o presente, isto é, a inteligência e o coração que presidiram aqueles feitos, mártires da inveja, do egoísmo e das ingratidões!  
 [...]  
 Deus lhe dê agora a resignação para só se lembrar do bem que fez, sem se importar com os males que sofreu!<sup>303</sup>

Assim, desde as primeiras páginas de *Mauá*, o mito do herói ia-se construindo. Uma de suas facetas mais importantes e reiteradamente perceptíveis na memória que se vai forjando em torno do personagem era a associação do visconde com o ideal do *self-made-man* norte-americano, bem como, com outros valores do ambiente urbano-industrial. Já em 1921, Tobias Monteiro, em artigo de divulgação de seu livro *Funcionários e doutores*, apresentava

<sup>301</sup> FARIA, Alberto de. Mauá. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 3 jul. 1927.

<sup>302</sup> Vale a pena conferir o capítulo “Sua formação moral”, em: FARIA, *Mauá*, p. 84-99. Nele, o leitor encontrará uma série de ditos de Mauá, arrolados no intuito de explicitar-lhe a disposição interior do biografado, seja como um credor compassivo, seja como um devedor responsável, seja como um empreendedor patriótico, seja como um falido honrado.

<sup>303</sup> FARIA, *Mauá*, p. 9.

Irineu como um exemplo de brasileiro ativo e independente a ser seguido, recomendando aos jovens que olhassem para a estátua do visconde levantada pelo Clube de Engenharia e se lembrassem de “*que do balcão de caixeiro se pode subir àquela altura*”. A obra de Monteiro, dirigida às “*classes independentes do Tesouro*”, era uma crítica ao condenado hábito dos brasileiros de se apoiarem no Estado, negligenciando o trabalho operoso e produtivo, enfim, a ausência de espírito empreendedor. Havia ali também uma crítica aberta ao bacharelismo e ao controle da administração pública por diletantes cegos ao interesse coletivo e que viveriam a dilapidar o erário público em “*despesas inúteis*”. Bem objetivo, o escritor oferecia aos leitores a receita para a cura que afligia a nacionalidade, acompanhando de perto o modelo diagnóstico e prescrição do pensamento político da época.

Não haverá transformação possível do caráter nacional se a nação continuar a ser uma nação de doutores e empregados públicos. Dentre uns e outros sairão sempre os seus diretores, que a conduzirão pelo mesmo caminho de imprevidência, de fatalismo, de resignação, que a tornou uma nação de dependentes ao lado das colônias estrangeiras, prósperas e dominadoras. Ela é a pobre e a necessitada dentro de sua própria casa, onde deixa que outros trabalhem e produzam, mas em grande parte não quer trabalhar nem produzir. Ela não crê nos que dentre si mesma ousam tomar iniciativas úteis ao país, se eles não têm um apelido estrangeiro, ou não vêm associados a um nome estrangeiro.<sup>304</sup>

A imagem, então em constituição, do visconde de Mauá também se acomodava a outros valores do ambiente urbano-industrial<sup>305</sup>. Dentre os três artigos que Affonso Taunay publicou, recomendando a obra de Faria, ressaltaremos o segundo. Nele, o exímio escritor, com seu estilo envolvente, evoca memórias de sua infância e lembranças de sua vida familiar para rematar uma avaliação da heráldica imperial. A princípio, o artigo se detém na análise do brasão do visconde de Mauá, destacando-o de todas as armas do nobiliário de seu tempo. “*Aquilo é que era um escudo!*”. Nada de leões, águias ou outros animais imponentes, apenas “*aquela velha locomotiva, aquele barco a vapor, emoldurados por quatro ou seis*

---

<sup>304</sup> MONTEIRO, Tobias. Um exemplo à mocidade: o visconde de Mauá. *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, 12 fev. 1921.

<sup>305</sup> Eliana Dutra mostra como a valorização do trabalho foi um discurso importante no cenário político-social brasileiro da década de 1930, para a consolidação da ordem burguesa no país. Em torno deste discurso, havia um projeto de “*ordenação do mundo do trabalho*” de natureza totalitária. Ver o capítulo “A virtude do esforço”, em: DUTRA, 1997, p. 295-335.

*combustores de gás de iluminação*”. E a divisa? “*Como divisa ajuntava-lhes o latim modesto do Labor improbus, bem estafado, valha a verdade, e cujo defeito é andar em quanta crestomatia há por aí*”. Podia ser coisa mais original, reclamava o autor, mas não deixava de ser um lema perfeito para enquadrar a vida do grande homem, remarcava. E, neste ponto, o discurso se encaminha para a parte reservada às recordações. Taunay se relembra dos tios Augusto Carlos e Antônio Carlos da Silva Telles, homens que teriam deixado impressões vivas do visconde em sua memória. O último fora funcionário do Banco Mauá. Ao narrarem o triste final de sua carreira, diziam eles, indignados: “*Quem não devia São Paulo a Mauá?*”. Quando foi erguida a estátua em homenagem ao visconde no antigo Largo da Prainha, um deles teria prometido: “*A primeira vez que eu for ao Rio hei de propositalmente passar em frente à estátua para lhe tirar o chapéu com todo o respeito*”.<sup>306</sup>

Foi, pois, com manifestações como essas e muitas outras neste mesmo tom que a biografia em foco veio a lume. O entusiasmo era geral e é o próprio Alberto de Faria, sempre cioso da recepção de sua obra, quem nos ajuda a refazer “*o rastilho desse entusiasmo pelo homem de talento, de trabalho e de virtude*”. De norte a sul, irromperam demonstrações públicas de apreço à “*causa*” cívica liderada por Faria. Em Pernambuco, o governador Estácio Coimbra acabava de dar a uma estação ferroviária recém-inaugurada o nome de Mauá; seguindo o exemplo, a Câmara Municipal do Recife aprovava projeto para re-nomear, em homenagem ao visconde, a avenida marginal ao porto. No Estado do Rio, o presidente Feliciano Sodré acabava de soltar um decreto batizando de “Mauá” um grupo escolar. Em Petrópolis, durante cerimonial ao qual o próprio presidente da República compareceu, uma placa comemorativa foi aposta na antiga residência de verão do visconde. Poucos anos antes, uma ponte, fronteira ao solar, fora inaugurada pelo diretor de Obras da cidade, em tributo ao

---

<sup>306</sup> TAUNAY, Affonso de E. Mauá. *Correio Paulistano*, São Paulo, 11 jul. 1927, p. 3.

industrial<sup>307</sup>. No Rio Grande do Sul, sob influência do Instituto Histórico estadual, foi levantada com as ruínas da casa de nascimento de Irineu uma coluna votiva. Igualmente, de outras unidades da federação, lideranças políticas e a camada intelectual se posicionavam pró-Mauá. Representante de Minas na Câmara dos Deputados, Fidelis Reis subiu à tribuna para sugerir moção de apoio, aprovada, à novel biografia, recomendando-a como “*uma obra de verdade e de justiça*”. Em São Paulo, a *Estação de Pilar* ganhou nova alcunha em 1926, passando a se chamar *Estação Mauá*. Não contentes com a cortesia, um grupo de engenheiros paulistas, reunidos no Instituto da classe do Estado, se dispunha a pugnar para que a *Estação da Luz*, “*cuja denominação em si nada exprime*”, viesse a se chamar *Estação Mauá*<sup>308</sup>. Finalmente, e encerrando este longo trecho descritivo, a ligação por terra entre o Brasil e o Uruguai ganhou significativo reforço com a construção, sobre o rio Jaguarão, da *Ponte Internacional Barão de Mauá*, edificação de grande porte, responsável pela integração férrea desses dois países e pelo incremento de seus intercâmbios comerciais. Iniciadas as obras em 1927, estas só foram concluídas três anos depois, quando uma visita de cinco dias do Presidente uruguaio, Gabriel Terra, ao Brasil marcou os festejos e selou todo um esforço da diplomacia brasileira em favor da aproximação com os vizinhos orientais<sup>309</sup>. Conquanto, dessa corrente, não participassem as “*várias camadas sociais*”, como se gabava o biógrafo, é preciso mencionar que era grande a aceitação da figura do visconde, especialmente entre as elites políticas e intelectuais.<sup>310</sup>

O significado cívico do empreendimento biográfico levado a cabo pelo embaixador foi discutido e apoiado por Azevedo Amaral, a cuja obra dar-se-á destaque no

<sup>307</sup> SODRÉ, Alcindo. A homenagem de Petrópolis aos grandes feitos do visconde de Mauá. *O País*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1928, p. 2.

<sup>308</sup> PEREIRA, Armando de Arruda. O visconde de Mauá. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 fev. 1929, p. 4.

<sup>309</sup> JORNAL DO COMÉRCIO. Uruguai-Brasil - mais um ato de cordialidade internacional americana. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 18 ago. 1934, p. 5 e 6; BRASIL. Ver também o site do Ministério dos Transportes, disponível em: <<http://www.transportes.gov.br>>.

<sup>310</sup> As citações e demais informações foram extraídas de: FARIA, Alberto de. Mauá. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 3 jul. 1927.

capítulo seguinte. Grande entusiasta da modernização do país, dizia ele, a propósito da conferência de Faria em 1925:

A profunda ignorância e o descaso da geração atual pelo passado do Brasil decorrem principalmente do caráter impessoal da obra até hoje realizada pelos nossos escassos historiadores. Descrevem-se os acontecimentos, comentam-se os atos dos seus protagonistas, por vezes mesmo tentam-se interpretações sociológicas do determinismo dos episódios narrados. Mas não aparece nunca uma figura real, uma personalidade concreta que se possa tornar o centro de atração das hostilidades ou da veneração cultural das gerações vindouras ou cujo dinamismo seja capaz de servir de estímulo cívico.

[...]

Insistindo na sua conferência para que os moços se preocupassem em prestar a Mauá o culto a que ele tem direito, o biógrafo de Irineu Evangelista de Souza inaugurou a forma eficiente de uma cultura cívica racional que virá satisfazer a necessidade que todos hoje sentem de estabelecer uma disciplina moral e de apresentar às novas gerações um ideal capaz de transformar no ouro de lei de um verdadeiro patriotismo, os espúrios valores cívicos que por aí vão circulando.<sup>311</sup>

Direta ou indiretamente influenciado pelas seis famosas conferências proferidas por Thomas Carlyle, em maio de 1840, Amaral ressalta a importância dos heróis para história, particularmente para a pedagogia da nacionalidade. Carlyle foi um idealista: leitor da filosofia alemã, ele acreditava na existência de uma Idéia Divina a comandar o universo visível. Em suas palestras, o que o historiador inglês esforçou-se por defender é o papel dos *Grandes Homens*, não tanto como super-homens que tudo podem e tudo realizam, mas antes como personagens históricos que se distinguem por terem seus nomes ligados a uma causa transcendente. Sua grandeza é fruto de sua capacidade de apresentar-se como “*ideal realizado*” e não tanto de sua capacidade para efetivar seus ideais. O herói pode até fracassar, desde que lhe reste energia suficiente para manter vivo o espírito de suas obras entre as gerações futuras; desde que os seus pósteros vejam nele a encarnação de um ideal meritório e digno de dar prosseguimento. É, portanto, como fundador de uma idéia, como representante de um novo valor ou, enfim, como profeta de um novo tempo, que Carlyle reconhece o valor dos heróis no devir. A História Universal nada mais é do que a Biografia dos Grandes Homens, porque é neles que os homens comuns reconheceriam o seu destino: o Grande

---

<sup>311</sup> AMARAL, Azevedo. Em torno de uma conferência. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 1-2, 27 out. 1925.

Homem carrega consigo um discurso nacional; ele é uma *voz articulada* que fala pela nação. E é da aderência inconsciente e instintiva das massas ao ideal do herói que um povo encontraria forças para avançar e concretizar historicamente suas aspirações – nada mais do que os sonhos sonhados, a princípio, por seus Grandes Homens.<sup>312</sup>

Tão interessante quanto a crítica que Azevedo Amaral faz do modo descarnado como se estava escrevendo a história é a relação por ele estabelecida entre o biógrafo e o biografado. Ao atribuir a ambos uma “*mentalidade aristocrática*”, compreende-se o que o autor entendia por herói e o que ele esperava de um escritor interessado em retrazar a vida de um personagem histórico dessa natureza. Para ele, o que define um grande homem, não importa em que esfera de atuação, é a sua capacidade de desenvolver uma “*concepção ativa da vida*”, procurando crescer por seus próprios méritos e, sobretudo, usar suas qualidades superiores para benefício público. Amaral considera que tanto o embaixador, quanto o visconde possuíam essa “*semelhança moral*”. Como grande homem de negócios, Mauá soube traduzir suas riquezas em proveito para o país; como grande literato, Faria encontrou o modo apropriado para apreender, da vida de seu biografado, aquilo que, realmente, ela teria de útil para a nação.

Dessa identidade moral, dessa conformidade de ponto de vista na apreciação dos deveres da riqueza, das obrigações do homem público resultou a felicidade com que o sr. Alberto de Faria conseguiu reproduzir, não em uma fria reedição fotográfica mas com o colorido quente e com a sutil interpretação psicológica dos traços fisionômicos do retrato de um mestre a figura verdadeiramente gigantesca do grande transformador do Brasil de hoje, em que temos o dever de prosperar e nos engrandecer.<sup>313</sup>

Comentando a biografia do embaixador sobre Mauá, outros autores partilhavam dessa mesma opinião, a respeito de suas virtudes educativas. Era isso que Levi Carneiro pontuava ao dizer que “*o sr. Alberto de Faria soube aplicar, antes que o emitisse um crítico americano, o conceito de que os historiadores não devem escrever mais história para*

<sup>312</sup> O texto das seis famosas conferências de Thomas Carlyle pode ser encontrado em: CARLYLE, s./d.

<sup>313</sup> AMARAL, Azevedo. Em torno de uma conferência. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 1-2, 27 out. 1925.

*historiadores; devem escrevê-la para toda a gente*”<sup>314</sup>. E, no mesmo artigo, justificava-se argumentando que a obra fora escrita com a razão e o sentimento. Enfim, tencionando inicialmente apenas produzir um guia documental para divulgar a obra do visconde e servir de apoio aos interessados na vida de Irineu Evangelista, seu biógrafo acabou indo muito além. Produziu uma obra que abriu polêmica e agitou a opinião pública da época.

#### 4.2.2 - *Um herói da Indústria com um discurso da conciliação social*

Junto a seu valor pedagógico, perceptível da divulgação à recepção desta biografia, também é importante atentar para seu significado político, o qual será abordado sob dois aspectos: 1) como uma reivindicação generalizada por uma nova política econômica, de cunho industrializante; 2) como um posicionamento político no âmbito da movimentada questão trabalhista. Como demonstram trabalhos, como os de Sônia Regina de Mendonça e Marisa Leme, o aparato estatal não esteve exclusivamente nas mãos da oligarquia cafeeira naquele período. Havia outros interesses agrários e urbano-industriais não-hegemônicos, em constante disputa por maior representatividade política<sup>315</sup>. Como decorrência dessas disputas, não por acaso, a máquina administrativa passou, então, por significativa ampliação e especialização. Como se vê, portanto, a tendência para o fortalecimento do poder estatal lança suas raízes em plena *República Velha*<sup>316</sup>. Progressivamente, o Estado ia se afirmando como

---

<sup>314</sup> CARNEIRO, Levi. Mauá e seu tempo. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 26 jun. 1927, 2.

<sup>315</sup> Sobre a luta por expressão política dos setores agrários não-vinculados à monocultura agroexportadora durante a Primeira República, ver: MENDONÇA, 1997. Para uma abordagem da atuação da burguesia industrial em um cenário de expansão do setor secundário no país, porém, em um momento em que a hegemonia econômica ainda estava nas mãos dos grandes agroexportadores, cf. LEME, 1978.

<sup>316</sup> A designação *República Velha* foi forjada no bojo da Revolução de 30, tendo em vista estabelecer um marco simbólico entre dois tipos, por suposto, completamente diferentes de organização e administração estatal. Como se vê, apesar das rupturas e da acentuação no ritmo de algumas transformações político-institucionais, o corte não foi total.

um ator privilegiado naquela sociedade, na medida em que absorvia um número crescente de reivindicações e interesses corporativos e na proporção em que era visto e se impunha como o principal regulador do funcionamento social, em suas mais diversas esferas. É como se apenas o poder público fosse capaz de executar “soluções globais”; em decorrência disso, os vários setores sociais para ele se voltavam.<sup>317</sup>

Malgrado a preeminência assumida pelo Estado no cenário sócio-econômico das décadas de vinte e, sobretudo, de trinta do século passado, importa não perder de vista as pressões exercidas por grupos sociais mais ou menos organizados, bem como a lenta constituição de uma nova *racionalidade política*, tendo na industrialização seu grande eixo, a partir da discussão coletiva de temáticas centrais àquele contexto histórico. Por isso, o objetivo da parte final deste capítulo será analisar, focalizando o *Mauá* de Alberto de Faria, de que modo começava a se consolidar, ainda na década de 1920, um novo paradigma político. Paradigma este que alteraria os contornos do pensamento social brasileiro e que logo viria a ser decisivo na concepção de políticas públicas, conquanto não plenamente industrialistas, pelo menos, sempre atentas aos interesses do jovem setor secundário – cujo peso na economia aumentara, sensivelmente, desde o primeiro conflito mundial.

Durante a Primeira Grande Guerra, a indústria brasileira viu-se na necessidade de suprir o mercado interno, na falta de gêneros antes importados. A prática da substituição de importações não se iniciou em 1914, contudo, aquela data marca um ponto de inflexão no sistema capitalista, a partir do qual, o que até então se fazia de um modo precário e meio espontâneo se afirmou como um novo modelo de desenvolvimento para o setor industrial do país. Até a década de 1870, a economia internacional tinha sido dominada quase que exclusivamente pela Inglaterra, ocupando a França apenas uma posição secundária. Daí em diante, novas potências emergiram, com destaque especial para os Estados Unidos, a

---

<sup>317</sup> GOMES, 1996, p. 91-93.

Alemanha e o Japão. Antes da eclosão do conflito mundial, a rivalidade entre as nações industrializadas por mercados coloniais e áreas de influência era a tendência econômica predominante. Neste ínterim, aliás, por todo o século XIX, a economia brasileira esteve sob domínio britânico. Com o início da guerra, no entanto, houve um refluxo da expansão capitalista e as economias mais industrializadas precisaram de tempo para se recompor. Resultado: os investimentos de capitais em países periféricos, como o Brasil, recuaram e o comércio internacional ficou seriamente abalado, ocasionando uma forte retração nas importações e uma acentuada queda nas cotações dos produtos brasileiros, sobretudo, o principal deles, base da economia do país na época, o café.<sup>318</sup>

Os impactos da crise e do novo momento logo foram sentidos pela indústria brasileira, em dificuldades para prosseguir na expansão da produção, já de algum vulto na economia do país, e reinvestir no parque industrial, em grande parte, instalado nos primeiros quinze anos do século XX. A expansão do setor secundário brasileiro durante o primeiro conflito mundial parece ter decorrido muito mais da intensificação do uso do maquinário, do que da ampliação e modernização do mesmo. Se houve crescimento da demanda interna por produtos industrializados e semi-industrializados, e é certo que houve juntamente com a abertura de novos mercados para a produção fabril na América do Sul, coexistiu o desafio de atender a essa disposição crescente de consumo em um período de redução acentuada nas importações de bens de capital e insumos industriais. Sendo assim, pode-se dizer que o êxito então obtido pela indústria se deu graças ao aparelhamento do setor, realizado no início do século, particularmente nos cinco anos que antecederam o embate.<sup>319</sup>

O fim do conflito mundial trouxe consigo uma euforia nos mercados, com o ressurgimento passageiro do comércio mundial. Não obstante, os anos vinte verificaram um

---

<sup>318</sup> GRAHAM, 1973, p 309-311, 329-331; HOBBSAWM, 1977, p. 97-99; SINGER, 1977, p. 347-349.

<sup>319</sup> DEAN, 1991, p. 93-114.

ritmo de crescimento industrial mais lento, se comparado ao do período da guerra <sup>320</sup>. Ia, pois, ganhando força em elementos da burocracia civil e militar, entre as elites políticas, dentro da intelectualidade e no próprio meio empresarial, um anseio por uma nova política econômica capaz, não somente de alavancar a indústria, como de retirar a economia brasileira do eixo gravitacional, periodicamente periclitante, do sistema agro-exportador, então, representado pela monocultura do café. Na virada da década, a industrialização começava a se definir como solução para o Brasil. E o mais significativo, é que a via industrializante não se ia amadurecendo circunscrita ao interior da classe industrial; era toda uma ideologia favorável à indústria que, aos poucos, ia se disseminando entre os principais setores sociais da época, em termos de poder de decisão político <sup>321</sup>.

Acompanhando e participando dessa transformação nos marcos político-institucionais brasileiros, o empresariado industrial passa a atinar para as vantagens de melhor se organizar para delimitar, defender e difundir seus interesses. Foi por essa época que o Centro Industrial Brasileiro, criado a partir da reorganização da antiga Sociedade Auxiliadora Indústria Nacional <sup>322</sup>, tornou-se um referencial nacional para os fabricantes. Existente desde 1904, apenas com as administrações de Jorge Street (1919-1926) e Oliveira Passos (1926-1931), a instituição conquistou maior destaque na vida nacional e consolidou sua atuação e representatividade de classe, muito especialmente depois que ficaram definidas as reuniões quinzenais da diretoria; nestes encontros, os assuntos de interesse da indústria começaram a

---

<sup>320</sup> DEAN, 1991, p. 115-117.

<sup>321</sup> Em brilhante síntese sobre o pensamento econômico brasileiro, Ricardo Bielschowsky aborda o “ciclo ideológico do desenvolvimentismo”, entre 1930 e 1964. No livro, o período compreendido entre 1930 e 1945 aparece como o das “origens do desenvolvimentismo”. É, então, que se começava a vislumbrar a necessidade e a possibilidade de implantar no país um setor industrial integrado, capaz de preencher todos os ramos da cadeia produtiva, através da coordenação, do planejamento e da cooperação econômica estatal, tendo em vista o uso nacional dos recursos naturais do país, assim como a defesa contra o imperialismo estrangeiro, através da maximização da exploração das riquezas do Brasil. Acrescente-se ainda que foi naqueles anos que se configurou uma aliança entre os setores militares e os quadros técnicos que se mostrou fundamental para o desenvolvimento de uma política econômica nacionalista e estatizante, amplamente favorável aos interesses do setor secundário do país. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 249-252).

<sup>322</sup> O Centro Industrial do Brasil nasceu da fusão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional com o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro. Em 1919, em meio a uma série de desentendimentos político-administrativos, os empresários ligados à fiação e tecelagem romperam com o Centro e constituíram uma associação independente. (LEME, 1978, p. 11-12; LUZ, 1975, p. 142).

receber tratamento mais freqüente, amadurecendo-se aos poucos a percepção do “lugar” do setor na economia brasileira.<sup>323</sup>

O CIB encabeçou a defesa da indústria, diante da opinião pública e do governo, contra os ataques sofridos pelo setor, na segunda e terceira décadas do século XX. Responsabilizada pela carestia de vida nas cidades, cujo auge se deu em 1924, atingindo, em cheio, o poder de compra das populações urbanas, a indústria quase se tornou o bode expiatório durante a crise. As acusações circulavam de mão em mão nas folhas dos principais jornais do país e nas ruas, através dos protestos e das manifestações dos operários. Censurava-se o setor secundário pela proteção alfandegária que lhe era dispensada e pelos altos lucros obtidos pelo empresariado, em geral. Em resposta, os representantes da indústria se esforçavam para provar a falsidade das denúncias, seja demonstrando o pequeno impacto dos produtos manufaturados no custo de vida do cidadão urbano e criticando os comerciantes pela manipulação dos preços dos produtos importados, seja acusando o governo de favorecimento do capital estrangeiro e alardeando a importância da iniciativa empreendedora para a saúde financeira do país, conjugada aos riscos para a fortuna particular do industrial.<sup>324</sup>

Nessa mesma década de 1920, o empresariado fabril começou a definir sua identidade de classe e a especificar suas propostas políticas, em embates com os outros setores da economia. Consciente da dependência do país em relação à lavoura, a burguesia industrial adotava um tom mais conciliador ao enfrentar este grupo. Em uma economia cujo esteio principal encontrava-se nas relações de troca mantidas com o exterior por meio da exportação de gêneros agrícolas e matérias-primas, a ruína do ramo primário significaria inevitavelmente o colapso da indústria. Nessas circunstâncias, os produtores fabris tendiam a ver a agricultura como um ramo complementar. As reclamações mais incisivas dos manufatores visavam, principalmente, os importadores. De acordo com os primeiros, a produção da indústria

---

<sup>323</sup> LEME, 1978, p. 13-14.

<sup>324</sup> LUZ, 1975, p. 141-161.

nacional demandava taxas cambiais estimulantes e tarifas alfandegárias protetoras – posição diametralmente contrária aos interesses dos segundos. Abrigados em uma mesma sociedade, a Associação Comercial de São Paulo, fundada em 1894, os interesses do empresariado fabril e mercantil foram se tornando irreconciliáveis, na medida em que a indústria se fortalecia no Estado. Divergências quanto à questão tributária foram o pomo de discórdia. Em 1928, durante a disputa para eleição da nova diretoria da entidade, industriais e importadores não se entenderam; como resultado do cisma, surgiu o Centro dos Industriais do Estado de São Paulo.<sup>325</sup>

O CIB, no Rio de Janeiro, e a FIESP, em São Paulo, eram então as principais associações industriais. Nas outras unidades da Federação, as entidades de classe estavam geralmente restritas a um único ramo fabril e, quando muito, sua jurisdição abarcava toda uma única seção da cadeia industrial do Estado. Não obstante essas limitações, a defesa dos interesses do setor deixava de ser empreendida por grandes nomes, sendo assumida por associações que representavam a classe diante da sociedade e do governo. Em síntese, pode-se dizer que, naquele momento, o setor fabril se empenhava em demonstrar sua importância e viabilidade na economia do país, buscando em contrapartida a devida proteção governamental, ao mesmo tempo em que resguardava seus interesses contra as investidas dos dois outros ramos da economia, intentando se fortalecer, muito embora ainda ocupando uma posição secundária no cenário político-econômico nacional. Era uma postura basicamente defensiva, na maioria das vezes circunscrita a questões locais ou setoriais. A união da classe só ocorria em momentos decisivos, sob forte pressão dos acontecimentos e em um ambiente marcado por acentuada polarização dos interesses sociais. Não havia ainda um programa para a economia nacional, tendo na indústria o seu esteio.<sup>326</sup>

---

<sup>325</sup> DEAN, 1991, p. 140-152.

<sup>326</sup> LEME, 1978, p. 9-11, 161-168.

Ao vir à luz, é, portanto, este o cenário encontrado por *Mauá* de Alberto de Faria. De um lado, a economia capitalista mundial passava por um período de significativas transformações, em cujo bojo países, como o Brasil, tiveram a oportunidade de adensar a industrialização de suas economias, consolidando seu setor de bens de consumo não-duráveis; do outro, a dinâmica das forças políticas internas iniciava uma fase de redefinições, com a emergência de novos setores sociais, como a burguesia industrial e o operariado urbano (do qual ainda trataremos). Emergindo neste contexto, acreditamos que a biografia sobre *Mauá* de autoria de Alberto de Faria teria dado sua parcela de contribuição aos debates político-econômicos que ocorriam naquele momento, ainda que de uma maneira indireta e transversal, dado que estamos tratando de uma obra biográfica e não de uma obra de teoria política *strictu sensu*.

Dentre as muitas iniciativas nas quais *Mauá* se envolveu, o empreendimento fabril da Ponta de Areia é, sem dúvida, dos mais lembrados. Segundo o próprio visconde, este estabelecimento foi o resultado de um sonho que ele nutriu durante sua viagem à Inglaterra, em 1940. Na ocasião, Irineu Evangelista de Souza visitara uma fundição em Bristol, tendo se convencido da importância da indústria do ferro, “*mãe de todas as outras*”<sup>327</sup>, para o país. Ao se referir ao acontecido, Alberto de Faria considera-o (não sem algum exagero) como o marco inicial do progresso material do Brasil. Ora, tendo falido esta fábrica anos mais tarde por falta de pedidos do governo e pela alteração das tarifas alfandegárias em 1860, foram estes os motivos principais alegados por *Mauá* e repetidos por seu biógrafo<sup>328</sup>, o episódio é narrado pelo embaixador e será visto por muitos como uma lição a ser incorporada pelo Estado brasileiro. É a imagem “evidente” da falta de sentido econômico do Estado imperial. Exatamente o oposto do espírito progressista que conduziria o visconde em todos os seus

---

<sup>327</sup> FARIA, *Mauá*, p. 104. Note-se que a citação de Faria é uma paráfrase da expressão usada por *Mauá* em sua autobiografia ao se referir à indústria do ferro.

<sup>328</sup> MAUÁ, *Autobiografia*, p. 100-105; FARIA, *Mauá*, p. 122-135. A transmissão, muitas vezes, acrítica das auto-representações deixadas pelo visconde será uma das marcas da memória nacional produzida em torno de *Mauá*, fenômeno que é bastante comum na criação de qualquer herói pátrio.

cometimentos, um a um, analisados por seu primeiro grande biógrafo, com o propósito de retirar do esquecimento o nome de Mauá, seja destacando facetas já bastante conhecidas da vida do visconde, seja descortinando aspectos pouco notórios da trajetória de Mauá.

Note-se que o capítulo que precede a terceira parte da biografia de Alberto de Faria, dedicada ao relato das inúmeras e variadas iniciativas em que o visconde de Mauá se envolveu <sup>329</sup>, tem como título: “*Sua formação mental*”. Um grande silêncio perpassa este ponto de sua biografia, aponta Faria. Acrescentava ainda o biógrafo, o fato de que a vida do jovem Irineu Evangelista estava envolta por um grande mistério.

Como compreender que um rapaz, saído do nada, e tendo conquistado posição comercial e fortuna particular como de outra não há memória, abandone, em pleno vigor, aos trinta e três anos de idade, a sua casa de comércio, filão de ouro que lhe deu a fortuna, meios fartos e seguros de garantir a família e que poderia assegurar-lhe vários monopólios, se a comum preocupação do lucro o dominasse?

[...]

Como compreendê-lo, tão diferente dos outros homens?

Nessa vida de super-homem só cabem interpretações extraordinárias.

[...]

Mauá se supôs um iluminado, predestinado a grandes coisas.

A ambição, mesmo a da glória, não seria explicação bastante.

[...]

Produto de uma inspiração de fundo religioso, ou de um idealismo filosófico, Mauá se supôs apóstolo do progresso. <sup>330</sup>

Com efeito, Faria foi fundo nesta inquirição, recuando até Saint-Simon para “descobrir” as origens da inspiração mental do jovem Irineu Evangelista. Deixando em segundo plano a discussão a respeito da validade da explicação dada pelo biógrafo para os diversos empreendimentos de Mauá, cumpre reter o cerne de toda essa imaginosa interpretação. Referimo-nos à aspiração saint-simoniana de se construir uma civilização industrial, no intuito de se alcançar a paz em todo o globo, por meio de uma nova síntese entre Capital e Trabalho. Nos termos de Faria, o objetivo de Saint-Simon “*é a paz universal organizada pelo trabalho. É em função da vida econômica que ele concebe o problema internacional. Ele almeja criar um novo estado, o Estado industrial, e uma nova política, a*

<sup>329</sup> Discutimos a estrutura da biografia de Alberto de Faria sobre o visconde de Mauá nas páginas introdutórias do tópico 4.2.

<sup>330</sup> FARIA, *Mauá*, p. 102.

*política industrial*”<sup>331</sup>. Reorganizar a vida social e política com base nas necessidades da produção fabril era a sua fórmula para que a concórdia mundial fosse, definitivamente, estabelecida. Ao passo que os interesses meramente políticos das nações encaminhariam os povos para uma situação de perene instabilidade, a indústria entrelaçaria os povos, ao torná-los interdependentes, e criaria a riqueza, capaz de abafar as agitações sociais intestinas<sup>332</sup>. Eis o sonho de Saint-Simon, eis a inspiração de Mauá, conforme nos propõe Alberto de Faria.

Diversos autores contemporâneos ao embaixador farão menção a essa oposição entre o visconde e seu tempo, sustentados no caráter eminentemente progressista, e supostamente extravagante, de Irineu Evangelista. Até aqui, nada demais. Como foi visto no capítulo anterior, este é um *topos* recorrente na auto-imagem do visconde. Aliás, ainda hoje, Mauá continua sendo visto como uma exceção em sua época. Não obstante o caráter, em geral, abstrato dessas colocações, quase sempre desprovidas de conteúdo normativo, importa atentar para o sentido convergente dessas considerações naquele momento específico, qual seja: a defesa de um Estado mais comprometido com as elites produtoras, muito especialmente, as fabris. Lembremo-nos de que é, no decorrer dos anos 1920, que a indústria começa a sustentar, embora ainda timidamente, mas com maior efetividade e repercussão, sua importância e, mesmo, centralidade na economia brasileira. No início da década, Tobias Monteiro exclamava na introdução de seu *Funcionários e Doutores*:

Esse homem de negócios, esse **negocista**, como hoje o chamariam com desdém e como mais ou menos o chamaram, porque a alma do Brasil era a mesma de agora, viu e resolveu os problemas mais urgentes do nosso progresso material, como nenhum outro estadista teria visto e resolvido melhor. [...] Ninguém, trinta anos depois da Independência, tinha conseguido até então traçar com tal segurança as grandes linhas do progresso do Brasil. Mauá teria sido o criador de um império.<sup>333</sup>

<sup>331</sup> FARIA, *Mauá*, p. 110. O trecho em destaque é uma citação de um dos biógrafos de Saint-Simon, aos quais Faria se reportou para abordar o saint-simonismo. Como frequentemente se verifica entre os escritores da época, a referência está incompleta. Sabe-se apenas que o autor é A. Pereire.

<sup>332</sup> As guerras ao longo de todo o século XX, com destaque especial para as décadas da Guerra Fria, apontam para a ingenuidade desta interpretação. De fato, a indústria bélica e os setores a ela ligados têm interesses na manutenção de um clima de hostilidade entre os povos.

<sup>333</sup> MONTEIRO, Tobias. *Um exemplo à mocidade: o Visconde de Mauá. Fon-Fon*, Rio de Janeiro, 12 fev. 1921.

A promoção do progresso industrial e a defesa dos interesses fabris como responsabilidades a serem, definitivamente, assumidas pelo Estado também aparece em outros autores. Bem ao gosto de uma *historia magistra vitae*, a indiferença lançada sobre os ideais industrialistas do visconde representaria mais uma razão do nosso “atraso”. Caindo Mauá, seria o Brasil o principal prejudicado. Esta relação, confrontando Mauá a seu tempo, encontrará no par de contrários visconde *versus* imperador o seu grande *leitmotiv*. Já vimos esta passagem antes: “o caso é que, se a mentalidade de Pedro II tivesse o vigor construtivo da cerebração de Mauá, teríamos constituído na história dos povos um caso de evolução interessantíssima”<sup>334</sup>. É impressionante a força dessa oposição. Os exemplos poderiam ser multiplicados a perder de vista. Assim a expressava Pedro Calmon, acrescentando ao par um terceiro elemento, também presente na obra de Faria, como veremos a frente: “o imperador foi o sentimento da ordem e da unidade. Caxias, sustentáculo do trono, garantiu essa unidade e essa ordem. Mas Mauá foi a evolução”<sup>335</sup>.

Para concluir, menciono apenas mais um exemplo. Este um pouco posterior, contudo, intimamente relacionado com a temática em foco e, por um acaso, com o último autor citado. Em 1938, Calmon lançou uma biografia sobre Pedro II, *O rei filósofo*. Resenhando a obra, Virgílio Correa Filho insiste na mesma tecla, ao contrapor o espírito de Mauá ao do Imperador:

Eram mentalidades díspares, que se orientavam para rumos opostos, e não poderiam entender-se longamente.

Ao soberano, sobranceiro aos problemas corriqueiros da existência, que tentava debalde afogar a sua curiosidade em leituras enciclopédicas, sem método, e por isso mais inclinado aos problemas culturais do que as imposições da vida prática, afigurar-se-ia rasteira, senão desatinada, o espírito empreendedor do gaúcho, que, por si próprio, encetou a solução das maiores questões industriais do país e dos melhoramentos de serviços que aproveitassem à coletividade. Consoante o modo imperial de agir, não poderia ser outra a decisão, pois que, era a coerência, com a madura reflexão, uma das virtudes de Pedro II. Uma vez adotado um sistema, ou aceito um plano, não mudava facilmente.<sup>336</sup>

<sup>334</sup> CARDOSO, À margem da história do Brasil, p. 157 e 158.

<sup>335</sup> CALMON, Pedro. Mauá. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 fev. 1927.

<sup>336</sup> FILHO, Virgílio Correa. D. Pedro II. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 31 jul. 1938, p. 5.

A representação do visconde de Mauá como um homem além de seu tempo não era novidade. Desde a *Exposição aos credores* e diria até, desde suas correspondências, nas quais sua auto-imagem ia sendo gradativamente construída, Irineu Evangelista já se via como um solitário, um mártir em seu tempo. A novidade da apropriação de uma imagem já conhecida se encontrava em seu uso numa conjuntura político-econômica, particularmente, favorável. O que fez da biografia do embaixador Alberto de Faria um sucesso, afora seus muitos méritos, foi ela ter calado fundo na intelectualidade brasileira, participando da definição de *topos* que, como este, seriam aproveitados por outros autores contemporâneos na constituição de uma nova tradição no país: a modernização industrial.

Neste momento inicial, durante a época da primeira euforia em torno do visconde, pode-se dizer que falar em Mauá é levantar a bandeira da indústria. É advogar não apenas a viabilidade, como a pertinência do setor fabril para o sucesso do devir nacional. A discussão a propósito de uma atuação mais ou menos ativa do Estado na economia, embora certamente já se colocasse, ainda ocupava um plano secundário. Um projeto de desenvolvimento econômico, tendo como carro-chefe o setor secundário e sendo viabilizado pelo Estado, é que, então, começava a despontar dentro de alguns setores sociais, como parte do empresariado e parcelas expressivas da burocracia e da intelectualidade.

Uma das formas de se averiguar a existência deste discurso nos debates da época é dar atenção aos contradiscursos que o atacavam, mas, ao mesmo tempo, não deixavam de reconhecê-los em sua própria contestação, afinal, ninguém combate moinhos de vento. Naquele momento, o autor que efetuou a melhor e mais clara diatribe contra a biografia do embaixador foi Edgard de Castro Rebello. Autor de influência marxista, logo que *Mauá* apareceu, Rebello veiculou uma série de artigos na revista *Cultura*<sup>337</sup>, periódico dos

---

<sup>337</sup> Este periódico foi fundado e dirigido por Francisco Mangabeira, quando ainda era estudante da Faculdade de Direito do Rio. Em dezembro de 1929, a sede da revista foi empastelada e esta deixou de ser publicada.

estudantes da Faculdade de Direito do Rio. Estes artigos, acrescidos de oito capítulos inéditos, compõem o livro *Mauá: restaurando a verdade histórica*, obra publicada em 1932.

Para fazer face ao desafio proposto no subtítulo da obra, Rebello informa aos leitores que não escrevera sua obra sob o ponto de vista dos “*historiadores patrióticos*” e, muito menos, dos “*denegridores sistemáticos da política imperial*”, escritores movidos por um “*estreito sentimentalismo*”. Seu objetivo tinha sido informar sua visão apenas e unicamente com os “*o (sentido) dos fatos sobre que assenta o (sentido) [histórico]*”<sup>338</sup>. Impulsionado, pois, por tal ideal, o autor inicia o livro investigando as razões do aparecimento de uma obra como *Mauá*. Esta é uma seção, particularmente, interessante. Vejamos como ele retrata o pano de fundo da biografia escrita pelo embaixador. Sua análise é bastante perspicaz.

Com a passagem do primeiro centenário da Independência e dos acontecimentos que a prepararam houve, entre nós, intensa curiosidade em volta do passado. Sobreveio, então, o gosto de tudo o que era seu. Ruas, instituições, serviços, receberam, de novo, antigos nomes, ou tomaram nomes novos, pedidos à história. Lembraram-se, então, de que todo um patrimônio de antiquilhas andava disperso, abandonado, quase perdido: móveis, alfaias, prataria, porcelanas, moedas, estampas, gravuras, utensílios, bugigangas. Era preciso salvá-lo, reuni-lo, fosse como fosse, custasse o que custasse, às tontas, sem critério, sem discernimento. Formaram-se coleções e museus. O próprio Estado organizou o seu.<sup>339</sup>

Neste clima de euforia com o mundo de outrora, a história ganhou enorme prestígio. Logo uma farta “*literatura ocasional*” se avolumava nas prateleiras das melhores livrarias. O centenário do nascimento de D. Pedro II, em 1925, só fez aumentar o entusiasmo. “*Havia para quase tudo um precedente nacional*”. Voltava-se ao passado em busca de uma origem brasileira que dignificasse nossas letras e ciências, nossa política e administração, enfim, toda a nossa cultura.<sup>340</sup>

Uma coisa, entretanto, havia, a que faltava uma tradição: os negócios; não simplesmente, uma tradição, mas, uma tradição que os enaltecêsse, os nobilitasse, estimulando o presente com a lição do passado.<sup>341</sup>

<sup>338</sup> REBELLO, *Mauá*, p. 6 e 12.

<sup>339</sup> REBELLO, *Mauá*, p. 8.

<sup>340</sup> REBELLO, *Mauá*, p. 9-10.

<sup>341</sup> REBELLO, *Mauá*, p. 10.

E foi este o papel cumprido por *Mauá*, segundo a arguta interpretação de Rebello. Ao historia a trajetória do visconde, Alberto de Faria enaltecia os valores ligados ao mundo dos negócios, quais sejam, o individualismo e o espírito de iniciativa, assim como, ao mesmo tempo, disseminava aos quatro cantos as maravilhas e potencialidades do capital, revestindo tudo isso de uma capa dourada. Irineu Evangelista é o *self-made-man*, que se alça aos píncaros da glória, vindo do nada. E tudo isso por um talento e qualidade individuais sem par. Tendo feito fortuna, idealista, dedica-se inteiramente à sua pátria, sem esquecer dos povos vizinhos. Na hora do infortúnio, quando desassistido pela própria pátria, a que se entregara por toda a vida, sofre resignado e em silêncio. Eis aí “*um dos piores gêneros de história – a história encomiástica*”<sup>342</sup>. Mas, afinal de contas, quem foi Mauá?

É disso que Rebello trata em seu livro, obra de desconstrução do laudatório e reconstrução do “real”. Para nossos fins, é dispensável acompanhar, passo a passo, os capítulos dessa reconstituição histórica. Em linhas gerais, o que importa reter é que, onde a narrativa de Faria enxerga o idealismo patriótico de um empresário consagrado às causas da nação, Rebello verá um homem de negócios obcecado por seus próprios interesses. O que este autor traz de novidade, em seu discurso, é a relação inteligente que estabelece entre as atividades de Mauá e a lógica de funcionamento do capitalismo, entre a personalidade de Mauá e a ética da burguesia.

Escravizado ao propósito infantil de contar “aos moços” de seu país a vida de “um grande homem, virtuoso na fortuna, heróico na adversidade”, para que “se eduquem” em sua “admiração”, [Alberto de Faria] mostra-se incapaz de lhe reduzir a individualidade ao que ela realmente foi: expressão natural dos sentimentos e das grandes aspirações de uma classe, em uma época.

Criado nos moldes em que a burguesia ainda formava os exemplares mais representativos de sua força e de suas tendências, feito da argila que ela costuma animar de qualidades e defeitos do tempo, mas, sobretudo, seus, foi Mauá, de algum modo, precursor de um tipo social, que se tornaria, mais tarde, comum; foi, talvez, “heróico na adversidade”.<sup>343</sup>

---

<sup>342</sup> REBELLO, *Mauá*, p. 12.

<sup>343</sup> REBELLO, *Mauá*, p. 201-202.

Tão logo, este contradiscurso ganhou maior notoriedade, ao ser lançado em livro, Octávio de Faria, filho de Alberto de Faria e renomado escritor, tratou de rebater o golpe. Isso mostra que o discurso do inimigo foi sentido. Fazendo a defesa do pai, que não quis comentar o assunto, o filho reagiu com violência, como é comum acontecer nestes casos em que a honra da família está em jogo. Não faltaram os “golpes baixos”, com as tradicionais acusações de cunho pessoal. O destempero do autor é justificado por Faria como “*o produto de um fígado por demais bilioso*”. Na Faculdade de Direito, é conhecido de todos por seus arroubos. “*É ouvido como se ouvem aos homens sem medida, quase sem discutir, numa aceitação sorridente de quem quer evitar a intempestividade de certos acessos... Ouve-se e dois minutos depois ninguém mais se lembra do que disse*”. Enfim, é um homem que ninguém levaria a sério.<sup>344</sup>

Afora as críticas para atrair a atenção do público leitor e desmoralizar o inimigo, Faria procura desvendar as razões profundas que animaram Rebello a produzir um discurso tão na contramão da opinião geral, amplamente receptiva à obra do pai. “O autor é um comunista!” – é esta a sua resposta. Certamente, ocultara sua filiação intelectual por receio de perseguição, já que, quando publicou seus artigos, “*a repressão exercida contra as idéias comunistas era um dos itens dos programas governamentais*”. No entanto, “*hoje que as coisas mudaram*”, este aspecto de sua formação não precisava mais permanecer obscuro<sup>345</sup>. E é disso que cuida Faria, denunciando a fidelidade ideológica de Rebelo ao marxismo e acusando-o de ferir a memória do biografado, simplesmente, por este ser um burguês: “*um*

<sup>344</sup> FÁRIA, Octávio de. Mauá e a verdade histórica. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 11 dez. 1932, p. 17.

<sup>345</sup> Alguns anos depois, Rebello freqüentaria os porões da ditadura Vargas, ainda no alvorecer do Estado Novo, quando o clima político no país permitiu ao governo realizar uma verdadeira caça às bruxas. Obtivemos esta informação da pena elegante de Graciliano Ramos. Segue-se o trecho: “*Entre os civis, notei, além de Hermes Lima, dois professores universitários. Castro Rebelo, meia-idade, nariz semítico, falava martelando o pormenor e detestava as conclusões apressadas. Precedera-o forte publicidade. Encontrei-o na fila do almoço, metido num largo pijama de listras, e, em meia dúzia de palavras, conheci-lhe a independência violenta*”. (RAMOS, *Memórias do Cárcere* (vol. I), p. 254).

*explorador dos que trabalham, um opressor, um provocador de guerras com fins interesseiros, um homem que não metia prego sem estopa”.*<sup>346</sup>

Nem Alberto de Faria, nem ninguém de senso, pretendeu jamais fazer de Mauá um São Francisco vivendo de colóquios com os animais, ou mesmo uma dessas figuras de filantropos socialistas do século XVIII fundadores de colônias comunistas nos Estados Unidos.

[...]

Em Mauá o que há de verdadeiramente extraordinário [...] é que esse homem de negócios não cuidou de fazer uma fortuna para si, para gozá-la pessoalmente ou para deixá-la aos seus herdeiros, mas para promover o progresso de sua terra, das indústrias de seu país. Quis aumentar em poder para cada dia se tornar mais útil. Com a visão espantosa dos problemas materiais que o Brasil tinha que resolver para poder caminhar no sentido de outros progressos maiores, esse *capitalista* lançou-se em todas as grandes empresas que lhe passaram ao alcance e em todas deixou bem claro que mais que o interesse da empresa a fazer vingar falava nele o alto interesse do país a erguer e a engrandecer.<sup>347</sup>

Enfim, até nas polêmicas mais pessoais é possível perceber traços de um *discurso* que, aos poucos, ia reunindo forças e se consolidando em uma *linguagem*, uma nova *racionalidade política*, assentada nas questões econômicas e, particularmente, empenhada no progresso material do país, sobretudo, pela via da industrialização, como meio prioritário de solução dos problemas nacionais. Na primeira parte deste tópico 4.2.2, percebemos o quanto este tipo de discurso preocupava-se com o desenvolvimento da Nação e interessava, particularmente, às elites industriais brasileiras; na parte seguinte deste tópico, investigaremos o quanto este mesmo discurso estava atento para os interesses dos indivíduos mais desfavorecidos que integravam e ainda integram esta grande comunidade nacional.

Sabe-se o quanto o pensamento industrialista vicejou no interior de uma certa tradição do pensamento autoritário brasileiro. Não havia identidade plena entre as duas correntes, porém, elas se aproximavam em alguns de seus propósitos. E, por isso, apesar das divergências, sobretudo, no que toca ao conteúdo político de suas visões de mundo, a indústria acabava se sentindo contemplada pelos ideólogos do autoritarismo. Estes, no geral,

<sup>346</sup> FÁRIA, *op. cit.*, p. 17, Octávio de. Mauá e a verdade histórica. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 11 dez. 1932, p. 17, *grifos do autor*.

<sup>347</sup> FÁRIA, *op. cit.*, p. 17, *grifos do autor*.

estavam comprometidos com a idéia da superioridade da civilização industrial, defendendo a modernização das estruturas sociais e burocráticas, no intuito de racionalizar o funcionamento do aparelho estatal e gerar ganhos produtivos para a economia. Nesse sentido, a analogia entre industrialização e engrandecimento nacional ia se forjando, especialmente quando consideramos a posição das burocracias civil e militar, setores que tiveram um papel de proa naquele período.<sup>348</sup>

Mas, voltando aos teóricos autoritários, percebe-se que, mesmo no âmbito de sua posição política, eles não assustavam tanto os pensadores industrialistas. Muito embora a preeminência concedida ao Estado soasse um tanto quanto hipertrofiada aos olhos dos industriais, a promessa de manutenção da ordem social era bastante compensadora<sup>349</sup>. Aliás, a julgar pelas análises da burguesia industrial do período, parece não restar grandes dúvidas quanto às suas tendências autoritárias, mais especificamente, suas simpatias pelos fascismos europeus<sup>350</sup>. Uma sociedade rigidamente ordenada e organizada de modo a evitar quaisquer prejuízos à produção era-lhes uma proposta, sem dúvida, tentadora – afinal, o movimento operário já havia dado mostras de sua força nas famosas greves que se estenderam de 1917 a 1920, tendo como palco as principais capitais do país, e a categoria vinha se organizando.

Não surpreende, pois, a dura, mas definitiva aceitação do regime da “paz social”, inaugurado, mais tarde, com o estabelecimento do Estado Novo. Após anos de resistências a qualquer medida favorável ao operariado e descumprimento geral da pontual legislação trabalhista existente, finalmente, o patronato fabril percebeu a inviabilidade de permanecer inflexível em sua posição, assim como passou a atentar para as vantagens do novo marco

---

<sup>348</sup> DINIZ, 1978, p. 273-274.

<sup>349</sup> Sobre este aspecto do autoritarismo, ver: LAMOUNIER, 1978, p. 366-368. Sobre a implantação dessa proposta, no bojo de uma política econômica informada por uma visão de mundo autoritária, cf. IANNI, 1971, p. 34-43.

<sup>350</sup> Dean informa-nos a respeito do posicionamento político dos industriais paulistas nas décadas de 1920 e 1930. Segundo ele, o liberalismo, de um modo geral, não atraía como antes o setor, sendo visto como uma teoria econômica ultrapassada, além de um tipo de gestão da coisa pública inadequado para a nova dinâmica sócio-econômica, sendo, por isso, responsável pelos distúrbios e as instabilidades freqüentes no mundo europeu. (DEAN, 1991, p. 182-192).

jurídico. A política trabalhista de Vargas, se, por um lado, foi uma resposta às crescentes reivindicações do proletariado urbano, por outro, foi uma resposta nos moldes de uma concepção política autoritária e paternalista, ou seja, no intuito de suprimir os conflitos, por meio da tutela (leia-se: da manutenção) estatal das desigualdades sociais. Comentando a questão, assim se expressava o principal representante da classe, naquela época, referimo-nos ao industrial Roberto Simonsen:

A política nacionalista de Getúlio Vargas permitiu que se evitassem no país infiltrações perigosas, que poderiam pôr em risco a unidade nacional [...]. A política social que desenvolveu criou, sem dúvida, uma atmosfera de confiança entre os elementos da produção nacional.<sup>351</sup>

Traços desta simpatia do discurso industrialista com uma solução de compromisso no que se refere à questão trabalhista podem ser, facilmente, percebidos na obra do embaixador Alberto de Faria. Reiteramos o que já dissemos: não iremos encontrar nas páginas desta biografia discussões teóricas profundas e sofisticadas. Cada texto tem sua própria linguagem, que, por sua vez, define seu modo de entrada em um debate. A estratégia adotada em *Mauá* é a sugestão simbólica: cenas idílicas, como as que veremos a seguir, procuravam insinuar no espírito dos leitores valores, ideais, propostas, enfim, toda uma visão de mundo. É pela mediação dessas imagens textuais, “*que parece[m] [...] vir das regiões das lendas*”<sup>352</sup>, que o autor procura conquistar seus “leitores-espectadores”.

As duas cenas as quais iremos aludir aparecem no capítulo que trata da formação moral de Irineu Evangelista. A primeira passa-se na inauguração de um dos gasômetros responsáveis por abastecer a iluminação a gás da cidade da Corte. Naquela ocasião, duas pontes seriam franqueadas ao público no Canal do Mangue, isso dentro das obras de aterro daquele pântano. A descrição é tomada de empréstimo do escritor Moreira de Azevedo, cronista do Rio de Janeiro imperial. Embora um pouco longa, resolvemos transcrevê-la sem cortes, por sua beleza e relevância.

<sup>351</sup> SIMONSEN, Roberto. *Ensaio sociais, políticas e econômicos*, p. 205 apud LEME, 1978, p. 157-158.

<sup>352</sup> FARIA, *Mauá*, p. 96.

Acompanhado do engenheiro Ginty e de todos os operários do canal em número de quatrocentos, divididos em turmas, percorreu o Barão de Mauá as duas pontes que iam ser entregues ao povo; regressando, entrou o préstito na fábrica do gás na seguinte *ordem*:

Dois guardas da fábrica em uniforme verde, quatro trinchantes vestidos de branco com facas e garfos, um carro puxado por vinte e quatro pessoas com roupa branca, contendo dois bois inteiros assados, quatro carneiros também assados e trinta arrobas de batatas cozidas, quatro trinchantes com facas e garfos, dois guardas da fábrica, o presidente, o gerente, o engenheiro com suas mulheres, e o engenheiro ajudante, os empregados superiores da companhia do gás e da obra do canal, os inspetores, contra-mestres, superintendentes, apontadores e outros empregados da companhia do gás e do canal, os aparelhadores do gás e seus ajudantes, os ferreiros, caldeiros, pedreiros, carpinteiros, pintores, funileiros e os trabalhadores de todas as classes, incluindo os calceteiros, os carroceiros, foguistas e outros da companhia do gás, noventa e quatro trabalhadores do canal e oitenta escravos da companhia do gás.

Em frente do gasômetro o préstito parou e, circundando-o, abriu a Baronesa de Mauá as válvulas que deviam deixar escapar o gás para o grande depósito, o que foi saudado com muitos vivas.

Entrando de novo em marcha, seguiu o préstito para as trinta e duas mesas colocadas em frente do edifício da fábrica sob uma cobertura de arcos de arcos de folhas ornadas de bandeiras; admitia cada mesa vinte e quatro pessoas, e junto de cada uma havia uma torneira que quando aberta deixava correr excelente cerveja de Bass ou Tenent. O prato travessa era um carro com chapas de ferro de vinte palmos de comprimento e oito de largura sobre rodas de dezoito palmos de diâmetro.

Prepararam-se os assados nos fornos da fábrica; havia em todas as mesas profusão de frutas, abundância de pão, muito queijo e manteiga.

Tomando assento a imensa comitiva, começaram os trinchantes a cumprir com destreza sua missão, reinando muito entusiasmo entre os convivas, que mostraram apetite e sede.

Levantou o barão de Mauá dois brindes, um ao engenheiro, gerente e mais empregados e operários da empresa do canal, aos quais respondeu um dos operários propondo um brinde ao barão, o qual foi entusiasticamente aplaudido; seguiram-se outros, terminando com grande regozijo esta *festa industrial*, a que assistiram mais de oitocentas pessoas.<sup>353</sup>

Esta cena, verdadeira imagem da harmonia social almejada pelos industriais, ilustra muito bem o caráter autoritário de sua concepção de mundo. Apesar de toda a festa, percebe-se que a *ordem*, em momento algum, é desrespeitada. Os convivas ocupam o mesmo espaço, entretanto não se misturam. Chega a surpreender a minúcia com que o cronista se esmera em detalhar o ordenamento da comitiva. A hierarquia é seguida à risca: após o pessoal responsável por servir a refeição, o préstito inicia-se pelo presidente da fábrica, sucedendo-o o alto escalão da empresa, depois o pessoal técnico, em seguida os trabalhadores menos qualificados e, finalmente, na extremidade inferior da longa cadeia, os escravos. É mesmo assustador! Contudo, isso exemplifica, com muita clareza e graça, a ordenação da sociedade

<sup>353</sup> FARIA, *Mauá*, p. 96-98, **grifos meus**.

pretendida, tanto pelos teóricos alinhados com o pensamento autoritário, quanto por aqueles afinados com o pensamento industrialista.

A segunda cena a qual faremos menção para reforçar nosso argumento vem da experiência de um uruguaio, com cujo pai <sup>354</sup> Mauá estreitara relações, durante o longo período em que se envolvera de perto com a economia uruguaia. Desta vez, o biógrafo se valeu das memórias do doutor Gabriel Terra proferidas em um discurso, durante um banquete oferecido pelo Ministro do Exterior, Felix Pacheco, ao ilustre convidado estrangeiro. Na ocasião, o orador discorria sobre Mauá, quando, a certa altura da palestra, fez uma pausa, para apresentar ao público uma pequena recordação, “*da qual tirou proveito para uma lição de sociologia*” <sup>355</sup>.

Em uma das últimas viagens do brasileiro amigo de meu Pai, fui testemunha de uma cena que me ficou gravada no espírito, tão certo é que se fixam com intensidade as fortes impressões da infância. Como criado da minha casa ficara um negro, um dos tantos que Mauá havia libertado antes da abolição da escravatura, que, ao ver chegar o seu benfeitor, correu para ele, e, ajoelhando-se, quis beijar-lhe a mão; bem me recordo a rapidez com que se evitou esse gesto humilhante e deprimente, levantando Mauá em seus robustos braços aquele que continuava sendo servo pelo impulso do atavismo, para abraçá-lo de igual a igual, até que o negro debruçou a cabeça sobre seus ombros e chorou copiosamente.

Tive a intuição do que significava aquela cena, cujo verdadeiro alcance compreendi somente depois, ao continuar o caminho de minha existência. Era aquilo um quadro vivo da *fraternidade humana*; representavam-na dois homens de estatura idêntica, dois formosos exemplares de raças diferentes, uma alma superior e outra aniquilada, quem sabe por que crueldades de um passado de misérias. Era o poderoso erguendo o humilde com dignidade e fidalguia, e nós que não nos conformamos com as injustiças sociais do presente, ao constatarmos que, se na verdade desapareceu a velha escravidão envolta nas sombras da barbaria das épocas que se foram, outras escravidões subsistem, muitas misérias e dores que precisam ser combatidas, e temos o direito de pensar quanto é necessário desenvolver, cada vez mais, com rapidez, os sentimentos de solidariedade, de bondade e de amor entre os homens. <sup>356</sup>

---

<sup>354</sup> Gabriel Terra tinha ascendência brasileira. Seu avô paterno era rio-grandense-do-sul, tendo sido oficial do Império por algum tempo. Emigrando para o Uruguai por questões políticas, teve no país vizinho o pai de Gabriel Terra, José Ladislão Terra. Este fez seu curso superior no Brasil, tendo se formado na Faculdade de Direito de São Paulo. Foi amigo íntimo de Mauá e, inclusive, trabalhava como gerente do Banco Mauá no Uruguai. Um fato curioso da biografia do presidente Gabriel Terra é que consta ter ele nascido no edifício da casa bancária em que seu pai trabalhava. Talvez por isso mesmo tenha sido afilhado de Mauá. (Ver: JORNAL DO COMÉRCIO. Uruguai-Brasil: mais um ato de cordialidade internacional americana. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 18 ago. 1934, p. 5-6. Esta longa reportagem trata da visita do presidente uruguaio, Gabriel Terra, ao Brasil, em agosto de 1934. Conseguimos as informações acima, no tópico “Síntese da vida pública do dr. Gabriel Terra”, na p. 5 da reportagem).

<sup>355</sup> FARIA, *Mauá*, p. 98.

<sup>356</sup> FARIA, *Mauá*, p. 98-99, **grifos meus**.

Ao se valer desse testemunho, Faria procurava calar todo tipo de contestação ao caráter magnânimo do seu biografado. Esta era a intenção imediata do trecho supracitado. Por sua vez, a intenção mediata da passagem era despertar seus leitores - as elites políticas, econômicas e intelectuais do país – para a necessidade de um novo ordenamento social. E isso, não através de um pacto político, o qual pressupõe indivíduos em igualdade de condições, mas por meio de uma ação dos de cima, fundamentada em “*sentimentos de solidariedade, de bondade e de amor entre os homens*”. Isso, talvez, não fique tão claro nesta passagem, mas, ao abordar o repto que Mauá teve com Gaspar Silveira, o modo pelo qual o biógrafo do visconde entendia que seria possível alcançar esta “*fraternidade humana*”, certamente, ficará mais explícito.

Já tratamos deste caso no terceiro capítulo desta Dissertação. Vimos que desavenças e divergências de interesses entre o jovem deputado gaúcho e o barão, durante os trabalhos da Assembléia no ano de 1873, acabaram culminando na exaltação dos ânimos e, por fim, na renúncia de Mauá de sua cadeira no Parlamento, após consulta do eleitorado gaúcho. Sem dúvida, trata-se de um acontecimento importante, em termos biográficos. A querela envolvendo estes dois personagens absorveu Faria em não menos que três capítulos. Em determinado momento da análise (processual) do caso, porém, o biógrafo-juiz apresenta um parecer muito curioso e significativo sobre a representação político-partidária. Vejamos como Faria entendia a relação envolvendo representante e representado:

O mandato político é como qualquer outro em que a capacidade do mandatário vem suprir a insuficiência técnica do mandante. O médico, o advogado, não sondam a opinião do cliente sobre a direção no tratamento da saúde, sobre a conveniência de intentar este ou aquele recurso judicial; ficam soberanos na defesa dos interesses que lhe foram entregues; só um antagonismo evidente os obriga a pedir a aprovação ou ratificação de poderes.

Em política, esta opinião se resolve num entendimento – o mandatário deve ter consciência de sua superioridade mental e fazê-la valer até perante as impaciências do mandante; mas, como é do mandante que lhe vem a força e a razão de ser de sua ação, não pode exagerar o seu papel de *tutor*; o eleito não é escravo, mas também não será ditador.<sup>357</sup>

---

<sup>357</sup> FARIA, *Mauá*, p. 453-454, **grifo meu**.

Enfim, com um entendimento desta natureza a respeito da teoria da representação político-partidária, não surpreende que a solução sugerida por Alberto de Faria e tantos outros que compartilhavam com ele a mesma idéia fosse, extremamente, autoritária e paternalista, muito embora, também tivesse todo um veio modernizante, como já discutimos anteriormente.

Este capítulo teve como foco central de seus interesses o livro *Mauá*, publicado em meados da década de 1920, pelo embaixador Alberto de Faria. Ressaltamos a importância desta biografia na construção de uma memória nacional em torno do visconde e discutimos sua inserção, pela via dos debates político-educacionais, naquele contexto. Pode-se dizer que estas foram as principais implicações diretas da obra. Contudo, *Mauá* também se destacou de outra forma - mais indireta, porém, não menos eficaz. Sua contribuição para a nascente historiografia econômica do país, assim como, sua importância para o pensamento social brasileiro serão o grande tema do capítulo que se segue.

## 5 – MAUÁ E O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO:

### AS REPERCUSSÕES DE UM HERÓI NA “ESCRITA DA NAÇÃO”

... esse escritor habilíssimo lançou um livro que afinal de contas hoje representa o interesse despertado pelo aspecto econômico da formação do Brasil. Se Lúcio de Azevedo rasgou os horizontes da história da formação econômica do país, Alberto de Faria tornou a questão de tal maneira popular que no dia seguinte ao da publicação do livro sobre Mauá, já se ouvia discutir: - quem vale mais, o Visconde de Mauá ou Pedro II? A pergunta valia o mesmo que se interrogassem: - Que pesa mais, o fator político ou o elemento econômico?

Leopoldo Feijó Bittencourt, em artigo no *Jornal do Comércio*, a propósito da publicação da “Autobiografia do visconde de Mauá”, em 1942.

Segundo Francisco Iglésias em *Introdução à historiografia econômica*, em um ensaio pioneiro e instigante datado de 1959<sup>358</sup>, a historiografia econômica começou a ser praticada sistematicamente no país motivada pelas mesmas razões que ocasionaram seu surgimento no cenário mundial em meados do século XIX, ou seja, a dimensão e a complexidade cada vez mais acentuadas da ordem econômica, a partir da mundialização das relações internacionais, fenômeno vivenciado após as Grandes Navegações que abriram o Mundo Moderno. À medida que as questões econômicas iam conquistando espaço e se tornando progressivamente problemáticas, elas acabaram por se impor

---

<sup>358</sup> Além da obra citada, há outros textos que abordam o início da historiografia econômica no Brasil. Ver: RODRIGUES, 1969, p. 163-169. Ver também: SZMRECSÁNYI, 2004, p. 11-37. Sobre o início do ensino de economia e da profissão de economista no país, práticas que se desenvolviam paralelamente à historiografia econômica, cf. SAES; CYTRYNOWICZ, 2000, p. 37-54.

aos observadores como uma temática que não poderia continuar sendo deixada de lado ou tratada secundariamente.<sup>359</sup>

Além dessas transformações de natureza sócio-econômica, segundo o mesmo autor, duas correntes de idéias também foram fundamentais no processo de constituição da historiografia econômica a nível mundial, quais sejam: à escola histórica de economia política e à interpretação econômica da história. A primeira, que teve em Friedrich List seu principal representante, contribuiu de forma inestimável para a renovação e a consolidação da história econômica, ao recusar as interpretações abstratas e de cunho generalizante da escola liberal, cuja abordagem se caracterizava por suas pretensões de validade em qualquer tempo e espaço históricos. A segunda corrente intelectual, cujo representante mais notório foi Karl Marx, talvez tenha promovido o maior impulso já recebido por esse ramo da historiografia. De mais a mais, ao enfatizar a importância decisiva dos elementos materiais na história e chamar a atenção para o caráter determinante do econômico, Marx contribuiu para afastar a história do campo das cogitações políticas no qual se encontrava quase que exclusivamente, dando à disciplina uma metodologia bem mais preocupada com a análise dos fatores sócio-econômicos, em seus esforços de apreensão do passado.<sup>360</sup>

No Brasil, a historiografia econômica propriamente dita só começou a ser praticada no século XX. Até meados do século XIX, o econômico pouco aparece; precisa ser pinçado das obras de nossos cronistas, nas quais se exprime como descrição da atualidade econômica e não como história. Da segunda metade do século em diante é que o interesse pelo econômico-social torna-se mais acentuado e reveste-se de alguma autonomia, na medida em que as análises sócio-históricas foram ganhando uma dimensão mais estrutural<sup>361</sup>. Ainda assim, cumpre ressaltar o caráter limitado dessas abordagens, nas quais o econômico aparece mais em análises pontuais, sendo retratado apenas sob certos aspectos, como: a exploração mineral, os transportes, o meio circulante ou os bancos, só para

---

<sup>359</sup> IGLÉSIAS, 1959, p. 37.

<sup>360</sup> IGLÉSIAS, 1959, p. 48-72. Sobre a contribuição da escola histórica de economia política para a historiografia econômica, ver: IGLÉSIAS, 1959, p. 48-61. Sobre a importância da interpretação econômica da história, cf. IGLÉSIAS, 1959, p. 62-73.

<sup>361</sup> SANTOS, 1978, p. 43.

citar alguns exemplos. Será, portanto, apenas com o despontar do século XX que abordagens mais amplas, “*retratos da economia no seu todo*”<sup>362</sup>, surgirão.

Os motivos que explicam o aparecimento tardio da especialização em nosso país são, em linhas gerais, os mesmos que o explicam no plano geral. É que só em nosso século [no caso, o século XX] os assuntos econômicos despertam atenção de políticos e estudiosos. É claro que já se tinha em conta, antes, a realidade econômica, mas esta não constituía objeto de maiores cuidados, entrelaçada que estava nas teias da política, em suas manifestações administrativas, legais. Não se concedia ao econômico a importância que ele tem. [...] Nesse acalanto viveu-se até que a primeira grande guerra fez sentir os seus efeitos.<sup>363</sup>

Concomitantemente ao desenvolvimento dessa produção no campo específico da historiografia econômica, uma série de intelectuais começou a dar mais ênfase às questões sociais e, conseqüentemente, a colocar o econômico, se não como fundamento, pelo menos, como um importante marco de suas propostas e projetos políticos. Em suma, duas questões principais preocupavam a intelectualidade daquela época: a questão da organização do trabalho livre, temática que ganhou uma nova dimensão após a agressiva expansão dos movimentos operários na década de 1920, e a questão da autonomia externa da nação, a independência econômica tão discutida e sonhada, após a Primeira Guerra ter colocado a descoberto o fenômeno do imperialismo. Por trás dessas preocupações, o que existia era a tentativa de solucionar o nosso atraso ou, em outros termos, o projeto de construir uma nação forte e moderna. Como se pensava, por ocasião do centenário da Independência, “*o país precisava completar o que se iniciara há cem anos*”<sup>364</sup>.

Um dos autores mais importantes nessa época e, talvez, o mais foi citado pela geração que lhe sucedeu foi Alberto Torres<sup>365</sup>. Em duas obras seminais publicadas em meados da década de 1910, referimo-nos a *O problema nacional* e *A organização nacional*, Torres apresentou ao público uma abordagem do país que fez época, sobretudo, após sua morte. Durante um bom tempo, as

---

<sup>362</sup> IGLÉSIAS, 1959, p. 81.

<sup>363</sup> IGLÉSIAS, 1959, p. 78-79.

<sup>364</sup> IGLÉSIAS, 1959, p. 81.

<sup>365</sup> No capítulo anterior, já demos algum destaque à campanha iniciada por Alberto Torres nos jornais cariocas contra o imperialismo financeiro, particularmente contra o grupo Farquhar. Neste capítulo, em virtude da importância deste autor para o pensamento social brasileiro dos anos 1930, iremos focar suas propostas políticas e seu projeto nacional.

questões levantadas pelo autor mobilizaram intensamente a intelectualidade brasileira, especialmente nos anos 1930. Nosso objetivo aqui não será analisar, ponto a ponto, cada uma das duas obras de Torres acima citadas. Voltaremos toda nossa atenção a um aspecto da primeira obra mencionada, *O problema nacional*, que nos parece ter desempenhado um papel de suma relevância para a problemática central perseguida neste trabalho: a emergência de um discurso político, respaldado por um campo específico do saber (qual seja, o econômico), que se arrogava a capacidade de solucionar o *problema nacional*, qual seja: o problema do “atraso” brasileiro. Ou, em outros termos, o desafio da passagem para a modernidade e da construção de uma nação, suficientemente, desenvolvida.

Embora o discurso de Alberto Torres, nem de longe, possa ser acusado de economicista, todo o pensamento deste autor estava ancorado em uma análise da situação econômica do país. O ponto para o qual gostaríamos de chamar a atenção é o problema da independência econômica da nação. Torres não foi o primeiro pensador a discutir essa questão. Foi por volta da segunda metade do Novecentos, quando o processo de consolidação do poder monárquico encontrava-se concluído e o Império havia atingido um relativo grau de estabilidade, após as graves turbulências do período regencial, que a problemática do progresso material e da construção de um país economicamente forte e desenvolvido teve seus primeiros e significativos passos no país – agora, independente e estruturado politicamente<sup>366</sup>. Neste contexto, o embate entre industrialistas e aqueles que a historiografia consagrou como “agraristas” conheceu uma de suas primeiras versões no Brasil pós-independência, esquentando a cena pública do Império<sup>367</sup>.

É até possível encontrar certa similitude nas propostas veiculadas no Império com aquelas que seriam divulgadas já na República. Penso aqui, por exemplo, em *Elementos de história nacional de economia política*. Trata-se do livro do comerciante, industrial e diretor do Banco do Brasil, João Coelho Gomes. Crítico feroz da transplantação de modelos estrangeiros para a

---

<sup>366</sup> CARVALHO, 1996.

<sup>367</sup> Cf. o verbete *Indústria*, em: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2002, p. 372-376.

realidade nacional, Gomes tinha a intenção de postular uma política econômica realmente condizente com as especificidades do país. Era nacionalista, industrialista, protecionista e antiimperialista, esbravejando contra as investidas da Inglaterra sobre os mercados consumidores brasileiros<sup>368</sup>. Apesar da aparente similitude dos discursos, é preciso atentar para os contextos de produção e de recepção dos mesmos. Uma obra não é feita no vazio, pelo contrário, é fruto de uma gestação intelectual, cujo efeito, mais ou menos seminal, menos ou mais impactante, é o resultado do diálogo entre o autor, os seus diversos contextos históricos e os seus leitores. É isso que torna proposições, à primeira vista, iguais ou semelhantes bem diferentes após um olhar mais cuidadoso. É isso que, retomando o nosso fio narrativo, fez de Alberto Torres um pensador tão influente – sem desmerecer, é claro, a vitalidade da sua obra.

Diagnosticando a face crua de um imperialismo que até em argumentos “científicos” de superioridade racial se sustentava para o exercício da dominação, contemplando o avanço dos capitais estrangeiros, ávidos por lucros fáceis e que pouco ou nada contribuía para o engrandecimento do Brasil, Torres deu o grito de alarma. A abertura, segundo ele, irresponsável do país para a entrada desses capitais famintos trazia consigo a ameaça incontornável da dependência econômica e do esgotamento das riquezas pátrias, exploradas tão rude e imprevidentemente. “*Uma nação [...] não pode ser livre, sem o domínio de suas fontes de riqueza, de seus meios de nutrição, das obras vivas de sua indústria e do seu comércio*”<sup>369</sup>. É contra essa situação de risco econômico-financeiro imediato para a nação que Torres se levantava, defendendo a necessidade de uma ação política corretiva capaz de contornar o perigo iminente e de recolocar o país “*de posse da direção dos nossos destinos*”<sup>370</sup>.

A independência de um povo funda-se, antes do mais, sobre a sua economia e sobre as suas finanças. Edificar sobre a nossa autonomia econômica, alimentada pela

---

<sup>368</sup> Sobre João Coelho Gomes, ver: IGLÉSIAS, 2000, p. 110-111.

<sup>369</sup> TORRES, *O problema nacional brasileiro*, p. 112.

<sup>370</sup> TORRES, *O problema nacional brasileiro*, p. 133.

iniciativa, pela energia e pela tenacidade, que já provamos possuir; e sobre a mais severa exação nas nossas finanças – um pensamento nacional a respeito das coisas da vida humana, e um juízo nosso, sobre os nossos problemas e os nossos destinos: aqui está o guia do nosso esforço patriótico. E esta obra não é uma obra de educação: é uma obra de direção política. Nenhum povo tem a educação necessária para dirigir seus interesses gerais.<sup>371</sup>

A ação política proposta por Alberto Torres como solução do problema da dependência financeira assentava-se em uma concepção orgânica do funcionamento social. Muito embora seu pensamento político seja extremamente autoritário e elitista, de um outro ponto de vista, seu projeto nacional era até bem republicano, ao propor a redistribuição mais igualitária do solo pátrio e sua valorização, em benefício da coletividade nacional, por meio do aproveitamento racional de seus recursos a ser promovido pelo Estado. Torres acreditava que só o amor à terra – base da prosperidade nacional e fonte primária da subsistência familiar – seria capaz de construir o vínculo afetivo necessário para tecer, de um modo inquebrantável, os laços de reconhecimento entre o povo brasileiro, o seu país e o seu Estado. Caso contrário, não haveria identificação possível entre uma pátria desnaturada e um povo desamparado. Não existiria também, é claro, respeito por um Estado que se afastava do povo ao qual cumpria representar. Não haveria, enfim, e por conseqüência, espaço para a construção de uma nação forte e altaneira – obra necessariamente coletiva.

Depois que Alberto Torres abriu o filão do risco da dependência financeira às portas, muitos foram os intelectuais que, se valendo dos aportes trazidos pela historiografia econômica em emergência no país, formularam projetos políticos e educacionais para o desenvolvimento da nação, tendo como base o econômico. A saída para o país – é isso que estamos nos esforçando para demonstrar em toda esta Dissertação – começava a ser pensada, sobretudo, a partir deste momento, como uma solução econômica; uma solução que para ser alcançada exigiria, basicamente, uma reformulação das estruturas políticas brasileiras e o estabelecimento uma nova política educacional no país. Foi isso que vimos no capítulo anterior; neste, o que procuraremos abordar é o aparecimento desta nova *racionalidade*

---

<sup>371</sup> TORRES, *O problema nacional brasileiro*, p. 105.

*política*, acompanhando, de perto, o destaque e o significado crescentes assumidos pelas questões econômicas no pensamento social brasileiro. No cumprimento deste propósito, começaremos ressaltando a importância historiográfica de *Mauá*, muito especialmente, para a historiografia econômica, em fase de consolidação nas décadas de 1920 e 1930. Em seguida, passaremos em revista os primeiros retratos panorâmicos da história econômica brasileira, tendo como base quatro grandes narrativas produzidas naqueles anos de estabelecimento da historiografia econômica no país <sup>372</sup>. E, finalmente, concluiremos, analisando a obra de Azevedo Amaral – importante autor do pensamento social brasileiro que se constitui, na linha de argumentação desta Dissertação, em um pensador-chave, haja vista a centralidade das questões econômicas e, muito particularmente, da industrialização em seus textos. Com Azevedo Amaral, assim nos parece, a nova racionalidade política perseguida neste texto, a modernização industrial, assenta, definitivamente, raízes no solo do pensamento social brasileiro.

## 5.1 - Um herói para um ramo historiográfico nascente

A publicação de uma biografia sobre um personagem cuja vida faz referência imediata à história econômica de seu povo representou uma novidade no pensamento social brasileiro. Alberto de Faria como que operava um *lance* <sup>373</sup> em seu contexto intelectual. Naquele momento, os olhares dos biógrafos visavam, sobretudo, as grandes figuras políticas

---

<sup>372</sup> As obras em destaque são: *Histórico da formação econômica do Brasil* (1922) de Vitor Vianna; *Pontos de partida para a história econômica do Brasil* (1923) de José Gabriel de Lemos Brito; *Evolução econômica do Brasil* (1935; a primeira edição brasileira data de 1939) do norte-americano J. F. Normano; e *História econômica do Brasil* (1937) de Roberto Cochrane Simonsen.

<sup>373</sup> Utilizamos o termo *lance* tal como este é empregado na nova História das Idéias praticada por Quentin Skinner e John Pocock, ou seja, apontando para uma inovação discursiva em um dado paradigma lingüístico (cf. SKINNER, 2000, p. 187-191; POCOCK, 2003, p. 28-30).

da história pátria<sup>374</sup>. Não era comum que empresários e homens de negócio fossem imortalizados pela pena dos escritores. Ao tirar do olvido a trajetória de Mauá, o embaixador chamava a atenção dos leitores para o lugar das questões econômicas na vida da nação. Tratava-se, claramente, de uma tomada de posição política, mas também de uma intervenção no cenário historiográfico da época, sem sombra de dúvida.

Desde as primeiras páginas da obra em questão, o biógrafo de Mauá faz a defesa da inclusão do visconde no panteão nacional. Se no capítulo inicial do livro, como já foi visto, o argumento principal é reparar uma grave culpa nacional, retirando do segundo plano um personagem como Irineu Evangelista, que tanto fizera pela pátria e só recebera a ingratidão dos seus, no capítulo que se segue o objetivo é definir o papel desempenhado pelo visconde na história nacional. Qual teria sido a importância de Mauá para a nacionalidade? É esta a questão que perpassa todo o segundo capítulo da obra.

Muito embora envolto em esquecimento, Alberto de Faria apresenta seu personagem, não somente entre os grandes do passado, mas entre os maiores do Segundo Império. E justifica-se: “*quando a Natureza tem uma grande obra a realizar, faz nascerem os instrumentos*”<sup>375</sup>. No Brasil, havia algo de maravilhoso a ser cumprido: a criação de uma grande nação, a preservação da unidade política do vasto domínio português, enfim, a formação da nacionalidade. Não faltaram os meios. Contudo, três homens, “*trindade benemérita*”, teriam sido essenciais durante o Segundo Reinado: Pedro II, Caxias e Mauá. Cada um a seu modo e no exercício de sua missão, esses três homens urdiram a unidade

---

<sup>374</sup> GOMES, 1996, 186-189. Como mostra Ângela de Casto Gomes, a crítica em relação ao predomínio da história política e da narrativa factual ocorria paralelamente ao debate em torno da produção e do ensino no campo da História. Segundo os programas e as instruções metodológicas da Reforma Francisco Campos para o curso fundamental de História: “*Cumprir conciliarem-se no ensino da História os aspectos econômico, político e ideológico. Colaborando com a geografia, a História ministrará conhecimento das relações existentes entre a organização econômica, a forma de produção, a estrutura social, o Estado, a ordem jurídica e as diversas expressões da atividade espiritual, sem sacrificar qualquer desses vários aspectos à consideração exclusiva de um ou mais destes, porém, tratando de cada qual segundo a importância relativa que tiver na vida do país e na evolução geral da humanidade*”. (Este trecho dos programas e instruções metodológicas da Reforma Francisco Campos pode ser encontrado em: HOLLANDA, 1957, p. 18-19).

<sup>375</sup> FARIA, Mauá, p. 25.

nacional, seja educando e regendo democraticamente um povo emerso de três séculos de colonização, seja zelando, com braço forte, pela segurança da nação, seja concretizando a real união do país, através da interdependência e íntima solidariedade de suas partes. Esta última foi a grande realização de Mauá, segundo seu biógrafo. Ninguém antes dele teria se esforçado tanto para resolver o problema da interligação do sertão com o litoral<sup>376</sup> – questão já vislumbrada pelo Regente Feijó, em seu decreto de 31 de outubro de 1835, porém, até Mauá, sem uma medida de combate realmente efetiva. Vejamos como Faria define a ação do biografado nesta área:

Sob outro aspecto, o do efeito que na integração indispensável dos elementos do antigo domínio português, interessado em dividir para reinar, com capitânias que só tinham de comum serem de donatários portugueses, a solução política das vias de comunicação, a ação de Mauá não se poderá afirmar apenas que foi grande, porque a fórmula verdadeira é outra – esta é a obra de Mauá.<sup>377</sup>

Pedro II, Caxias e Mauá. Os três foram grandes, todos eles são fundadores do Império e artífices de proa da nacionalidade. Cumpre, porém, reconhecer, salienta Faria, que *“o Brasil poderia ser maior, se um surdo afastamento, um inexplicável antagonismo de caráter, uma prevenção pessoal talvez, não tivesse sempre colocado D. Pedro II receoso diante dos impulsos progressistas de Mauá”*<sup>378</sup>. A seguir, todo o terceiro capítulo, é um estudo das causas dessa divergência tácita entre o imperador e Irineu Evangelista. Razões de ordem psicológica, cultural e pessoal são trazidas à tona na tentativa de explicar o fenômeno. Pedro II era mais voltado para as coisas do espírito, enquanto Mauá foi o protótipo do homem prático; na época, os homens tinham algumas reservas aristocráticas contra os negociantes;

<sup>376</sup> É muito interessante a síntese de Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Ataíde, sobre o papel de Mauá na história pátria: *“O Visconde de Mauá, desde a Maioridade até à República, acompanhando a realza imperial com a sua realza econômica, na ascensão e na decadência, pressentiu e tentou resolver todos ou quase todos os problemas econômicos brasileiros, os problemas essenciais do período moderno de nossa história, desde os interesses do Rio Grande que representou na Câmara, até a navegação do Amazonas. Foi um quadro assombroso de unificação nacional na cabeça de um só homem, o Caxias de nossa unidade econômica”*. (FARIA, *Mauá*, p. 25. Esta mesma citação pode ser encontrada em: SILVA, Joaquim. *História do Brasil* (4º ano ginásial). 7ª ed. São Paulo, Nacional, 1943, p. 101. Trata-se de um compêndio escolar, no caso, o de maior circulação em sua época. Sendo um manual didático produzido pela Companhia Editora Nacional, em suas páginas a casa publicadora aproveitava para fazer a divulgação dos autores de suas consagradas coleções, muito especialmente, dos da Coleção Brasileira).

<sup>377</sup> FARIA, *Mauá*, p. 43.

<sup>378</sup> FARIA, *Mauá*, p. 46.

finalmente, pairava sobre Mauá a suspeita de que ele teria acobertado revoltosos, durante os acontecimentos da Revolução Farroupilha. Tudo isso teria contribuído para o afastamento de duas das colunas mestras do Segundo Reinado, e para prejuízo do Brasil. Ainda assim, as realizações de Irineu Evangelista dependiam do ambiente moral austero e do contexto político seguro estabelecido pelo monarca<sup>379</sup>. Não é outra a interpretação dada por Hélio Lobo, em seu discurso de recepção de Alberto de Faria na Academia Brasileira de Letras:

A lição do segundo reinado é a do homem, que, pelo equilíbrio de suas faculdades e o conhecimento do meio, nos permitiu crescer na integridade territorial e política, já que o progresso geral, sacrificado, acima de tudo, pela escravidão, só a República podia trazer em suas fórmulas e sua época, ensinando com a escola, descentralizando com a federação, povoando com o braço estrangeiro, unindo pelas vias de penetração. E gêmea da felicidade espiritual, irradiada dos centros em moldes sempre melhores, é a outra, da prosperidade econômica, que ao Brasil vai também caber: uma zona igual à da Europa, mas sem barreiras alfandegárias nem questões de raça, na qual circulem livremente, num mercado de milhões de almas, todos os produtos da terra e da manufatura nacionais.<sup>380</sup>

Fundamentando-se em uma concepção “etapista” do processo histórico, o anfitrião compreende o Segundo Reinado como um momento do devir nacional, em que as bases do progresso econômico estavam sendo forjadas. Na República é que o fenômeno do desenvolvimento teria condições de deitar raízes, em profusão. Dessa forma, a figura de Mauá era como que a de um profeta, um visionário dos problemas a serem enfrentados no futuro e das conquistas a serem alcançadas pela nação. Ao tirar do olvido este personagem histórico, sem dúvida, um dos maiores objetivos de seu biógrafo era colocar a nacionalidade diante de seus destinos, revelando-lhe o passo a ser tomado no presente, em direção a um futuro de glória.

Brasileiro como os melhores, bem sentistes que nos faltava, para a realização de tais destinos, a palavra de fé com que os revelar, em conjunto, à nossa terra. Vosso Mauá é o catecismo dessa era, cujo esplendor se anunciou no sonho de um cérebro solitário, há mais de meio século.<sup>381</sup>

<sup>379</sup> FÁRIA, *Mauá*, p. 48-49.

<sup>380</sup> LOBO, Hélio. Recepção do sr. Alberto de Faria (em 12 de dezembro de 1928): II – Discurso do sr. Hélio Lobo. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, ano XX, n.º 85, jan. 1929, p. 106.

<sup>381</sup> LOBO, Hélio. Recepção do sr. Alberto de Faria (em 12 de dezembro de 1928): II – Discurso do sr. Hélio Lobo. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, ano XX, n.º 85, jan. 1929, p. 106.

A importância do *Mauá* de Alberto de Faria para a historiografia econômica nascente é percebida em mais uma análise desta narrativa biográfica. Insistimos neste ponto, por sua centralidade na defesa da tese principal perseguido neste capítulo: a publicação da biografia escrita por Alberto de Faria foi um marco, um *lance* em seu contexto intelectual. Desta vez, vamos acompanhar as palavras de Rodolfo Garcia, proferidas na ocasião de sua recepção na ABL. Garcia sucedeu o embaixador na cadeira número 39 da Academia. Eis abaixo como o sucessor de Faria concebia-lhe a principal obra.

O plano desse livro, para ser compreendido, como que requer o engenho do arquiteto presente ao *monumento* ainda em construção. Batidos os alicerces, alteadas as paredes fundamentais, três vigas irão garantir a majestade e a segurança do edifício: D. Pedro II, Caxias e Mauá – a ciência política, a ciência militar, a ciência econômica, em um momento histórico da unidade nacional.

[...]

A biografia concebida no gabinete de estudo não guardaria, entretanto, em sua progressiva realização, as linhas harmoniosas de um primitivo plano arquitetural, que as primeiras páginas denunciam. Conter o surto de fogoso entusiasmo ante a dinâmica, múltipla e sugestiva do biografado, à proporção que se alterna o pesquisar com o redigir, não seria fácil tarefa a um temperamento mais de artista que de historiador, mais de jornalista que de biógrafo, como o de Alberto de Faria.

[...]

À maneira de Joaquim Nabuco, [...] Alberto de Faria conduzirá o leitor através da peregrinação comovida ao passado, *mas sem esquecer o presente*; e qual predestinado apóstolo que a meio da jornada da fé cria legiões, prosseguirá com elas, guiando-as, para lançar os alicerces do templo consagrado ao seu padroeiro, sobre a suave colina de onde se admira o passado glorioso da nacionalidade.<sup>382</sup>

Qual teria sido o *lance* operado pelo embaixador ao publicar a obra em questão?

Percebe-se pela passagem acima que a importância da obra está em indicar aos leitores o valor das questões econômicas na trajetória da nacionalidade. Ao erigir o monumento à memória de Mauá, com os olhos no presente, Faria indicava às elites do país um outro caminho, qual seja: a construção do edifício nacional dirigida pela ciência econômica e tendo como meta o progresso material do país. A ciência política, assim como, a militar já tiveram o seu momento. Agora seria a vez da Economia e das questões econômicas presidirem os destinos da nacionalidade. É essa, talvez, a maior contribuição da biografia estudada. Toda esta

---

<sup>382</sup> GARCIA, Rodolfo. Recepção do sr. Rodolfo Garcia (em 13 de abril de 1935): I – Discurso do sr. Rodolfo Garcia. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, ano XXVI, n.º 161, maio 1935, p. 11-13, **grifos meus**.

“peregrinação comovida ao passado” não era feita sem propósito. Faria buscava, com esse esforço, “cria[r] legiões” e “lançar os alicerces do templo consagrado ao seu padroeiro”.

Em um excelente artigo publicado, em 1942, Leopoldo Feijó Bittencourt repisava o mesmo ponto, ao expor, com inteligência, o significado de *Mauá* para a historiografia econômica, em formação no país. Parte do trecho abaixo foi escolhida para encabeçar este capítulo, servindo-lhe de epígrafe.

Das figuras que se preocuparam com Mauá e que vieram a ter expressão pela maneira que o fizeram, há de citar-se Alberto de Faria em primeiro lugar. [...] *Tem-se a impressão de que ele veio a público lançar o assunto da mesma maneira que o fazem os romancistas, isto é, procurando despertar a atenção geral pelo que narra de fabuloso.*

[...]

[...] esse escritor habilíssimo lançou um livro que afinal de contas hoje representa o interesse despertado pelo aspecto econômico da formação do Brasil. Se Lúcio de Azevedo rasgou os horizontes da história da formação econômica do país, Alberto de Faria tornou a questão de tal maneira popular que no dia seguinte ao da publicação do livro sobre Mauá, já se ouvia discutir: - quem vale mais, o Visconde de Mauá ou Pedro II? A pergunta valia o mesmo que se interrogassem: - *Que pesa mais, o fator político ou o elemento econômico?* Sim; era como se indagassem que serve mais, a agulha ou a linha.<sup>383</sup>

Muito embora tenha desqualificado a oposição simplista proposta por alguns, já que de acordo com Feijó Bittencourt não haveria como isolar a política da economia e vice-versa, o articulista avaliou, com acerto e precisão, a importância da obra de Faria para o pensamento social brasileiro. *Mauá* não foi a primeira obra a chamar a atenção para questões econômicas da história brasileira, particularmente, para questões atinentes ao desenvolvimento material do país. Desde meados do século Dezenove, outros autores já vinham tratando desses assuntos, seja estudando aspectos da trajetória econômica do país, seja, como veremos no tópico 5.2, produzindo relatos com uma visão panorâmica desse ramo da história pátria<sup>384</sup>. Ao fazê-lo, entretanto, por meio de uma narrativa biográfica que elevava Irineu Evangelista de Souza à categoria de herói nacional, creio que o autor teve algumas vantagens sobre os seus pares que se debruçavam sobre a mesma temática, porém, com a preocupação de produzir análises mais técnicas e especializadas da História Econômica do Brasil.

<sup>383</sup> BITTENCOURT, Leopoldo Feijó. Autobiografia do visconde de Mauá. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 19 jul. 1942, p. 3-4, **grifos meus**.

<sup>384</sup> Para uma bibliografia com as principais obras da história econômica do Brasil, ver: RODRIGUES, 1969, p. 168-169.

A biografia é um gênero limite que se encontra no ponto de interseção da Literatura com a História. Em alguns períodos, a narrativa biográfica pendeu mais para a busca da objetividade (propósito tradicionalmente perseguido pela História); em outros, favoreceu especialmente a beleza da narrativa (marca da Literatura)<sup>385</sup>. No momento em que escreveu *Mauá*, Alberto de Faria optou por uma solução de compromisso, procurando encontrar a harmonia perfeita entre a exatidão do conteúdo e a elegância estética do texto. No entanto, claramente se percebe que a preocupação predominante do seu texto estava na forma. Seguindo a tendência das biografias modelares, que tiveram um grande impulso após a ascensão de Vargas ao poder, a finalidade principal de seu livro era pedagógica: educar pelo exemplo de um grande homem do passado pátrio. Ao herói de uma biografia, cabia fascinar os leitores, inculcando-lhes valores e ideais, assim como os mobilizando para a ação<sup>386</sup>.

É o próprio Faria quem confessa, ainda que de forma oblíqua, qual era a marca distintiva de sua obra. A propósito de D. Pedro II, a quem faz, como já vimos, no terceiro capítulo da obra, algumas objeções pelo fato de sempre ter nutrido prevenções contra Mauá, o biógrafo cita as palavras do deputado Wanderley Pinho, em discurso na Câmara. Discorrendo a respeito da importância cívica de Pedro II para o povo brasileiro, Pinho assim se expressava em determinado momento de sua fala:

Os povos não necessitam de ídolos cívicos. O povo brasileiro erigiu, como um dos seus, e como o seu maior, a D. Pedro II; e se esse ídolo lhe dá vigor para criar, lhe dá forças para agir, se esse ídolo o educa em estímulos sãos, que importa que haja alguma argila opaca nas cintilações que lhe empresta? Se esse ídolo o comanda para a pureza, o bem, a força, a justiça, o ideal, não há senão como alentar essa idolatria, apurar esse fetichismo, aumenta, limpando-a de qualquer sombra, a auréola dessa divindade.<sup>387</sup>

Entre a busca da beleza e a busca da verdade, é preciso escolher a qual tendência será dada o direito da primazia. Literatura ou História? Ao priorizar a primeira, o texto perde em exatidão e peca em objetividade, todavia, ele se reveste de uma verdade mais elevada do que a própria precisão dos fatos. Opta-se por falar mais de um ideal do que do real. E foi essa a escolha feita por Faria, muito embora o biógrafo não a confessasse abertamente e tivesse a convicção de que a própria vida de seu

<sup>385</sup> NEVES, 2002, p. 3-4; LORIGA, 1996, p. 212-213.

<sup>386</sup> RICCI, 2000, p. 154.

<sup>387</sup> FARIA, *Mauá*, p. 63.

personagem mesclava perfeitamente o *Bom* e o *Belo*, a verdade moral e a excelência estética. Muito mais que historiar uma trajetória, Faria tinha como meta apresentar a vida do visconde como símbolo de um ideal nacional ainda não plenamente realizado.

O protagonista de *Mauá* é um homem extemporâneo, um indivíduo isolado, lutando contra tudo e contra todos. Trata-se de um (meta)discurso no qual as “forças do Bem”, voltadas para a iniciativa de promover o engrandecimento material do país e personificadas em Mauá, aparecem lutando contra as “forças do Mal”, ancoradas na tradição e presas à estagnação. Certamente, um projeto de nação definido cartesianamente não faz parte do escopo da obra, entretanto, o propósito perseguido pelo autor é claro: angariar adeptos para a continuação da grande batalha iniciada por Mauá. A grande moral implícita no livro do embaixador pode ser resumida naquela lição bem conhecida no mundo ocidental. É a idéia de que se a sementinha cair no chão e não morrer fica só; morrendo, porém, dá muito fruto. Sozinho e incompreendido, o visconde acabou abatido por forças maiores; sua obra, contudo, uma vez exumada do passado, deveria ser levada a cabo pelas gerações vindouras.

É curioso pensar que uma biografia tenha participado da inauguração de uma nova tradição no pensamento social brasileiro. E, no entanto, foi essa a maior contribuição de *Mauá* em seu cenário intelectual. Ora recorrendo ao lado histórico, ora apelando para a face literária do gênero, Alberto de Faria obteve sucesso na construção de um herói industrial, o primeiro do panteão nacional cuja imagem salientava a importância dos fatores econômicos na trajetória de um povo e apontava para a necessidade indeclinável da modernização do país. O sucesso de *Mauá*, entretanto, não se explica apenas pela natureza anfíbia de seu estilo literário. *Pari passu* à obra, havia toda uma produção no campo da História Econômica do Brasil que se ia desenvolvendo e chamando a atenção, muito especialmente, das elites para o lado econômico da trajetória nacional. É isso que veremos no próximo tópico.

## 5.2 - Formação econômica brasileira: os primeiros panoramas

Como foi visto na parte introdutória deste capítulo, a partir da Primeira Grande Guerra começaram a aparecer os primeiros retratos globais da economia brasileira. Desde meados do século XIX, já havia manifesto interesse, entre as elites do Brasil, pelos aspectos sócio-econômicos da trajetória nacional. Contudo, apenas no início do século seguinte, foi que este interesse se consolidou, conhecendo sua primeira consagração, por intermédio dos grandes panoramas da história econômica do Brasil, levados a cabo por importantes autores da intelectualidade pátria, no ambiente nacionalista que marcou as comemorações da efeméride do centenário da Independência.

Um bom modo de aferir o interesse pela história econômica entre as elites brasileiras é o Primeiro Congresso de História Nacional. O evento realizou-se nas dependências do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro do Rio, entre 7 e 16 de setembro de 1914. Sob a direção do Instituto Histórico, o encontro reuniu membros das elites intelectuais e políticas do país, em um esforço inaugural de sistematização do saber histórico existente sobre o Brasil. Tendo como balizas temporais os anos de 1500 e 1871<sup>388</sup>, o Congresso abria-se à discussão de todos os temas, então, em voga na historiografia do início do século XX. Durante o evento, 93 *teses oficiais* constituíam o núcleo da programação. Estas comunicações seriam apresentadas por especialistas renomados, convocados pessoalmente pelo Instituto. Também havia espaço para as *teses avulsas*. Neste caso, os próprios autores se inscreveriam, devendo apresentar trabalhos dentro do escopo temático e temporal do evento. Apenas textos inéditos seriam aceitos. No balanço das atividades do Congresso, percebe-se o predomínio incontestável da história política e áreas correlatas: história militar, história diplomática, história

---

<sup>388</sup> O evento que marcava esta data era a lei do Ventre Livre ou lei dos nascituros, aprovada durante o gabinete Rio Branco, no início da década de 1870.

constitucional e história parlamentar. Só este grande campo foi responsável por cerca 71% das comunicações apresentadas. Os outros 29% distribuíam-se entre as quatro categorias restantes, que apresentaram os seguintes indicadores: 11,5% cabiam à *história das explorações geográficas* (espécie de geografia histórica); 7,5%, à *história literária e das artes*; 5,2%, à *história econômica*; e 5,2%, à *história das explorações arqueológicas e etnográficas*. Apesar pequeno espaço ocupado pelas duas últimas especialidades, consideradas “emergentes”, é importante ressaltar que elas foram muito bem representadas.

A seção de história econômica teve como relator João Pandiá Calógeras, cujo ensaio *O Brasil e seu desenvolvimento econômico*, publicado em 1913 nos Anais da Biblioteca Nacional, parece ter presidido a organização dos temas. Cinco comunicações foram apresentadas nesta categoria: três diziam respeito a questões financeiras, uma a direito orçamentário e outra versava sobre a evolução econômica do Brasil. Em dois destes trabalhos, já se nota o uso de métodos, consagrados, tempos depois, pela história serial.<sup>389</sup> Como se vê, a história econômica começava a despertar interesse entre os autores da historiografia brasileira. E essa tendência, que já vinha se desenvolvendo há algumas décadas, teve seu primeiro momento de esplendor, em 1922. Nessa ocasião, aproveitando as comemorações do Centenário da Independência, foram produzidos e veiculados grandes panoramas da história econômica brasileira. Todos eles enfocavam o período colonial da história do Brasil.

---

<sup>389</sup> As informações sobre o Primeiro Congresso de História Nacional contidas nos três últimos parágrafos foram retiradas de: GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Tempo*, Niterói, v. 9, n.18, 2005.

A primeira dessas grandes narrativas foi empreendida por Vitor Viana<sup>390</sup>, sendo publicada justamente no ano da efeméride, com o apoio do Ministério da Fazenda. Ultrapassa o escopo desta Dissertação, analisar pormenorizadamente esta e as outras obras das quais ainda trataremos. Ao trazer à baila esses ensaios, nosso intuito é tão somente dar uma idéia, muito geral, do estado da arte em história econômica do Brasil, nos anos 1920 e 1930. Escritos em um momento em que ainda predomina a indistinção entre elites intelectuais e políticas, em geral, essas obras apresentam um conteúdo normativo bastante acentuado<sup>391</sup>. Viana não foi exceção a essa regra. Sua concepção do trabalho do historiador testifica de seu engajamento político.

O historiador não é simples catalogador de fatos. Não basta a erudição. [...] O historiador vai, pela erudição, que é a ciência da documentação histórica, pela erudição direta ou indireta, formar o quadro que precisa reviver. Aí o historiador serve-se de sua documentação, de seu raciocínio e reflexão científica, para uma obra de arte e de política; ele julga, discerne, coordena como sociólogo, mas depois evoca e faz reviver, e para tal conseguir necessita que um ideal o anime e que possua capacidade artística. Não basta ser um erudito para ser historiador. O sr. Rio Branco, por exemplo, foi erudito em diversas anotações, traduções e efemérides, mas se não

<sup>390</sup> Vitor Viana (1881-1937) foi jornalista, professor, crítico literário e ensaísta. Era filho de Ernesto da Cunha Araújo, professor da Escola Nacional de Belas Artes, e Teresa de Figueiredo Araújo Viana. Com formação em Direito e Humanidades, ingressou no jornalismo, trabalhando como escritor de diversos jornais da capital, dentre os quais os principais foram: *O País* e *O Jornal do Comércio*. Neste último, chegou a ser redator principal e diretor. Em sua longa carreira jornalística, Viana dedicou-se, sobretudo, aos assuntos econômico-financeiros. Além da atividade jornalística, foi professor na Escola de Altos Estudos e na Escola Nacional de Artes e Ofícios Wenceslau Brás. Nesta escola, lecionou Geografia Industrial e História das Indústrias. Também teve atuação em diversos setores governamentais, prestando “assessoria técnica”. Participou, por exemplo, da comissão responsável pela elaboração do Código Aduaneiro, representou a União no Congresso da Instrução Primário, ocorrido no Rio de Janeiro em 1921, fez parte do Conselho Superior de Comércio e Indústria, assessorou o gabinete do ministro da Fazenda, entre 1919 e 1922, e prestou os mesmos serviços ao gabinete do ministro da Agricultura, entre 1922 e 1925. Foi ainda superintendente dos estabelecimentos de Ensino Comercial no país e redator do Almanaque do Ministério das Relações Exteriores de 1926 a 1929. Chegou a ser membro do Conselho Federal de Comércio Exterior, criado em 1934. Também era membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, da Sociedade Brasileira de Direito Internacional e da Academia Brasileira de Letras. De 1922 a 1933, publicou inúmeras obras, que versavam sobre questões econômico-financeiras e constitucionais. (Essas informações foram retiradas do *site* da Academia Brasileira de Letras, disponível em: <<http://www.academia.org.br>>).

<sup>391</sup> Um grupo crescente de autores defende a tese da indistinção das elites (políticas, intelectuais e econômicas) brasileiras e da indiferenciação das esferas de saber no Brasil até, aproximadamente, a década de 1930. Ângela Alonso sustenta esta tese em sua análise da intelectualidade da geração de 1870. Oliveira mostra como viver exclusivamente da literatura ainda era algo muito raro nas décadas de 1920 e 1930, mesmo já tendo se iniciado o processo de profissionalização do trabalho intelectual. O mais comum era a combinação da literatura com a prática de outras atividades, como o magistério, os empregos públicos e o jornalismo. Dessa inserção “aberta” no mercado de trabalho, em boa parte, explica-se o grande engajamento dos intelectuais daquela época e a falta de uma delimitação mais rígida entre as esferas de saber. (Ver: ALONSO, 2002, p. 29-35; OLIVEIRA, 1990, p. 114-115. Ver ainda a tese de Doutorado de Dominichi Miranda de Sá com o título *Idéias sem fronteiras: da generalidade à especialização no pensamento intelectual do Brasil Republicano (1895-1935)*. Esta tese foi apresentada em 2003).

foi um historiador, se não deixou trabalhos de história, se só deixou justamente trabalhos de erudição, em discursos de ministro e artigos de jornal, mostrou sempre que tinha a alma, o dom, o sentimento do verdadeiro historiador; ele via o Brasil em seu conjunto, desdobrando-se através das idades; tinha a emoção científica dessa evolução, a vibração estética de sua transformação e a compreensão política que a sua experiência educava. Poucos trabalhos temos com esse triplo aspecto. Mas já temos alguns de valor. Agora, por ocasião do Centenário, devem aparecer ensaios e obras novas.<sup>392</sup>

Em seu *Histórico da formação econômica do Brasil*, Vitor Viana traz uma série de interpretações ousadas e interessantes. Distingue, por exemplo, a colonização inglesa da colonização ibérica, acentuando o caráter mercantilista desta em oposição à natureza povoadora daquela. Demonstra de que modo o regime colonial foi benéfico para o Brasil, na medida em que favoreceu a diferenciação da produção colonial e garantiu mercados abundantes para os gêneros provenientes da América do Sul na Europa, permitindo, assim, o rápido desenvolvimento desta porção meridional do Novo Mundo. Critica a noção de pureza das raças, embora se mantenha no interior do discurso racista<sup>393</sup>. Para ele, no caso brasileiro, a língua portuguesa era a principal garantia da assimilação das raças auxiliares, índios e negros, à civilização ocidental, posto que seria por meio dela que um povo conservaria o seu espírito e predominaria ao final do caldeamento étnico. Como se percebe, portanto, seu racismo não tinha nada de ortodoxo. Embora entendesse que o substrato da raça fosse biológico, Viana considerava que os caracteres raciais podiam sofrer a influência benéfica de um meio sócio-cultural salutar.

A herança não é apenas biológica, é também social [...] Assim, os aperfeiçoamentos adquiridos na ordem social se herdam como os da ordem biológica. As nações também assimilam e herdam as civilizações. É o que podemos chamar a acumulação das culturas.<sup>394</sup>

<sup>392</sup> VIANA, *Histórico da formação econômica do Brasil*, p. 158-159.

<sup>393</sup> Por *racismo*, entenda-se um conjunto de idéias veiculadas na Europa Ocidental, entre meados do XVIII e meados de XX, tendo, por base, o cientificismo da época e, por meta, a caracterização rígida das etnias que compõem o espectro humano, em termos de raças estanques e biologicamente determinadas em seu comportamento sócio-cultural. A partir dessa visão de mundo, muitas vezes, desenvolveu-se uma prática política racista, de conteúdo eugênico, cujo objetivo era a submissão e, até mesmo, a eliminação das chamadas raças inferiores. (TODOROV, 1993, p. 107-112).

<sup>394</sup> VIANA, *Histórico da formação econômica do Brasil*, p. 82.

Nesse sentido, Viana considera o Brasil um país privilegiado, haja vista as oportunidades benfazejas oriundas da crescente imigração, que fecunda a nação com “o influxo de todas as civilizações da terra”<sup>395</sup>, acenando para a tendência da “maior acumulação de cultura da história”<sup>396</sup>. Conquanto a história recente acene para o Brasil com um futuro promissor, o país, no entanto, só alcançaria a glória quando uma vontade política retirasse da experiência adquirida uma diretriz independente ou nacional, que guiasse as elites dirigentes e norteasse toda a população, em um esforço contínuo e consistente de afirmação da nacionalidade. “Não há contradição entre a assimilação da cultura universal e a consciência ativa das variantes nacionais. A acumulação só é frutífera quando fecundada pela assimilação”<sup>397</sup>.

Assim como a circulação cultural, Viana valoriza a integração do país nos mercados mundiais, como um fator de progresso. “Os países progridem ou decaem em relação ao grau de sua instrução, da força de sua produção e das correntes comerciais que comandam”<sup>398</sup>. O aproveitamento dos recursos naturais depende do grau de aparelhamento técnico da economia de um país e do nível de instrução do seu povo. Por outro lado, mercadorias sem destino certo acabam gerando estagnação e crise econômica. Produção e escoamento são, portanto, as duas faces de uma mesma moeda. E escoamento para Viana é, acima de tudo, sinônimo de exportação, sobretudo, no caso de “países novos”, como o Brasil. “O progresso está na razão direta da intensidade do intercâmbio, e nos países novos, onde a

---

<sup>395</sup> VIANA, *Histórico da formação econômica do Brasil*, p. 83.

<sup>396</sup> VIANA, *Histórico da formação econômica do Brasil*, p. 83.

<sup>397</sup> VIANA, *Histórico da formação econômica do Brasil*, p. 86. Reforçando e esclarecendo sua opinião a respeito da necessidade de uma assimilação nacional da herança cultural universal, assunto na “pauta do dia” durante os anos 1920 e, também, 1930, Viana acrescentava: “Vamos assim constituindo a maior cultura da terra. Vamos cristalizando toda a experiência humana. Por que, então ainda somos tão fracos? Porque estamos ainda cristalizando e ainda não cristalizamos. [...] Não temos ainda cultura nacional. Acumulamos a dos outros, mas não soubemos ainda dar concatenação geral, tirar os princípios salutares da nossa própria independência intelectual. [...] Os povos, como os homens precisam das lições dos antepassados e só podem agir com segurança cristalizando as culturas anteriores. Mas os povos como os homens, só podem ser fortes, e prosperar pensando com independência”. (VIANA, *Histórico da formação econômica do Brasil*, p. 84-86).

<sup>398</sup> VIANA, *Histórico da formação econômica do Brasil*, p. 94.

*riqueza depende ainda de formidáveis instalações por fazer, é indispensável **criar** para fixar e exportar para comprar”*<sup>399</sup>.

Com tendências claramente liberais, o ensaísta julgava que o papel do Estado devia se limitar à garantia de um ambiente econômico adequado aos investidores e aos produtores: “o Estado raramente cria e quando é chamado a criar é péssimo criador. Em geral, as suas criações são meros deslocamentos das riquezas de uns para outros”<sup>400</sup>. Ainda assim, Viana abria uma concessão para o alargamento das funções estatais, especialmente “nos países de riqueza em formação”<sup>401</sup>, onde a iniciativa privada, mesmo quando associada, não se encontra em condições de promover, sozinha, a riqueza<sup>402</sup>. Nesses casos, “cabe [...] ao Estado uma função de estímulo, e de coordenação e auxílio”<sup>403</sup>. No mais, o que os bastiões do pensamento político-econômico (liberal<sup>404</sup>, é claro) prescrevem ao poder público, como dever primordial, é apenas a organização de um “meio favorável, livre, a fim de que as atividades individuais se desenvolvam em toda a plenitude”<sup>405</sup>, o que, em suma, para o autor, era o mesmo que saneamento do meio circulante e facilitação do comércio nacional e internacional.

Viana apoiava, tal como vinha sendo feito no governo Epiácio Pessoa, sob a direção do Ministro da Fazenda, Homero Batista, a criação de zonas de livre comércio, ao longo de toda a costa brasileira<sup>406</sup>. Segundo Viana, tal medida estimularia o comércio

---

<sup>399</sup> VIANA, *Histórico da formação econômica do Brasil*, p. 98, **grifos do autor**.

<sup>400</sup> VIANA, *Histórico da formação econômica do Brasil*, p. 103.

<sup>401</sup> VIANA, *Histórico da formação econômica do Brasil*, p. 104.

<sup>402</sup> “Mas reconhecemos que assim como nas sociedades antigas o Estado precisava ampliar a sua ação para garantir o bem-estar, nos países novos, sem capital organizado, necessita estimular, dirigir, encaminhar a criação da riqueza, assumindo encargos que os particulares por falta de recursos não podem assumir”. (VIANA, *Histórico da formação econômica do Brasil*, p. 103-104).

<sup>403</sup> VIANA, *Histórico da formação econômica do Brasil*, p. 104.

<sup>404</sup> Ao delimitar as atribuições do Estado dessa maneira, Viana fundamenta-se em quatro pensadores, cujos nomes são mencionados no texto: os conhecidos, Adam Smith e Spencer, além de Yve Guiot e de Molinari.

<sup>405</sup> VIANA, *Histórico da formação econômica do Brasil*, p. 103.

<sup>406</sup> A primeira zona franca, situada no Estado do Rio, teve sua concorrência aberta em 1921. No ano seguinte, as obras de construção tiveram início.

internacional e o desenvolvimento da produção interna <sup>407</sup>. Além disso, em sua avaliação, as condições geográficas do país colocavam-no em condições de se tornar um grande entreposto de produtos europeus para vários países da América do Sul. Somando-se à criação de zonas francas, Viana considerava a conversibilidade em ouro do meio circulante nacional a única forma de se evitar o fantasma inflacionário e assegurar o crescimento real da economia do país. <sup>408</sup>

Moedas subsidiárias, papel de curso forçado, notas de banco são simples títulos de empréstimos, de adiantamentos do Estado que ainda não tem o metal para fazer pagamento, ou simples meio de facilitar o transporte como no caso da conversibilidade garantida. O **meio favorável** para o desenvolvimento de uma sociedade depende de seu sistema monetário. [...] A moeda ou a sua representação é, portanto, causa e efeito de toda a vida econômica, a qual evolui sempre ligada às flutuações do numerário. Se não há país que possa sustentar equilíbrio monetário com a derrocada de toda a sua economia, as maiores prosperidades têm ruído pela acumulação de erros financeiros. <sup>409</sup>

A segunda obra a ser enfocada veio a lume pouco tempo depois da primeira. No ano de 1923, José Gabriel de Lemos Brito lançou seus *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*. O livro contou com o apoio da Sociedade Nacional de Agricultura e, ao que tudo indica, do Ministério da Agricultura. Em sua carreira de escritor, Lemos Brito foi autor de outros livros, versando sobre história do Brasil e direito <sup>410</sup>. Esta obra, de história econômica, foi produzida com o intuito de ser um “*estudo, que deveria figurar como introdução a um trabalho sobre a economia rural do Brasil*” <sup>411</sup>. Seu caráter introdutório e

---

<sup>407</sup> “O fim das zonas francas é restabelecer um ponto pelo qual, livre das peias e prejuízos alfandegários, possam os negociantes e mesmo fabricantes reexportar as suas mercadorias sem grandes ônus. As mercadorias ficam depositadas sem pagar direitos e assim quando tomam destino definitivo só há uma formalidade a preencher”. (VIANA, *Histórico da formação econômica do Brasil*, p. 218).

<sup>408</sup> Para a defesa da política das zonas apoiadas por Viana, ver: VIANA, *Histórico da formação econômica do Brasil*, p. 216-221. Sobre a política financeira de natureza metalista defendida por Viana, ver: VIANA, *Histórico da formação econômica do Brasil*, p. 221-232.

<sup>409</sup> VIANA, *Histórico da formação econômica do Brasil*, p. 182-183.

<sup>410</sup> Não há na bibliografia especializada, mesmo nos dicionários biobibliográficos, verbetes sobre Lemos Brito. As informações que conseguimos foram colhidas no interior do próprio *Pontos de partida*. Nas referências existentes no livro ficamos sabendo que integram a obra do autor em foco os seguintes livros: *Através de quatro séculos* (1922), *Noções gerais de direito e legislação consular* (1935) e *A gloriosa sotaina*: frei Caneca (1937). Este último também era parte da Coleção Brasileira.

<sup>411</sup> LEMOS BRITO, *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*. Ver: Prefácio da segunda edição.

documental manifesta-se no título e, ao longo do livro, no recurso a longas citações de fontes históricas encontradas pelo historiador, durante a pesquisa.

Vale recordar que ele [o livro em questão] foi a primeira tentativa sistemática de uma história econômica do Brasil [...]. Antes dele, todo o material estava disperso, e para o reunir tive que ir aos arquivos, às bibliotecas, onde se guardavam, com as monografias e relatórios elucidativos, as crônicas dos viajantes, as cartas régias, os regimentos e as provisões dos tempos colônias. (Prefácio da segunda edição).

Se a história do Brasil ainda está por escrever na sua parte mais atraente e mais fácil, a dos acontecimentos políticos [...], a economia estava pedindo e, continua a pedir, o seu historiador paciente, arguto e que tenha por si as garantias imprescindíveis da tranqüilidade de espírito, sem a qual todo o seu esforço acabará disperso e fragmentário. (Duas palavras, da primeira edição).<sup>412</sup>

Ao enveredar pela história econômica, os escritores da época tinham a impressão de estar desbravando uma senda nunca antes trilhada. Com efeito, panoramas, tais como os escritos naquele período, inexistiam na historiografia brasileira. Comparada com o livro de Vitor Viana, a obra de Lemos Brito é mais factual e menos sociológica. Talvez por isso, considerando que este autor não desconhecesse a produção bibliográfica de seu par, Lemos Brito tenha dito de forma tão enfática, e isso na segunda edição de seu livro em questão, que seus *Pontos de partida* foram “a primeira tentativa sistemática de uma história econômica do Brasil”<sup>413</sup>. Mas, enfim, deixando de lado as intermináveis discussões a respeito das origens e dos precursores, importa salientar qual foi a contribuição de cada uma das histórias econômicas que vamos tratar.

No caso em foco, uma das grandes contribuições dada pelos *Pontos de Partida* foi mostrar e defender a importância que a ocupação e o aproveitamento produtivos do solo tiveram, primeiramente, na conquista da unidade territorial do país e, posteriormente, no surgimento e amadurecimento do sentimento de independência no Brasil - entendido, como de costume na época, como uma entidade já existente, apenas à espera do reconhecimento dos nacionais. De um lado, o uso produtivo do solo ia agregando definitivamente novas terras ao território da pátria; do outro, a produção crescente de riquezas no Brasil ia alimentando o

<sup>412</sup> LEMOS BRITO, *Histórico da formação econômica do Brasil*. Ver: Duas palavras, da primeira edição.

<sup>413</sup> LEMOS BRITO, *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*. Ver: Prefácio da segunda edição.

desejo irresistível da autonomia em relação a uma metrópole que, juntamente com “*medidas úteis e proveitosas*”<sup>414</sup>, também “*golpeav[a] as forças vivas da colônia, por motivos diversos, mas ilógicos*”<sup>415</sup> com algumas de suas ordens<sup>416</sup>. Atuando em conjunto, essas duas tendências acabaram criando as condições para a ruptura com Portugal, descrita pelo autor como um evento natural. Eis sua síntese sobre o processo econômico que resultou na independência.

Todos os elementos materiais encaminhavam para um próximo desequilíbrio a colônia e a sua metrópole: a vastidão territorial, a população e a riqueza.

A verdade de que o maior não pode caber no que lhe é menor, aplica-se também à ordem política. Uma nação virtualmente mais fraca do que suas colônias tende a perdê-las, salvo se robustece por meio de alianças a sua fragilidade. Neste caso, torna-se mais forte, e é o princípio da força que triunfa.

Ora, contra aquela faixa, estreita e consumida por um labor de séculos, do velho Portugal, oferecia o Brasil ao progresso humano 8 milhões e 500 mil quilômetros de terras ubertosas e ricas em minérios.

A população, decisiva nesses ajustes, começava a ser maior aqui e menos volumosa na metrópole. A riqueza dava brio e audácia ao povo novo que se levantava, enquanto os portugueses se sentiam esmagados pela penúria mais atroz.

Assim, o simples fato da transmigração da Corte para o Brasil importava na rotura desse equilíbrio que só a força da tradição e os vínculos da raça mantinham ainda.<sup>417</sup>

As duas teses principais contidas na obra de Lemos Brito – a do “lugar” dos fatores econômicos, primeiramente, na obra da unidade e, posteriormente, na luta pela autonomia política – tornaram-se uma constante na historiografia econômica brasileira dos anos 1920 e 1930, como se verá na análise das obras seguintes. Portanto, a despeito de seu caráter introdutório, com efeito, os *Pontos de partida* acabaram obtendo sucesso, ao conseguir

<sup>414</sup> LEMOS BRITO, *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*, p. 392.

<sup>415</sup> LEMOS BRITO, *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*, p. 392.

<sup>416</sup> Essa constatação, súmula do livro, pode ser encontrada em diversos capítulos. Ao analisar as medidas portuguesas contra a difusão de manufaturas no território colonial brasileiro, Lemos Brito assim se expressa: “Portugal não via com bons olhos o surto rápido da colônia [...]. Não se tratava apenas, com pretendem fazer crer alguns escritores, de um ciúme exaltado da metrópole, que já se reconhecia economicamente inferior à sua colônia americana. Se esse ciúme existia, era natural; mas nunca deveria levar o governo a medidas do porte da que mandou extinguir as fábricas e manufaturas de algodão, linho, sedas, prata e ouro no Brasil. O que determinou todos estes atos foi a situação econômica precária de Portugal. Ele vivia, já, do Brasil, exportando para cá os seus produtos manufaturados, recebendo os nossos produtos naturais. [...] O alvará de 5 de Janeiro de 1785 tinha, portanto, esta explicativa natural. Foi, porém, quanto a Portugal um grave erro político, porque irritou ainda mais o ânimo dos brasileiros contra a metrópole, e para o Brasil um erro econômico de incalculáveis conseqüências, porque veio ferir uma indústria que se estreava robusta, alimentada pela matéria-prima do país, e, sem qualquer argumento razoável, deixava sem trabalho uma infinidade de indivíduos” (LEMOS BRITO, *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*, p. 192).

<sup>417</sup> LEMOS BRITO, *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*, p. 490-491.

estabelecer alguns marcos duradouros em sua especialidade<sup>418</sup> - conquanto também não se possa esquecer que a questão do povoamento, associada a seu papel na constituição do território nacional, já vinha sendo enfatizada desde Capistrano de Abreu, com suas histórias sobre o povoamento do Brasil.

O terceiro panorama sobre a história econômica pátria de que nos ocuparemos foi empreendido por um reconhecido especialista estrangeiro. J. F. Normano foi professor de Economia da *Harvard University* e ocupou a direção de entidades, como o *Conselho do Bureau de Harvard para Pesquisas Econômicas da América Latina* e a *Sociedade Real Econômica de Londres*. Em 1935, este pesquisador norte-americano, que, ao longo de sua carreira, dedicou-se a um extenso espectro temático, com destaque para a América Latina<sup>419</sup>, lançou um instigante ensaio sobre o Brasil, cujo título era *Brazil: a study of economic types*. O livro logo teve excelente receptividade entre o público de língua inglesa. Em razão da fama conquistada internacionalmente, a obra de Normano não demorou muito a ser traduzida para o português, sendo publicada, no Brasil, em 1939, graças ao apoio do deputado federal Abelardo Vergueiro César e à cooperação da recém-fundada *Sociedade Brasileira de Estudos Econômicos*.<sup>420</sup>

---

<sup>418</sup> Reconhecendo-se a relevância dos *Pontos de partida para a história econômica do Brasil* para a nascente historiografia econômica no país, esta obra foi arrolada, em sua segunda edição, no rol dos títulos que compunham a seção *Economia* da consagrada e consagradora *Coleção Brasileira*, por sua vez, sub-série da *Biblioteca Pedagógica Nacional* da Companhia Editora Nacional. Além da obra de Lemos Brito, as duas outras obras que ainda analisaremos neste tópico também integravam a lista de títulos sobre *Economia* da *Coleção Brasileira*, quais sejam: a *Evolução econômica do Brasil* de J. F. Normano e a *História econômica do Brasil* de Roberto Simonsen. O livro de Simonsen nasceu com uma peculiaridade. Este título foi escolhido pelo corpo editorial da Nacional para ser o volume de número cem da *Coleção Brasileira*. Certamente, essa escolha é uma demonstração irrefutável do prestígio crescente da historiografia econômica no Brasil.

<sup>419</sup> Entre suas obras, citem-se: *Changing Latin American attitudes; The British offensive in South America; The struggle for South America* (1931); *Japanese emigration to Brazil* (1934); *Japan and Latin America; Joint stock companies and foreign capital in Rio Grande do Sul; Car Bücher, an isolated economist; Economic literature of Latin America; The changing world, a study in conservative economics; Economic problem of Latin America; Saint-Simon and America; Possibilities of Latin America as a field of economics studies; The struggle for South America; The Japanese in South America; The spirit of American economics; Asia between two worlds wars; The spirit of Russian economics*. Essa relação de obras de J. F. Normano pode ser encontrada no verso da folha de rosto da edição brasileira da obra em enfoque. Não fica claro se todas as indicações são livros ou se, entre essa relação, há também estudos de menor porte. De qualquer forma, percebe-se que o interesse temático do autor era bastante amplo.

<sup>420</sup> Encontramos essas poucas informações sobre o autor e sua obra no “Prefácio para a edição brasileira”. Ver: NORMANO, *Evolução econômica do Brasil*, p. IX. Utilizamos a segunda edição da obra, publicada em 1945.

Naquele período, a preocupação crescente com o florescimento da ciência econômica no Brasil fica patente, entre outras ações, na abertura de Sociedades de Estudos Econômicos e na criação de faculdades e cursos de Economia nos principais centros urbanos. Além de difundir os conhecimentos básicos deste campo do saber entre os “*brasileiros de cultura média*”<sup>421</sup> e esclarecer esta camada da população a respeito da situação sócio-econômica do país, o grande objetivo dessa movimentação, que incluía a publicação de compêndios sobre Economia e História econômica, era, acima de tudo, estabelecer as bases de uma “*economia política nacional*”<sup>422</sup>, sobre a qual, nela fundamentado, o Estado pudesse fazer, com acerto e sucesso, sua política econômica.

O inventor de máquinas não ignora a mecânica! Se há uma ciência da riqueza da troca e do trabalho, como consentir que os que produzem e fazem comércio e os que pretendem legislar a respeito ignorem os mais comezinhos princípios econômicos, verificados na observação secular e demorada dos fatos? [...] Agora, o que é indispensável é ter todos os conhecimentos para poder agir, saber para prever, prever para prover.

[...]

No Brasil, para a economia política nacional, conseqüência da sociologia brasileira, [...] devemos antes de tudo firmar as leis gerais da economia política formulada em grande parte pela escola clássica<sup>423</sup> [...]; e depois mostrar, dentro das regras dessas

<sup>421</sup> VIANA, *Histórico da formação econômica do Brasil*, p. 98. Assim dizia Vitor Viana, defendendo a vulgarização do pensamento econômico e da história econômica entre aqueles segmentos sociais que poderiam se valer, na prática, destes saberes: “*Ainda não se fez ciência econômica para uso dos brasileiros de cultura média que queiram assimilar os princípios e as noções a que se alude, mas pouco se define e esclarece. Os especialistas podem meditar sobre as complexidades e as abstrações das grandes leis econômicas e financeiras, mas para vulgarização convém fixar os verdadeiros princípios, para que todos possam depois usar desses instrumentos de clareza, elucidação e de verdade. [...] No Brasil, como em toda parte, fala-se de questões econômicas sem conhecimento de seus princípios clássicos e de material posto à disposição do homem para desenvolvimento das artes de produção e distribuição da riqueza. Assim precisamos definir as principais leis econômicas, de ciência econômica; resumir os fatos e as conquistas primordiais da produção e da repartição das utilidades e depois mostrar o que existe no país e no mundo para ser convenientemente aproveitado*”. (VIANA, *Histórico da formação econômica do Brasil*, p. 97-98).

<sup>422</sup> VIANA, *Histórico da formação econômica do Brasil*, p. 101.

<sup>423</sup> Não é fortuita a referência à Escola Clássica. Com efeito, a tendência da política econômica brasileira, seguindo ou não a ortodoxia econômica, foi priorizar a “riqueza da nação”, em detrimento de políticas públicas que pudessem atacar de forma decisiva as desigualdades sociais. O pressuposto dessa tendência histórica e da escola econômica supracitada é que o desenvolvimento do país traria, naturalmente, a prosperidade de sua população. Nesse ponto, com efeito, a realidade brasileira parece desmentir o pressuposto teórico sobre o qual se assenta a teoria econômica clássica. Note-se ainda que, dentre os objetivos para a criação das Sociedades de Estudos Econômicos, estava o ataque ao comunismo. “*Para o debate superior desses problemas sociais, econômicos e políticos, tão entrelaçados e tão intimamente ligados, surgem, bem a propósito, as Sociedades de Estudos Econômicos e as Faculdades de Economia, porquanto, para combater o comunismo, não basta aconselhar e exortar, pela moral e pelo patriotismo; não são suficientes a ameaça penal da lei ou a coação punitiva do poder público, mas é essencial o exame das causas, que acarretam o desequilíbrio social, a perturbação econômica e a inquietude política*” (Ver: Discurso do doutor Abelardo Vergueiro César, na instalação da Sociedade Brasileira de Estudos Econômicos, a 16 de outubro de 1937, na Escola de Comércio

leis e dos elementos materiais e da população que temos, o que podemos fazer para aumentar a nossa riqueza e engrandecer econômica e socialmente o Brasil.<sup>424</sup>

Não por acaso, tanto a *Sociedade Brasileira de Estudos Econômicos*, em São Paulo, quanto a *Sociedade Brasileira de Economia Política*, no Rio de Janeiro, tinham suas portas abertas, não só para os especialistas do ramo econômico-financeiro, mas também para atores do mundo empresarial e do universo político, no intuito de efetuar uma parceria vitoriosa entre a teoria e a prática, “*reunindo o espírito de pesquisa que descobre ao senso dinâmico da técnica que executa*”<sup>425</sup>. O pragmatismo norteava a atuação dessas sociedades, podendo ser, visivelmente, diagnosticado na própria escolha do presidente da SBEE, Cardoso de Melo Neto, professor de economia política e homem de Estado. Este fato não passou despercebido por Vergueiro César, orador na inauguração da nova sociedade. Em suas palavras, Melo Neto era um homem que: “*se de um lado quer apreender - a relação constante que liga os fenômenos - do outro, quer aplicar essa - constância na variedade - com o sentimento do oportuno, do justo e do máximo do efeito útil para a sociedade, numa aliança criadora da ciência com a política*”<sup>426</sup>.

Recém-criada e disposta a influir nos rumos da nacionalidade, a Sociedade Brasileira de Estudos Econômicos procurou revestir-se da chancela do saber estrangeiro, cooperando com a tradução do livro de Normano. Tal como no exterior, *Evolução econômica do Brasil* foi muito bem recebido pelo público leitor nacional, tornando-se uma obra de referência para a intelectualidade brasileira, especialmente, até o final da década de 1950. Adaptando para o Brasil a idéia de *fronteira*, tradicional na historiografia norte-americana

---

Álvares Penteado. In: NORMANO, *Evolução econômica do Brasil*, p. XXI-XXV. A citação feita encontra-se na página XXIII).

<sup>424</sup> VIANA, *Histórico da formação econômica do Brasil*, p. 99-102.

<sup>425</sup> Discurso do doutor Abelardo Vergueiro César, na instalação da Sociedade Brasileira de Estudos Econômicos, a 16 de outubro de 1937, na Escola de Comércio Álvares Penteado. In: NORMANO, *Evolução econômica do Brasil*, p. XXII.

<sup>426</sup> Discurso do doutor Abelardo Vergueiro César, na instalação da Sociedade Brasileira de Estudos Econômicos, a 16 de outubro de 1937, na Escola de Comércio Álvares Penteado. In: NORMANO, *Evolução econômica do Brasil*, p. XXII.

desde os textos clássicos de Frederic Jackson Turner<sup>427</sup>, Normano deu ao termo um novo sentido e uma nova aplicação, ambos mais econômicos. Aliás, foi essa a perspectiva predominante dos estudiosos ianques preocupados com a questão espacial brasileira, naquela época: ocupar os vazios do território, integrá-los à economia do país e, assim, fortalecer a nação<sup>428</sup>.

De acordo com Normano, diferentemente dos Estados Unidos, a “*expansão externa*”<sup>429</sup>, isto é, a expansão dos limites políticos do território pátrio, não foi tão marcante na história do Brasil. No caso brasileiro, os deslocamentos da fronteira têm um sentido inverso. “*Não é a expansão do território político, mas a incorporação do território existente à vida econômica da nação, a colonização interna nacional*”<sup>430</sup>. No Brasil, o desenvolvimento não ocorreu em todas as regiões, garantindo uma certa homogeneidade dos espaços. Inexiste uniformidade físico-econômica e temporal entre as regiões brasileiras. “*Séculos de evolução separam Mato Grosso de São Paulo*”<sup>431</sup> – comenta o autor. Associar a parte dinâmica e moderna do território nacional à porção dependente e colonial do país seria o objetivo principal das políticas públicas a serem implementadas pelos poderes públicos brasileiros.

Não há necessidade de uma política de expansão territorial, mas sim de uma política que procure aumentar a escassa população. Não é necessário procura novos mercados, novos territórios, nem matérias-primas.

Existe de tudo, à espera de novos bandeirantes dotados do espírito de iniciativa, aparelhados de capital e métodos modernos. [...]

Esse “imperialismo” econômico-nacional-interno, consistindo na integração de todo o país num sistema econômico único, baseado em meios modernos de transporte, suavizará as forças desintegradoras da história do Brasil – seus bairrismo e

---

<sup>427</sup> Os principais textos em que Turner defende a importância das áreas de fronteira para a formação da nacionalidade norte-americana são: “The significance of the frontier in american history” e “Contribution of the West to american democracy”.

<sup>428</sup> Sobre o olhar dos autores norte-americanos sobre a ocupação do espaço brasileiro no período em questão, ver: VIDAL E SOUZA, Candice. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia, UFG, 1997, p. 140-147.

<sup>429</sup> NORMANO, *Evolução econômica do Brasil*, p. 3.

<sup>430</sup> NORMANO, *Evolução econômica do Brasil*, p. 2.

<sup>431</sup> NORMANO, *Evolução econômica do Brasil*, p. 21.

regionalismos - formando um sólido fundamento econômico para a federação política.<sup>432</sup>

Note-se que, em curto prazo, a integração econômica preconizada por Normano visava a *“formação de um enorme mercado nacional e a abertura do sertão”*<sup>433</sup>. Com isso, objetivava-se impulsionar a economia do país como um todo e conduzi-la rumo a círculos virtuosos crescentes. Segundo o pesquisador norte-americano, *“disso depende a possibilidade de satisfazer os credores estrangeiros e o tornar-se, no futuro, mais ou menos independente dos mercados estrangeiros de dinheiro”*<sup>434</sup>. Diferentemente das medidas ortodoxas propostas por Vitor Viana, Normano encarava o problema financeiro do país de um ponto de vista mais estrutural. Para ele, a causa principal responsável pela instabilidade do meio circulante brasileiro, desde a Independência, provinha do descompasso entre a economia e o território do país. *“O “Brasil econômico”, relativamente pequeno, tinha que suportar o vasto Brasil político”*<sup>435</sup>. Desse desequilíbrio decorria a necessidade periódica que os governos tinham de apelar, ora para o papel moeda, ora para os empréstimos externos, na tentativa de compensar os déficits administrativos. A única maneira, por conseguinte, de acabar com o problema financeiro do país seria pela *“ação constante de valorizar a área política, de levar o desenvolvimento econômico mais perto da fronteira política”*<sup>436</sup>.

Além dos efeitos mais imediatos, Normano entendia que esta medida teria efeitos políticos duradouros, no que concerne à consolidação dos laços federativos. Com efeito, uma das preocupações que perpassaram o pensamento social brasileiro na década de 1930 e o primeiro período Vargas (1930-1945) foi a questão da nacionalidade. Se a unidade territorial

---

<sup>432</sup> NORMANO, *Evolução econômica do Brasil*, p. 21-22.

<sup>433</sup> NORMANO, *Evolução econômica do Brasil*, p. 280.

<sup>434</sup> NORMANO, *Evolução econômica do Brasil*, p. 280.

<sup>435</sup> NORMANO, *Evolução econômica do Brasil*, p. 150.

<sup>436</sup> NORMANO, *Evolução econômica do Brasil*, p. 2-3. Escrevendo no *Digesto Econômico*, mensário da Associação Comercial e da Federação de Comércio de São Paulo editado a partir de 1944, Normano se manifestava a respeito do problema da imigração no Brasil nos seguintes termos: *“qualquer que seja a região geográfica a que se prendam ou quaisquer que sejam os princípios de política imigratória pelos quais se orientem, o que parece evidente é que os brasileiros se deixarão guiar em seus planos pela convicção de que somente uma rápida industrialização poderá fazer o seu país economicamente autônomo, preservando-lhe ao mesmo tempo a independência política”*. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 278).

foi a grande herança imperial, havia um certo consenso entre as elites brasileiras de que ainda faltava ao país a obra do entrelaçamento íntimo das unidades que compunham a União. Nesse sentido, a política cultural empreendida no governo de Vargas foi uma arma poderosa na tarefa de criação da nacionalidade. Porém, como acentuavam Normano e diversos outros autores, uma política de ocupação e integração do território, baseada em investimentos pesados tanto no setor dos transportes, quanto no campo da imigração e da colonização do solo, era de suma importância para o combate efetivo da ameaça regionalista.

Um olhar retrospectivo sobre um século da história econômica e financeira do Brasil mostra que, não obstante as constantes mudanças, o indiscutível progresso feito pelo país, o principal problema permaneceu imutável: aumentar o território do “Brasil econômico” e injetar uma substância econômica na área política. A nação se formou por esse processo; e agora ele forma os Estados Unidos do Brasil econômico.<sup>437</sup>

A discussão em torno do caráter estratégico de uma política de ocupação do país e de integração nacional não ficou restrita aos meios intelectuais brasileiros. Muito pelo contrário, foi rapidamente incorporada pelo Estado, especialmente, após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, e, particularmente, depois da instauração do Estado Novo<sup>438</sup>. No discurso proferido em Cuiabá, a 7 de agosto de 1941, o chefe do regime ditatorial brasileiro definia nos seguintes termos o significado das ações do Governo em prol do melhor e mais amplo aproveitamento do solo pátrio. Suas palavras constituem-se em uma excelente tradução do que estudiosos, como Normano, diziam a respeito da importância política da obra de ocupação econômica do território nacional.

---

<sup>437</sup> NORMANO, *Evolução econômica do Brasil*, p. 282.

<sup>438</sup> Utilizando, praticamente, as mesmas palavras de que Normano fez uso para discutir a importância da expansão da “fronteira econômica” no Brasil, Getúlio Vargas assim se expressava em entrevistas dadas à imprensa entre 19 de fevereiro e 22 de abril de 1938: “*As nações novas, formadas pela expansão colonizadora, apresentam, entre os fenômenos específicos do seu crescimento, a mobilidade de fronteiras. Não coincidem, nos primórdios da formação, as linhas de demarcação política e a extensão de apropriação econômica. Dessa diferenciação decorre a existência da “fronteira móvel”, que traduz a expansão do território integrado no sistema nacional de produção dentro da área política. O Brasil é, na atualidade, um dos países em que se registra o fato, e, por isso mesmo, a sua expansão tem um caráter puramente interno, como processo de dar substância econômica ao corpo político e fazer coincidirem as duas fronteiras. [...] O imperialismo brasileiro consiste, portanto, na expansão demográfica e econômica dentro do próprio território, fazendo a conquista de si mesmo e a integração do Estado, tornando-o de dimensões tão vastas quanto o país*” (VARGAS, *As diretrizes da nova política do Brasil*, p. 124-125).

O problema da ocupação econômica do nosso território é um postulado da própria criação do Estado Nacional. Estamos fazendo a estruturação dos núcleos básicos do nosso crescimento, não apenas ao longo da faixa marítima, mas abrangendo a totalidade do País. E essa obra, que há de ser o maior título de glória da geração, porque significa unir e entrelaçar as forças vivas da Nação, retomou o sentido dos paralelos e renovou o lema bandeirante da marcha para o Oeste.<sup>439</sup>

O quarto e último livro retratando de um modo panorâmico a história econômica do Brasil de que vamos tratar foi escrito por Roberto Simonsen<sup>440</sup>. *História econômica do Brasil* começou a ser idealizada e esboçada em meados da década de 1930, quando Simonsen assumiu a recém-criada cadeira de História da Economia Nacional na Escola Livre de Sociologia e Política<sup>441</sup>. Organizada em São Paulo por parte da elite industrial e intelectual do Estado, a princípio, a ELSP tinha como objetivo formar uma nova elite nacional, imbuída de

---

<sup>439</sup> VARGAS, *As diretrizes da nova política do Brasil*, p. 138-139. Adensando o sentido político da obra da integração econômica do território brasileiro, assim dizia Vargas em entrevistas concedidas à imprensa entre fevereiro e abril de 1938: “*O sertão, o isolamento, a falta de contato são os únicos inimigos temíveis para a integridade do país. Os localismos, as tendências centrífugas, são o resultado da formação estanque de economias regionais fechadas. Desde que o mercado nacional tenha a sua unidade assegurada, acrescendo-se a sua capacidade de absorção, estará solidificada a federação política. [...] Se a produção de riquezas com o incremento das explorações existentes e a utilização dos potenciais constitui um programa imediato, seguramente, a sua circulação é a parte dinâmica de qualquer renovação nacional. Rodovias, ferrovias, navegação fluvial, são os escalões imprescindíveis para a perfeita e completa integração do país*”. (VARGAS, *As diretrizes da nova política do Brasil*, p. 126).

<sup>440</sup> Roberto Cochrane Simonsen nasceu na cidade Santos, em 18 de fevereiro de 1889. Formou-se em Engenharia pela Escola Politécnica de São Paulo, em 1909. Pouco depois, assumiu a Diretoria Geral da Prefeitura de Santos. Ao deixar este cargo, fundou a Companhia Construtora de Santos, empresa que se tornou destacada quando Simonsen foi contratado pelo governo federal para construção de quartéis para o exército em diversos Estados. Além de ter sido um empresário de sucesso, Simonsen foi ardoroso defensor dos interesses do comércio e, muito especialmente, da indústria brasileira. Em 1919, integrou a Missão Comercial Brasileira enviada à Inglaterra, também participando, como representante brasileiro, do Congresso Internacional dos Industriais de Algodão em Paris e da Conferência Internacional do Trabalho em Washington. Em 1928, ocupou a diretoria do recém-criado Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Posteriormente, quando esta entidade se transformou na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Simonsen foi seu presidente. Também foi presidente da Confederação Industrial do Brasil, mais tarde, Confederação Nacional da Indústria. Em 1932, participou intensamente do Movimento Constitucionalista de São Paulo, chegando a ficar exilado em Buenos Aires por um mês. No início da década de 1930, inaugurou o Instituto de Organização Racional do Trabalho, presidiu o Instituto de Engenharia de São Paulo e participou da fundação da Escola Livre de Sociologia e Política, também no Estado. A atuação política de Simonsen em prol da indústria também foi marcante. Foi deputado classista na Assembleia Nacional Constituinte, em 1933. Logo depois, foi eleito deputado federal por São Paulo. Durante o Estado Novo, apoiou o regime ditatorial e integrou diversas comissões, conselhos e órgãos técnicos governamentais. Em 1945, foi eleito senador pelo Estado de São Paulo. Neste mesmo ano, ingressou para a Academia Brasileira de Letras. Simonsen morreu em 1948, durante uma solenidade na ABL. (Essas informações foram retiradas do site da ABL, disponível em: <<http://www.academia.org.br>>. E também do site do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br)>).

<sup>441</sup> Comentando a criação desta cadeira que acabou dando origem à obra em apreço, Afrânio Peixoto assim se expressa no prefácio do livro: “*uma matéria, porém, era inédita, virgem, original: era a História Econômica do Brasil... Quem a versaria? Como todos se escusassem, e ele [Roberto Simonsen], grande industrial e perito financeiro, houvesse o mais – conhecimentos econômicos indispensáveis – lançou-se ao menos, que devia ser a história “econômica” do Brasil. Mas não havia nada. Só havia história política e administrativa do Brasil. Ainda não tiveram tempo os nossos historiadores*”. (SIMONSEN, *História econômica do Brasil*, p. 11. Fizemos uso da 7ª desta obra, publicada, em formato grande, em 1977).

pressupostos técnico-científicos e preparada para ocupar qualquer cargo na administração pública e privada. Esta escola foi fundada em um momento em que setores da elite paulista procuravam reaver, por meio da liderança intelectual, a posição de hegemonia política do Estado, ameaçada pelos conflitos com a União, cujo ápice foi a Revolução Constitucionalista de 1932. Expressa de um modo meridiano no famoso *Manifesto dos Pioneiros*, essa atitude teve como corolário a abertura de inúmeros centros de ensino superior e técnico no Estado. Simonsen foi quem pronunciou o discurso inaugural da ELSP. Logo nas primeiras páginas da obra em foco, o autor identifica seu livro a essa missão cívica, que teve como uma de suas principais expressões a criação de centros de formação técnica e superior, onde as novas elites brasileiras pudessem ser formadas à luz da ciência e em contato com “*a realidade do nosso meio*”<sup>442</sup>.

A um estudioso sincero de nossas questões econômicas uma conclusão (...) desde logo se impõe: os povos que hoje se contam na vanguarda do progresso e da civilização libertaram-se, nos tempos modernos, de uma desorganização que os estiolava; e a primeira manifestação de sua força foi a fixação de uma consciência nacional de suas próprias aspirações e necessidades, permitindo-lhes rotas políticas que lhes facilitariam uma mais rápida evolução econômica.

No Brasil, apesar dos esforços dos nossos maiores e do quanto já realizamos em face dos múltiplos fatores adversos, que se nos deparam, ainda não chegamos, no entanto, à inteira formação dessa consciência. Daí o programa da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, com esse relevante objetivo. Se as explicações e as críticas que fizemos concorrerem, de alguma forma, para esse propósito, dar-nos-emos por pagos dos nossos esforços e das nossas penas.<sup>443</sup>

Antes de aparecer em livro, dez dos quinze capítulos da obra foram ministrados em aulas, durante os dois semestres do ano letivo de 1936. Com efeito, a obra aborda de forma parcial os 25 pontos do programa da cadeira de História Econômica do Brasil da ELSP. Apenas os primeiros sete tópicos do conteúdo programático foram trabalhados no livro. Mais tarde, alguns desses pontos restantes foram enfocados em outros textos do autor. *História econômica do Brasil* não é um livro que nasceu de ampla e profunda pesquisa de fontes. Como o próprio autor explicita, a narrativa em apreço foi o resultado da leitura de diversas

<sup>442</sup> SIMONSEN, *História econômica do Brasil*, p. 19.

<sup>443</sup> SIMONSEN, *História econômica do Brasil*, p. 34.

produções nacionais e internacionais sobre o tema, o que, de forma alguma, retira os méritos do livro – um sucesso editorial na época e um livro que, pelos dados estatísticos que trazia e pela abrangência da temática e consistência no tratamento do assunto, estimulou a crítica e se tornou uma referência obrigatória no ramo historiográfico então nascente.<sup>444</sup>

Novamente, portanto, o período do Brasil Colônia será revisitado por um autor, que o interpretará à luz dos pressupostos da história econômica. A escolha da época colonial tinha uma justificativa. “*Constatando [...] ter sido na era colonial que se formou a trama social, asseguradora da estrutura unitária do país, impusemo-nos a fixação dos fatores econômicos que contribuíram para essa formação*”<sup>445</sup>. Acompanhar de perto os processos econômicos que permitiram a manutenção da tessitura territorial da América portuguesa foi o grande objetivo desta obra.

O açúcar fixou o português ao solo colonial, cultivado pelo braço viril e rendoso do escravo negro. A pecuária ia avançando lentamente pelo interior do continente e integrando o litoral ao sertão com suas trilhas. A caça dos indígenas e, posteriormente, o aproveitamento dos mesmos na coleta das ricas especiarias possibilitaram o alargamento das fronteiras no vale do Amazonas, assim como, sua paulatina incorporação às rotas coloniais. As bandeiras paulistas atuaram como ondas migratórias a desbravar os rincões mais distantes da América do Sul. E a mineração... a mineração, a despeito de todas as ilusões, foi o grande motor do povoamento na era colonial: seja incentivando a imigração para o Centro-Sul, seja garantindo a ocupação definitiva dos sertões, seja criando as condições necessárias ao surgimento das primeiras cidades interioranas, seja constituindo um grande mercado de gado no centro da colônia para as tropas provenientes do Sul, seja desenvolvendo a cidade do Rio

---

<sup>444</sup> SZMRECSÁNYI, Tamás. Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil. *Nova Economia*, Belo Horizonte, vol. 14, n.º 1, p. 11-37, jan./abr. 2004. A parte relativa à *História econômica do Brasil* de Roberto Simonsen se encontra entre as páginas 16 e 19.

<sup>445</sup> SIMONSEN, *História econômica do Brasil*, 25.

de Janeiro, seja, enfim, estabelecendo as bases econômicas da hegemonia do Centro-Sul na dinâmica social do Brasil, a partir do século XVIII.<sup>446</sup>

Além de ter uma grande parcela de contribuição para a formação unitária do país, todas essas atividades econômicas foram desenvolvendo a América portuguesa, de tal modo que a colônia, desde cedo, tornou-se atrativa para os imigrantes e os capitais da metrópole. Após as medidas tomadas e os investimentos feitos da administração dinâmica do marquês de Pombal, no reinado de D. José I, as exportações das capitanias brasileiras atingiram números surpreendentes para a época, sustentando mais da metade do comércio internacional metropolitano, nas últimas décadas do jugo colonial. Todo esse vigor produtivo não demorou a despertar o desejo da independência<sup>447</sup>. Anseio, em parte, satisfeito com a transmigração da Corte – que, certamente, empreendeu várias realizações do ponto de vista econômico e administrativo<sup>448</sup>, como destaca o autor – mas, apenas consumado, com a efetiva independência política do Brasil.

Enfim, em resumo, é este o panorama traçado por Simonsen da história econômica do Brasil. Em seus termos, *“a fixação do papel preponderante que tiveram os fatores econômicos na formação dessa trama consubstanciada no Brasil-Nação, foi o*

---

<sup>446</sup> O parágrafo acima é uma síntese do corpo da obra em análise, *História econômica do Brasil* de Roberto Simonsen. Fundamentamo-nos neste grande resumo nos seguintes capítulos: cap. V, “O ciclo do açúcar”, p. 77-94; cap. VII, “Outros fatores econômicos da ocupação da terra. A pecuária”, p. 145-164; cap. VIII, “Ainda a pecuária. Sua contribuição para a formação unitária do Brasil”, p. 165-202; cap. IX, “Os fundamentos econômicos da expansão paulista”, p. 203-242; cap. X, “Ciclo da mineração (1ª parte)”, p. 247-268; cap. XI, “Ciclo da mineração (2ª parte)”, p. 269-302; cap. XII, “Os fundamentos econômicos da ocupação do Amazonas”, p. 303-350.

<sup>447</sup> Essas questões são tratadas no capítulo VIII, “O comércio do Brasil na era colonial”, em: SIMONSEN, *História econômica do Brasil*, p. 351-381, especialmente o tópico “Comércio luso-brasileiro” entre as páginas 361-367.

<sup>448</sup> Segundo Simonsen, *“o estudo do período entre 1808 e 1821 demonstra o enorme esforço desenvolvido pelo governo português para erguer a colônia e elevá-la à categoria de um grande império. [...] Não fossem as circunstâncias de ordem política e a evolução da economia internacional que passou a valorizar os produtos de outras regiões [como os das regiões temperadas], e muito mais apreciáveis teriam sido os resultados da grande série de medidas então tomadas. [...] A administração portuguesa organizou a superestrutura de um país soberano, criou internamente o prestígio do poder central e tornou o Brasil mais conhecido no exterior. [...] Os grandes problemas que ainda hoje desafiam a argúcia dos estadistas foram abordados pelas suas administrações”* (SIMONSEN, *História econômica do Brasil*, p. 450-452. Sobre a administração de D. João VI, ver: SIMONSEN, *História econômica do Brasil*, p. 389-428).

*objetivo da primeira parte do curso*”<sup>449</sup>. Algo, porém, ainda ficava faltando para a realização plena dessa unidade e para o desenvolvimento contínuo e consistente do organismo nacional independente, qual seja: a integração das diversas partes do território brasileiro, por meio de um sistema de comunicações eficiente, que permitisse ao país a absorção e o aproveitamento produtivo de cada porção de seu solo, assim como, assegurasse-lhe a posse de um significativo e promissor mercado de consumo.

O grande sonho da administração portuguesa no Brasil, de dotá-lo de um plano de viação, que permitisse a rápida valorização, intercomunicação e exploração de suas grandes regiões, esbarrou nos mesmos óbices que ainda hoje deparamos na maior parte do país: dificuldades geotopográficas, impossibilidade de culturas rendosas, que remunerem o custeio dessas iniciativas e deficiências de população e de capitais disponíveis.<sup>450</sup>

Afora a necessidade estratégica, em termos geopolíticos, de uma integração nacional promovida por investimentos na área da infra-estrutura, esse tipo de realização também teria retornos do ponto de vista econômico. É isso que Simonsen aponta, quando salienta: *“o Brasil-colônia nasceu com a revolução comercial; o Brasil independente deu seus primeiros passos com a revolução industrial”*<sup>451</sup>. Diante de um cenário internacional altamente competitivo, dizia o autor, interessa ao país resguardar-se internamente, seja estimulando sua indústria, seja protegendo seus mercados consumidores. Foram essas medidas que o príncipe regente não tomou, antes, pelo contrário, desguarneceu a economia do país em seus primeiros anos de atividade independente. Tais ações continuariam não sendo adotadas pelos gestores públicos brasileiros, no que prejudicavam enormemente o setor produtivo nacional<sup>452</sup>.

<sup>449</sup> SIMONSEN, *História econômica do Brasil*, p. 453.

<sup>450</sup> SIMONSEN, *História econômica do Brasil*, p. 441-442.

<sup>451</sup> SIMONSEN, *História econômica do Brasil*, p. 453.

<sup>452</sup> “[Com relação aos tratados de 1810], não era essa, infelizmente, a política comercial que conviria a um país como o nosso, que apenas iniciava a sua economia independente. Tínhamos que abraçar, àquele tempo, política semelhante à que a nação norte-americana seguiu no período de sua formação econômica. Produtores de artigos coloniais, diante de um mundo fechado por “políticas coloniais”, tornamo-nos, no entanto, campeões de um liberalismo econômica na América. E os resultados de tal política estão registrados em nossa *História Econômica*. Parece-nos, porém, que até hoje ainda não soubemos aproveitar as lições desse passado”. (SIMONSEN, *História econômica do Brasil*, p. 405-406).

*Histórico da formação econômica do Brasil, Pontos de partida para a história econômica do Brasil, Evolução econômica do Brasil e História econômica do Brasil.* Esses quatro livros formam um conjunto de textos que estiveram na base da História Econômica, ramo nascente na historiografia brasileira no início do século XX, pelo menos, no que concerne às obras de síntese. Seus autores, todos eles, percorreram um caminho comum. Muito embora as diferenças de ênfase e interpretação histórica, os quatro escritores visitaram o período colonial da trajetória histórica brasileira, objetivando demonstrar como a formação econômica ocorrida naqueles pouco mais de três séculos contribuiu, tanto para o amadurecimento do sentimento de independência, que floresceu concretamente na luta pela independência política, quanto para o desenvolvimento de vínculos econômico-sociais entre as diversas capitanias, o que teve efeitos positivos para a garantia da unidade nacional.

Além de esclarecer os contributos da fase colonial do Brasil para a história do país, esses autores retrocederam ao período em questão no intuito de demonstrar as deficiências, os gargalos, os impasses, enfim, os grandes problemas nacionais. Conquanto nem todos eles estejam escrevendo nas proximidades das comemorações do Centenário da Independência, a efeméride não deixa ser uma referência importante para esses intelectuais. Os quatro autores, cada um a seu modo e com sua respectiva ênfase, remontaram ao passado brasileiro, porque queriam apontar as falhas e salientar as lacunas que obstaculizavam a marcha triunfante do organismo nacional. Entre esses empecilhos históricos, como vimos, destacavam-se as periódicas crises financeiras que abalavam a economia do país como um todo, a integração econômica apenas parcial dos Estados que compunham a União, impedindo a constituição de um grande mercado interno, sem dúvida, auspicioso para os setores produtivos brasileiros, e a posição equivocada ou desvantajosa do Brasil no cenário do comércio internacional. Cada autor enfatizava, em sua narrativa, um ou mais desses pontos, apontando uma solução que, por vezes, era diametralmente contrária à posição dos outros.

Entretanto, algo os unia e é justamente isso que nos permite, hoje, reinseri-los em um diálogo, em cuja pauta principal discutiam-se os caminhos e descaminhos do Brasil. Na bela síntese de Francisco Iglésias, “o país precisava completar o que se iniciara há cem anos”<sup>453</sup>.

Foi neste contexto de emergência da historiografia econômica e de valorização dos fatores sócio-econômicos na trajetória histórica brasileira que a figura de Mauá ganhou destaque e passou a dividir as atenções da intelectualidade do país. No capítulo anterior, apresentamos os principais significados da biografia escrita pelo embaixador Alberto de Faria, em seu contexto de produção. De que formas, a imagem do visconde foi apropriada por Faria e seus contemporâneos? – foi essa a questão que norteou nossas reflexões àquela altura da narrativa. No presente capítulo, temos como objetivo principal situar as representações políticas em torno do visconde em um contexto intelectual mais abrangente. Já vimos a importância historiográfica de *Mauá* em seu diálogo com a nascente historiografia econômica; abordamos, *en passant*, os primeiros grandes panoramas sobre a História Econômica do Brasil, assinalando sua participação nos debates nacionais; na sequência do texto, enfocaremos a obra de um importante pensador dos anos 1930, um intelectual cujo discurso tem contornos autoritários, nacionalistas e modernizantes. Sua obra incorpora as contribuições trazidas tanto pelas representações políticas em torno do visconde de Mauá, quanto pela historiografia econômica em formação, inserindo-as, contudo, em uma reflexão mais ampla, cujo resultado, assim nos parece, significou o estabelecimento de um novo marco no pensamento social brasileiro. A obra de Azevedo Amaral seria como que o encerramento de uma primeira etapa na história da tradição da modernização industrial no Brasil. Valendo-se do novo herói que o *Mauá* de Alberto de Faria introduziu, definitivamente, no panteão nacional e valorizando os aspectos econômicos da formação histórica brasileira, em destaque no ramo historiográfico no país, Azevedo Amaral operou um *lance* no pensamento social do

---

<sup>453</sup> IGLÉSIAS, 1959, p. 81.

país que representou, senão a mudança imediata do foco da intelectualidade dedicada ao estudo da formação histórica do país, pelo menos, a introdução de um novo e significativo elemento que, depois disso, já não poderia continuar ignorado. Com Azevedo Amaral, um passo significativo foi dado para o reconhecimento do valor axial dos fatores econômicos, particularmente, da temática da industrialização na formação brasileira.

### 5.3 - Um novo marco na “escrita da nação”

A partir de 1930, Azevedo Amaral<sup>454</sup> deu início a um longo período de intensa produção, cujo resultado materializou-se em cinco ensaios de interpretação do Brasil e uma biografia apologética, escrita pouco antes de sua morte, sobre Getúlio Vargas<sup>455</sup>. A preocupação com o desenvolvimento material do país é uma nota alta e constante em seu pensamento. Ressalte-se ainda sua capacidade para misturar diferentes matrizes interpretativas e sua habilidade para analisar o cotidiano político de seu tempo<sup>456</sup>. Azevedo Amaral, diga-se de passagem, foi um intelectual bastante afinado com o Estado Novo e um grande admirador de Vargas.

---

<sup>454</sup> Antônio José Azevedo do Amaral nasceu no Rio de Janeiro em 1881. Formando-se em Medicina em 1903, não exerceu a carreira clínica, dedicando-se, antes, ao jornalismo, sua grande paixão. Foi nesta função que, vivendo na Inglaterra entre 1906 e 1916, atuou e ganhou prestígio como correspondente de vários jornais, dentre os quais: *Correio da Manhã*, *A Notícia*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Comércio*. Ascendendo na carreira jornalística, chegou a ser o redator-chefe de *O País*. Azevedo Amaral foi um adepto fervoroso do progresso, certamente tendo contribuído para isso sua longa estadia na terra-natal da Revolução Industrial, além da circunstância de seu pai, o engenheiro Ângelo Tomás do Amaral, ter sido um construtor de ferrovias nos tempos do visconde de Mauá – personagem histórico que o filho também admirava em razão do gênio empreendedor. (CHAVES, Luís Guilherme Bacellar. Azevedo do Amaral. In: ABREU, *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro, 2001, p. 194-195).

<sup>455</sup> Durante cerca de dez anos, Azevedo Amaral publicou os seguintes livros: *Ensaio brasileiro* (1930), *O Brasil na crise atual* (1934), *A aventura política no Brasil* (1935), *Renovação nacional* (1936), *O Estado autoritário e a realidade nacional* (1938) e *Getúlio Vargas, estadista* (1941).

<sup>456</sup> OLIVEIRA, 1982, p. 48-50.

Em suas obras, há referências, às vezes, explícitas aos pesquisadores que se dedicavam ao estudo da formação econômica brasileira, em que o autor se baseava para escrever sua “*leitura fundante*”<sup>457</sup> da história do Brasil. Amaral felicita essas pesquisas que enfocavam as transformações econômicas da trajetória nacional, na medida em que elas se prestavam à compreensão dos “*traços*”, dos “*valores fundamentais*” e das “*diretrizes do tipo de civilização*” que conformaram a cultura brasileira no passado e que, no presente, são indispensáveis para o entendimento da nacionalidade<sup>458</sup>. Dito de outra forma, o gênero historiográfico em questão era importante para o ensaísta, uma vez que lhe permitia chegar, atravessando a camada externa dos acontecimentos examinados nessas narrativas, ao núcleo qualitativo que presidiu as ações, os sentimentos e as idéias dos homens que viveram em determinada época, muito especialmente, no período de gestação da brasilidade.

A constituição de formas sociais orgânicas é uma preocupação que perpassa toda a obra de Azevedo Amaral<sup>459</sup>. Uma nação é organicamente sadia quando sua estruturação e seu funcionamento sociais estão em perfeito acordo com sua realidade intrínseca “*imutável*”, obedecendo ao que ele mesmo chamava de os “*determinantes sociológicos de [seu] desenvolvimento histórico*”<sup>460</sup>. Quanto mais ligada a suas realidade originais, tanto mais uma sociedade se aproximaria dos ideais de plena maturidade e desenvolvimento. Por conseguinte,

---

<sup>457</sup> Utilizamos a expressão *leitura fundante* tal como a define Nilo Odália. Trata-se de um tipo de interpretação histórica em que se percebe a preocupação clara de se encontrar a particularidade de um povo, isto é, a “origem” ou o “espírito” nacional em que se alicerçaria toda a trajetória de uma nação. Esse tipo de narrativa tem a intenção de estabelecer os marcos originários da vida nacional, haja vista que uma origem é mais do que um começo, sendo também um princípio, um elemento fundante que perpassará todo o devir de um povo e ao qual, necessariamente, a nação terá que se adequar, sob pena de nunca se encontrar consigo mesma e, muito menos, se realizar. (Para a definição de “leitura fundante”, ver: ODÁLIA, 1996, p. 130-131).

<sup>458</sup> AMARAL, *Ensaaios brasileiros*, p. 147. Em suas palavras, assim dizia Azevedo Amaral a respeito da importância dos estudos de história econômica para os ensaios que, hoje, incluímos na categoria de pensamento social brasileiro: “*O estudo desse período decisivo da nossa história e sem cujo perfeito conhecimento não é possível apreender os traços, os valores fundamentais e as diretrizes do tipo de civilização que ora se organiza no país, só começa a ser feito no momento atual. Dessa reconstituição dos fenômenos iniciais da formação de uma nova estrutura social, que leva o Brasil a uma outra etapa do seu desenvolvimento histórico, diferenciada das anteriores e ainda mais acentuadamente caracterizada por traços inconfundíveis, estamos adquirindo hoje meios de interpretar a atualidade brasileira e as suas tendências de um ponto de vista que não cogitavam sequer os nossos antigos historiadores*”. (AMARAL, *Ensaaios brasileiros*, p. 147-148).

<sup>459</sup> OLIVEIRA, 1972, p. 50-51. Na verdade, em todo o artigo, a autora desenvolve a tese apresentada nas primeiras páginas do texto.

<sup>460</sup> AMARAL, *O Estado autoritário e a realidade nacional*, p. 6.

o recurso à historiografia econômica brasileira, então, emergente não era feito sem propósitos. Como visto, esse ramo do saber histórico nasceu com os olhos voltados para os tempos do Brasil colonial. Era, pois, nesse período histórico que Azevedo Amaral ia buscar as fontes, as origens da nacionalidade, tal como fizeram inúmeros, senão todos os outros pensadores que lhe foram contemporâneos.

Acompanhar Azevedo Amaral em seus esforços para a apreensão dessa qualidade inerente à trajetória de um povo não é, contudo, tarefa fácil. Apesar de o autor explicitar em seu primeiro livro as variáveis históricas que fundamentariam todas as suas análises posteriores, ele não hierarquiza esses elementos da mesma maneira em seus ensaios. Daí, a dificuldade de se “bater o martelo” quando se trata de apresentar a teoria das causalidades que regeu o intérprete em suas narrativas sobre o Brasil. Não obstante tudo isso, ainda assim é possível delinear, com relativa clareza, a trajetória metodológica trilhada por este intelectual em suas obras <sup>461</sup>.

Em síntese, três fatores são decisivos no desenvolvimento nacional: os elementos biológicos, entendidos como as características psíquicas dominantes de um povo, sendo estas qualidades determinadas pela raça; o meio físico, alusivo às potencialidades econômicas de um território e com influência direta no tipo de organização de uma sociedade; e os fatores econômicos, referentes ao grau de especialização técnica de uma população e determinantes do nível de aproveitamento produtivo dos recursos naturais de um território. Confrontando a articulação desses fatores em *Ensaio brasileiro* com o arranjo que eles assumem em *O Estado autoritário e a realidade nacional*, verificam-se diferenças gritantes.

Na primeira obra, Azevedo Amaral fundamenta suas interpretações em um modelo hermenêutico mais rígido e determinista, ao afirmar que a organização social é tributária da maior ou menor adaptação econômica dos grupos humanos ao seu meio físico e

---

<sup>461</sup> ALCÂNTARA, 1967, p. 194-224. Entre as páginas 196 e 201, encontra-se a discussão metodológica a que fizemos referência e que servirá de base para os dois parágrafos que se seguem no texto.

ao derivar esta capacidade de acomodação, em última análise, do fator humano - por sua vez, na base do nível de maturação técnica alcançado por um povo <sup>462</sup>. Ao longo de sua produção intelectual, o intelectual vai progressivamente abandonando o enfoque determinista, para assumir uma postura mais voluntarista em relação ao devir histórico. Com isso, os condicionamentos raciais, embora ainda presentes em sua análise da evolução sociológica, vão perdendo o “*papel primacial de fator dominante*” <sup>463</sup> desempenhado no início de suas reflexões sobre o Brasil. O grande problema nacional passa a ser o desafio do ajustamento da superestrutura institucional do país à infra-estrutura fixa, que representa a individualidade coletiva da nação, e à realidade econômica cambiante, fruto das transformações técnicas.

O desenvolvimento histórico não é, em última análise, mais que a correção sucessiva de erros e o reajustamento de situações desarmoniosas, uma série de mutações visando sempre maior adaptação das formas estruturais da sociedade e de seu organismo político às condições traçadas pela inexorável pressão da realidade. <sup>464</sup>

Conquanto trabalhe com a idéia da necessidade de uma dupla adequação à realidade histórica, sujeita tanto aos imperativos constantes da nacionalidade, quanto às exigências contextuais da organização econômica, Azevedo Amaral não via dificuldades na

---

<sup>462</sup> O autor diz isso no texto com bastante clareza ao afirmar: “*Pode-se dizer que as possibilidades de um povo organizar formas superiores de civilização e para exercer influência mais acentuada na vida mundial, estão na razão direta do número de árvores genealógicas eugênicas dos indivíduos que atualmente o constituem*”. Corroborando essa interpretação, Azevedo Amaral incumbiu o Estado de duas tarefas primordiais, quais sejam: evitar a propagação “*dos elementos indesejáveis*”, isto é, as “*hereditariedades taradas*” e promover encontros genéticos saudáveis, adotando-se critérios eugênicos no serviço de imigração. (Sobre as idéias e medidas, de caráter eugênico, sugeridas por Azevedo Amaral, ver o capítulo “Fator humano” em: AMARAL, *Ensaio brasileiro*, p. 63-104. A citação feita acima se encontra na página 88).

<sup>463</sup> AMARAL, *Ensaio brasileiro*, p. 50. Percebe-se o “lugar” central dos fatores raciais na análise de Azevedo Amaral na passagem que se segue: “*Se é certo que a organização da produção decorrente dos inventos técnicos vem a ser o fator decisivo na plasmagem das formas de vida social, tanto material como espiritual, é também evidente que aquela organização será tanto mais perfeita quanto mais eficiente forem as expressões do gênio inventivo. E como este por seu turno reflete não apenas a capacidade criadora da imaginação humana, como o grau de profundidade e de extensão dos conhecimentos adquiridos sobre as relações fenomenais que se observam no mundo físico, é claro que a natureza das formas de produção, redundando em última análise da potência da mentalidade coletiva. Assim, chegamos à conclusão de que o homem representa na evolução sociológica o papel primacial de fator dominante em todo o determinismo dos fenômenos dessa categoria*”. (AMARAL, *Ensaio brasileiro*, p. 49-50). Outro trecho é bastante esclarecedor: “*Apesar da grande influência exercida pelas condições ambientais no determinismo dos traços característicos da fisionomia peculiar de cada tipo de civilização, cabe ao homem o papel preponderante, como fator do aproveitamento mais ou menos eficaz das circunstâncias em que se acha colocado, dependendo das expressões da sua atividade a marcha do progresso coletivo e as formas que refletem o desenvolvimento do processo sociogênico*”. (AMARAL, *Ensaio brasileiro*, p. 63).

<sup>464</sup> AMARAL, *O Estado autoritário e a realidade nacional*, p. 9.

resolução deste impasse, muito particularmente, no caso brasileiro. Pelo contrário, conforme sua tese, o desatamento de um desses nós significaria necessariamente o desenlace do outro, haja vista a coincidência de sentido de ambos. Nessas circunstâncias, a constituição de um *Estado econômico*, um poder político voltado para as necessidades objetivas do organismo nacional, seria por si só capaz de recolocar a nacionalidade nos trilhos de sua evolução histórica natural e encaminhar o país para a senda do progresso, em conformidade com a marcha da civilização universal. É este o grande tema do seu livro *A aventura política no Brasil*, publicado em 1935.

O novo Estado brasileiro, que terá forçosamente de ser erguido, precisa enquadrar-se nos planos novos da civilização que desponta e na qual só há um traço já perceptível como característica do futuro.

O primado social das forças ativas da produção e a direção do Estado pelos elementos associados ao trabalho criador são esses os dois únicos postulados, que por enquanto podem ser definidos como colunas mestras do Estado brasileiro de amanhã.

Mostrar como essa orientação construtora em harmonia com as realidades do mundo contemporâneo se adapta ao sentido histórico da nacionalidade brasileira, foi o objetivo visado pelo autor neste livro.<sup>465</sup>

Na obra em questão, Azevedo Amaral re-elabora sua leitura fundante da história do Brasil, apresentando o povo brasileiro como um povo de índole econômica: uma sociedade prática que, desde o princípio de sua formação histórica, consagrou-se exclusivamente ao aprimoramento de sua capacidade produtiva, estruturando-se hierarquicamente para atender a esse propósito. Lastreando essa formação social havia um Estado econômico, cujas raízes remontavam à formação histórica da península ibérica<sup>466</sup>. Até o último quartel do século XIV, Portugal se apresentava sob a forma de um Estado militar. A luta atroz e constante contra o inimigo sarraceno organizara a sociedade e o poder público em moldes tipicamente militares. Com o avanço das conquistas, novas populações ingressaram na sociedade lusitana, surgindo daí tendências inéditas. Eram gentes em cujas veias corria o sangue semítico. Eram mercantes por natureza. Dentre essas levas de homens, boa parte migrou para as cidades, constituindo um foco burguês vigoroso. Resultado: o Estado militar português transformou-se

<sup>465</sup> AMARAL, *A aventura política do Brasil*, p. 7 e 8.

<sup>466</sup> Sobre esse assunto, ver o capítulo “Origens apolíticas do Estado brasileiro”, em: AMARAL, *A aventura política do Brasil*, p. 73-88.

bruscamente em uma organização econômica voltada para a conquista da África e do Oriente, no intuito de satisfazer as ambições dessa burguesia saliente. E foi sob o signo dessa mudança estrutural na sociedade e no Estado lusitano que o Brasil surgiu e as populações que habitaram seu território se desenvolveram.

A natureza essencialmente apolítica da ação da metrópole no Brasil, onde havia uma administração, mas não existia propriamente um governo, longe de ser maléfica, constituiu causa eficiente do rápido progresso da colônia. Não sofrendo a pressão de um poder político que aos seus fins de domínio sacrificava os interesses econômicos, [...] o Brasil muito mais desafogadamente expandiu as suas atividades produtoras e ofereceu muito maior amplitude ao surto empreendedor das suas populações.<sup>467</sup>

Impulsionado pela *mentalidade econômica* de seu povo e pela ação indutora de uma metrópole regida pelo mesmo viés, o Brasil Colônia viveu um período de acentuado crescimento, em seus primeiros dois séculos. Ainda que pairasse sobre ele um senhor, a metrópole, este não era dominador, nem sufocante. Havia espaço bastante para o florescimento da personalidade coletiva daquele povo nascente. Entretanto, a partir do movimento da Restauração, realizado em meados do século XVII, a atitude metropolitana mudou drasticamente de rumos. O reino luso encontrava-se exausto diante dos esforços extraordinários requeridos pela reconquista da sua independência. “*O Estado português que nos dias áureos da dinastia de Aviz se tornara uma poderosa organização mercantil (...) tornava-se agora uma simples máquina de cobrar impostos*”<sup>468</sup>. Por todo o Setecentos, Portugal não foi mais do que um mero parasita transatlântico<sup>469</sup>. Felizmente, o organismo colonial encontrava-se suficientemente robustecido naquela época para enfrentar a permanente sucção de suas riquezas. O aproveitamento do surto minerador, conjugado às perspectivas da nascente manufatura na região das Minas, descortinava para a futura nação

<sup>467</sup> AMARAL, *A aventura política do Brasil*, p. 123.

<sup>468</sup> AMARAL, *A aventura política do Brasil*, p. 126.

<sup>469</sup> Certo é que a expansão marítima portuguesa foi sempre um empreendimento parasitário. Contudo, Amaral diferencia o parasitismo ativo e batalhador, próprio dos animais de presa, do parasitismo passivo e covarde, peculiar aos ácaros repulsivos. Os primeiros lutam e, por vezes, derramam o seu próprio sangue, fazendo jus ao despojo conquistado; os segundos não passam de criaturas vis, ladrões do suado produto alheio. Estes últimos são como que degenerescências na cadeia evolutiva das espécies. (AMARAL, *A aventura política do Brasil*, p. 124-126).

um destino alvissareiro. A rigor, a independência econômica foi uma conquista do século XVIII.<sup>470</sup>

O século XVIII preparava-nos para sermos os Estados Unidos da América do Sul, a grande nação que projetaria a sua força para transformar em energias atuais o potencial do vasto território, de que apenas explorara uma franja insignificante. Em vez disso, um destino mau nos encaminhava agora para a criação de um Estado político, que iria viver de expedientes e de empréstimos para cobrir os déficits, determinados pela desproporção entre a sua superestrutura suntuária e as bases frágeis a que ficaria reduzido pela desorganização do trabalho e pela renúncia do sentido econômico da sua evolução histórica.

Em 1808 começamos a descida aos infernos, onde até hoje nos encontramos.<sup>471</sup>

A chegada da Corte portuguesa ao Brasil determinou a interrupção drástica e, não menos, trágica da epopéia triunfante do jovem povo brasileiro. O movimento de emancipação política que já vinha em marcha, conseqüência natural da emancipação econômica, foi freado e corrompido desde suas bases. O parasitismo que, até então, exercia-se de fora, interiorizou-se repentinamente. Além da horda de parasitas vinda da metrópole e constituída tanto por civis quanto por militares, uma classe nativa, que até o momento não tivera grandes oportunidades, foi bruscamente assimilada pela burocracia estatal em franca expansão. Azevedo Amaral refere-se a esta categoria social como um grupo heterogêneo formado, sobretudo, por mestiços embranquecidos: gente, segundo ele, pouco dada ao trabalho duro e sistemático do campo que vivera sempre nas cidades, em busca de uma profissão bem-remunerada e que não exigisse muito esforço. A instalação da Corte no Rio de Janeiro foi a ocasião ótima para sua ascensão social. Junto com membros da nobreza lusitana, este grupo fez a Independência do Brasil e, coadjuvado pelos representantes tacanhos do setor agrário<sup>472</sup>, dirigiu o país por todo o século XIX, desviando a nação do “*sentido da orientação das suas*

<sup>470</sup> Este parágrafo é uma síntese de três capítulos: “Formação embrionária da nacionalidade”, “Emancipação econômica do Brasil” e “O colapso do primado econômico”, em: AMARAL, *A aventura política do Brasil*, p. 89-152.

<sup>471</sup> AMARAL, *A aventura política do Brasil*, p. 151-152.

<sup>472</sup> Azevedo Amaral distingue a atuação política da burguesia da do setor agrário. Ao contrário do primeiro grupo, a segunda categoria social não conseguiria atravessar os limites estreitos de sua esfera econômica de atuação para compreender os interesses das demais esferas produtivas. O mesmo não acontecia, entretanto, com o setor industrial, cuja inserção na esfera econômica era suficientemente abrangente para abarcar em seus projetos políticos todas as demandas de uma cadeia produtiva cada vez mais complexa, no mundo moderno. (AMARAL, *A aventura política do Brasil*, p. 184-186).

*tendências*”<sup>473</sup>, por falta de tino econômico. Em suas mãos, o país retrocedeu ao “*agrarismo exclusivo de antes da segunda metade do século XVII*”<sup>474</sup>.<sup>475</sup>

Felizmente as *forças vivas* da nacionalidade não tardaram a iniciar uma reação em favor do restabelecimento do sentido econômico que marcou, desde o princípio, a trajetória do país. A partir de meados do século XIX, uma série de homens, capitaneados pela personalidade gigantesca de Mauá, “*o restaurador do sentido econômico da evolução brasileira*”<sup>476</sup>, agitaram o cenário beletrista e acanhado do Segundo Reinado. Foi um movimento de injeção de realidade no combalido organismo nacional, cujos efeitos mais expressivos se fizeram sentir, anos depois, com a proclamação de um novo regime político. Conquanto nascida sob os influxos desse movimento de reação, a Primeira República padecia de algumas anomalias graves, dentre as quais se destacavam: a manutenção de um Estado político, embora menos alienado dos interesses das “*forças ativas da economia nacional*”, e a conservação da postura agrarista como posição hegemônica no cenário econômico. Em última análise, persistia na organização nacional uma incompatibilidade radical<sup>477</sup> entre Estado e Nação a exigir uma solução imediata, cujos primeiros lampejos de superação foram dados com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.<sup>478</sup>

Os revolucionários de 1930 foram os destruidores involuntários e dir-se-ia providencias desse organismo monstruoso, que entrara em dissolução pelo efeito

<sup>473</sup> AMARAL, *A aventura política do Brasil*, p. 75.

<sup>474</sup> AMARAL, *A aventura política do Brasil*, p. 183.

<sup>475</sup> Para mais detalhes sobre a temática deste parágrafo consultar os capítulos “Perda do sentido econômico” e “Desnacionalização da economia”, em: AMARAL, *A aventura política do Brasil*, p. 153-189.

<sup>476</sup> AMARAL, 1935, p. 196. Ainda sobre a figura de Mauá, Azevedo Amaral define o significado histórico deste personagem nos seguintes termos: “*fazer sair o país da órbita acanhada de um agrarismo que nos chumbava à pobreza e nos condenava a permanecer indefinidamente em um nível social e cultural inferior, como país dependente do trabalho escravo e reduzido a viver espiritualmente dos resíduos das culturas exóticas, é a idéia central do grandioso plano econômico que Mauá tenta executar e que até certo ponto conseguiu realizar*” (AMARAL, *A aventura política do Brasil*, p. 196-197). Entre as realizações econômicas do visconde, o ensaísta destacava a clarividência do empresário na construção de estradas de ferro, ligando as diversas regiões do país e permitindo o escoamento rápido e interligado da produção, e a tentativa de solucionar o problema da carência de capitais no país, pela adoção de um sistema emissor pluralista e pela defesa da abertura do país aos capitais externos.

<sup>477</sup> Entenda-se o termo “radical” em sua acepção mais literal, ou seja, àquilo que é relativo à raiz, à essência, aos fundamentos de um ser.

<sup>478</sup> Ver os capítulos “Reação das forças vivas” e “O epílogo da aventura”, em: AMARAL, *A aventura política do Brasil*, p. 191-236.

irresistível das suas contradições com os interesses vitais da nacionalidade. [...] Somente o retorno ao sentido natural do nosso desenvolvimento histórico pode garantir-nos contra os perigos da anarquia e talvez mesmo de um colapso da personalidade coletiva da nação.

[...]

Substituir o Estado político pelo Estado econômico, orientado e dirigido exclusivamente pelos órgãos representativos das forças produtoras da nação, é preliminar imprescindível ao desenvolvimento de qualquer plano eficaz, para coordenar as energias do Brasil em uma utilização proveitosa dos seus recursos naturais.<sup>479</sup>

À semelhança de inúmeros outros autores do pensamento social brasileiro que lhe foram contemporâneos, Azevedo Amaral ancorava seus ensaios sobre o país em uma perspectiva hermenêutica dualista da realidade nacional, cuja premissa básica é a idéia de que cada nação seria uma entidade coletiva dotada de personalidade própria. Esse tipo de interpretação, bastante comum na época, enfatizava a existência de dois Brasis, o Brasil real e o Brasil ideal, com isso, querendo assinalar um descompasso entre as instituições vigentes no país e a organização social que lhe seria a mais consentânea, visto que em conformidade com sua essência histórica<sup>480</sup>. A solução deste impasse que sufocava a nacionalidade, ao sobrecarregá-la com um fardo institucional postigo, mero arremedo de modelos exóticos, viria no momento em que a nação se conscientizasse de suas verdadeiras necessidades e, assim esclarecida, geralmente, por suas elites, tomasse as devidas providências, reorganizando-se de em novas bases<sup>481</sup>.

<sup>479</sup> AMARAL, *A aventura política do Brasil*, p. 229 e 236.

<sup>480</sup> BRASILEIRO, 1967, p. 202-203.

<sup>481</sup> Esse tipo de sentimento transparece com muita força em *À margem da história República* - obra coletiva organizada por Vicente Licínio Cardoso e publicada em 1924, com a intenção de ser um marco no pensamento social brasileiro. Como informa o prefaciador desta obra, Vicente Licínio Cardoso, a proposta deste livro era repensar o Brasil “à brasileira”, ou seja, de um ponto de vista eminentemente nacional e, portanto, não mais mimético. *À margem da história do Brasil* foi o grito de reação de uma geração de intelectuais, nascidos com a República e perplexos diante dos rumos tomados pelo novo regime político. Em cada um dos artigos que compõem este clássico do pensamento social brasileiro, os autores fazem seus diagnósticos da situação do país e propõe soluções para a crise. Conforme Lucia Lippi Oliveira, o receituário desses intelectuais era pautado pela idéia de mudança, dentro da ordem. Informados por uma visão social organicista, esses autores entendiam o devir histórico como um processo evolutivo, em cuja marcha não deveriam existir grandes rupturas. Embora anti-revolucionário, esse grupo de escritores desejava apressar a evolução natural da sociedade, implementando reformas que permitissem o país caminhar a passos mais largos em direção ao progresso. Nas palavras de Vicente Licínio Cardoso, prefaciador da obra, os autores do livro “*compreendem [...] a gravidade de nosso momento histórico presente e procuram reagir. Mas reagir pelo progresso dentro da ordem*”, haja vista que “*em Sociologia o caminho seguro para andar mais ligeiro é aquele que evita os desatinos das correrias revolucionárias perigosas e intempestivas*”. (CARDOSO, *À margem da história da República*, p. 13). Sobre o objetivo dos autores deste livro clássico, ver: CARDOSO, Vicente Licínio. Prefácio. In: CARDOSO, *À margem*

Não é outra a saída indicada por Azevedo Amaral e, segundo ele, tomada pelo Estado Novo. Para o ensaísta, o verdadeiro Estado é fruto de um parto da nação. Não, porém, um parto natural, mas antes uma “cesariana” – espécie de intervenção política salvadora aos encargos de um grande homem. A tarefa do gênio político é remodelar as instituições do país com base nas “*expressões do dinamismo da coletividade*”. Secundando o dirigente, o escol intelectual do país, “*elite espiritual da Nação*”, teria a missão cívica de municiá-lo com os esclarecimentos necessários ao desafio da constituição do verdadeiro Estado-Nação. “*Trata-se de uma questão que não apresenta apenas interesse teórico, mas envolve conseqüências práticas de inexcédível relevância*”<sup>482</sup>. Quando, porém, essa intuição falha, arruína-se, desde as bases, todo o edifício estatal, a sociedade sofre de uma orfandade aviltante e a nação fica enferma até a medula.

O entendimento que Azevedo Amaral tinha do Estado era, claramente, lastreado pelo organicismo<sup>483</sup>. Nesta concepção política, o Estado é uma instituição cuja finalidade não é representar indivíduos ou grupos sociais, mas todo o ser coletivo. Em decorrência, o poder público não é uma construção artificial forjada pelos homens para se fazerem representar, antes é a própria expressão consciente da alma oculta da nacionalidade – manifesta, inicialmente, pelos intelectuais e concretizada, institucionalmente, pelo chefe político. Nessa fase da vida nacional, sociedade e Estado bateriam, por assim dizer, na mesma pulsação, no mesmo ritmo, o que não se deveria a uma representação eficiente dos interesses de grupos e indivíduos, mas a uma intuição genial quando da fundação desta entidade pública. E é essa sabedoria política do líder que lhe garante a legitimidade e lhe fundamenta a autoridade no exercício discricionário do poder. “*Onde o Estado não é a expressão orgânica da*

---

*da história da República*. Para uma análise do conteúdo organicista das reformas propostas nesta obra, cf. OLIVEIRA, 1990, p. 176.

<sup>482</sup> AMARAL, *A aventura política do Brasil*, p. 22.

<sup>483</sup> Para uma discussão do organicismo na reflexão de Azevedo Amaral sobre o Estado, ver: OLIVEIRA, 1982, p. 56-62.

*representação autêntica da Sociedade não há democracia*”<sup>484</sup>. Ao realizar a idéia nacional, o dirigente asseguraria o ideal democrático no país, até então, inviabilizado pelas disputas partidárias em torno de interesses locais e setoriais. Seu grande mérito é integrar na *polis* todo o *demos*, ou seja, arquitetar uma engenharia política tal que absorva e represente, de cima, os interesses de toda a população, particularmente, de sua porção produtiva. Tendo, por suposto, realizado essa façanha, o Estado Novo é ovacionado por Azevedo Amaral, em seu último ensaio sobre o Brasil.

O estilo do Estado Novo define-se por duas características inconfundíveis. É democrático e é nacionalista. Estes dois traços conjugam-se em uma unidade harmoniosa que representa o equilíbrio entre os elementos da formação brasileira e o sentido histórico do nosso futuro. O Estado Novo é democrático porque é nacionalista. E somente corresponde à idéia nacional por ser democrático.<sup>485</sup>

Finalmente, após uma longa trajetória de equívocos, resultando em uma história de anomalias institucionais, o Estado brasileiro encontrara o seu formato organizacional ideal, qual seja: autoritário, do ponto de vista político, e modernizador, do ponto de vista sócio-econômico. No primeiro caso, o autoritarismo justificava-se, na prática, pelo artificialismo do jogo político brasileiro, formatado nos moldes do liberalismo anglo-saxão, padrão impraticável em um país de analfabetos a viverem sob a tutela de um chefe local, cumprindo fielmente seus mandos e desmandos. Apenas uma autoridade soberana que se impusesse, de cima, sobre a população poderia garantir a veracidade da representação<sup>486</sup>. Outrossim, a

<sup>484</sup> AMARAL, *O Estado autoritário e a realidade nacional*, p. 179.

<sup>485</sup> AMARAL, *O Estado autoritário e a realidade nacional*, p. 176.

<sup>486</sup> O binômio crise do modelo liberal e ascensão do autoritarismo está presente em toda a obra de Azevedo Amaral. Para o autor, o liberalismo, identificado com a prática do sufrágio universal, era uma ilusão criada pelas classes dominantes para permanecerem no poder, sob uma capa de legitimidade política. A despeito dos benefícios sociais que o sistema liberal trouxe no caso das democracias mais avançadas, no Brasil, a própria história do modelo patentearia o seu fracasso, dada a incapacidade da vasta maioria da população para se representar. Inépcia, quer seja manifesta pelo pragmatismo político dos habitantes do campo, que em troca de “proteção” e “benefícios essenciais” se vendem aos coronéis do interior, quer seja expressa pelo “indiferentismo” político da população trabalhadora das grandes cidades. Segundo Azevedo Amaral, o “*man in the street*” não se interessa, nem um pouco, pelas questões públicas sem efeito imediato para suas vidas. Antes, pelo contrário, “*encara toda a organização governamental e política como simples instrumento de realização das medidas práticas, cuja utilidade cada um reconhece na sua esfera especial de ação*” – postura que era louvada pelo intelectual como a mais adequada para o ritmo dos tempos modernos. Em suas palavras: “*Nesse indiferentismo, que se poderia por um exame superficial atribuir à atrofia dos instintos políticos, não há, contudo, mais que a expressão sábia de um entendimento intuitivo das transformações que nos estão impondo as*

dinâmica econômica mundial estaria a exigir a concentração do poder nas mãos da autoridade máxima do Executivo, haja vista os desafios que a gestão política moderna trouxe para os governos, sobretudo, em termos de urgência, pragmatismo e eficiência na tomada de decisões. Azevedo Amaral reduzia o exercício da política à prática da administração, sendo francamente favorável a um Executivo forte, coadjuvado por um corpo de especialistas técnicos e por um conjunto de representantes dos principais setores da produção. Reunidos em comissões consultivas, esses dois grupos seriam as instâncias deliberativas responsáveis por fundamentar as decisões do Executivo. Segundo ele, somente esse tipo de mudanças, que acenavam para a adoção do corporativismo, permitiria à máquina pública brasileira funcionar em condições ótimas para fazer face à complexidade crescente da esfera produtiva e impulsionar, efetivamente, o crescimento econômico do país <sup>487</sup>.

No segundo caso, o projeto modernizador tornara-se um imperativo político diante da situação desvantajosa do país no âmbito do comércio internacional. Como demonstra Azevedo Amaral, o desenvolvimento material do Brasil foi anômalo, determinando

---

*diretrizes novas no apreço das finalidades do Estado. [...] Inverte-se em nosso caso o desenvolvimento usual das idéias. A massa dos cidadãos apreendeu os característicos do novo momento histórico e concentra as suas preocupações nos aspectos da atividade política, de que somente agora começam a sentir a influência os elementos da classe dirigente especializada na manobra do Estado*". (AMARAL, *Ensaaios brasileiros*, 201-204, 230-236). A despeito dessas razões mais funcionais e que, supostamente, demonstrariam o fracasso do liberalismo, segundo Azevedo Amaral este sistema político estava fadado ao fracasso porque partiria de uma premissa irreal: a crença absurda na igualdade dos homens. Em uma sociedade, defende o ensaísta, há elementos superiores destinados ao mando e elementos secundários, cujo papel é serem guiados pelo grupo dirigente. Sem essa hierarquia natural, coletividade alguma subsistiria na história. O princípio da igualdade dos homens é uma ficção perigosa para a vida nacional. Foi por isso, concluía o autor, que a Constituição de 1937 afastou do jogo político a multidão despreparada, reservando a uma minoria a função de dirigir as massas e coordenar a nação. (AMARAL, *O Estado autoritário e a realidade nacional*, p. 165-177).

<sup>487</sup> Desde seus primeiros ensaios, o caráter técnico-administrativo do exercício da política moderna é um elemento decisivo na argumentação de Azevedo Amaral. Segundo ele, "uma vez que se chegava a verificar que os problemas principais do governo eram os que se deparavam na esfera econômica, dependendo da sua solução satisfatória os resultados alcançados nos outros setores da organização política e cultural da sociedade, era imprescindível adotar como norma da orientação progressiva as mesmas diretrizes que caracterizam o desenvolvimento técnico" (AMARAL, *O Brasil na crise atual*, p. 50). Feito esse diagnóstico, o autor não se demorava na prescrição, que vinha, inclusive, respaldada pela tendência política internacional, qual seja: "[...] todas as energias coletivas coordenadas pelo Estado devem encaminhar-se para a solução de problemas concretos, que reclamam a máxima eficiência e amplitude da autoridade executiva"; "[...] a pressão dos interesses econômicos vai determinando a subordinação dos fatos políticos às realidades impostas pelo mecanismo da produção; e de acordo com essas tendências se vai estendendo, por toda a parte, a esfera da ação executiva que, em alguns casos já é exercida por forma inequivocamente ditatorial" (AMARAL, *Ensaaios brasileiros*, p. 218-219; 229. As duas últimas citações foram retiradas do capítulo "Tendências políticas". Neste tópico, Azevedo Amaral indica, com base na história contemporânea dos Estados Unidos, Itália e Rússia, os rumos tomados pela política no contexto mundial, sobretudo, após a experiência da Primeira Grande Guerra).

um descompasso entre as exigências de consumo crescentes de uma população sofisticada e a capacidade produtiva limitada de uma economia desorganizada, cujo resultado principal se apresenta “*na dificuldade permanente de equilibrar a nossa balança de contas com o estrangeiro*”<sup>488</sup>. Absorvendo os hábitos de consumo dos povos mais civilizados, sem dispor de um parque produtivo à altura dessas novas expectativas importadas, a economia nacional padecia de um grave gargalo estrutural. Somando-se a este aspecto negativo da formação econômica brasileira, havia um modelo de inserção no comércio exterior altamente pernicioso para o país. A idéia de que cada coletividade nacional se especializaria na produção de um gênero, podendo permutá-lo em condições ótimas nos mercados externos é denunciada pelo autor como uma grande ilusão. Por trás da teoria das vantagens comparativas, havia, de fato, um mundo dominado por potências econômicas, cujas áreas de influência forneciam-lhes as matérias primas e os demais gêneros primários, em condições privilegiadas. Além disso, o jogo das tarifas alfandegárias sempre pedia para os mais fortes. Portanto, arrematava o autor, “*será cada vez mais difícil encontrar mercado para os nossos produtos agrários*”<sup>489</sup>.<sup>490</sup>

Deficiências estruturais determinadas pela trajetória econômica do país e pela conjuntura internacional incompatível com a política de comércio exterior adotada pelo Brasil, ambos fatores apontavam para a urgência das mudanças na política econômica nacional. Ademais, sem um relativo grau de autonomia econômica, que, segundo Azevedo Amaral, implicava no desenvolvimento do setor fabril, a idéia de nação torna-se um “*contra-senso sociológico*”<sup>491</sup>, na medida em que “*toda a independência política, que não corresponda a um estado de emancipação econômica mais ou menos considerável, não passa de situação precária, na qual um povo se mantém pela condescendência de estranhos*”<sup>492</sup>.

---

<sup>488</sup> AMARAL, *Ensaio brasileiro*, p. 254.

<sup>489</sup> AMARAL, *Ensaio brasileiro*, p. 269.

<sup>490</sup> Azevedo Amaral empreende as análises contidas no parágrafo acima no capítulo “Organização econômica” que se encontra em: AMARAL, *Ensaio brasileiro*, p. 249-272.

<sup>491</sup> AMARAL, *Ensaio brasileiro*, p. 141.

<sup>492</sup> AMARAL, *Ensaio brasileiro*, p. 141-142.

Para combater essas anomalias históricas e realizar, plenamente, a idéia nacional, Azevedo Amaral propunha a implantação de um projeto integrado de desenvolvimento e a adoção de um modelo econômico de postura francamente industrialista. Antes de atacar o problema da desorganização dos setores produtivos, caracterizado, sobretudo, pela existência de “*parcelas de civilização já incorporadas no nosso meio, mas que não foram até agora senão parcialmente aproveitadas por falta de um ritmo coordenador*”<sup>493</sup>, havia necessidade primária de rediscutir “*a própria orientação geral da nossa economia*”<sup>494</sup>.

Uma tradição que nos veio do período colonial [...] quer chumbar-nos à crença de termos uma finalidade irrevogavelmente agrícola. Do peso de tal tradição não conseguiu emancipar-nos o próprio surto vitorioso das indústrias mecânicas nos últimos trinta anos. De quando em vez, reaparece o *leitmotiv* agrário, procurando seduzir-nos com os encantos do bucolismo rural. Não há muito tempo que, a propósito de um debate sobre tarifas, repercutia nas colunas mais autorizadas da nossa imprensa o clamor bárbaro dos que nos aconselhavam a vender como ferro velho a maquinaria das fábricas, para regredirmos de pá e enxada ao trabalho da terra disputada às saúvas. E ainda há pouco, no recinto de uma das grandes sociedades de agricultura de São Paulo, um orador, revelando aliás grande lucidez e muita experiência sobre certos dos nossos problemas econômicos, sustentava a tese da nossa fatal especialização agrícola, propugnando o abandono das indústrias mecânicas e o retrocesso à venda pura e simples de matérias-primas e gêneros alimentícios, tal qual o pensava e o conseguiu fazer, no século XVIII, o marquês de Pombal<sup>495</sup>.

Se a industrialização era a meta suprema do país, a planificação, ao dotar a economia nacional de uma organicidade própria e de um sentido comum, seria o meio principal para a efetivação deste objetivo<sup>496</sup>. Identificando as propostas econômicas da Constituição de 1937 às reformas operadas por Franklin Roosevelt na economia norte-americana, Azevedo Amaral defendia um certo dirigismo estatal nos diversos setores produtivos. “*Racionalizar para organizar e organizar para que se estabeleça uma correlação*

<sup>493</sup> AMARAL, *Ensaio brasileiros*, p. 251.

<sup>494</sup> AMARAL, *Ensaio brasileiros*, p. 261.

<sup>495</sup> AMARAL, *Ensaio brasileiros*, p. 261-262.

<sup>496</sup> “*O problema brasileiro pode ser resumido na determinação dos meios de promovermos, tão breve quanto possível, a organização das parcelas de civilização já incorporadas no nosso meio, mas que não foram até agora senão parcialmente aproveitadas por falta de um ritmo coordenador. [...] A organização sistemática da vida nacional tem, portanto, de ser iniciada pela solução do problema urgente que apresentam as nossas forças produtoras, deixadas até hoje à mercê de um empirismo mais ou menos grosseiro, tanto no tocante ao regime peculiar de cada uma, como principalmente nas relações das diferentes formas de produção entre si*”. (AMARAL, *Ensaio brasileiros*, p. 251 e 252).

*harmônica entre o esforço produtor e as conveniências da coletividade*”<sup>497</sup>, eis o pressuposto básico que ancorava o ideal da planificação. Ao contrário dos regimes totalitários, em que o setor privado dobra-se por completo aos planos e às metas estabelecidas de cima pelo poder público, nos regimes autoritários, o papel de motor da economia continuaria sendo desempenhado pelo setor particular. Definido este limite irremovível, o Estado teria a função de coordenar toda a economia do país, de modo a preservá-lo de crises e permitir a expansão ótima dos setores produtivos<sup>498</sup>. Em outros termos, *“os indivíduos, atuando isoladamente ou em grupos, têm de subordinar as suas aptidões e os seus interesses ao ritmo imposto pelo bem geral de que o poder público é o assegurador permanente”*<sup>499</sup>.

Desenvolvimento econômico, fortalecimento da coesão nacional e projeção internacional, eis as aspirações e necessidades que se transformaram em programa de ação, pela Constituição de 1937. Durante mais de um século, seguiram-se Cartas que não se coadunavam à ambiência nacional. Procurava-se resolver dificuldades próprias, aplicando-se soluções pré-fabricadas, importadas de outros povos, cuja realidade era completamente diferente. *“O estatuto de 10 de novembro traz inequivocamente impresso o sinete da brasilidade dos seus autores”*<sup>500</sup>. Se houve, e é certo que houve, influências de outras Cartas Magnas, isso não prejudicou o caráter eminentemente brasileiro desta Constituição. Com o

---

<sup>497</sup> AMARAL, *O Estado autoritário e a realidade nacional*, p. 238.

<sup>498</sup> No caso brasileiro, além de funcionar como um antídoto às perturbações cíclicas que assolavam as economias capitalistas na vigência do modelo liberal e submeter toda a economia a um ritmo unificado, a planificação teria uma importância decisiva na supressão de outros entraves fundamentais que impediam a modernização do país. Segundo Azevedo Amaral, cabia aos órgãos responsáveis pelo planejamento econômico estatal solucionar as dificuldades *“criadas pela desproporção esmagadora entre os nossos recursos de população, de capital e de capacidade técnica e as enormes possibilidades contidas na terra brasileira”*. Dada a carência de capitais e de mão-de-obra qualificada no país, o ensaísta considerava imprescindível buscar esses elementos no exterior, tal como fizeram os grandes estadistas do Império, influenciados pela personalidade do grande Irineu Evangelista de Souza. A introdução de valores étnicos capazes de corresponder ao desafio do desenvolvimento é também apontada como uma medida estratégica. No que concerne a esses três aspectos, Azevedo Amaral tinha algumas ressalvas pontuais diante do que estabelecia a Constituição de 1937. (AMARAL, *O Estado autoritário e a realidade nacional*, p. 207-234. A citação feita acima encontra-se na página 213).

<sup>499</sup> AMARAL, *O Estado autoritário e a realidade nacional*, p. 196.

<sup>500</sup> AMARAL, *O Estado autoritário e a realidade nacional*, p. 132.

Estado Novo, *a aventura política do Brasil* parecia ter chegado ao fim – e um fim glorioso, diga-se de passagem.<sup>501</sup>

O retrato do país apresentado por Azevedo Amaral é eivado de otimismo. O quadro histórico que ele nos oferece é o de uma nação cuja trajetória é uma verdadeira epopéia. Tudo levava a crer que o futuro destinava o Brasil a ser os Estados Unidos da América do Sul. A nacionalidade vinha numa marcha ascendente de franco progresso, até o momento em que a Corte portuguesa resolveu desembarcar no solo de sua colônia americana. Aí foi a ruína de todo um porvir glorioso. O parasitismo que até então se efetuava externamente e, a princípio, até com alguns benefícios para a jovem colônia, adentra o organismo nacional, dominando-o de uma forma aviltante. A nação é desviada de seus rumos naturais; perde-se no beletismo imperial; amesquinha-se com o agrarismo; arruína-se com o liberalismo; enfim, retrocede. Não obstante, a despeito de tudo isso, sempre houve uma solução tangível. Bastava recolocar a nacionalidade nos trilhos. A reação teve início em pleno século XIX. A proclamação da República representou algum avanço. A revolução de 1930 criou as condições para a reformulação política do país, ao dar o último golpe no regime viciado que imperava no cenário nacional. Faltava o arremate final, a obra prima reservada ao gênio político. Segundo Azevedo Amaral, o Estado Novo cumpriu essa última tarefa, ao forjar sua Carta Magna das entranhas da própria nacionalidade.

Oliveira Vianna foi outro intelectual vinculado à tradição do nacionalismo autoritário que se dedicou a pensar o Brasil, especialmente, nas décadas de 1920 e 1930. Não temos a intenção de realizar uma análise ampla do pensamento social deste autor. Daremos ênfase a suas propostas políticas, na medida em que elas se afastavam ou até se contrapunham ao projeto modernizador de Azevedo Amaral, alicerçado no elogio dos valores capitalistas e

---

<sup>501</sup> Ver o capítulo “A primeira constituição brasileira”, em: AMARAL, *O Estado autoritário e a realidade nacional*, p. 127-136.

consubstanciado na constituição de um Estado econômico no país. O objetivo principal deste tópico é opor dois projetos políticos, no intuito de que dessa confrontação a tradição da modernização industrial seja salientada, conquanto deslegitimada por um contra-discurso, igualmente moderno, todavia, pertencente a um outro espectro do discurso modernizador, menos preocupado com a industrialização e mais interessado com a racionalização e secularização das estruturas sócio-políticas, como forma de resolver o “problema” nacional e integrar, definitivamente, o país na modernidade. Para tanto, vamos nos circunscrever a uma obra, em especial, do sociólogo fluminense: *História social da economia capitalista no Brasil*, livro de publicação póstuma<sup>502</sup>.

Apesar do título, a obra em destaque não trata propriamente do que se entende por história econômica. Não fazia parte dos planos do autor retratar a formação econômica brasileira com riqueza de detalhes. Isso, como confessava, ele deixava para outros pesquisadores, aqueles especializados neste ramo emergente da história. Seu intuito era outro. Lançando os olhos sobre a trajetória do desenvolvimento material do país, estudada por “*Roberto Simonsen e outros historiadores da nossa evolução econômica*”<sup>503</sup> Oliveira Vianna pretendia reforçar suas idéias a respeito da formação histórica brasileira e, ao mesmo tempo, novamente demonstrar a validade de seu projeto político, desta vez, sob um novo ponto de vista<sup>504</sup>. Em seus próprios termos:

Nele [no livro em foco] procuro apenas dar a discriminação das tendências gerais das nossas instituições econômicas e das idéias e sentimentos que vêm presidindo e inspirando o seu desenvolvimento e expansão; idéias e sentimentos que se cristalizam em *tradições* e *usos* da nossa coletividade nacional.

[...]

O meu objetivo precípua é, portanto, o estudo dos *efeitos* ou *conseqüências* das “repercussões sociais” [...] que sobre a nossa sociedade em geral e, em especial,

---

<sup>502</sup> De acordo com Antônio Paim, o “*esboço fundamental*” desta obra teria ficado pronto ainda durante o Estado Novo. Ver: PAIM, Antônio. “Apresentação”, em VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 13-15, especialmente a página 13.

<sup>503</sup> VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 19.

<sup>504</sup> ODALIA, 1996, p. 129-130. Este artigo foi muito importante para a argumentação construída neste tópico.

sobre as nossas diversas sociedades *regionais*, em que se divide o nosso povo, tem tido ou está tendo a nossa moderna estrutura industrial e supercapitalista.<sup>505</sup>

Diferentemente de Azevedo Amaral, Oliveira Vianna nutria clara nostalgia pelas sociedades tradicionais. Em suma, *História social da economia capitalista no Brasil* nada mais é que uma apologia dos valores pré-capitalistas, cujo ápice, no caso brasileiro, foi vivenciado no período colonial, muito especialmente, com a formação de uma nobreza da terra, representante legítima dos valores aristocráticos da cavalaria medieval. O fascínio deste intelectual pelas virtudes encarnadas pelas elites rurais brasileiras perpassa toda a sua obra. No livro em destaque, essa peculiaridade de seu pensamento desempenha um papel fundamental, qual seja: demonstrar a inviabilidade do que o autor chama de supercapitalismo no país<sup>506</sup>. Já no prefácio da obra, Oliveira Vianna apresenta a constatação que lhe servirá de base factual para suas reflexões.

Reconheci [...], logo cedo, que, do ponto de vista da economia capitalista, havia dois *Brasis* – e que a parte do nosso país superindustrializada pelo grande capitalismo moderno, de tipo sombartiano, era muito pequena, reduzida mesmo a um pequeno setor geográfico no sul do país.

[...]

O restante das nossas populações regionais [...] ainda se conservava fora da mentalidade peculiar à moderna civilização industrial, mantendo-se dentro da sua primitiva estrutura e da sua primitiva mentalidade pré-capitalista [...] desde a época das feitorias e dos primitivos donatários.<sup>507</sup>

Essa impermeabilidade nacional aos valores do supercapitalismo devia-se, segundo o autor, à peculiaridade da formação histórica brasileira. Em contraste com as sociedades européias e a norte-americana, onde a evolução dos tipos sociais acompanhou a evolução da dinâmica econômica, no Brasil, isso não ocorreu. A trajetória percorrida pelos

<sup>505</sup> VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 19-20, **grifos do autor**.

<sup>506</sup> A crítica de Oliveira Vianna às sociedades capitalistas tem ampla relação com a corrente sócio-política do pensamento romântico. Como mostra Michel Lowy. Entre o final do século XIX e o início da década de 1930, houve um novo surto do Romantismo, cujo traço definidor era a “*nostalgia das sociedades pré-capitalistas e uma crítica ético-social ou cultural do capitalismo*” (LOWY, Michel. *Romantismo e messianismo*, 1990 apud DUTRA, 1999).

<sup>507</sup> VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 20, **grifos do autor**. Ao final do segundo volume da *História social da economia capitalista no Brasil*, a conclusão do autor permanece inalterada. Assim diz Vianna: “*Em síntese: o capitalismo existe entre nós e há mesmo sintomas da presença do supercapitalismo, como em São Paulo e no Rio, mas, o tom geral da sociedade é ainda pré-capitalista. Tanto que os valores espirituais – a inteligência, a cultura ainda contam por si sós, como valores autônomos e não instrumentais*”. (VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 2, p. 196, **grifos do autor**).

povos ocidentais foi a seguinte: pré-capitalismo, capitalismo e supercapitalismo. A cada uma dessas economias correspondeu um “homem” com valores próprios, nascido do interior dessa sociedade. No Brasil, além de o “homem” capitalista e supercapitalista não ter se disseminado, mesmo naquelas regiões em que a economia de mercado já se instalara, havia como que um descompasso entre o modo-de-produção vigente e a mentalidade subjacente.

É possível que, no ponto de vista da sua organização *material*, o nosso atual supercapitalismo industrial, florescente em São Paulo e no Rio, haja atingido até mesmo ao “neotecnicismo” de Mumford e às “concentrações” de Berle; mas, do ponto de vista do *espírito* e dos *sentimentos* que o animam, abre-se-nos, ainda aí [...], uma larguíssima margem em favor das nossas velhas tradições pré-capitalistas.<sup>508</sup>

Tal defasagem, longe de ser prejudicial, era entendida como um fator positivo, um trunfo da nacionalidade. Era isso que explicava, por exemplo, a relativa facilidade com que a questão social foi resolvida no país. Diante da pálida presença do moderno espírito do capitalismo no povo brasileiro e, até mesmo, nas elites industriais, a exacerbação dos conflitos sociais, fenômeno típico no cenário europeu, não se manifestou no país. “*Tudo, em nossa formação histórica, como em nossos sentimentos e atitudes tradicionais, nos predispunha e conduzia a esta política de amparo, aproximação e justiça para com os elementos trabalhadores*”<sup>509</sup>. Daí, a nova Política Social, conquistada a ferro e fogo no Velho Mundo, ter-se implementado sem maiores arruídos e derramamentos de sangue no caso do Brasil<sup>510</sup>.

Outra vantagem advinda da singularidade da formação histórica nacional dizia respeito à disposição, por assim dizer, natural do povo brasileiro para acompanhar uma tendência que se generalizava por todo o Ocidente. De acordo com Oliveira Vianna, desde o final do século XIX, teve início uma reação contra os valores hegemônicos da mentalidade capitalista nos principais centros econômicos mundiais. Por essa época, a sociedade moderna “*começa[va] a dar sinais evidentes de cansaço, de enfado [...] e a mover-se, sensivelmente,*

<sup>508</sup> VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 27, **grifos do autor**.

<sup>509</sup> VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 24.

<sup>510</sup> É desnecessário dizer que Oliveira Vianna silenciava toda a história do movimento operário, cujo primeiro ponto alto ocorreu com a onda de greves realizadas nas principais capitais do país, no final da década de 1910.

*numa direção, em que, em tudo, parece restaurar-se a velha civilização pré-capitalista”<sup>511</sup>.*

Era um novo ciclo da economia capitalista que se afigurava, tendo como palavras-chave: o dirigismo, o corporativismo e o socialismo. Sem ter passado pelas decepções e pelos traumas vividos por europeus e norte-americanos, a sociedade brasileira espontaneamente caminhava nessa mesma direção <sup>512</sup>.

Dentre os benefícios trazidos ao país por essa blindagem histórica da nacionalidade ante a penetração da mentalidade capitalista, o principal vinculava-se ao tipo de projeto político defendido por Oliveira Vianna. A grande questão que serviu de base ao pensamento deste e de outros intelectuais do período se refere ao problema da construção da nação e da formação da nacionalidade. Tendo um povo e um território, o Brasil carecia de uma identidade própria, que o singularizasse historicamente e criasse uma idéia generalizada de pertencimento entre seus habitantes. A rigor, não era ainda uma nação, ou seja, uma coletividade solidária e articulada. O fenômeno da desagregação social, de origem física, resultado da imensidão do território brasileiro em contraste com a escassez populacional, marcou a trajetória política do país desde o período colonial, determinando a formação de núcleos clânicos auto-suficientes e completamente isolados uns dos outros. Nesses redutos patriarcais, a única autoridade reconhecida era a do chefe local. Impossibilitada de governar sem a coadjuvação desses pequenos déspotas, a metrópole portuguesa teve que ceder às tendências descentralizadoras. No Império, a opção foi pela centralização. Entretanto, a despeito de uma sofisticada engenharia política, ancorada na figura catalisadora do monarca, e do início de uma série de ações em prol da integração do território, a ação centrífuga do meio

---

<sup>511</sup> VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 52.

<sup>512</sup> Michel Lowy define quatro vertentes de Romantismo: o romantismo passadista ou retrogrado; o romantismo conservador; o romantismo desencantado; e o romantismo revolucionário ou utópico. Dentre esses quatro tipos, o que melhor se encaixaria com a dimensão romântica do pensamento de Oliveira Vianna é o quarto. Vianna, apesar de não pretender uma volta ao passado tal como desejavam os dois primeiros tipos apresentados e nem aceitar resignadamente, como algo irreversível, a civilização capitalista como era a postura do terceiro tipo mencionado, colocava no futuro suas esperanças – postura nutrida pelo quarto grupo de românticos. Apenas uma nova sociedade, capaz de recuperar valores primordiais, ameaçados pelo capitalismo, conseguiria re-fundar a sociedade moderna em novas bases. (LOWY, 1990, p. 15-17).

ambiente continuou atuando. Resultado: “*livres do fascínio imperial, é a vez dos fatores geográficos reivindicarem seus direitos*”<sup>513</sup>. Com a República, a fragmentação do poder e o mandonismo local voltaram a imperar. Não há escapatória...

*O problema da centralização implica, com efeito, a solução prévia do problema da circulação. Sem resolver este, tudo o que se fizer em favor daquele é violência à ordem natural das coisas. [...] Não é possível nenhuma organização central num país de base física vasta, de baixa densidade demográfica e de circulação rudimentar. Enfraquecido pela federação, o poder não tem, portanto, outro caminho para recobrar seu antigo prestígio senão o desenvolvimento da circulação geral. Ou esta, ou então a fragmentação federativa do poder, como recurso único para manter a integridade do país.*<sup>514</sup>

A outra face da integração territorial era a solidariedade social, cujo ápice se daria com a constituição de uma política nacional, assegurada por um poder forte e centralizado, assim como, asseguradora dos interesses coletivos. O autoritarismo de Oliveira Vianna se justificava em face da política provincial que vigorava na República e colocava em risco a integridade nacional, e em virtude da sua crença na incapacidade do povo brasileiro se representar, o que impedia a manutenção de instituições democráticas vigorosas no país. Diante desse par causal, a construção da nação deveria ficar a cargo do próprio Estado, que, de cima, estabeleceria a vontade geral. No caso brasileiro, em razão de sua formação histórica peculiar, o corporativismo seria a única forma de assegurar que o exercício do poder público estivesse em conformidade com a vontade da Nação.

---

<sup>513</sup> VIANNA, 1938, p. 287.

<sup>514</sup> VIANNA, 1938, p. 304-305. Desenvolvendo a tese apresentada nesta citação, Oliveira Vianna dizia haver dois meios de se atacar o problema da organização de um poder político centralizado e consistente no país. O meio direto, em franca expansão no regime republicano, implicava em investir em ferrovias, navegação, correios e telégrafos. O meio indireto, por sua vez, importava no desenvolvimento dos centros de povoamento, na elevação da densidade demográfica e na colonização intensiva e sistemática, especialmente, das regiões desabitadas dos planaltos centrais, localizadas no oeste brasileiro. No caso do meio indireto de se atacar o problema, algum progresso vinha acontecendo de forma involuntária, seja pelo aumento populacional, seja pela própria dinâmica dos movimentos migratórios, cujo fluxo era contínuo e cujo destino vinha se interiorizando. (Ver o tópico “Os fundamentos da hegemonia da União. O progresso da circulação geral”, p. 304-317, no capítulo “O período republicano”. Sobre os movimentos migratórios internos no Brasil, cf. os tópicos XVI-XIX, p. 107-119, da primeira parte do livro, dedicada à “Evolução da sociedade”). Percebe-se, nesse conjunto de medidas, alguma ligação com as iniciativas do visconde de Mauá no Império. No entanto, a identificação é menos profunda do que se pode imaginar. Mauá desejava a integração territorial por razões eminentemente econômicas; Oliveira Vianna defendia a interligação regional por motivos político-estratégicos.

Não obstante, se a centralização resolveria o problema do mandonismo local, a penetração do capitalismo no país poderia representar uma ameaça à vigência do interesse nacional, na medida em que a adoção dos valores burgueses implicaria na “*clara subordinação do político ao econômico*”<sup>515</sup>. A condenação da moral burguesa, ultra-individualista e monetária ao último grau do paroxismo, é uma das notas mais repetidas ao longo da obra em destaque neste tópico. Em consonância com sua lógica “*mamonista*”, o capitalista não impõe limites a seus atos. Com efeito, ele acaba se tornando um mero escravo do seu desejo ilimitado de riqueza.

Há nele uma tendência à majoração e à amplificação: e esta tendência nele é irrefreável, incoercível. Nesta altura, o capitão de indústria não é mais senhor, por assim dizer, de si mesmo, não mais domina a empresa; é ao contrário, dominado por ela [...]. O empreendimento o absorve, o domina em tanta maneira e com tanta força obsidional que ele acaba, por um processo de monoidealização progressiva, arrastado por ele a um esforço esgotante, a um trabalho exaustivo, que lhe enfraquece o organismo e arruína a felicidade pessoal e a saúde.

[...]

Não dão valor ao descanso, não procuram mesmo obtê-lo. Trabalham até o fim da vida; só deixam a direção dos seus negócios quando impedidos pela doença, pela velhice extrema, ou pela morte. Toda a sua atividade é dirigida numa direção única: *a produção, a fortuna ilimitada.*<sup>516</sup>

De um lado, a sanha argentaria que move os capitalistas leva-os ao ápice do espírito de concorrência, fase logo depois superada pelo movimento contrário da concentração de capitais, na busca frenética pela formação de monopólios. Do outro lado, *pari passu* a essa tendência, a burguesia industrial arremete-se contra o poder público, planejando a completa

<sup>515</sup> VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 47, **grifos do autor**. Em uma outra obra, Oliveira Vianna define com clareza qual era a sua hierarquia de valores na escala pública. Nos seus termos, “*o político, parece-me fora de dúvida, deve preponderar sobre o econômico, no sentido de que a organização deve ficar subordinada à direção política da sociedade – ao Estado, que nela introduz o princípio ético ou o sentido de bem comum ou nacional*”. (VIANNA, *Idealismo e Constituição*, p. 219, **grifos do autor** apud ODALIA, 1996, p. 130).

<sup>516</sup> VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 71, **grifos do autor**. Na seqüência do texto, Oliveira Vianna identificava uma série de industriais brasileiros a esta ética do trabalho e do enriquecimento desmedido. “*É assim Mauá. É assim Luís Tarquínio. É assim Henrique Laje. É assim Francisco Matarazzo. Estudam-se-lhes as vidas, através das confidências de amigos e dos biógrafos carinhosos – e ver-se-á que nenhum deles soube pôr limite à sua ambição de trabalho e de riqueza – talvez mais de trabalho do que de riqueza*” (VIANNA, 1988, v. 1, p. 73). Neste momento do texto, Vianna comenta os hábitos domésticos de Mauá, à luz de seus biógrafos mais conhecidos na época – Alberto de Faria e Lídia Besouchet – para mostrar como a mentalidade capitalista nele se observava de um modo pleno. Sua casa em Petrópolis, em um tempo em que todos os recém-enriquecidos davam mostras de sua fortuna, era simples e frugal, a considerar o poderio financeiro de Irineu Evangelista naquele período de sua vida. Sobre a vida e os hábitos de Mauá, ver: VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 73-74.

sujeição dos órgãos do governo e da administração aos seus interesses de classe, o que necessariamente significaria o fim da política. Nenhum princípio ético, nenhum valor moral preside suas ações, a não ser o fervoroso e ardente desejo das riquezas; movidos, então, por essa ética instrumental, sua ascensão e estacionamento no poder pode ser fatal. Perpetram as maiores barbaridades em nome do aumento contínuo do seu capital. A lógica que os move no poder resume-se na seguinte fórmula: “*wealth – power – more wealth*”<sup>517</sup>.

Para eles [os capitalistas], o Estado não lhe é um *fim em si* – como o é para as nobrezas de título, de sangue ou de cultura: o Estado é-lhes apenas um meio. Sim, um meio – para conseguirem, por exemplo, maiores possibilidades ou oportunidades de lucro (isenção de impostos; franquias tributárias; privilégios; monopólios; tarifas protecionistas; conquistas de mercados pelas armas ou pelos tratados; incorporações de territórios; áreas de influências, etc). Nada mais. Ou, como no sorites de Ross: “Dinheiro – Domínio do Estado – Mais Dinheiro”, *Wealth – Power – More Wealth*.<sup>518</sup>

Felizmente, o Brasil encontrava-se suficientemente protegido contra esse tipo de contaminação política. Conquanto a “*dança em torno do Bezerro de Ouro*”<sup>519</sup> viesse ganhando novos adeptos no país, a psicologia do povo brasileiro não se coadunava facilmente com os “*ways of thinking*”<sup>520</sup> da burguesia. No Brasil, o *status* obtido com “*a terra e o emprego ou cargo público*”<sup>521</sup> não perdera a primazia para o dinheiro e o lucro; os valores aristocráticos não se dobraram ao ideal do “*lucrum in infinitum*”<sup>522</sup>; em consequência, o Político continuava a prevalecer sobre o Econômico<sup>523</sup>. Entre os brasileiros, tal como em outros povos onde o peso das tradições pré-capitalistas fala mais alto, o domínio dos valores capitalistas e da burguesia industrial é barrado pela força dos costumes, a despeito da existência de um parque fabril amplo e complexo<sup>524</sup>. É que, nesses casos,

<sup>517</sup> VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 50.

<sup>518</sup> VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 50, **grifos do autor**.

<sup>519</sup> VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 52.

<sup>520</sup> VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 259.

<sup>521</sup> VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 118.

<sup>522</sup> VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 33.

<sup>523</sup> ODALIA, 1996, p. 135.

<sup>524</sup> “*Em suma, esta condição pré-capitalista ou proto-capitalista, este primado da preocupação do “status” sobre a preocupação do “lucro” é um traço geral de nossa civilização agrária. Quer nas zonas do puro pastoreio, quer nas zonas do cultivo cafeeiro, quer nas regiões de cana-de-açúcar, podemos, aqui e ali, encontrar, sem dúvida, o grande capitalismo “jurídico” e o grande capitalismo “técnico”, da classificação de*

[...] os preconceitos pré-capitalistas, ainda muito vivos, superestimando as atividades não propriamente produtivas e lucrativas, deram, por sua, vez às profissões liberais, o monopólio, por assim dizer, do poder político. [Com isso] o Estado continuará ainda nas mãos da enlacrada oligarquia dos Bacharéis – e não nas pecuniosas mãos das oligarquias da Indústria e da Finança.<sup>525</sup>

A maior prova histórica dessa resistência da nacionalidade à expansão da mentalidade capitalista encontrava-se no destino daquele que inaugurou o “*a fase inicial do grande industrialismo no Brasil*”<sup>526</sup> e que sintetizou “*as primeiras manifestações do espírito capitalista*”<sup>527</sup> no país, dando início a uma longa história de “*reajustamento técnico à civilização européia*”<sup>528</sup>. Irineu Evangelista de Souza encarnou, como poucos brasileiros, a ética capitalista do trabalho obsessivo em sua busca ilimitada pelo lucro. Enriquecido, nunca descansava; abastado, nunca gozava os recursos amealhados; opulento, nunca estava satisfeito<sup>529</sup>. A modesta vivenda construída por Mauá em Petrópolis para residência de verão da família é mencionada e analisada por Oliveira Vianna. Em contraste com a condição econômica do visconde e com os costumes da sua época, o sociólogo fluminense via no edifício simples e no mobiliário despojado desta casa um símbolo concreto da vida de um homem dominado pelos valores da mentalidade burguesa<sup>530</sup>.

Mauá representou a projeção brasileira do espírito do grande capitalismo que começava a conquistar a Europa. No entanto, toda a sua obra vinha ao mundo natimorta. Seus esforços estavam condenados ao insucesso na medida em que eram executados fora do tempo

*Pirou; não, porém, - pelo menos como traço geral da sociedade – o capitalismo “psicológico”, de tipo sombartiano*”. (VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 159).

<sup>525</sup> VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 49. Note-se que Oliveira Vianna, apesar de valorizar a blindagem política de povos marcados por tradições pré-capitalistas contra a ascensão burguesa, não via com bons olhos o controle do poder pelos bacharéis, uma elite atrapalhada e endividada. O modelo tecnocrático era o ideal de gestão pública compartilhado por este autor, junto com boa parte da intelectualidade que lhe foi contemporânea.

<sup>526</sup> VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 201.

<sup>527</sup> VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 201.

<sup>528</sup> VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 204. A expressão “*reajustamento técnico à civilização européia*” foi tomada por Vianna da obra, já estudada por nós nesta Dissertação, *Evolução econômica do Brasil* de J. F. Normano.

<sup>529</sup> “*Neles [nos homens dominados pelo jeito capitalista de ser] há qualquer coisa que se assemelha ao fanatismo. Eles contemplam a empresa que cresce e as torrentes do ouro que lhe afluem aos cofres com a satisfação de Deus no sétimo dia da Criação. Com esta diferença, porém – que Deus no sétimo dia descansou; eles ao contrário, não descansam nunca – porque a sua satisfação e insaciabilidade não têm limites*”. (VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 72).

<sup>530</sup> VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 73-74.

devido e em um ambiente, agrário e pré-capitalista, incapaz de acolher o ímpeto inovador de suas ações. “*Na verdade, Mauá antecipara um movimento que só mais tarde – depois da abolição e da proclamação da República – teria condições econômicas e sociais de viabilidade e vitalidade*”<sup>531</sup>. A audácia e insensibilidade históricas deste heróico personagem do passado brasileiro tiveram, entretanto, seu preço. Em razão da artificialidade de seu projeto em face à realidade nacional, o visconde, a despeito de seus “*patrióticos objetivos que visava*”<sup>532</sup>, acabou sacrificado pela História.

Mauá, realmente, marca, com as suas iniciativas, o nosso rompimento com o passado, com os nossos quatro séculos de rudimentarismo artesanal e eotecnismo fabril.

[...]

O idealismo inovador de Mauá não era, porém, endógeno. Não vinha de dentro do nosso meio, não exprimia uma impulsão das nossas próprias condições econômicas. Era exógeno: vinha do então maior centro industrialista do mundo, que era a Inglaterra, em cuja civilização material ele mergulhara a sua alma ardorosa de homem de empresa.<sup>533</sup>

Irineu Evangelista não atentou para a realidade econômica do país, empedernida por três séculos de um artesanato rudimentar<sup>534</sup>. “*Igualmente como a natureza, também as sociedades humanas não conhecem saltos na sua evolução*”<sup>535</sup>. Mauá, pelo contrário, não fez caso da “*lenta evolução das realidades econômica*”<sup>536</sup>. Por isso, dadas as características pré-capitalistas da economia brasileira no período imperial, a tentativa de ruptura com esse passado só poderia redundar em fracasso. A despeito de seu fim trágico, a biografia de Mauá, entretanto, servia de lição para os futuros artífices da nacionalidade. De acordo com Oliveira Vianna, a imposição de uma ordem pública em que o Estado se rebaixasse à posição de mero guardião dos interesses econômicos do grande capital e da grande indústria não se coadunava

<sup>531</sup> VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 172.

<sup>532</sup> VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 205.

<sup>533</sup> VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 204.

<sup>534</sup> “*Recém-saído do regime colonial [...], o Brasil não estava, porém, em condições de resistir às exigências de empreendimentos técnicos do porte concebido e tentado por Mauá. Neste ponto, as advertências e conselhos de Silva Lisboa, formuladas muito tempo antes – em 1812 – tinham a clarividência de profecias*”. (VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 205).

<sup>535</sup> VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 206.

<sup>536</sup> VIANNA, *História social da economia capitalista no Brasil*, v. 1, p. 205. Esta expressão foi tomada por Vianna de Garcia Calderón.

com a experiência histórica do país e, muito menos, com o princípio público a ser colocado em prática pelo poder, organizado em moldes corporativos, no intuito de preservar princípios e valores comunitários próprios de uma vivência sócio-cultural pré-capitalista.

## 6 - CONCLUSÃO

**Pelo que fez, pelo que legou à sua Pátria, Mauá, ao mesmo tempo o homem razão e coração, deve ficar no espírito brasileiro, através das idades, como alterosa lição de fé consagrado padrão de coragem. Não sei de outro, história em fora, que se lhe iguale em gesto e pensamento. Bem haja a mão esclarecida que lhe reviveu as memórias, que são capítulos majestosos pontilhados da luz dos astros.**

**E agora que as mãos da terra rejuvenescida vergam para o futuro o ferro do progresso, Mauá reponta como o farol guia, por sobre todas as procelas, mostrando o grande rumo do futuro.**

Gastão Penalva, no artigo “Mauá, o homem dínamo”, publicado no *Jornal do Brasil*, em 28 de janeiro de 1942.

**As suas palavras na fala aos credores nos emocionam. Mauá não termina falando sozinho. Termina falando para o Brasil, para toda a América. E a sua fala continua firme, cheia de sugestões, como um discurso de paraninfo de uma nação.**

José Lins do Rego, no artigo “O romântico Mauá”, publicado n’*O Jornal*, em 28 de dezembro de 1941.

Entre os anos de 1939 e 1942, verificou-se um novo pico de interesse da intelectualidade brasileira pela figura de Mauá. As comemorações do cinquentenário do falecimento de Irineu Evangelista de Souza assinalaram o início de um frenesi cujo fechamento foi marcado pela reedição da *Exposição aos credores*, obra autobiográfica do visconde. Como na primeira vez, de 1925 a 1929, o entusiasmo em torno do personagem histórico pode ser mensurado por intermédio dos inúmeros eventos e artigos consagrados à memória deste herói nacional. Intelectuais de todos os calibres e das mais variadas tendências procuravam reter-lhe o significado. Dentre as programações cívicas realizadas na época, a

principal foi a promovida pelo IHGB. Em homenagem ao vulto, três sócios do Instituto conferenciaram na sua sede, uma exposição foi montada no *Salão de Leitura* da Casa e um índice bibliográfico, contendo textos, livros e estudos de e sobre Mauá, foi confeccionado. Consta também deste período, a segunda biografia de peso sobre o visconde. *Mauá y su época*, obra escrita em Buenos Aires por Lúcia Besouchet, foi um livro endereçado aos leitores estrangeiros na tentativa de explicar-lhes “o processo industrial brasileiro em suas diversas etapas”<sup>537</sup>. Um ano depois, em 1943, a mesma autora publicou no Brasil a *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata* – mais um fruto de sua longa pesquisa realizada nos países vizinhos.

Com um intervalo de mais de uma década a separar as duas fases em que o nome de Mauá esteve em destaque no cenário nacional, a segunda grande repercussão do personagem entre a intelectualidade brasileira foi um pouco diversa da ocorrida no final dos anos 1920. Aquela era uma época em que a burguesia industrial, respaldada por sua importância crescente na economia do país, construía sua própria identidade de classe, tencionando ampliar seu espaço em um ambiente político dominado pelo setor agro-exportador. Aquele era um período em que, sob os impactos da Primeira Grande Guerra e por ocasião do centenário da Independência do Brasil, as elites políticas e intelectuais repensavam o país, de modo a apontar seus problemas e conceber soluções. Naquele momento, a figura do visconde tornou-se o símbolo de um discurso político-educacional que ganhava força entre as elites, em prol da modernização industrial do país.

Passados cerca de quinze anos, a inserção político-econômica do setor secundário na sociedade brasileira alterou-se, senão drasticamente, pelo menos, significativamente. Em termos políticos, o empresariado, particularmente, o grande empresariado industrial conquistara uma projeção tal, que lhe garantia alguma influência na dinâmica das decisões

---

<sup>537</sup> BESOUCHET, 1978, p. 7. Posteriormente, *Mauá y su tempo* foi republicado no Brasil, em uma segunda edição revista e ampliada que verticalizou o foco da narrativa, centrando-se um pouco mais na figura do visconde. Valemo-nos desta edição neste texto.

estatais, muito embora atuando em um cenário onde não ocupava posição hegemônica. Aproveitando-se da reestruturação do aparelho estatal e da redefinição dos instrumentos de expressão política ocorridas ao longo da década de 1930, contrapartida da crise de poder que marcou o fim do regime oligárquico da Primeira República, a burguesia industrial articulou-se melhor em suas organizações de classe e obteve expressão considerável nos órgãos consultivos que compunham a estrutura corporativa do Estado. Além dos ganhos em termos de aumento da influência e de ampliação do acesso ao poder estatal, o segmento empresarial brasileiro foi imensamente beneficiado tanto pela consolidação de uma opinião pública favorável a um projeto consistente de desenvolvimento industrial a ser encampado pelo Estado, quanto pela supremacia da corrente autoritária no pensamento social brasileiro. A influência dos pensadores autoritários, com sua bandeira da centralização e do intervencionismo estatal (fenômenos concomitantes à modernização), e o *lobby* dos grupos técnicos ligados à burocracia civil e militar, com sua defesa intransigente da “solução industrial”, foram fatores decisivos para a ascensão dos interesses do setor secundário no cenário nacional.<sup>538</sup>

Em termos econômicos, acompanhando e lastreando as mudanças na dinâmica política, a década de 1930 foi um período de vigoroso surto industrial no país. Na base dessas transformações, difundia-se um novo nacionalismo econômico de dimensões e implicações políticas francamente industrialistas, em boa medida, motivadas pela conjuntura de crise comercial da época. Diante da constatação generalizada da vulnerabilidade econômica do país, em um contexto de retração permanente da demanda externa, a tríade desenvolvimento, industrialização e independência foi ganhando força entre as elites do país. Ao mesmo tempo em que se enraizava na opinião pública, esta concepção foi tomando a forma de um projeto político, que ia aos poucos amadurecendo, por meio de uma série de medidas econômico-

---

<sup>538</sup> BIELSCHOWSKY, 2000, p. 248-250; DINIZ, 1978, p. 20-42, 68-74, 80.

financeiras e político-administrativas tomadas pelo governo, na tentativa de remediar os efeitos da dependência estrutural que caracterizava a economia brasileira.<sup>539</sup>

Valendo-se desse clima favorável à expansão dos seus negócios, o setor industrial viveu um período de grande desenvolvimento, cujo resultado mais expressivo foi o “*deslocamento do centro dinâmico*”<sup>540</sup> da economia brasileira, que passou a girar prioritariamente em torno dos interesses do promissor mercado consumidor interno, também em expansão. Na década de 1930, a média de crescimento da indústria atingiu a casa de 10% ao ano. Foram esses recordes continuados do setor que determinaram a mudança do peso do ramo secundário no cômputo geral da economia do país. Em 1920, a produção industrial contribuía com 1/5 do total da produção do país; vinte anos depois, este valor subiu para mais de 2/5. Considerando que na década de 1920 a indústria cresceu a um ritmo menos acelerado que a agricultura, não resta dúvida: a alteração decisiva aconteceu no decênio seguinte. E esta transformação, então, em processo implicou não apenas mudanças quantitativas, mas também qualitativas. Naquela época, as indústrias de bens de capital e de bens intermediários tiveram um desenvolvimento notável. Entre 1919 e 1939, verificou-se um acréscimo de quase dez pontos percentuais na participação desses segmentos no montante da produção industrial. Ao final dos anos 1930, juntos, os dois ramos contribuía com 27,8% de toda a produção secundária do país.<sup>541</sup>

Estando o setor secundário a caminho da hegemonia no interior da economia brasileira<sup>542</sup> era natural que a figura do visconde fosse “relida”, à luz de uma nova perspectiva, menos aguerrida e reativa e mais triunfalista e orgânica. Nota-se no segundo

---

<sup>539</sup> BIELSCHOWSKY, 2000, p. 250-252; IANNI, 1971, p. 29-33, 58-59.

<sup>540</sup> FURTADO, 1979, capítulo XXXII *apud* BIELSCHOWSKY, 2000, p. 253.

<sup>541</sup> BIELSCHOWSKY, 2000, p. 253; DINIZ, 1978, p. 65-67.

<sup>542</sup> “*O último relatório do Banco do Brasil salienta, em termos inequívocos e em plena correspondência com a realidade econômica, o fato de que nossa economia atravessa uma fase de singular transformação com a marcha ascensional das atividades industriais em proporções que estão gradativamente superando as da produção agrícola, quer em valor, quer em volume físico*”. (Cf. PADILHA, Raymundo D. O industrialismo. *Boletim Econômico do Banco do Brasil*, s. l., n. 24, p. 13-17, 1941. Neste artigo, que nos servirá de base nos próximos parágrafos, Raymundo Padilha historia o processo de industrialização no Brasil, situando o papel exponencial desempenhado pelo visconde de Mauá nesta metamorfose da economia nacional).

momento de generalizado interesse por Mauá que as apropriações deste personagem pelas elites brasileiras perderam, em muito, o tom agressivo que impregnava quase todas as alusões feitas ao vulto anos antes. Ao falarmos em hostilidade, estamos nos reportando à rivalidade entre os interesses da indústria, em vias de afirmação nos anos 1920, e os interesses da oligarquia agro-exportadora, política e economicamente hegemônica durante a República Velha. Naquele contexto, o estilo agressivo que, no geral, caracterizou as apropriações de Irineu Evangelista tinha um sentido histórico muito bem definido, qual seja: ser um discurso político de conteúdo inovador e, em certo sentido, tal como o expressou Raymundo Padilha, até revolucionário.

O nascimento da indústria oferece, no consenso unânime dos sociólogos e economistas, as características de uma transformação revolucionária, que afetou, por conseguinte, os próprios fundamentos da sociedade moderna. A expressão “Revolução Industrial”, amplamente vulgarizada, não traduz precisamente a grandiosa subversão político-social decorrente da aplicação, desde o século passado, dos novos processos mecânicos de produção. Não se registrava apenas o embate de duas concepções, mas de dois mundos em rivalidade de processos de criação econômica. “A história econômica” – diz Arthur Birnie – “é um relato da colisão do industrialismo com uma organização mais velha e estável”.<sup>543</sup>

No primeiro pico da memória nacional em torno de Mauá, o herói falava a uma nação que dava seus primeiros passos a caminho da “*evolução de uma economia agrária para uma economia de tipo industrial*”<sup>544</sup>. No segundo momento em que o visconde agitou as elites brasileiras, a marcha rumo ao desenvolvimento fabril já estava em curso e, com efeito, o país avançava em ritmo acelerado. Desta feita, não havia a necessidade de agitar uma bandeira em prol da indústria. A trajetória percorrida pelo país falava por si mesma, apontando (isso sim!) para a urgência em se completar o trajeto. Traduzindo esse sentimento difuso no cenário nacional, as referências a Irineu Evangelista deixaram de ser um voto pela

---

<sup>543</sup> PADILHA, 1941, p. 13-17.

<sup>544</sup> PADILHA, 1941, p. 13-17.

modernização industrial do Brasil e passaram a expressar o anseio, generalizado entre as elites, de consumação desse processo, em boa medida já realizado <sup>545</sup>.

Mauá foi, em suma, o símbolo, em nossa Pátria, da Revolução Industrial que teve na Europa Ocidental o seu primeiro e imenso laboratório. A presença desse homem superior na vida econômica nacional já foi magistralmente estudada por Alberto de Faria. [...] A ninguém que se interesse pela nossa história econômica é lícito ignorar o que essas realizações [refere-se aos atos assombrosos de Mauá no domínio da produção e do crédito] significaram em si mesmas e nos efeitos que produziram.

[...]

Ao ponto que atingiu, o industrialismo brasileiro se afirma no Continente de modo verdadeiramente excepcional. Sem ainda os recursos da hulha nem do ferro, na escala compatível com seu gigantesco potencial, realizou obra sobre-humana e talvez ímpar em todo o mundo, não sendo exagerado admitir-se que seus resultados sobre a economia sul-americana venham a ser, em futuro próximo, de singular imponência.

O esforço de duas ou três décadas consagrar-se-á um dia nesses resultados, que começam a ser entrevistados.

Mauá e seus continuadores realizaram – ainda o comprovará a História – aquele tipo dinâmico do produtor que, no Vale do Clyde ou na Silésia, lançaram os fundamentos materiais dos dois grandes impérios contemporâneos: a Grã-Bretanha e a Alemanha.<sup>546</sup>

Em suma: Mauá, em sua “segunda edição”, tornou-se o símbolo desse novo nacionalismo em vias de consolidação, um nacionalismo de conteúdo mais econômico e focado na modernização planejada da economia brasileira, como um todo. Nos dizeres de Feijó Bittencourt, “*Mauá representa a visão ampla de um plano econômico*” <sup>547</sup>. Um programa voltado para a “*organização econômica do país*” <sup>548</sup> e que deveria ser encampado imediatamente pelo Estado, tendo estas duas ambições básicas: obter a máxima utilização dos

<sup>545</sup> Bielschowsky demonstra como, no Brasil do pós-guerra, não se concebia mais uma solução para o país do tipo: agricultura *versus* indústria. A partir da década de 1940, a tese da vocação agrária perde boa de sua força e legitimidade, ao passo que a industrialização se torna quase que, por assim dizer, um destino nacional. (Cf. BIELSCHOWSKY, 2000, p. 269-286, *passim*). Padilha expressou da seguinte forma o encerramento desta fase de intensa tensão ideológica no país: “*Nos últimos anos surgiu no país um polêmica, totalmente inócua, na sua bizantinice, em torno das teses, consideradas em oposição, do “agrarismo” e do “industrialismo”. Os partidários de Henry George e de seu monismo econômico, de um lado, e os da industrialização a qualquer preço, do outro, sustentavam os respectivos pontos de vistas como se as simples definições ou as fórmulas sem conteúdo pudessem conter a realidade, em todos os aspectos de sua infinita riqueza. [...] Eis porque acharam de reputar irreconciliáveis uma política de intensa produção agrícola ao lado de uma produção industrial igualmente intensiva. [...] Se a política, no conceito napoleônico, é a arte do possível, mais válido é o aforismo quando aplicado no terreno da economia. Uma nação deve, portanto, realizar, em matéria de produção, aquilo que lhe seja exequível para o fomento de sua riqueza. [...] A modalidade desse trabalho e o setor de sua aplicação não podem ser apreciados, salvo em função daquele objetivo: criar a riqueza, no sentido de sua utilização eficiente*”. (PADILHA, 1941, p. 13-17).

<sup>546</sup> PADILHA, 1941, 13-17.

<sup>547</sup> BITTENCOURT, Leopoldo Feijó. Autobiografia do visconde de Mauá. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 19 jul. 1942, p. 3-4.

<sup>548</sup> BITTENCOURT, 1942, p. 3-4.

meios de produção internos, tendo no pólo urbano industrial o seu eixo dinâmico, e alcançar o maior aproveitamento do mercado consumidor brasileiro, visando a realização interna da produção. Foi esse o grande recado deixado pelo visconde às gerações futuras, insistia o articulista, enfatizando o significado profundo deste personagem histórico.

Quem foi esse homem? Só se pode dizer: um intuitivo, e uma inteligência sumamente apta para, diante das situações, logo compreendê-las. [...] Pensar em uma economia nacional, em um quadro de formação das riquezas no país, como fez Mauá, representa uma originalidade, uma nova compreensão ou, se quiserem, uma subversão!<sup>549</sup>

No final da década de 1920, a indústria cooperava com uma porção ainda muito pequena do Produto Interno Bruto. No começo dos anos 1940, conquanto não-hegemônico, o segmento fabril não podia ser ignorado e, sequer, menosprezado. A participação expressiva no “bolo nacional” acabou sendo seu passaporte de ingresso nas mesas onde qualquer debate ou negociação política de vulto para o futuro do país estava em jogo. Foi, pois, nesse novo contexto, que o pensamento industrialista, entendido em sua acepção mais ampla, ou seja, compreendendo todos partidários do segmento fabril, pôde superar a dicotomia agricultura versus indústria e adotar uma postura mais sobranceira em relação aos outros ramos da economia, o que lhe permitiu, inclusive, repensar o seu papel na economia nacional. Se, em épocas anteriores, alguns expoentes do pensamento industrialista já haviam apontado e defendido a posição estratégica da indústria nas economias, foi no início década de 1940, após todo um período de gestação, que efetivamente amadureceu um amplo projeto de desenvolvimento a ser levado a cabo pelo Estado e tendo no setor secundário o seu carro-chefe, embora com repercussões sobre toda a cadeia produtiva do país.

Muito embora a ascensão de Getúlio Vargas ao poder não tenha significado uma revolução de cunho industrialista, “*o conjunto das atividades estatais, entre 1930-1945, assinala a agonia do Estado oligárquico e o desenvolvimento do Estado burguês*”<sup>550</sup>.

---

<sup>549</sup> BITTENCOURT, 1942, p. 3-4.

<sup>550</sup> IANNI, 1971, p. 14.

Instituições político-econômicas e valores sócio-culturais de caráter tipicamente burguês foram, então, se constituindo. Consta dessa época, a criação de uma série de órgãos de planejamento e consultoria nos quais o governo se apoiava para definir seus planos e programas de ação<sup>551</sup>. A participação da burguesia industrial e a postura, em geral, industrialista das burocracias civil e militar nessas instâncias colegiadas foram de grande valor para o amadurecimento de um novo modelo de crescimento econômico, ancorado no planejamento das ações governamentais em longo prazo e na participação, mais decisiva, do Estado na economia, muito especialmente, naqueles setores considerados estratégicos para impulsionar a modernização e superar a dependência externa, quais sejam: transporte, mineração, energia e indústria de base. Iam-se, assim, forjando as “*bases de uma política ao mesmo tempo estatizante e nacionalista*”<sup>552</sup>.

O ideal do crescimento pela ampla planificação da economia a ser levada a cabo pelo Estado ia se consolidando como uma tendência, não somente entre a burocracia estatal, mas também entre o empresariado. Tendo a sua frente uma figura de proa como foi Roberto Simonsen, o segmento industrial brasileiro, pouco a pouco, foi se convencendo das vantagens de uma organização estatal mais robusta e centralizadora, bem como, da importância do planejamento como um instrumento ótimo de dinamização e integração da economia nacional. Na primeira metade da década de 1940, dentro do contexto dos anos finais da Segunda Grande Guerra, foram organizados três grandes eventos, reunindo as elites políticas, intelectuais e econômicas do país. Primeiro Congresso Brasileiro de Economia (1943), Primeiro Congresso Brasileiro da Indústria (1944) e Primeira Conferência das Classes Produtoras do Brasil (1945), em cada um desses encontros, a situação do país diante da aproximação do fim do conflito mundial era o grande tema de debate. Na pauta da discussão,

---

<sup>551</sup> Entre estes órgãos, os de maior destaque no âmbito da política econômica do governo foram os seguintes: Conselho Federal do Comércio Exterior (1934), Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937), Coordenação de Mobilização Econômica (1942), Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (1944) e Comissão de Planejamento Econômico (1944).

<sup>552</sup> MARTINS, 1976, p. 210 *apud* BIELSCHOWSKY, 2000, p. 252.

entravam os mais diversos aspectos da economia nacional, os quais eram sempre enfocados de forma prática. Conquanto ainda faltasse a devida articulação das propostas levantadas no momento das deliberações, esses eventos certamente representaram mais um passo em direção a um projeto efetivo de aceleração do crescimento do país, por intermédio de um plano sistemático de desenvolvimento de toda a cadeia produtiva nacional, a ser garantido, particularmente, pela atuação do Estado naqueles segmentos tidos como estratégicos.<sup>553</sup> Nos termos de Simonsen, o maior defensor dos métodos de planejamento entre o empresariado:

Impõe-se [...] a planificação da economia brasileira em moldes capazes de proporcionar os meios adequados para satisfazer as necessidades essenciais de nossas populações e prover o País de uma estruturação econômica e social, forte e estável, fornecendo à nação os recursos indispensáveis à sua segurança e à sua colocação em lugar condigno, na esfera internacional.<sup>554</sup>

Inserida nesta fase em que desponta o interesse pelo planejamento estatal, como instrumento político-administrativo efetivo para favorecer o crescimento econômico, a memória nacional sobre Mauá sofreu algumas alterações, incorporando novas questões, antes não-retratadas pelos intelectuais que se debruçavam sobre o legado histórico deste personagem. Dentre os novos temas que entraram no campo de atenção da intelectualidade brasileira, a problemática em torno do nível de controle do Estado sobre as atividades econômicas do país foi um dos assuntos mais apaixonadamente discutidos naquela época<sup>555</sup>. No geral, havia, entre as elites, uma tendência de apoio à participação do Estado na economia, sobretudo nas áreas chamadas estratégicas, desde que esta atuação não significasse o

<sup>553</sup> BIELSCHOWSKY, 2000, p. 268-269, 300-301; IANNI, 1971, p. 51-58.

<sup>554</sup> SIMONSEN, Roberto. *O planejamento da economia brasileira*. São Paulo, edição do autor, 1945, p. 11-12 *apud* IANNI, 1971, p. 55. Acrescente-se ainda que no documento de conclusão dos trabalhos da I Conferência das Classes Produtoras do Brasil, conhecido como *Carta Econômica de Teresópolis*, os participantes do evento fizeram coro às palavras de Simonsen, em sua querela travada com Eugênio Gudín no interior do CNPIC. Assim diziam os congressistas: “É sua opinião que o Brasil, necessitando urgentemente recuperar o tempo perdido para atingir a renda nacional necessária a permitir a seu povo um melhor nível de vida, procure acelerar a evolução de sua economia por meio de técnicas que lhe assegurem rápida expansão. Para isso, reconhecem a necessidade de um planejamento econômico que vise a aumentar a produtividade e desenvolver as riquezas naturais”. (IANNI, 1987, p. 57).

<sup>555</sup> A polêmica em torno do planejamento estatal da economia ocorrida entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín é um bom exemplo disso.

sufocamento da iniciativa privada no país. Como vimos no capítulo anterior, era essa a posição de Azevedo Amaral.

Cada unidade do sistema de produção e distribuição da riqueza é livre nas suas iniciativas e nos seus movimentos realizadores, bem como na obtenção dos proveitos da sua atividade, até o ponto em que o exercício dessas prerrogativas pessoais não contradita a boa ordem do funcionamento do aparelho global da economia coletiva.<sup>556</sup>

Os indivíduos, atuando isoladamente ou em grupos, têm de subordinar as suas aptidões e os seus interesses ao ritmo imposto pelo bem geral de que o poder público é o assegurador permanente.<sup>557</sup>

A despeito de haver certo consenso neste aspecto, posturas extremadas em favor da centralização da vida econômica do país nas mãos do Estado também integravam o rol de posições políticas do período. Um bom exemplo desse tipo de posicionamento aconteceu durante as comemorações do cinquentenário de falecimento do visconde, organizadas pelo IHGB. A segunda conferência realizada na sede do Instituto produziu verdadeiro frisson na platéia. Contrastando com o caráter apologético do evento, Gustavo Barroso feriu os ouvidos dos presentes com um discurso que nada tinha de encomiástico. Em sua fala, o palestrante abordou os conflitos havidos entre Mauá e o governo imperial como um símbolo de uma disputa maior, envolvendo a Economia e o Estado, na fase de expansão mundial do capitalismo industrial<sup>558</sup>. Reconhecendo em Irineu Evangelista o grande representante brasileiro de uma época em que a sociedade ocidental procurava se desvencilhar da influência estatal, guardião dos valores tradicionais e dos interesses nacionais, para se dobrar aos interesses materialistas e internacionalistas da nova dinâmica econômica, Barroso compreendia o personagem histórico em questão como um perigo para a nacionalidade.

<sup>556</sup> AMARAL, *O Estado autoritário e a realidade nacional*, p. 260-261.

<sup>557</sup> AMARAL, *O Estado autoritário e a realidade nacional*, p. 196.

<sup>558</sup> Antes de apresentar o significado histórico de Mauá, Gustavo Barroso situa ideologicamente o personagem em seu tempo, vinculando-o às doutrinas de Saint-Simon. Deixando de lado a validade da interpretação, nosso interesse está no conteúdo dado pelo intelectual a essa ideologia. Segundo Barroso, o sansimonismo representou a ascensão do ideal de libertação da sociedade da influência estatal e sua livre expansão pelas vias da razão econômica. “*Nessa curiosa sociedade [sonhada por Saint-Simon], tudo se alicerça na atividade material, representada pela Indústria, tudo se produz através duma faculdade racional, a Ciência, e tudo se coroa pela Simpatia, mães (sic) das Artes. [...] Esquecida a lição eterna de Santo Tomás, de que a Economia foi feita para o homem e não o homem para a Economia, tudo se baseou na lição inversa. Saint-Simon representa com sua doutrina, no começo do XIX, o espírito de seu tempo: o Banco e a Indústria, isto é, claramente, o “Capitalismo Industrial”.* (BARROSO, *O visconde de Mauá no cinquentenário do seu falecimento*, p. 28-29).

Com efeito, as ações de Mauá sejam na política interna, sejam na política externa constituíam uma “*completa inversão de papéis*”<sup>559</sup>. Tais iniciativas implicavam na clara tentativa de subordinar o Político, guardião do interesse público, ao Econômico, representante dos interesses particulares, quando, exatamente, o oposto é que deveria vigorar, segundo o palestrante. Irineu Evangelista viveu em um tempo em que “*a Economia, livre dos entraves que lhe havia posto sempre a antiga concepção espiritual da vida, vencera e dominara o Estado*”<sup>560</sup>. Felizmente, as coisas logo começaram a mudar - transformação que, iniciada nos tempos do visconde, estava a toda na época e nos dizeres do conferencista.

Quando o visconde de Mauá se aproximava de seu melancólico fim, esboçavam-se as primeiras e ainda fracas reações contra esse estado de coisas, as quais marcariam fundamente o espírito do século XX. Os primeiros passos para o intervencionismo do próprio Estado Liberal no âmbito dos fatos econômicos se faziam ouvir. Estamos hoje em plena ofensiva do Estado contra a Economia [...]. A guerra presente encerra em seu seio o segredo de quem vencerá a luta secular: o Estado ou a Economia.<sup>561</sup>

Como um dos grandes líderes do integralismo, movimento de contornos marcadamente fascistas, é certo que Gustavo Barroso desejava a expansão da esfera pública, encarnada pelo Estado, sobre a esfera privada, representada pela sociedade. No entanto, durante a ditadura de Vargas, a atuação do Estado na economia, conquanto tenha se ampliado significativamente, revestiu-se de um sentido bem diferente daquele defendido pelo fundador e diretor do Museu Histórico Nacional. Naquele momento, além da intervenção estatal na economia ocorrer em cooperação e, não, em oposição à iniciativa privada, ao que tudo indica a modernização industrial do país tornou-se o grande ideal das elites brasileiras. Portanto, respondendo ao dilema lançado pelo conferencista no final da passagem citada, nessa luta secular protagonizada pelo Estado e a Economia, pode-se dizer que o último combatente levou a melhor. Nos dizeres penetrantes de Azevedo Amaral, em referência à dinâmica política de sua época: “*a pressão dos interesses econômicos vai determinando a*

<sup>559</sup> BARROSO, *O visconde de Mauá no cinquentenário do seu falecimento*, p. 38.

<sup>560</sup> BARROSO, *O visconde de Mauá no cinquentenário do seu falecimento*, p. 30.

<sup>561</sup> BARROSO, *O visconde de Mauá no cinquentenário do seu falecimento*, p. 30-31.

*subordinação dos fatos políticos às realidades impostas pelo mecanismo da produção”*<sup>562</sup>.

Em outros termos, mais do que fazer parte de qualquer programa de governo, a industrialização tornar-se-ia o grande projeto do Estado brasileiro nas próximas décadas.

Como vimos, esta Dissertação foi estruturada com base em duas fontes-chave: uma autobiografia e uma biografia. Estas obras encontram-se separadas no tempo por um espaço de quase cinqüenta anos. No entanto, guardadas suas diferentes temporalidades e significados, ambas contribuíram, cada uma a seu modo, para uma mesma inovação, um mesmo *lance* na história das idéias, no Brasil. A hipótese central aqui defendida é a de que a auto-imagem elaborada por Mauá em sua *Exposição aos credores*, ao ser re-apropriada por Alberto de Faria na década de 1920, foi responsável pelo ingresso do visconde no panteão cívico nacional. Por sua vez, na década seguinte, valendo-se da força onírica desta imagem mítica de Mauá e das contribuições da historiografia econômica, então em fase de consolidação no país, um outro intelectual, Azevedo Amaral, em vários livros de interpretação do Brasil, teria desempenhado um papel fundamental para o surgimento, no nível do discurso, de uma nova tradição no pensamento social brasileiro: a modernização industrial. Tradição que, como também se indicou, sobretudo, desde a década de 1930, já vinha ganhado foros de legitimidade entre os dirigentes nacionais e, por conseguinte, se manifestando, na prática, por intermédio da efetivação de políticas públicas lastreadas pelos valores dessa tradição.

Perpassando este conjunto de obras fundamentais, há uma percepção romântica da identidade que conecta, intimamente, as duas narrativas (auto)biográficas em questão – quais sejam, a *Exposição aos credores* de Irineu Evangelista e o *Mauá* de Alberto de Faria – ao pensamento social de Azevedo Amaral. Ao que tudo indica, foi a partir dessa compreensão do homem e da nação como seres dotados de vida interior, passível de apreensão por sujeitos

---

<sup>562</sup> AMARAL, *Ensaio brasileiro*, p. 229.

pensantes, que conseguimos relacionar as obras desses três autores, estabelecendo o nexo lógico-causal que os mantêm unidos na efetuação de um mesmo *lance* no pensamento social brasileiro. Na base de todas essas narrativas, garantindo sua imbricação, deparamo-nos com a idéia subjacente de uma essência individual, única e imutável – cujo desenvolvimento temporal envolve, apenas e tão somente, uma atualização de suas potencialidades pré-estabelecidas *ab initio*. Ou seja, em sua aventura temporal, o ser individual ou nacional permanece o mesmo, limitando-se a se configurar e re-configurar, porém, sem perder a sua matriz original. Em decorrência desse entendimento da identidade, desenvolver significa ser fiel a si mesmo, ser leal a sua originalidade, respeitando e atualizando uma essência, uma potência interior<sup>563</sup>. E é justamente a idéia de uma essência, de um “núcleo identitário”, sede íntima do ser, que se constitui na base de todas as três explorações principais da identidade pessoal e nacional analisadas ao longo desta Dissertação.

O que fez o visconde de Mauá ainda nas páginas introdutórias de sua *Exposição aos credores*? Sua primeira preocupação foi apresentar aos credores e ao público a essência individual que animara o seu ser, no decorrer de seus 32 anos de carreira empresarial. O que fez Alberto de Faria nos capítulos em que, com efeito, introduzia o personagem principal de sua biografia? Antes de dar início à longa descrição dos feitos de Mauá, Faria também se preocupou em delimitar os contornos da alma de Irineu Evangelista. Só depois dessa caracterização estática do “eu” do visconde, foi que o biógrafo passou à caracterização dinâmica do ser do seu personagem – mera atualização de uma imagem prévia oferecida aos leitores. Finalmente, ainda cabe nos perguntar: qual foi o procedimento de Azevedo Amaral ao analisar o Brasil? A primeira preocupação deste intelectual, seguindo uma metodologia

---

<sup>563</sup> “No romantismo, a regeneração social e política supõe que seja possível, no próprio interior dos novos tempos, retornar ao estado originário, anterior à corrosão da pessoa, da liberdade e da democracia. [...] Restaurar a origem, aqui, não poderia dar-se como recuperação do tempo. [...] A origem é a natureza, eterna e idêntica a si mesma, só possível de ser alcançada pela intuição superior, própria às almas geniais, espelhos de sua harmonia, reconhecendo-a abaixo das leis mecânicas que regem o cotidiano dos homens comuns”. (ROMANO, 1981, p. 100-101).

lastreada em uma percepção romântica do tempo<sup>564</sup> e bastante comum entre os autores da sua geração, foi analisar a formação histórica do país, remontando, muito particularmente, ao período colonial brasileiro – por suposto, repositório último da identidade nacional. Lá estariam as origens autênticas da nacionalidade. Lá se encontrariam as raízes profundas do povo brasileiro. Fundamentos dos quais a nação jamais poderia se desviar, sob o risco da negação, da degenerescência, do colapso do ser nacional, como alegam os autores informados por esta tradição hermenêutica.

Em sua autobiografia, Mauá apresenta sua trajetória pessoal como um norte para a nacionalidade. Deste modo, aquilo que constituía o cerne de seu projeto de vida deveria servir de base diretiva para a trajetória nacional, admitindo-se que os contornos de sua identidade pessoal teriam abarcado, integralmente, os limites do ser nacional. Décadas depois, em sua biografia sobre o visconde, Alberto de Faria oferece aos leitores um Mauá arquetípico, apresentando-o, nos termos de Carlyle, como um *ideal realizado*, uma encarnação prática dos valores e rumos a serem perseguidos pela nação. Irineu Evangelista teria, não apenas antevisto de forma abstrata as linhas mestras da nação, antes, pelo contrário, fora capaz de demonstrar, efetivamente, suas idéias, fazendo de suas ações um guia prático para a posteridade. “*Gênio realizador*”<sup>565</sup> – eis como o definia Getúlio Vargas. Assim sendo, aquilo que, em vida, Mauá não fora capaz de realizar, por obstáculos alheios à sua vontade, cumpria ser levado a cabo pelas gerações futuras. Era essa a mensagem básica da narrativa autobiográfica escrita por Faria. Finalmente, em suas obras de interpretação do Brasil, Azevedo Amaral reconhecia em Mauá “*o restaurador do sentido econômico da evolução brasileira*”<sup>566</sup>. Mais do que um

---

<sup>564</sup> Sobre a percepção temporal do ponto de vista da tradição romântica, ver: ROMANO, 1981. Romano mostra como o tempo e a história foram, absolutamente, fundamentais para a delimitação dos contornos da identidade nacional, no interior da tradição romântica. Para uma abordagem sobre a influência do ideário romântico no pensamento social brasileiro, cf. DUTRA, 1999. Neste artigo, Dutra empreende uma avaliação do pensamento do integralista Plínio Salgado, ressaltando as vinculações das idéias e dos projetos políticos deste autor com o ideário romântico.

<sup>565</sup> Expressão usada por Getúlio Vargas, em seu discurso ao assumir o Ministério da Fazenda do governo Washington Luís, em 21 de novembro de 1926. Ver: FARIA, *Mauá*, p. 545.

<sup>566</sup> AMARAL, *A aventura política brasileira*, p. 196.

homem sensível aos grandes problemas nacionais, Mauá teria intuído, com genialidade, o núcleo duro da nacionalidade, revelando à nação o princípio de sua formação histórica e a finalidade de sua evolução no tempo. Em Azevedo Amaral, portanto, é a própria essência nacional que ganha um espírito modernizante, encarnando, em grande medida, os ideais industrialistas consagrados por Mauá em sua narrativa autobiográfica. O progresso econômico, via industrialização, projeto nacional, primeiramente, veiculado por Mauá e, posteriormente, apropriado por Alberto de Faria, é concebido como um destino, um *telos* nacional, no pensamento social de Azevedo Amaral. De acordo com este intelectual, a modernização industrial do país, obra que deveria mobilizar o Estado e a sociedade brasileira em um esforço conjunto, integral e continuado, significaria a consumação definitiva do ser nacional: seria a atualização máxima do sentido da nacionalidade.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

#### Fontes principais

- AMARAL, Azevedo. *Ensaio brasileiro*. Rio de Janeiro, Omena & Barreto, 1930.
- AMARAL, Azevedo. *O Brasil na crise atual*. São Paulo, Nacional, 1934. (Coleção Brasileira, série V, v. 31).
- AMARAL, Azevedo. *A aventura política do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1935.
- AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1938.
- FARIA, Alberto. *Mauá*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Paulo Pongetti & Cia., 1926. 2ª ed. São Paulo, Nacional, 1933. (Coleção Brasileira, série V, v. 20).
- MAUÁ, Irineu Evangelista de Souza, visconde de. *Exposição do visconde de Mauá aos credores de Mauá e Cia. e ao público*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Villeneuve & Cia., 1878. 2ª ed. *Autobiografia: "Exposição aos credores e ao público"* seguida de "O meio circulante". Rio de Janeiro, Zelio Valverde, 1943. 3ª ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998.
- MAUÁ, Irineu Evangelista de Souza, visconde de. *O meio circulante do Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Villeneuve & Cia., 1878. 3ª ed. *Autobiografia*. Rio de Janeiro, Zelio Valverde, 1943.

#### Fontes secundárias

##### *Periódicos e Revistas*

- ALVES, José Luiz. Elogio histórico de Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá: discurso proferido a 15 de dezembro de 1890, no IHGB. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo LIII, 2ª parte, 1890, pág. 612-615.
- Boletim Econômico do Banco do Brasil*, Rio de Janeiro: nº 24, nov. de 1941.
- Correio da Manhã*, Rio de Janeiro: 1927; 1938; 1941; 1942.
- Correio Paulistano*, São Paulo: 1927.
- Fon-Fon*, Rio de Janeiro: fev. de 1912.
- Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro: out. de 1912 – jan. de 1913; 1925.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO DO RIO GRANDE DO SUL. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: ano VIII, nº 29-32, 1928.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *O visconde de Mauá no cinqüentenário do seu falecimento*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1940. (Edição especial da *Revista do Instituto*).
- Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 1925; 1927; 1942.
- Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro: out. de 1889; out. de 1912 – jan. de 1913; 1925; 1927; 1928; 1930; 1932; 1934; 1936; 1938; 1939; 1942.
- O Estado de São Paulo*, São Paulo: 1927; 1929.
- O Jornal*, Rio de Janeiro: 1925; 1927; 1934; 1941; 1942.
- O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro: ano VI, nº 46, nov. de 1939.
- O País*, Rio de Janeiro: 1904; 1927; 1928.

*Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro: 1929, 1935.

*Revista da Semana*, Rio de Janeiro: ano XXX, nº 13, mar. de 1929.

*Revista do Brasil*, São Paulo: nº 51, set. de 1942.

*Revista do Clube de Engenharia*, Rio de Janeiro: ano VI, nº 62, nov. de 1939.

*Revista do Instituto Politécnico*, Rio de Janeiro: v. XXX, 1904.

SOUZA FERREIRA, J. C. de. Visconde de Mauá: esboço biográfico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo LXII, 2ª parte, nov. de 1900, p. 75-136.

*Tribuna Liberal*, Rio de Janeiro: out. de 1889.

*Vamos ler*, revista do Rio de Janeiro: 1939.

### Livros

CAIRU, José da Silva Lisboa, visconde de. *Visconde de Cairu* (org. Antônio Penalves Rocha). São Paulo, Ed. 34, 2001.

CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da história da República*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Anuario do Brasil, 1924. 3ª ed. Recife, FUNDAJ, Massangana, 1990.

CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da história do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1933. (Coleção Brasileira, série V, v. 13).

GOMES, Alfredo. *O visconde de Mauá: de caixeiro a visconde*. São Paulo, Melhoramentos, s./d.

LEMOS BRITO, José G. de. *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro, 1923. 2ª ed. São Paulo, Nacional, 1939. (Coleção Brasileira, série V, v. 155).

NORMANO, João F. *Evolução econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1939. (Coleção Brasileira, série V, v. 152).

REBELO, Edgard de Castro. Mauá, de novo Mauá. In: *Mauá e outros estudos*. Rio de Janeiro, São José, 1975. (Artigos de polêmica contra o prefácio escrito por Cláudio Ganns para a reedição da *Autobiografia* do visconde de Mauá. Foram publicados na *Revista do Brasil*, ns. 46-49, de abril a julho de 1942. Posteriormente, foram reunidos em um livro).

REBELO, Edgard de Castro. *Mauá, restaurando a verdade*. Rio de Janeiro, Editorial Universo, 1932. (Livro de contestação à obra *Mauá* de Alberto de Faria. Metade dos capítulos já tinham saído pela revista *Cultura*, em 1929).

RODRIGUES TORRES, Joaquim José. *Proposta e relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da oitava legislatura, pelo Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Fazenda*. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1850.

SILVA, Joaquim. *História do Brasil* (4º ano ginasial). 7ª ed. São Paulo, Nacional, 1943.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *A evolução industrial do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1939. (Coleção Brasileira, série V, v. 349). 2ª ed. São Paulo, Nacional, 1945.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. São Paulo, Nacional, 1937. (Coleção Brasileira, série V, v. 100 e 100-A). 7ª ed. São Paulo, Nacional; Brasília, INL, 1977.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um problema de organização nacional*. 4ª ed. São Paulo, Nacional; Brasília, UnB, 1982.

VARGAS, Getúlio. *As diretrizes da nova política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1942.

VIANA, Victor. *Histórico da formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922.

VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo, Nacional, 1938. (Brasiliana, série V, v. 10).

VIANNA, Oliveira. *História social da economia capitalista no Brasil*. 2 v. Belo Horizonte, Itatiaia; Rio de Janeiro, UFF, 1988. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 109 e 110).

### *Outras fontes*

FARIA, Alberto de. Telegrama agradecendo ao dep. Wanderley Pinho (BA) correspondências de Mauá com Cotegipe. (Arquivo do IHGB).

MAUÁ, Irineu Evangelista de Souza, visconde de. Carta ao conde de Iguaçu. Sem local, 28(?) de fev. de 1879. (BN – fonte manuscrita).

PINHO, Wanderley. Resenha crítica da *Autobiografia* publicada por Cláudio Ganns. (Arquivo do IHGB – fonte manuscrita).

VIANA, Hélio. *O aniversário de Mauá*. (Crônica para o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. Escrito em 25 de dez. de 1935 e lido no dia 28).

## **Bibliografia**

### *Obras de referência*

ABREU, Alzira Alves de; CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. 2ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 2001.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2002.

### *Sites especializados e institucionais*

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Desenvolvido pela ABL, 2006. Apresenta informações históricas e biográficas sobre a ABL. Disponível em: <<http://www.academia.org.br>>. Acesso em mar. 2007.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas, 2005. Apresenta rico material documental sobre o período contemporâneo brasileiro. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em mar. 2007.

LIGA DE DEFESA NACIONAL. Desenvolvido por Tatiana Faleiro de Lacerda, 2006. Apresenta histórico, documentação, informações e curiosidades da Liga. Disponível em: <<http://www.ligadedefesanacional.org.br>>. Acesso em: mar. 2007.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. Desenvolvido pelo Ministério dos Transportes, s./d. Apresenta um rico banco de informações atuais e históricas sobre o Ministério dos Transportes. Disponível em: <<http://www.transportes.gov.br>>. Acesso em: mar. 2007.

NOVO MILÊNIO. Desenvolvido pela Prefeitura de Santos, s./d. Apresenta uma série de informações históricas e atuais sobre a cidade de Santos. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/index.html>>. Acesso em mar. 2007.

*Livros e artigos*

- ABREU, J. Capistrano de. Fases do Segundo Império. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio e estudos: crítica e história* (3ª série). 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1976.
- AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. São Paulo, Paulus, 1984.
- ALCÂNTARA, Aspásia Brasileiro. A teoria política de Azevedo Amaral. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v.2, n° 3, p. 194-224, 1967.
- ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi, vol. 5 – Anthropos/Homem. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.
- BARROS, Roque Spencer. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo, Convívio/Edusp, 1986.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- BESOUCHET, Lídia. *Correspondência Política de Mauá: no Rio da Prata (1850-1885)*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1943. (Coleção Brasiliana, série V, v. 227).
- BESOUCHET, Lídia. *Mauá e seu tempo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo, Edições Loyola, 1990.
- BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto, 1998.
- BOSI, Alfredo. A arqueologia do Estado-providência. In: *A dialética da colonização*. 4ª ed. São Paulo, Cia. Das Letras, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (org.). *Usos e abusos da história oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro, FGV, 2002, p. 183-192.
- BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 10, n° 19, p.83-97, 1997.
- CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do império*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.
- CAPELATO, Maria Helena R. & DUTRA, Eliana de F. Representação política. In: CARDOSO, C. F. & MALERBA, J. (org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, Papyrus, 2000, pp. 227-267.
- CAPELATO, Maria Helena R. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto, 1998.
- CARLYLE, Thomas. *Os heróis*. São Paulo, Melhoramentos, s/d.
- CARONE, Edgard. *O pensamento industrial no Brasil*. São Paulo, Difel, 1977.
- CARVALHO, José M. de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem & Teatro das sombras*. 2ª ed. Rio de Janeiro,, UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

- CARVALHO, José Murilo de. Federalismo e centralização no império brasileiro: história e argumento. In: \_\_\_\_\_. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte, UFMG, 1999.
- CARVALHO, Maria Alice R. de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, IUPERJ-UCAM, 1998.
- CONGRESSO AGRÍCOLA, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. 2ª ed. São Paulo, Difel, 1991.
- DIAS, Maria Odila L. da Silva. Ideologia liberal e construção do Estado no Brasil. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, tomo XXX, p. 211-225, 1980/1981.
- DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- DUTRA, Eliana R. de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro, UFRJ, UFMG, 1997.
- EAKIN, Paul John. Self-invention in autobiography: the moment of language. In: *Fictions in autobiography: studies in the art of self-invention*. Princeton, Princeton University Press, 1988, pp. 181-278.
- FALCON, Francisco C. História e representação. In: CARDOSO, C. F. & MALERBA, J. (org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, Papirus, 2000, pp. 41-79.
- FAUSTO, Boris. A Primeira República; O Estado Getulista. In: \_\_\_\_\_. *História concisa do Brasil*. São Paulo, Edusp, Imprensa Oficial SP, 2002.
- FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário: 1920-1940*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
- FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. Trabalho e engenho. In: \_\_\_\_\_. *Terra, trabalho e poder*. O mundo dos engenhos no nordeste colonial. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- FREDRIGO, Fabiana de Souza. O Brasil no epistolário de Simon Bolívar: uma análise sobre o desconhecimento entre as Américas. *História Revista*, Goiânia, 8 (1/2), jan/dez, p. 89-115, 2003.
- FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1948. (Coleção Documentos Brasileiros, 58).
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.
- GOMES, Ângela de Castro. A República não-oligárquica e o liberalismo dos empresários. In: SZMRECSÁNYI, T.; SILVA, Sérgio S. *História da Primeira República*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro, FGV, 2004.
- GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2005, 168 p. *Almanack brasiliense*. São Paulo, n. 2, p. 128-131, nov. 2005.
- GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil: 1850-1914*. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- GRANZIERA, Rui Guilherme. *A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira*. São Paulo, UNICAMP, 1979.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 18, p. 147-170.
- GUSDORF, Georges. Conditions and limits of autobiography. In: OLNEY, James (org.). *Autobiography: essays theoretical and critical*. Princeton, Princeton University Press, 1980, p. 28-48.

- GUSDORF, Georges. *La découverte de soi*. Paris, PUF, 1948.
- HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo, Global, 1982. (Teses, 6).
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.
- HOBBSAWM, Eric. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- HOBBSAWM, Eric. O sentido do passado. In: *Sobre história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Nossa revolução. Raízes do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.
- HOLLANDA, Guy de. *Um quarto de século de programas e compêndios de história para o ensino secundário brasileiro (1931-1956)*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Nacionais; D.F., INEP – Ministério da Educação e da Cultura, 1957.
- HOWARTH, William L. Some principles of autobiography. In: OLNEY, James (org.). *Autobiography: essays theoretical and critical*. Princeton, Princeton University Press, 1980, p. 84-114.
- IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Belo Horizonte, UFMG, 2000.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Introdução à historiografia econômica*. Belo Horizonte, s. ed., 1959.
- LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*, tomo III, v. 2. São Paulo, Difel, 1977.
- LAPLATINE, François; TRINDADE, Liana. *O que é imaginário*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi, v. 7 - Memória/História. Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.
- LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris, Seuil, 1975.
- LEME, Marisa Saenz. *A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (org.). *Usos e abusos da história oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro, FGV, 2002, p. 167-182.
- LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da história. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.
- LIMA, Heitor Ferreira. Mauá: empresário e economista. In: *3 industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.
- LOBO, Hélio. *Docas de Santos: suas origens, lutas e realizações*. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1936.
- LOPES, Marco Antônio. Uma nova história intelectual. In: \_\_\_\_\_. *Para ler os clássicos do pensamento político: um guia historiográfico*. Rio de Janeiro, FGV, 2002.
- LORIGA, Sabina. La biographie comme problème. In: REVEL, Jacques (org.). *Jeux d'échelles: la micro-analyse à l'expérience*. Paris, Gallimard, Le Seuil, 1996, p. 209-231.
- LÖWY, Michel. *Romantismo e messianismo: ensaios sobre Luckács e Walter Benjamin*. São Paulo, Perspectiva, 1990.
- LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.

- LYONS, Martyn. La culture littéraire des travailleurs: autobiographies ouvrières dans l'Europe du XIX<sup>e</sup> siècle. *Annales HSS*, juillet-octobre, 2001, n° 4-5, p. 927-946.
- MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- MANDEL, Barret J. Full of life now. In: OLNEY, James (org.). *Autobiography: essays theoretical and critical*. Princeton, Princeton University Press, 1980, p. 49-72.
- MARCHANT, Anyda. *Viscount Mauá and the empire of Brazil: a biography of Irineu Evangelista de Sousa*. Berkeley e Los Angeles, University of Califórnia Press, 1965.
- MARSON, Adalberto. *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*. São Paulo, Duas Cidades, 1979.
- MARSON, Izabel Andrade. Minha formação: autobiografia, política e história. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 17, n° 33, p. 70-97, 1997.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo, Pioneira, 1975.
- MARTINS, Luciano. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento: introdução à crise brasileira*. Rio de Janeiro, 1968.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo, Hucitec; Brasília, INL, 1987.
- MAZA, Fábio. Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e a elite industrial paulista. *Revista do Mestrado em Educação*, UFS, v. 7, jul./dez. 2003, p. 67-78.
- MENDONÇA, Sônia R. A consolidação da república oligárquica; Da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Y. (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 1999, pp. 252-299.
- MENDONÇA, Sônia R. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A história cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n° 34 (1992), pp. 9-23.
- MILL, John Stuart. *A liberdade; Utilitarismo*. São Paulo, Martins Fontes, 2000. (Coleção Clássicos).
- MONTEIRO, Hamilton de Mattos. O "Ronco da Abelha". *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, tomo XXVIII, p. 53-76, 1977/1978.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 8ª ed. São Paulo, Difel, 1977.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A História Política e o conceito de cultura política. In: LPH: *Revista de História – X Encontro Regional de História ANPUH/MG*. Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, n. 6, 1996, pp. 83-91.
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo, EPU; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.
- NEVES, Guilherme Pereira das. Elétrons não são intrinsecamente interessantes como gente. In: Encontro Regional de História, 10, 2002, Rio de Janeiro. *História e Biografias*. Rio de Janeiro, UERJ, 2002. 1 CD-ROM.
- NORA, Pierre. Entre a memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Houry. *Revista Projeto História*, São Paulo (10) dez. 1993, pp.7-58.
- ODALIA, Nilo. A economia e o pensamento de Oliveira Viana. In: SZMRECSÁNYI, T.; SILVA, Sérgio S. *História da Primeira República*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. "Autoridade e política: o pensamento de Azevedo Amaral". In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi et alii. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. O Ronco da Abelha: resistência popular e conflito na consolidação do Estado nacional, 1851-1852. *Almanack brasiliense*. São Paulo, n. 1, p. 120-127, maio 2005.

OLNEY, James. Autobiography and the cultural moment: a thematic, historical and bibliographical introduction. In: OLNEY, James (org.). *Autobiography: essays theoretical and critical*. Princeton, Princeton University Press, 1980, p. 3-27.

POCOCK, John G. A. Apresentação; Introdução; O conceito de linguagem e o “métier d’historien”; Virtudes, direitos e maneiras. In: \_\_\_\_\_. *Linguagens do ideário político* (org. Sérgio Miceli). São Paulo, Edusp, 2003. (Clássicos, 25).

PROCHASSON, Christophe. Sur le cas Maurras: biographie et histoire des idées politiques. *Annales: histoire, sciences sociales*, 50<sup>e</sup> année, n° 3, mai.-juin, 1995.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere* (2 v.). São Paulo, Círculo do Livro, s. d.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1999.

RICCI, Magda. Como se faz um vulto na história do Brasil. In: GUAZZELLI, César A. Barcellos, et alii. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre, UFRGS, 2000.

RODRIGUES, José Honório. Os gêneros históricos na história do Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Teoria da história do Brasil*. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo, Nacional, 1969, p. 163-169.

ROMANO, Roberto. *Conservadorismo romântico: origem do totalitarismo*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

ROSANVALLON, Pierre. Para uma historia conceptual de lo político (nota de trabajo). *Prismas*, revista de história intelectual, n° 6, p. 123-133, 2002.

ROSENTHAL, Gabriela. A estrutura e a gestalt das autobiografias e suas conseqüências metodológicas. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (org.). *Usos e abusos da história oral*. 5<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, FGV, 2002, p. 193-202.

SÁ, Dominichi Miranda de. *Idéias sem Fronteiras: da generalidade à especialização no pensamento intelectual do Brasil Republicano (1895-1935)*. (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

SAES, Flávio Azevedo Marques de; CYTRYNOWICZ, Roney. O ensino de economia e as origens da profissão de economista no Brasil. *Lócus*, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 37-54, 2000.

SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo, Estação Liberdade, 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos Santos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo, Duas Cidades, 1978.

SAYRE, Robert F. Autobiography and the making of America. In: OLNEY, James (org.). *Autobiography: essays theoretical and critical*. Princeton, Princeton University Press, 1980, pp. 146-168.

SCHMIDT, Benito Bisso. A biografia histórica: o “retorno” do gênero e a noção de “contexto”. In: GUAZZELLI, César A. Barcellos, et alii. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre, UFRGS, 2000.

SCHMIDT, Benito Bisso. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. *História Unisinos*, v. 8, n° 10, jul/dez, p. 131-142, 2004.

SCHVARZMAN, Sheila. As encenações da história. *História*, São Paulo, v. 22, n. 1, p.165-182, 2003.

SCHWARTZ, Stuart B. Safra: as técnicas de fabrico do açúcar. In: \_\_\_\_\_. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. Bousquet; COSTA, Vanda M. Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; São Paulo, Universidade de São Paulo, 1984.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. A história como “a representação do passado”: a nova abordagem da historiografia francesa. In: CARDOSO, C. F. & MALERBA, J. (org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, Papirus, 2000, pp. 81-99.
- SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional: 1889-1930. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. Tomo III, O Brasil Republicano; 1º v., Estrutura de poder e economia. 2ª ed. São Paulo, Difel, 1977.
- SKINNER, Quentin. Prefacio. In: \_\_\_\_\_. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- SKINNER, Quentin. Significado y comprensión en la historia de las ideas. *Prismas*, revista de história intelectual, Nº 4, p. 149-191, 2000.
- SOARES, Carlos Luiz. A indústria na sociedade escravocrata: as origens do crescimento manufatureiro na região fluminense em meados do século XIX (1840-1860). In: SZMRECSÁNYI, T.; SILVA, Sérgio S. *História da Primeira República*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- SOGENTINI, Hernán. Reflexion sobre la memória y la autorreflexion de la historia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, p. 103-128, 2003.
- SOUZA, Luiz de Souza. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n. 13, p. 302-323, jan/jun 2005.
- SPENDER, Stephen. Confessions and autobiography. In: OLNEY, James (org.). *Autobiography: essays theoretical and critical*. Princeton, Princeton University Press, 1980, p. 115-122.
- STAROBINSKI, Jean. The style of autobiography. In: OLNEY, James (org.). *Autobiography: essays theoretical and critical*. Princeton, Princeton University Press, 1980, pp. 73-83.
- STEIN, STANLEY J. A historiografia do Brasil: 1808-1889. *Revista de História*. São Paulo, ano XV, v. XXIX, p. 81-131, 1964.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil. *Nova Economia*, Belo Horizonte, vol. 14, n.º 1, p. 11-37, jan./abr. 2004.
- TUCK, Richard. História do pensamento político. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, Unesp, 1992.
- VIANNA, Luiz Werneck. Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 34, nº 2, p. 145-189, 1991.
- VIDAL E SOUZA, Candice. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiana, UFG, 1997.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1967.
- XAVIER, Regina Célia Lima. O desafio do trabalho biográfico. In: GUAZZELLI, César A. Barcellos, et alii. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre, UFRGS, 2000.